SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

BAHIA GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA DE RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS DO ESTADO DA BAHIA – PREMAR 2

ACORDO DE EMPRÉSTIMO Nº 8580-BR

ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTES DO ESTADO DA BAHIA - PDLT





RELATÓRIO 5 – ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS TOMO I



Setembro/2018



transplan

APPE ASSESSORIA PARA PROJETOS ESPECIAIS

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Rui Costa
Governador

João Leão
Vice-Governador

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DA BAHIA

Marcus Benício Foltz Cavalcanti
Secretário

Ivan Carlos Alves Barbosa
Chefe de Gabinete

SUPLOG - SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO EM LOGÍSTICA DE TRANSPORTES E INTERMODALISMO

Maria Amélia Pompeu do Amaral
Superintendente

Mateus da Cunha Dias
Diretor de Intermodalismo

SIT - SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Saulo Pontes
Superintendente

Siglas

ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

BAHIAGÁS - Companhia de Gás da Bahia

BAMIN - Bahia Mineração

BB - Banco do Brasil

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral

CDCAN - Centro de Distribuição de Candeias

CEF - Caixa Econômica Federal

Chesf - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CLIA - Centro Logístico Industrial Aduaneiro

CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia

COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

Copene - Companhia Petroquímica do Nordeste

DCL - Dívida Consolidada Líquida

EADI - Estações Aduaneiras Interiores

FAFEN - Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

FCA - Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste

FMI - Fundo Monetário Internacional

FPE - Fundo de Participação dos Estados

Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GASCAC - Gasoduto Cacimbas-Catu

GASENE - Gasoduto de Integração Sudeste Nordeste

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Siglas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEA - Instituto de Economia Agrícola

IGP-DI - ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IR - Imposto de Renda

LSPA - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.

PIB - Produto Interno Bruto

PPA - Plano Plurianual

PPP - Parceria Público Privada

RA - Regiões Administrativas

RCL - Receita Corrente Líquida

RDC - Regime Diferenciado de Contratação

RMS - Região Metropolitana de Salvador

SAM - Sul Americana de Metais

SEAGRI - Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SETUR - Secretaria de Turismo

SICARM - Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

SICM - Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

SNIC - Sindicato Nacional das Indústrias de Cimento

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SVO - Sistema Viário Oeste

TECA - Terminal de Logística de Carga

TECON - Terminal de Contêiner

TEN - Torres Eólicas do Nordeste

TERCAM - Terminal Intermodal de Camaçari

TIBA - Terminal Intermodal da Bahia - Simões Filho

TPC - Terminal Portuário Cotegipe

Siglas

VAB - Valor Adicionado Bruto

VLT - Veículo Leve sobre Trilho

VNN - Votorantim Novos Negócios

VTI - Valor da Transformação Industrial

Quadros

Quadro 2.1 - Crescimento Real do PIB Estadual (base 100 = 2002) 19
Quadro 2.2 - Crescimento Real do PIB Per Capita Estadual (base 100 = 2002) 20
Quadro 3.1 - Evolução do Número de Municípios na Bahia 26
Quadro 3.2 - Regiões de Influência Urbana - Bahia, 1991 28
Quadro 3.3 - Regiões Econômicas - Bahia 29
Quadro 3.4 - Territórios de Identidade - Bahia 33
Quadro 5.1 - População Residente por Domicílio e Sexo, para o Brasil, Nordeste e Bahia 42
Quadro 5.2 - População Residente nos Territórios de Identidade da Bahia – 2000/2010/2017 ... 43
Quadro 5.3 - Urbanização nos Territórios de Identidade (2000-2010) 45
Quadro 5.4 - Densidade Demográfica nos Territórios de Identidade em 2010 46
Quadro 5.5 - Composição da População Residente por Grupo de Idade no Brasil, Nordeste e Bahia – 2000/2010/2017 47
Quadro 5.6 - População por Grupos de Idade nos Territórios de Identidade - 2010 48
Quadro 6.1 - PIB e Crescimento do Brasil e Regiões 50
Quadro 6.2 - Participação Percentual das Grandes Regiões no PIB (%) 51
Quadro 6.3 - PIB Per Capita e Crescimento do Brasil e Regiões (2010, 2013, 2015) 51
Quadro 6.4 - PIB e Crescimento do Brasil, Nordeste e Bahia (2010, 2013, 2015) 51
Quadro 6.5 - PIB Per Capita e Crescimento do Brasil, Nordeste e Bahia (2010, 2013, 2015) 52
Quadro 6.6 - PIB e Crescimento Nominal das Unidades da Federação (2010 e 2015) 52
Quadro 6.7 - PIB per capita e Crescimento Nominal – Unidades da Federação 53
Quadro 6.8 - Taxa Acumulada de Crescimento do PIB do Brasil e da Bahia 54
Quadro 6.9 - Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto por Grande Região e Unidades da Federação (2004 - 2015) 55
Quadro 6.10 - Evolução do PIB do Estado da Bahia (2005 – 2017) 56
Quadro 6.11 - Evolução do PIB per Capita do Estado da Bahia (2005 – 2017) 56
Quadro 6.12 - Estrutura do PIB da Bahia por Grandes Setores a Preços Básicos (2005 – 2017) 57
Quadro 6.13 - Estrutura do PIB da Bahia, por Grandes Setores e Atividades no período 2004 – 2015 a Preços Básicos 57
Quadro 6.14 - Taxa de Crescimento Médio Anual das Atividades no Estado da Bahia, a Preços Básicos (2004 - 2015) 58

Quadros

Quadro 6.15 - PIB do Estado da Bahia por Território de Identidade, a Preços Correntes (2010 – 2015) 59
Quadro 6.16 - Evolução da Participação do PIB do Estado da Bahia, por Territórios de Identidade (2010 -2015) 60
Quadro 6.17 - PIB do Estado da Bahia per capita, por Territórios de Identidade (2010) 62
Quadro 6.18 - Estrutura Setorial do Valor Adicionado do Estado da Bahia, a Preços Básicos (2010 e 2015) 63
Quadro 6.19 - Estrutura Setorial do Valor Adicionado do Estado da Bahia, a Preços Básicos (2010 e 2015) 64
Quadro 6.20 - PIB Municipal, os 10 Maiores e Menores em Participação (2015) 66
Quadro 6.21 - PIB Municipal per capita, os 10 Maiores e 10 Menores em Participação (2015) 66
Quadro 6.22 - VAB Municipal da Agropecuária, os 10 Maiores e 10 Menores Municípios em Participação (2015) 67
Quadro 6.23 - VAB Municipal da Indústria, os 10 Maiores e Menores Municípios em Participação (2015) 67
Quadro 6.24 - VAB dos Serviços Municipais, os 10 Maiores e Menores Municípios em Participação (2015) 67
Quadro 6.25 - Domicílios Particulares Permanentes (2010) 69
Quadro 6.26 - Evolução do Rendimento Médio Real da Bahia, segundo o Gênero (2006 a 2016) 69
Quadro 6.27 - Evolução do Rendimento Médio Real por Setor de Atividade – Bahia (2006 a 2016) 70
Quadro 6.28 - Indicadores de Rendimento nos Territórios de Identidade (2010) 71
Quadro 6.29 - Saldo de Emprego Celetista, segundo Atividade Econômica, por Território de Identidade (2017) 72
Quadro 6.30 - Estimativa da População Total e Economicamente Ativa da Região Metropolitana de Salvador (2015 a 2018) 72
Quadro 6.31 - Taxa de Participação por atributos pessoais – Região Metropolitana de Salvador (2015 a 2018) 73
Quadro 6.32 - Estabelecimentos Agropecuários da Bahia 73
Quadro 6.33 - Utilização das Terras na Bahia (hectare) 74
Quadro 6.34 - Lavoura Temporária 74
Quadro 6.35 - Lavoura Permanente 75

Quadros

Quadro 6.36 - Extração Vegetal 75
Quadro 6.37 - Silvicultura 76
Quadro 6.38 - Plantios Florestais na Bahia 99
Quadro 6.39 - Lavoura Temporária 105
Quadro 6.40 - Lavoura Permanente 106
Quadro 6.41 - Extração Vegetal 107
Quadro 6.42 - Silvicultura 107
Quadro 6.43 - Efetivo dos Rebanhos e Aves 108
Quadro 6.44 - Produção de Origem Animal - Quantidade Produzida 110
Quadro 6.45 - Produção de Origem Animal 110
Quadro 6.46 - Evolução da Estrutura do PIB 1960 – 2017 113
Quadro 6.47 - Composição do Setor Industrial - 2002 – 2017 113
Quadro 6.48 - Taxas de Crescimento na Indústria - Produção Física - Acumulado no Ano 114
Quadro 6.49 - Taxas de Crescimento da Produção Física Industrial, Acumulado no Ano 115
Quadro 6.50 - Extração de Petróleo e Gás 116
Quadro 6.51 - Produção de Derivados do Petróleo 117
Quadro 6.52 - Venda de Derivados do Petróleo e Álcool 117
Quadro 6.53 - Produção Bruta das Principais Substâncias Metálicas da Bahia - 2016 127
Quadro 6.54 - Produção Beneficiada das Principais Substâncias Metálicas da Bahia - 2016 127
Quadro 6.55 - Fábricas de Cimento no Nordeste em 2011 130
Quadro 6.56 - Evolução da Produção de Cimento na Região Nordeste (mil t) 131
Quadro 6.57 - Evolução do Consumo Aparente de Cimento na Região Nordeste (mil t) 132
Quadro 6.58 - Participação do PIB da Construção Civil no PIB da Bahia 2008 – 2017 133
Quadro 6.59 - Evolução do Emprego Formal na Construção Civil da Bahia 2008 – 2017 134
Quadro 6.60 - Desempenho Anual do Mercado Imobiliário Na Bahia 2008 – 2016 134
Quadro 6.61 - Dados Consolidados do Setor Industrial da Bahia - 2011 139
Quadro 6.62 - Quantitativo de Unidades Locais de Empresas e Organizações do Setor de Serviços da Bahia - 2010 – 2016 140
Quadro 6.63 - Pessoal Ocupado nas Empresas e Organizações do Setor de Serviços da Bahia - 2010 – 2016 141
Quadro 6.64 - Salário Médio nas Empresas e Organizações do Setor de Serviços da Bahia – 2011 142
Quadro 6.65 - Índice de Volume de Vendas no Varejo, por Atividades Principais - Bahia 142

Quadros

Quadro 6.66 - Índice de Receita Nominal de Vendas no Varejo, por Atividades Principais - Bahia 143
Quadro 6.67 - Fluxo de Turistas Estrangeiros, Segundo Origem e Via de Acesso - 2014 - 2015 145
Quadro 7.1 - Capacidade de Armazenagem Apta por Região (Avaliação CONAB) - 2018 147
Quadro 7.2 - Distribuição Regional da Capacidade Estática Cadastrada de Armazenagem - 2018 147
Quadro 7.3 - Capacidade Estática Média Cadastrada de Armazenagem por Região - 2018 148
Quadro 7.4 - Situação Atual dos Armazéns da Bahia no Cadastro CONAB - 2018 149
Quadro 7.5 - Capacidade Estática dos Armazéns Cadastrados da Bahia na CONAB - 2018 150
Quadro 7.6 - Armazéns CONAB na Bahia Credenciados e Habilitados no SICARM - 2018 151
Quadro 7.7 - Armazéns na Bahia Certificados no SICARM da CONAB - 2018 152
Quadro 7.8 - Instalações de Armazenagem no Porto de Salvador 152
Quadro 7.9 - Instalações de Armazenagem Arrendadas no Porto de Aratu 153
Quadro 7.10 - Terminais de Carga e Descarga da FCA/VLI 154
Quadro 8.1 - Classificação dos Tipos de Veículos Segundo o DENATRAN 160
Quadro 8.2 - Participação dos Tipos de Veículos na Frota Estadual (%) 161
Quadro 8.3 - Frota Total de Veículos da Bahia 163
Quadro 8.4 - Frota de Automóveis da Bahia 163
Quadro 8.5 - Frota de Caminhões da Bahia 164
Quadro 8.6 - Frota de Caminhões Tratores da Bahia 164
Quadro 8.7 - Frota de Caminhonetes e Camionetas da Bahia 165
Quadro 8.8 - Frota de Ônibus e Micro-ônibus da Bahia 165
Quadro 8.9 - Frota de Motocicletas e Motonetas da Bahia 166
Quadro 8.10 - Frota de Reboques e Semirreboques da Bahia 166
Quadro 8.11 - Frota de Outros Veículos da Bahia (Inclui Chassi Plataforma, Ciclomotor, Sidecar, Trator com Rodas, Triciclo, Utilitário e Outros) 167
Quadro 9.1 - Exportação e Importação do Brasil (2006 - 2017) 169
Quadro 9.2 - Exportação dos Principais Estados Brasileiros (2016 - 2017) 170
Quadro 9.3 - Importação dos Principais Estados Brasileiros (2016 e 2017) 171
Quadro 9.4 - Exportações Brasileiras por Região (2016 - 2017) 171
Quadro 9.5 - Importações Brasileiras por Região (2016 - 2017) 172
Quadro 9.6 - Exportações da Região Nordeste por Estado (2016 - 2017) 172
Quadro 9.7 - Importação da Região Nordeste por Estado (2016 - 2017) 173

Quadros

Quadro 9.8 - Balança Comercial do Estado da Bahia (2016 - 2017) 173
Quadro 9.9 - Principais Municípios Exportadores do Estado da Bahia (2016 - 2017) 174
Quadro 9.10 - Principais Municípios Importadores do Estado da Bahia (2016 - 2017) 175
Quadro 9.11 - Exportações Baianas por Segmento (2016 - 2017) 176
Quadro 9.12 - Importações da Bahia por Categoria de Uso (2016 - 2017) 176
Quadro 9.13 - Importações do Estado da Bahia – Principais Produtos (2016 - 2017) 177
Quadro 9.14 - Exportações do Estado da Bahia – Principais Produtos (2016 e 2017) 178
Quadro 9.15 - Exportações por Fator Agregado (2016 - 2017) 178
Quadro 9.16 - Participação do Comércio Exterior no PIB (2016 - 2017) 179
Quadro 9.17 - Principais Parceiros Comerciais da Bahia em 2016 180
Quadro 9.18 - Exportações do Estado da Bahia para Blocos Econômicos (2016 - 2017) 181
Quadro 9.19 - Importações do Estado da Bahia para Blocos Econômicos (2016 - 2017) 181
Quadro 9.20 - Principais Empresas Exportadoras (2009 - 2010) 182
Quadro 9.21 - Principais Empresas Importadoras (2009 - 2010) 183
Quadro 10.1 - Estabelecimentos de Saúde nos Territórios de Identidade no Ano de 2012 184
Quadro 10.2 - Porcentagem de Alunos Matriculados no Ano de 2015 185
Quadro 10.3 - Histórico da Taxa de Analfabetismo na Bahia (2000 - 2015) 186
Quadro 10.4 - Matriculados no Ensino Fundamental - Bahia 2015 186
Quadro 10.5 - Matriculados Ensino Médio - 2015 186
Quadro 10.6 - Indicadores de Saneamento em 2010 187
Quadro 10.7 - Abastecimento de Água no Estado (2001 e 2010) 187
Quadro 10.8 - Abastecimento de Água no Estado de acordo com o meio (2001 - 2009) 188
Quadro 10.9 - Indicadores de Moradia em 2010 189
Quadro 10.10 - Evolução do Consumo de Energia Elétrica no Estado (2012 - 2017) 190
Quadro 10.11 - Número de Consumidores de Energia Elétrica no Estado (2010 - 2016) 190
Quadro 10.12 - Indicadores de Energia Elétrica por Território de Identidade (2010) 191
Quadro 10.13 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – 2010 192
Quadro 13.1 - Resultado Primário dos Estados 213
Quadro 13.2 - Operações de Crédito – 2017 222
Quadro 13.3 - Despesas Empenhadas 223
Quadro 13.4 - Contratos de PPP em Vigor - Valores Verificados em 2017 e Projetados 226

Ilustrações

Ilustração 2.1 - Estrutura do PIB por Grandes Setores em 2002 20
Ilustração 2.2 - Estrutura do PIB por Grandes Setores em 2017* 21
Ilustração 2.3 - Estrutura do Setor Serviços em 2017* 22
Ilustração 3.1 - Mesorregiões Geográficas da Bahia, segundo o IBGE 24
Ilustração 3.2 - Microrregiões Geográficas da Bahia, segundo o IBGE 25
Ilustração 3.3 - Macrorregiões, Microrregiões e Municípios, segundo o IBGE 26
Ilustração 3.4 - Eixos de Desenvolvimento e Regiões Econômicas - PPA 2000/2003 32
Ilustração 3.5 - Territórios de Identidade - Bahia 35
Ilustração 5.1 - Crescimento da População Brasileira, do Nordeste e do Estado da Bahia, no Período de 2000 - 2010 42
Ilustração 5.2 - Participação Populacional dos Principais Territórios na População do Estado ... 44
Ilustração 5.3 - Pirâmide Etária da Bahia 2010 e Projeção 2020 47
Ilustração 5.4 - Distribuição da População (Estimada) em 2015 49
Ilustração 6.1 - PIB do Estado da Bahia, Per Capita, por Municípios, a Preços Corrente (2015) 61
Ilustração 6.2 - Perfil Produtivo dos Territórios de Identidade 65
Ilustração 6.3 - Principais Municípios e Respectivas Atividades Econômicas da Região 68
Ilustração 6.4 - Polos Agropecuários 76
Ilustração 6.5 - Tipologia Climática - Destaque para a Região Semiárida da Bahia 77
Ilustração 6.6 - Região de Produção de Soja na Bahia 79
Ilustração 6.7 - Região de Produção de Algodão na Bahia 80
Ilustração 6.8 - Região de Produção de Milho na Bahia 81
Ilustração 6.9 - Região de Produção de Café na Bahia 83
Ilustração 6.10 - Região de Produção de Arroz na Bahia 84
Ilustração 6.11 - Região de Produção de Feijão na Bahia 85
Ilustração 6.12 - Região de Produção de Cana-de-Açúcar na Bahia 86
Ilustração 6.13 - Região de Produção de Mandioca na Bahia 87
Ilustração 6.14 - Região de Produção de Cacau na Bahia 89
Ilustração 6.15 - Região de Produção de Banana na Bahia 91
Ilustração 6.16 - Região de Produção de Coco na Bahia 92

Ilustrações

Ilustração 6.17 - Região de Produção de Manga na Bahia....93
Ilustração 6.18 - Região de Produção de Laranja na Bahia 94
Ilustração 6.19 - Região de Produção de Mamão na Bahia 95
Ilustração 6.20 - Região de Produção de Maracujá na Bahia....96
Ilustração 6.21 - Região de Produção de Uva na Bahia 97
Ilustração 6.22 - Distribuição Geográfica das Áreas de Plantios Florestais na Bahia (2016)....98
Ilustração 6.23 - Distribuição da Área de Plantio de Eucalipto e Pinus no Brasil em 2016 99
Ilustração 6.24 - Produção de Madeira em Tora para Papel e Celulose....100
Ilustração 6.25 - Produção de Madeira em Tora para Outras Finalidades 101
Ilustração 6.26 - Produção de Lenha (Silvicultura)....102
Ilustração 6.27 - Produção de Madeira em Tora na Extração Vegetal....103
Ilustração 6.28 - Produção de Lenha na Extração Vegetal 104
Ilustração 6.29 - Efetivo do Rebanho de Galos, Frangos, Frangas e Pintos 108
Ilustração 6.30 - Efetivo do Rebanho de Bovinos....109
Ilustração 6.31 - Distribuição Espacial da Produção de Leite....111
Ilustração 6.32 - Distribuição Espacial da Produção de Ovos de Galinha....112
Ilustração 6.33 - Produção Brasileira de Etanol (em mil litros) - 2010/2011 - 2016/2017....118
Ilustração 6.34 - Fluxograma de Produção Petroquímica do Polo de Camaçari (Comitê de Fomento Industrial de Camaçari)....122
Ilustração 6.35 - Principais Bens Minerais Exportados em 2017 125
Ilustração 6.36 - Principais Bens Minerais Comercializados em 12/2017....126
Ilustração 6.37 - Reservas Minerais Brasileiras das Principais Substâncias Metálicas - 2016...126
Ilustração 6.38 - Oferta Interna de Energia por Fonte - 2016 (%) 135
Ilustração 6.39 - Consumo Final de Energia por Setor - 2016 (%)....136
Ilustração 6.40 - Consumo Final de Energia do Segmento Industrial - 2016 (%) 136
Ilustração 6.41 - Taxa de Ocupação da Rede Hoteleira (%) - Bahia....144
Ilustração 6.42 - Diária Média da Rede Hoteleira (R$) – Bahia 144
Ilustração 6.43 - Revpar da Rede Hoteleira (R$) - Bahia 144
Ilustração 7.1 - Produção de Grãos e Capacidade Estática de Armazenamento no Brasil 2000-2011*....146
Ilustração 7.2 - Características do Terminal de Carga do Aeroporto Internacional de Salvador....156
Ilustração 8.1 - Distribuição Espacial da Frota Total de Veículos da Bahia em 2015....168
Ilustração 9.1 - Exportações e Importações Brasileiras Durante os Anos de 2006 a 2017....169

Ilustrações

Ilustração 10.1 - Taxa de Mortalidade Infantil na Bahia em 2014 185
Ilustração 13.1 - Taxa de Crescimento do PIB Brasileiro 208
Ilustração 13.2 - Resultado Primário do Setor Público (% PIB) 209
Ilustração 13.3 - Taxa de Investimento (% PIB) 210
Ilustração 13.4 - Taxas Esperadas para o Crescimento do PIB 211
Ilustração 13.5 - Evolução da Receita Corrente Líquida dos Estados (em R$ bilhões em dez./2017) 213
Ilustração 13.6 - Evolução do ICMS (em R$ bilhões de dez/2017) 214
Ilustração 13.7 - Taxa de Crescimento do ICMS por Estado – Variação Real 2017/2016 215
Ilustração 13.8 - Evolução dos Investimentos nos Estados (em R$ bilhões dez./2017) 216
Ilustração 13.9 - Dívida Consolidada – Distribuição entre os Estados (%) 217
Ilustração 13.10 - Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) 217
Ilustração 13.11 - Evolução das Receitas do Estado da Bahia (em R$ milhões) 219
Ilustração 13.12 - Participação Média do ICMS no Total da Receita Tributária da Bahia (%) .. 220
Ilustração 13.13 - Evolução da Receita Tributária e ICMS da Bahia (em R$ milhões) 220
Ilustração 13.14 - Transferências Correntes do Estado da Bahia (em R$ milhões) 221
Ilustração 13.15 - Receitas de Capital - Estado da Bahia (em R$ milhões) 221
Ilustração 13.16 - Evolução da Receita Corrente Líquida do Estado da Bahia (em R$ milhões) 222
Ilustração 13.17 - Resultado Previdenciário Real do Estado da Bahia (em R$ milhões) 224
Ilustração 13.18 - Resultado Primário do Estado da Bahia (em R$ milhões) 225
Ilustração 13.19 - Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) 226

Sumário

1. APRESENTAÇÃO 15

2. CONTEXTUALIZAÇÃO 16

3. DIVISÃO REGIONAL DO ESTADO 23

3.1. A Divisão Regional do IBGE em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas 23

3.2. A Divisão Regional de Planejamento Estadual 27

4. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO ECONÔMICA DO SOLO BAIANO 36

5. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POPULACIONAIS DO ESTADO 41

5.1. Metodologia Adotada pelo IBGE nas Estimativas Populacionais 41

5.2. Dados Populacionais 42

6. DADOS ECONÔMICOS E CARACTERIZAÇÃO DOS SETORES DA ECONOMIA 50

6.1. Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) 50

6.1.2. Evolução Anual do PIB Baiano nos Últimos Anos 55

6.2. Valores Apurados para a Renda Domiciliar 68

6.3. Caracterização dos Setores da Economia 73

6.3.1. O Setor Agropecuário 73

6.3.2. O Setor Industrial 112

6.3.3. O Setor de Serviços 139

7. ESTRUTURAS DE ARMAZENAGEM NO ESTADO 146

7.1. Armazenagem da Produção Agrícola 146

7.2. Instalações de Armazenagem nos Portos da Bahia 152

7.3. Instalações Ferroviárias de Movimentação de Cargas na Bahia 154

7.4. Instalações Aeroviárias de Movimentação de Cargas na Bahia 155

7.5. Instalações de Armazenagem nas Instalações Aduaneiras Interiores 156

7.6. Distritos Industriais - Áreas de Potencial Armazenagem Própria 157

7.7. Condomínios Logísticos 157

7.8. ZPE Ilhéus - Área de Potencial Armazenagem Própria 159

8. NÍVEL DE MOTORIZAÇÃO 160

9. MOVIMENTOS DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO 169

Sumário

10. INDICADORES SOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO 184

11. OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE 193

12. CENÁRIOS ECONÔMICOS TENDENCIAIS E ALTERNATIVOS DE POLÍTICAS PARA A ECONOMIA BAIANA – SEPLAN/SDE..... 202

13. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO ESTADO DA BAHIA E SUPERAÇÃO DOS GARGALOS CÍCLICOS E ESTRUTURAIS..... 206

13.1. Contextualização 206

13.2. Evolução Recente do PIB, Investimentos e Perspectivas 208

13.3. Finanças Públicas Estaduais..... 212

13.4. Finanças Públicas do Estado da Bahia 218

13.5. O Que Esperar do Futuro Próximo..... 227

1. APRESENTAÇÃO

Os estudos socioeconômicos realizados compreenderam a atualização da avaliação das principais variáveis que influenciam o crescimento da demanda por transporte no Estado, bem como, da análise dos fluxos de produção existentes e potenciais, realizadas por ocasião da elaboração do PDLT. Verifica-se que estes estudos permitiram determinar como são geradas as viagens para o transporte de cargas das regiões de produção para os centros de consumo ou exportação.

Observa-se que a sua evolução correlaciona-se, principalmente, com as transformações demográficas, com a evolução da renda e com o aumento da motorização na região, sendo que estas variáveis podem determinar um maior ou menor uso dos veículos.

Os estudos permitiram uma compreensão abrangente da estrutura produtiva do Estado da Bahia e das regiões adjacentes que impactam a sua economia e a sua infraestrutura de transportes.

Os dados relativos às variáveis socioeconômicas também foram analisados, quando apropriado, no nível de municípios e de territórios de identidade. Além disso, foram identificadas as áreas externas relevantes, responsáveis pelo intercâmbio de cargas com o Estado.

Os estudos compreenderam, ainda, a análise dos principais segmentos, arranjos produtivos e conglomerados econômicos. Nesta fase, buscou-se o entendimento da forma como se configura a estrutura produtiva local, como ela se distribui no espaço geográfico estadual, sua área de influência e suas demandas específicas por logística, atual e futura.

Para estudar em detalhe estes arranjos e suas demandas por logística, foram realizadas pesquisas junto aos agentes de produção e de consumo, além de levantamentos convencionais de dados em órgãos e entidades que disponibilizam estatísticas.

O objetivo final destes estudos foi o de, a partir do conhecimento das variáveis socioeconômicas, e tendo como base os cenários macroeconômicos possíveis, projetar, utilizando-se de modelos de previsão, o crescimento esperado para as variáveis população, PIB e frota de veículos, para cada uma das zonas de tráfego consideradas no horizonte de análise.

Finalmente, cabe mencionar que além da caracterização das variáveis socioeconômicas, em termos atuais e de suas perspectivas no médio e longo prazos, os estudos possibilitaram a avaliação do comportamento dos principais fluxos de carga no horizonte considerado.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Inicialmente, é apresentada uma breve descrição de alguns aspectos e variáveis selecionados relativos à área em estudo, com o objetivo de realizar uma contextualização sumária da região objeto dessa avaliação.

O Estado da Bahia, atualmente constituído por 417 unidades municipais, está localizado na Região Nordeste do país, tendo como limites Minas Gerais ao sul, a sudoeste e a sudeste, Goiás a oeste e a sudoeste, Tocantins a oeste e a noroeste, Piauí a norte e a noroeste, Pernambuco a norte, Alagoas a nordeste, Sergipe a nordeste, Espírito Santo a sudeste e o Oceano Atlântico a leste, com cerca de 1.180 km de costa.

E possui uma área total de 564.732,45 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representando uma participação de cerca de 36% da área da Região Nordeste e da ordem de 7% da área total brasileira. Com esta dimensão, apresenta-se como o quinto estado em extensão.

O censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE apurou uma população residente de 14.016.906 habitantes, indicando uma participação na população total do país equivalente a 7,3% e de 26,4% na população da Região Nordeste. E, segundo o IBGE, a população estimada em 2017 era de 15.344.447 habitantes.

Esta população registrava, também em 2010, uma densidade média de 24,82 habitantes/km², sendo que a sua distribuição pelo Estado registrava elevada heterogeneidade, concentrando-se basicamente no litoral, principalmente na Região Metropolitana de Salvador, que participava, naquele ano, com cerca de 25% da população estadual, com destaque para a capital, que reunia 2.675.656 habitantes, aproximadamente 19% da população total da Bahia.

Em termos ambientais, pode-se destacar que o Estado possui a maior parte de seu território inserido na região do semiárido nordestino, que se caracteriza principalmente pela baixa pluviometria.

No território baiano predomina o clima tropical, em razão disso, as temperaturas são elevadas praticamente o ano todo, acima dos 26°C, com exceção da Serra do Espinhaço, na qual as temperaturas são razoavelmente amenas. O clima semiárido se apresenta no sertão do Estado com pouca precipitação, ocasionando longos períodos de estiagem. Na região de Ilhéus os índices pluviométricos podem superar os 1.500 mm e no sertão não ultrapassa 500 mm ao ano. As chuvas são irregulares, em alguns anos não ocorre, o que provoca a seca.

Existem três tipos básicos de cobertura vegetal no território baiano, a caatinga que ocupa maior parte do Estado, a floresta tropical úmida e o cerrado. A caatinga se localiza em toda a região norte, na área da depressão do São Francisco e na serra do Espinhaço, o cerrado ocupa a parte ocidental do Estado, enquanto que a floresta tropical úmida, o sudeste. Perto de 64% do território baiano constituem-se de caatingas, 16% de cerrados, 18% de florestas e 2% de campos.

Grande parte do território baiano possui áreas que estão acima dos 200 m de altitude, estando presente grande variedade de relevos, onde se destacam, principalmente, as dunas,

as planícies e os manguezais no litoral, ao sudeste ocorre a presença do planalto e no vale do Rio São Francisco registram-se depressões, locais onde se desenvolve o clima semiárido.

Na Bahia, os pontos mais elevados são o Pico do Barbado, que apresenta altitude de 2.033 m, localizado na Serra dos Barbados, e o Pico das Almas, com 1.836 m, localizado entre os municípios de Érico Cardoso, Livramento de Nossa Senhora e Rio de Contas, na Serra das Almas.

Relativamente à composição de suas treze bacias hidrográficas, pode-se destacar que a maior delas é a Bacia do Rio São Francisco, com extensão superior a 304 mil km² e com grande potencial hidrelétrico, na qual estão instaladas usinas de grande porte, como as de Sobradinho, Paulo Afonso e Itaparica.

As Bacias dos Rios Itapicuru, Contas e Paraguaçu destacam-se por ser exclusivamente baianas. Na Bacia do Rio Paraguaçu localiza-se a Barragem de Pedra do Cavalo, onde o curso d'água tem múltipla utilização. As demais bacias que integram a rede hidrográfica do Estado são as seguintes: Rio Vaza-Barris, Rio Real, Rio Inhambupe, Recôncavo Norte, Recôncavo Sul, Rio Pardo, Rio Jequitinhonha e Extremo Sul.

Na Bahia existem cerca de 200 unidades de conservação. Podem ser de proteção integral, que incluem as estações ecológicas, reservas biológicas, parques, monumentos naturais e refúgio de vida silvestre, ou de uso sustentável, onde se inserem Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais.

Quanto à infraestrutura estadual de serviços públicos, cabe destacar que a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Chesf) é a responsável pela geração e transmissão da energia elétrica do Estado. A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) detém a concessão para distribuição de energia na maior parte dos municípios do Estado.

Os serviços de distribuição de gás natural no Estado são executados pela Companhia de Gás da Bahia (BAHIAGÁS), concessionária deste serviço no Estado.

Quanto à infraestrutura de transporte e logística, deve-se destacar que o Estado possui 5.931,1 km de estradas federais pavimentadas e 1.109,0 km de estradas não pavimentadas federais em seu território. Conta, ainda, com 10.714,9 km de estradas pavimentadas estaduais e 11.509,5 km de estradas não pavimentadas estaduais, que cobrem todas as regiões do Estado.

Esta rede está basicamente estruturada sobre quatro eixos principais, que permitem a integração com as demais regiões do país:

- BR-116: realiza a ligação com o sul e o sudeste, atravessando o Estado desde Minas Gerais até alcançar Pernambuco;
- BR-101: atravessa a Bahia pelo litoral, fazendo a ligação com o Estado de Sergipe e os demais Estados do nordeste e com o sudeste, no Espírito Santo;
- BR-324: aparece como a principal ligação entre a capital Salvador e o interior do Estado. Este eixo interliga-se, também, com a BR-407, para alcançar a região do Rio

São Francisco, em Juazeiro, onde estão presentes o modal rodoviário, ferroviário e hidroviário;

- BR-242: cruza a região da Chapada Diamantina e do oeste baiano, realizando a ligação entre a Bahia e o centro-oeste do país.

A rede ferroviária do Estado é parte integrante da antiga Rede Ferroviária Federal. Atualmente privatizada, é explorada pela Ferrovia Centro-Atlântico (FCA/VLI). Sua extensão é de 1.871 km, sendo constituída por três linhas-tronco, a saber: Linha Norte, Salvador-Propriá (SE), com 537 km; Linha Centro, Alagoinhas-Petrolina (PE), com 450 km, e Linha Sul, Monte Azul (MG), com 854 km. Existe também o Ramal de Campo Formoso com 30 km de extensão.

Acrescente-se, ainda, a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, conhecida como FIOL, que é um projeto que faz parte do Plano Nacional de Viação, cujas obras encontram-se em andamento, e que vai permitir o escoamento da produção de grãos do oeste do Estado e de minério da região de Caetité.

A Bahia conta também com a Hidrovia do São Francisco, com uma extensão de 1.371 km, ligando Juazeiro (BA) a Pirapora (MG), sendo a principal via fluvial do Estado. Devido à seca que assola a região há cerca de cinco anos, o rio teve suas vazões muito reduzidas, não permitindo mais a navegação normal. Os seus afluentes, o Rio Grande e o Rio Corrente, também são navegáveis.

O Estado possui quatro portos, sendo três marítimos, Salvador, Aratu e Ilhéus, e um fluvial, o Porto de Juazeiro. Os três portos marítimos são organizados e administrados pela Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA), empresa pertencente ao Governo Federal. O Estado possui ainda alguns portos privados, a saber: Copene, Usiba, Dow Química, Ponta da Laje, GDK, Terminal de Cotegipe, um terminal privado de uso público, e o Moinho Dias Branco.

Destaca-se, ainda, o Porto Sul, iniciativa do governo da Bahia, localizado no sul do Estado, que, atualmente, está em fase de preparação da implantação e que deverá operar de forma conjugada com a FIOL, para o escoamento da produção mineral e de grãos.

A infraestrutura aeroportuária do Estado é constituída, principalmente, pelos aeroportos das cidades de Salvador, Porto Seguro, Ilhéus, Vitória da Conquista, Lençóis, Barreiras, Feira de Santana, Teixeira de Freitas e Valença.

Verifica-se que o Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães, em Salvador, responde atualmente por, aproximadamente, 5% da movimentação de passageiros da malha aeroviária nacional.

Merece destaque, também, a existência de um conjunto importante de polos e distritos industriais no Estado, com infraestrutura própria, dentre os quais se pode destacar: Camaçari, Aratu, Alagoinhas, Barreiras, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Itapetinga, Jequié, Juazeiro, Luís Eduardo Magalhães, Santo Antônio de Jesus, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista.

Cabe, ainda, registrar alguns aspectos relevantes relacionados à economia estadual, de forma a complementar a contextualização da região em estudo, conforme proposto.

As principais atividades econômicas estão distribuídas em diferentes áreas do Estado. Na Região Metropolitana de Salvador prevalecem os setores de serviços, assim como, as indústrias petroquímicas, metalmecânicas e automotivas.

A região oeste do Estado, onde se localiza a região do cerrado, é responsável pela maior parte da produção estadual de grãos, especialmente a soja, o milho e o algodão.

Ao norte, na região do São Francisco, destaca-se a produção de fruticultura irrigada, e nos municípios do seu entorno, encontra-se a maior parcela do rebanho caprino do país.

Na região sul concentra-se a produção pecuária bovina, a produção de café, a cultura do cacau, a silvicultura e a produção industrial de celulose. Finalmente, na região central do Estado e no sudoeste, podem ser observadas importantes atividades de mineração.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado da Bahia, a valores correntes, no ano de 2017, segundo dados preliminares da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), alcançou um montante de R$ 258,8 bilhões, registrando um incremento de 6,2% em relação ao montante apurado em 2016, de R$ 243,8 bilhões (valor sujeito à revisão).

A trajetória de crescimento real do PIB estadual está apresentada no Quadro 2.1, no qual é possível verificar os ganhos obtidos em praticamente todos os períodos entre 2002 e 2017, a exceção dos anos de 2009, 2015 e 2016. Considerando-se a base 100 em 2002, ter-se-ia a seguinte progressão:

Quadro 2.1 - Crescimento Real do PIB Estadual (base 100 = 2002)

ANO	ÍNDICE DO PIB REAL	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
2002	100,0	-
2003	102,3	2,3
2004	112,0	9,4
2005	116,6	4,1
2006	120,1	3,0
2007	126,0	4,9
2008	132,4	5,1
2009	132,1	-0,3
2010	140,1	6,1
2011	143,0	2,1
2012	147,2	3,0
2013	149,2	1,3
2014	152,7	2,3
2015	147,4	-3,4
2016*	140,2	-4,9
2017*	140,7	0,4

Fonte: SEI/IBGE.
*Dados sujeitos à retificação.

O PIB per capita da Bahia a valores correntes, teria registrado um valor de R$ 16.871,45 em 2017, conforme indicam as avaliações iniciais, valor que estaria superando em cerca de 6% o PIB per capita do ano de 2016, de R$ 15.961,97.

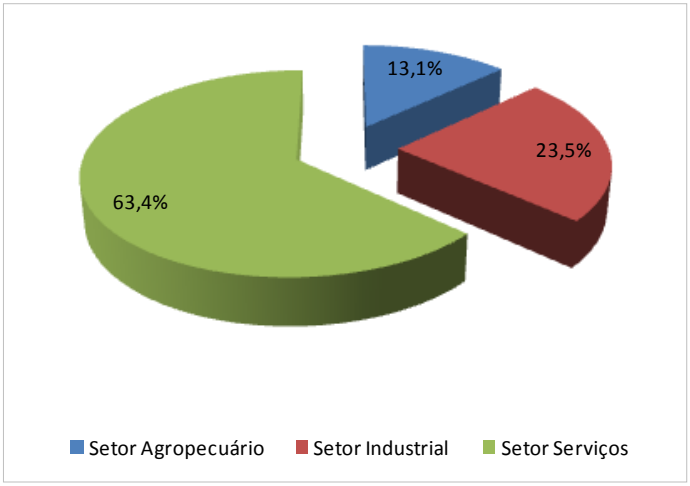
Da mesma forma, apresenta-se a trajetória de crescimento real do PIB per capita estadual também para o período compreendido entre 2002 e 2017.

Quadro 2.2 - Crescimento Real do PIB Per Capita Estadual (base 100 = 2002)

ANO	ÍNDICE DO PIB REAL PER CAPITA	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
2002	100,0	-
2003	101,5	1,5
2004	109,2	7,6
2005	112,7	3,2
2006	114,9	2,0
2007	119,5	3,9
2008	122,0	2,1
2009	120,5	-1,2
2010	133,0	10,3
2011	135,0	1,5
2012	138,2	2,4
2013	131,6	-4,8
2014	133,9	1,8
2015	128,6	-3,9
2016*	121,7	-5,4
2017*	121,7	0,0

Fonte: SEI/IBGE.
*Dados sujeitos à retificação.

Cabe apresentar a composição do PIB da Bahia pelos grandes setores da economia. Como pode ser verificado na Ilustração 2.1 e na Ilustração 2.2, o setor serviços registrou incremento em sua participação em 2017 em relação àquela registrada em 2002, enquanto que os setores agropecuário e industrial tiveram reduzidas as suas contribuições na formação do PIB estadual.

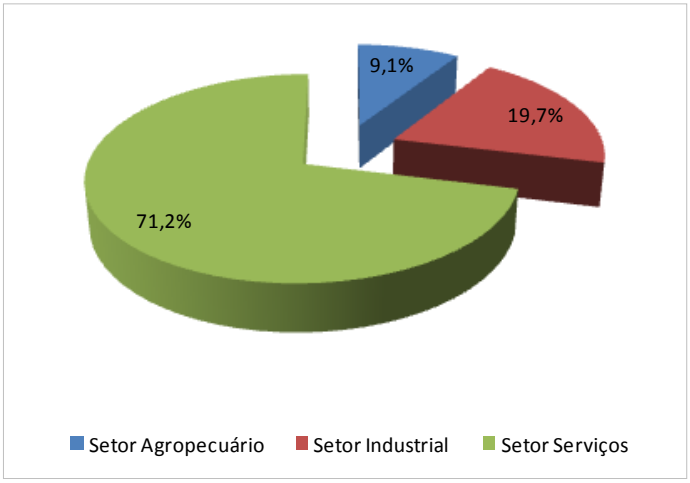


Fonte: SEI/IBGE.

Ilustração 2.1 - Estrutura do PIB por Grandes Setores em 2002

Note-se que em 2002 a participação do setor serviços foi de 63,4% contra participações de 23,5% e 13,1% dos setores industrial e agropecuário, respectivamente. Já em 2017, a participação do setor serviços tinha crescido para 71,2%, enquanto que as participações

dos setores industrial e agropecuário haviam sido reduzidas para 19,7% e 9,1%, respectivamente.



Fonte: SEI/IBGE.
*Dados sujeitos à retificação.

Ilustração 2.2 - Estrutura do PIB por Grandes Setores em 2017*

Pode-se destacar que a estrutura do setor industrial da Bahia está mais concentrada na indústria de transformação. No ano de 2017, este segmento representou 54,0% do setor industrial. Por sua vez, a indústria da construção e a produção e distribuição de eletricidade, gás e água representaram 31,3% e 9,9%, respectivamente do setor. No mesmo período, a indústria extrativa mineral apresentou uma participação de 4,8% na composição do setor industrial do Estado.

Importante observar que, conforme dados preliminares da SEI, a produção física da indústria da Bahia decresceu -1,7% em 2017 quando comparada ao ano anterior. Em particular, a indústria de transformação registrou queda de -1,9% em relação ao ano de 2016, mesmo considerando o incremento de 30,8% da indústria automotiva ocorrida naquele ano. Também com trajetória de crescimento, embora limitado, a indústria extrativa, de um modo geral, teve acréscimo de 2,2% em relação ao ano de 2016.

Cabe, ainda, registrar o alto potencial mineral do Estado, que se apresenta como um dos principais produtores de bens minerais do Brasil. A Bahia registra a relevância na produção de urânio, barita, cromo, magnesita, talco e salgema. É também importante produtor de bentonita, níquel, gemas, cobre, ouro, manganês, calcário dolomita, petróleo, rochas ornamentais, fosfato, manganês e calcário dolomítico.

Destacam-se, ainda, as recentes descobertas de concentrações de minérios de zinco, níquel, ouro, fosfato, titânio, vanádio, nefelinassienito, calcário calcítico e argilas cerâmicas.

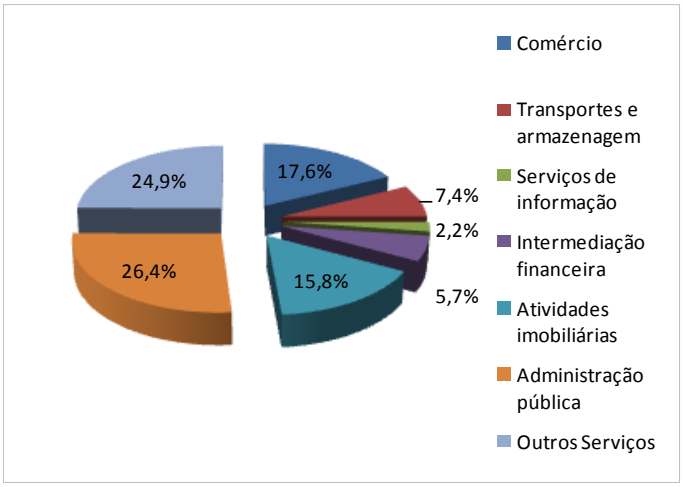
A agropecuária estadual tinha a seguinte composição em 2017, conforme informações preliminares da SEI: 72,5% de participação da agricultura e serviços relacionados; 20% de pecuária, pesca, aquicultura e serviços relacionados; e 7,5% de participação da produção florestal.

Quanto à produção total de grãos no Estado, pode-se afirmar que foram registradas expressivas taxas de crescimento ao longo dos últimos anos. Se no ano de 2002 a

produção total alcançava aproximadamente 3,0 milhões de toneladas, as informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE) para as safras de grãos de 2017 e 2018 (estimativa), apontam para produções de 8,6 e 8,7 milhões de toneladas, respectivamente.

A soja vem mantendo-se como o principal produto do setor, com estimativa para a safra de 2018 de 5,1 milhões de toneladas produzidas. Para o mesmo ano, as estimativas do LSPA/IBGE indicam os seguintes montantes para os demais grãos: milho, 2,0 milhões de toneladas; algodão, 1,1 milhões de toneladas; feijão, 0,3 milhão de toneladas; café, 0,2 milhão de toneladas; e sorgo, 0,08 milhão de toneladas.

O setor de serviços, conforme assinalado, vem se destacando como aquele que mais tem contribuído para a formação do PIB estadual. A sua composição, em 2017, considerando-se os seus diversos segmentos, está apresentada na Ilustração 2.3.



Fonte: SEI/IBGE.
*Dados sujeitos à retificação.

Ilustração 2.3 - Estrutura do Setor Serviços em 2017*

Vale observar, também, a configuração do comércio exterior. Nesse sentido, deve-se destacar que os segmentos mais relevantes dos movimentos de exportação em 2017, segundo dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria de Comércio Exterior (MDIC/SECEX), foram em ordem decrescente: químico e petroquímico, soja e derivados, papel e celulose, automotivo, metalúrgico, petróleo e derivados, metais preciosos, algodão e seus subprodutos e cacau e derivados.

Em 2017, a Bahia expandiu em 19,3% suas exportações em relação ao ano anterior, alcançando um montante de US$ 8,1 bilhões, o que representou 48,1% das exportações nordestinas e 3,7% do total exportado pelo país naquele ano.

As importações, por sua vez, também em 2017, registraram crescimento de 37,1% em relação ao ano anterior, totalizando U$ 7,2 bilhões. Com esses resultados, o saldo da balança comercial do Estado foi de US$ 0,9 bilhão, 38,7% acima do ano anterior.

3. DIVISÃO REGIONAL DO ESTADO

3.1. A Divisão Regional do IBGE em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas

Preliminarmente, deve ser destacada a metodologia utilizada pelo IBGE para a divisão do espaço geográfico brasileiro.

Conforme informa aquele Instituto, a divisão regional do Brasil em mesorregiões buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das unidades da federação, tendo como base alguns aspectos próprios a cada uma, como, por exemplo, o processo social predominante, o quadro natural existente e, também, a forma como se opera a articulação espacial local.

Na Bahia foram definidas sete mesorregiões geográficas, que reúnem 32 microrregiões geográficas, para um total, como já assinalado, de 417 unidades municipais, conforme a seguir apresentado.

Mesorregião Centro-Norte Baiano

Formada pelas seguintes microrregiões: Feira de Santana, Irecê, Itaberaba, Jacobina e Senhor do Bonfim.

Mesorregião Centro-Sul Baiano

Formada pelas seguintes microrregiões: Boquira, Brumado, Guanambi, Itapetinga, Jequié, Livramento de Nossa Senhora, Seabra e Vitória da Conquista.

Mesorregião do Extremo Oeste Baiano

Formada pelas seguintes microrregiões: Barreiras, Cotegipe e Santa Maria da Vitoria.

Mesorregião Metropolitana de Salvador

Formada pelas seguintes microrregiões: Catu, Salvador e Santo Antônio de Jesus.

Mesorregião Nordeste Baiano

Formada pelas seguintes microrregiões: Alagoinhas, Entre Rios, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Ribeira do Pombal e Serrinha.

Mesorregião Sul Baiano

Formada pelas seguintes microrregiões: Itabuna/Ilhéus, Porto Seguro e Valença.

Mesorregião Vale São-Franciscano da Bahia

Formada pelas seguintes microrregiões: Barra, Bom Jesus da Lapa, Juazeiro e Paulo Afonso.

A seguir estão apresentados, a título ilustrativo, os mapas disponibilizados pelo IBGE para a divisão regional do Estado da Bahia, considerando-se as mesorregiões geográficas, as microrregiões geográficas anteriormente assinaladas, incorporando-se, também, os 417 municípios do Estado.

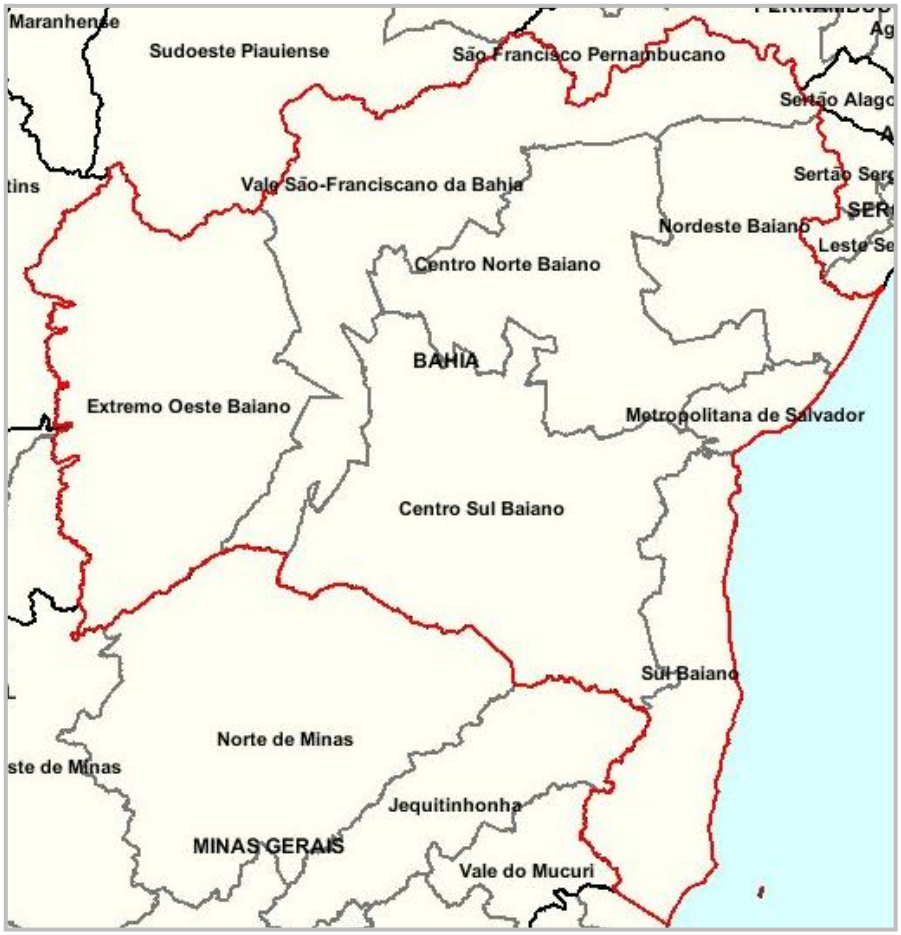


Ilustração 3.1 - Mesorregiões Geográficas da Bahia, segundo o IBGE



Ilustração 3.2 - Microrregiões Geográficas da Bahia, segundo o IBGE

Adicionalmente, apresenta-se a Ilustração 3.3, que reúne todas as mesorregiões e microrregiões geográficas do Estado em conjunto com as 417 unidades municipais atualmente existentes.

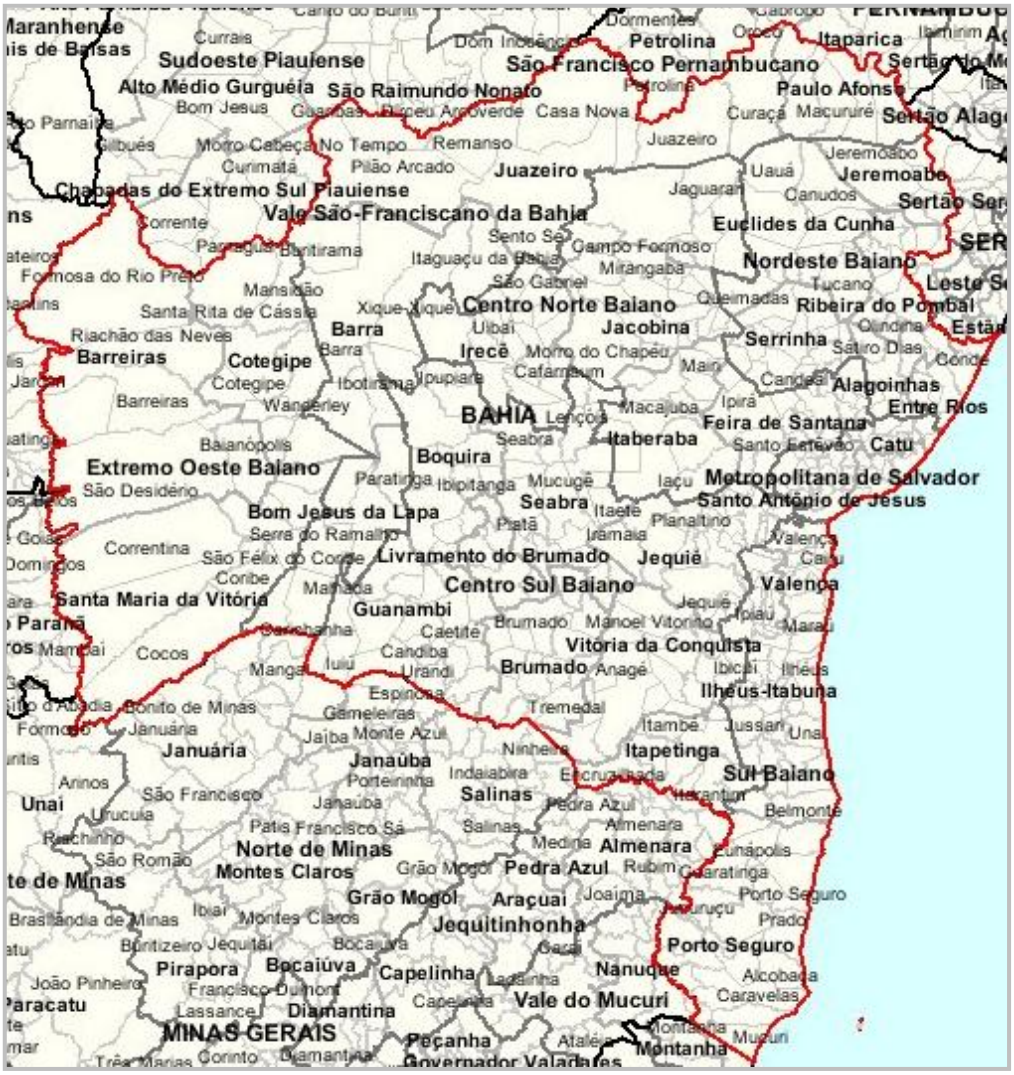


Ilustração 3.3 - Macrorregiões, Microrregiões e Municípios, segundo o IBGE

Finalmente, no Quadro 3.1 está apresentada a evolução do quantitativo de municípios baianos.

Quadro 3.1 - Evolução do Número de Municípios na Bahia

ANO	MUNICÍPIOS
1940/50	150
1960	194
1970/1980	336
1990	415
2000	417

Fonte: IBGE.

3.2. A Divisão Regional de Planejamento Estadual

Feito o registro da divisão regional estabelecida pelo IBGE para o Estado da Bahia, faz-se importante destacar como se efetivou a evolução do processo de divisão regional de planejamento estadual, conduzida pelos órgãos da administração, a partir da década de 60.

Conforme descrito no documento Políticas Territoriais do Estado da Bahia: regionalização e planejamento, elaborado por Éder J. Cruz de Souza, em 2008, através da Lei nº 232, de 1966, estabeleceu-se a divisão do Estado em 21 Regiões Administrativas (RA), conceituadas como um espaço contínuo definido em função da cobertura da atuação do governo, tendo como centro uma sede urbana que concentraria os órgãos de atendimento nas diversas áreas.

As sedes das referidas RAs foram definidas como: Salvador, Feira de Santana, Ilhéus/Itabuna, Conquista, Jequié, Alagoinhas, Juazeiro, Jacobina, Valença, Serrinha, Brumado, Senhor do Bonfim, Xique-xique, Itaberaba, Santo Antônio de Jesus, Santa Maria da Vitória, Barreiras, Caetité, Medeiros Neto, Seabra e Ribeira do Pombal.

Porém, apesar de terem servido de base para algumas atividades setoriais, notadamente na educação e na saúde, essa ação não conseguiu dar origem a um projeto integrado de planejamento regional. O mesmo aconteceu com a proposta de divisão do Estado da Bahia em 16 microrregiões programas, de 1968, que possuía alguns inconvenientes devido a não delimitação clara das metodologias utilizadas, assim como, a ausência de aspectos funcionais.

Neste contexto, é importante ressaltar que a elevação da atividade de planejamento ao primeiro escalão do governo da Bahia somente ocorreu em 1971, através da criação da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia.

Em 1973, o Projeto de Regionalização Administrativa para o Estado, utilizando-se de metodologia pioneira na época, acabou por indicar 17 regiões administrativas, com 17 centros e 25 subcentros.

As RAs foram: Barreiras, Santa Maria da Vitória, Irecê, Caetité, Juazeiro, Jacobina, Itaberaba, Vitória da Conquista, Paulo Afonso, Serrinha, Feira de Santana, Jequié, Itapetinga, Alagoinhas, Salvador, Itabuna/Ilhéus e Itamaraju.

Em 1991, nova proposta de revisão administrativa foi apresentada, desta vez com um maior enfoque nos estudos da geografia urbana e regional. Na ocasião foram definidas 26 Regiões de Influência Urbana, conforme apresentado no Quadro 3.2, na sequência.

Como destacado no referido documento, deve-se considerar que essa nova abordagem possuía uma lógica bem mais dinâmica, uma vez que, ao considerar a influência urbana como elemento para realizar uma regionalização, aceitou-se também a possibilidade de que essa regionalização sofresse mudanças devido à própria dinâmica da rede urbana.

De acordo com os critérios traçados pelo projeto, foram selecionadas 28 cidades, o que levou ao estabelecimento do critério da distância máxima de 100 km de raio em torno de cada sede, o que facilitou a demarcação das 26 regiões de influência urbana.

Quadro 3.2 - Regiões de Influência Urbana - Bahia, 1991

REGIÕES	CENTRO URBANO MAIS INFLUENTE	MUNICÍPIOS INTEGRANTES	% DO ESTADO
Salvador	Salvador	12	2,9
Alagoinhas	Alagoinhas	19	4,6
Feira de Santana	Feira de Santana	33	8,0
Santo Antônio de Jesus	Santo Antônio de Jesus	27	6,5
Valença	Valença	10	2,4
Ipiaú	Ipiaú	18	4,3
Itabuna/Ilheús	Itabuna/Ilhéus	23	5,5
Eunápolis	Eunápolis	8	1,9
Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	13	3,1
Itapetinga	Itapetinga	12	2,9
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	20	4,8
Jequié	Jequié	16	3,9
Itaberaba	Itaberaba	16	3,9
Serrinha	Serrinha	14	3,4
Ribeira do Pombal	Ribeira do Pombal	19	4,6
Paulo Afonso	Paulo Afonso	10	2,4
Juazeiro	Juazeiro	8	1,9
Senhor do Bonfim	Senhor do Bonfim	10	2,4
Jacobina	Jacobina	20	4,8
Irecê	Irecê	21	5,1
Seabra	Seabra	11	2,7
Brumado	Brumado	18	4,3
Ibotirama	Ibotirama	9	2,2
Guanambi/Caetité	Guanambi/Caetité	22	5,3
Barreiras	Barreiras	12	2,8
Santa Maria da Vitória	Santa Maria da Vitória	14	3,4
TOTAL		**415**	**100,0**

Fonte: BAHIA, 1991.

Em seguida, ainda nos anos 90, foi recuperado o conceito de regiões econômicas, definidas como sendo um espaço contínuo polarizado por uma cidade de maior porte, tendo por suporte uma ou mais atividades produtivas que caracterizam e determinam o potencial da região.

Este conceito aliado com o de área de influência urbana buscava dar um caráter mais abrangente ao planejamento governamental, privilegiando as distintas realidades econômicas estabelecidas pela dinâmica dos investimentos públicos e da iniciativa privada no território baiano.

Para tanto, oficialmente, levou-se em conta as repercussões espaciais do processo de modernização da base produtiva e as áreas de expansão da fronteira agropecuária.

Quadro 3.3 - Regiões Econômicas - Bahia

REGIÕES	CIDADES POLOS E SUBPOLOS
Região Metropolitana de Salvador	Salvador/Camaçari
Litoral Norte	Alagoinhas
Recôncavo Sul	Santo Antônio de Jesus/Santo Amaro
Litoral Sul	Ilhéus/Itabuna/Valença
Extremo Sul	Teixeira de Freitas/Eunápolis/Porto Seguro
Nordeste	Paulo Afonso/Serrinha/Ribeira do Pombal
Paraguaçu	Feira de Santana/Itaberaba
Sudoeste	Vitória da Conquista/Jequié/Itapetinga
Baixo Médio São Francisco	Juazeiro
Piemonte da Diamantina	Jacobina/Senhor do Bonfim
Irecê	Irecê/Xique-Xique
Chapada Diamantina	Seabra/Lençóis
Serra Geral	Brumado/Guanambi/Caetité
Médio São Francisco	Bom Jesus da Lapa/Ibotirama/Boquira
Oeste	Barreiras/Maria da Vitória

Fonte: SEI.

Posteriormente, baseado na concepção de que o Estado precisaria articular-se com o contexto global para elaborar suas políticas regionais, potencializando seus recursos técnicos, de forma que pudesse inserir-se competitivamente no contexto mundial, o governo da Bahia definiu os eixos estaduais de desenvolvimento e os inseriu no Plano Plurianual (PPA) 2000/2003. O referido documento os descreveu da seguinte forma:

Eixo São Francisco

Corresponderia ao conjunto de quatro regiões econômicas, a saber: Região Baixo Médio São Francisco, Região de Irecê, Região Médio São Francisco e Região Oeste; e se caracterizaria pela grande heterogeneidade entre seus municípios e pela concentração de 12% do total da população do Estado.

Estariam nesse eixo importantes cidades produtoras de grãos, como Barreiras e São Desidério, e áreas tradicionais de produção agrícola como a região de Irecê, além de parte do polo produtor de fruticultura irrigada em Juazeiro. Admitia-se que, em 1999, esse eixo teria sido responsável pela geração de cerca de 6% da renda estadual.

Teria também como característica a existência de diversos corredores de escoamento na sua área de abrangência, como a BR-242, que realizava a interligação entre o oeste e o centro-oeste do país e com a Região Metropolitana de Salvador e seus portos e a BR-349 que ligava alguns municípios de produção agropecuária ao Porto do Malhado, em Ilhéus.

Eixo Chapada

Corresponderia à reunião das regiões econômicas de Piemonte da Diamantina, de Paraguaçu (exceto o entorno de Feira de Santana) e da Chapada Diamantina.

Teria como característica inicial a pobreza e a estagnação financeira. Embora concentrasse 13% da população estadual, produzia, em 1999, apenas 2,6% da renda.

Apesar de concentrar diversas atividades econômicas como a criação de bovinos e caprinos, exploração de diversos minerais, a exemplo do ouro e do cobre mineral, e potencialidades para o desenvolvimento do turismo – notadamente na Chapada Diamantina, tais atividades não conseguiam ser dinamizadas.

Eixo Extremo Sul

Compreenderia os municípios que pertenciam à região econômica do sul. Esse eixo teria um relativo crescimento econômico na época, potencializado, principalmente, pela expansão das atividades relacionadas à produção de papel e celulose e também do turismo.

Mesmo concentrando apenas 5% da população total do Estado, esse eixo concentrava, aproximadamente, 4% da produção.

O fato da BR-101 passar por esse eixo lhe dava uma condição privilegiada, pois tal via de transporte se configurava como um importante corredor de escoamento da produção para o centro-sul.

Eixo Mata Atlântica

Compreenderia a região do Litoral Sul, excluindo-se a parte territorial denominada de baixo sul, e tinha como principal característica a variedade de atividades produtivas, o que acabava deixando esse eixo como responsável por, aproximadamente, 7% da produção estadual, principalmente através do cacau, da pecuária bovina e do turismo.

Essa diversidade produtiva fazia com que existisse na região uma tendência de ampliação do percentual de produção desse eixo, conjugada com uma tendência de crise, devido aos problemas enfrentados pela cultura do cacau.

Quanto à logística, o Porto de Malhado e a BR-101 seriam os principais corredores.

Eixo Metropolitano

Compreenderia os municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador (RMS). Esse eixo historicamente teria concentrado a maior parte da produção estadual, sendo que, no momento da confecção do PPA 2000/2003, esse percentual chegava a 63%. As principais indústrias eram a química, petroquímica, metalúrgica, siderúrgica, de plásticos, bebidas e fertilizantes, além do turismo e da indústria cultural.

Os corredores de escoamento desse eixo seriam a BR-324 e os portos localizados na Baía de Todos-os-Santos.

Eixo Grande Recôncavo

Compreenderia as regiões econômicas do Litoral Norte, Paraguaçu (apenas alguns municípios), Recôncavo Sul e parte do Litoral Sul, e abrangeria uma população correspondente a 17% do total do Estado.

A produção agropecuária daria ao eixo expressiva participação no PIB, cerca de 10% na época, embora também existissem importantes investimentos no setor industrial e agroindustrial, principalmente na área próxima à cidade de Feira de Santana.

Esse eixo se destacaria também como ligação para todo o Nordeste e com o Centro-Sul, uma vez que nele convergiam diversos eixos rodoviários, a saber: BA-052, BR-242, BR-116 e BR-324, além das possibilidades de alcance dos portos de Aratu e Salvador.

Eixo do Planalto

Compreenderia as regiões econômicas do Sudeste e da Serra Geral. A exemplo do Eixo Chapada concentraria um percentual considerável da população, superior a 13%, em contraposição a uma baixa participação no valor total de produção, de apenas 5%, na época.

A atividade agrícola seria o principal fator dessa produção, baseado primordialmente na cafeicultura e na plantação de algodão, enquanto que a produção industrial se mostrava bastante limitada e concentrada nos municípios de Vitória da Conquista e Ilhéus.

Dentre os corredores de escoamento da produção destacar-se-ia a BR-116 e suas possibilidades de ligação com o sudeste, o que inclusive foi utilizado como um dos fatores para a atração de algumas empresas calçadistas.

Eixo Nordeste

Compreenderia apenas os municípios que compunham a região econômica nordeste e teria na pecuária extensiva de caprinos e bovinos a sua principal atividade econômica, conjuntamente com a exploração do sisal.

Tais atividades não gerariam grande dinamização econômica, de forma que mesmo possuindo 9% do total populacional baiano, o eixo seria responsável por apenas 2,6% do produto interno bruto na época, levando-o a ter o menor IDH do Estado.

Importante observar que, para a elaboração do PPA 2004/2007 foram considerados 13 eixos de desenvolvimento, cuja composição passou a ser a seguinte: Metropolitano, Grande Recôncavo, Mata Atlântica, Extremo Sul, Nordeste, Chapada Norte, Chapada Sul, Planalto Sudoeste, Planalto Central, Baixo Médio São Francisco, Centro-Leste São Francisco, Médio São Francisco, Oeste do São Francisco.

Verifica-se, portanto, que os eixos anteriores Chapada, Planalto e São Francisco passaram por um processo de desmembramento.

Na Ilustração 3.4 estão apresentados os oito Eixos de Desenvolvimento estabelecidos para o PPA 2000/2003, conjuntamente com as 15 Regiões Econômicas propostas nos anos 90.

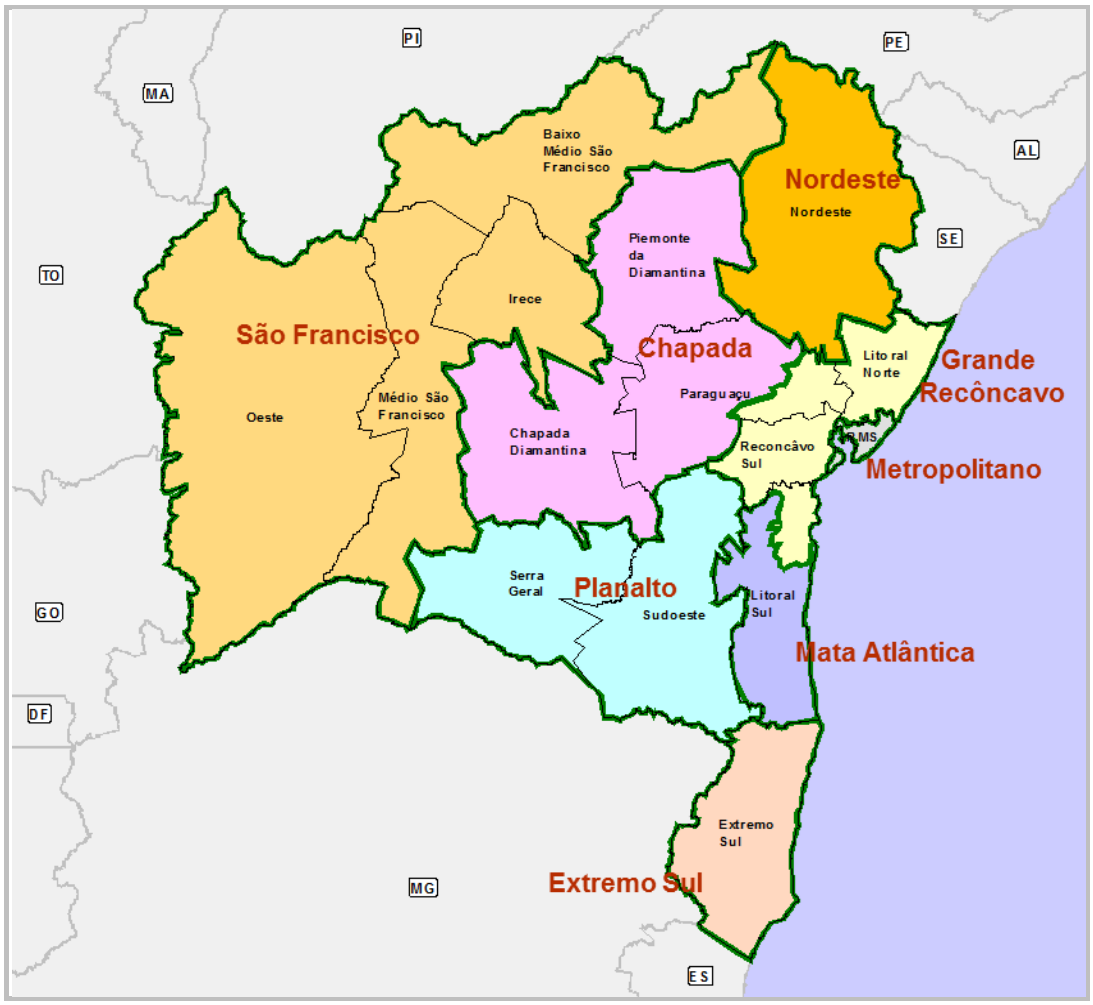


Ilustração 3.4 - Eixos de Desenvolvimento e Regiões Econômicas - PPA 2000/2003

Em 2006, aceitando as diretrizes propostas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) quando da delimitação dos territórios rurais, o governo da Bahia, após realizar alguns ajustes metodológicos, adotou uma divisão denominada de Territórios de Identidade, com o objetivo de identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas definidas a partir da realidade local de cada Território.

Os Territórios de Identidade estão apresentados no Quadro 3.4.

Quadro 3.4 - Territórios de Identidade - Bahia

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS
Irecê	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique
Velho Chico	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato
Chapada Diamantina	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner
Sisal	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente
Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta, Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, S. J. da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca
Baixo Sul	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães
Extremo Sul	Alcobaça, Caravelas, Ibirapoã, Itamarajú, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda
Médio Sudoeste da Bahia	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguaí, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória
Vale do Jequiriçá	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jequiriçá, Lafaiete Coutinho, Lagedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra
Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá
Bacia do Rio Grande	Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luiz Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley
Bacia do Parimirim	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo
Serão Produtivo	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi
Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha e Tapiramutá
Bacia do Jacuípe	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Gosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço
Piemonte da Diamantina	Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova
Semiárido Nordeste II	Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto

continuação

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS
Litoral Norte/Agreste Baiano	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Rio Real e Sátiro Dias
Portal do Sertão	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova
Vitória da Conquista	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista
Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Marogojipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas de Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu, Saubara, São Felipe, São Félix e Varzedo
Médio Rio das Contas	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã
Bacia do Rio Corrente	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho
Itaparica	Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas
Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim
Metropolitana de Salvador	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, Simões Filho, Vera Cruz, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passe
Costa do Descobrimento	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália

Fonte: SEI.

A divisão do Estado em Territórios de Identidade está retratada na Ilustração 3.5.

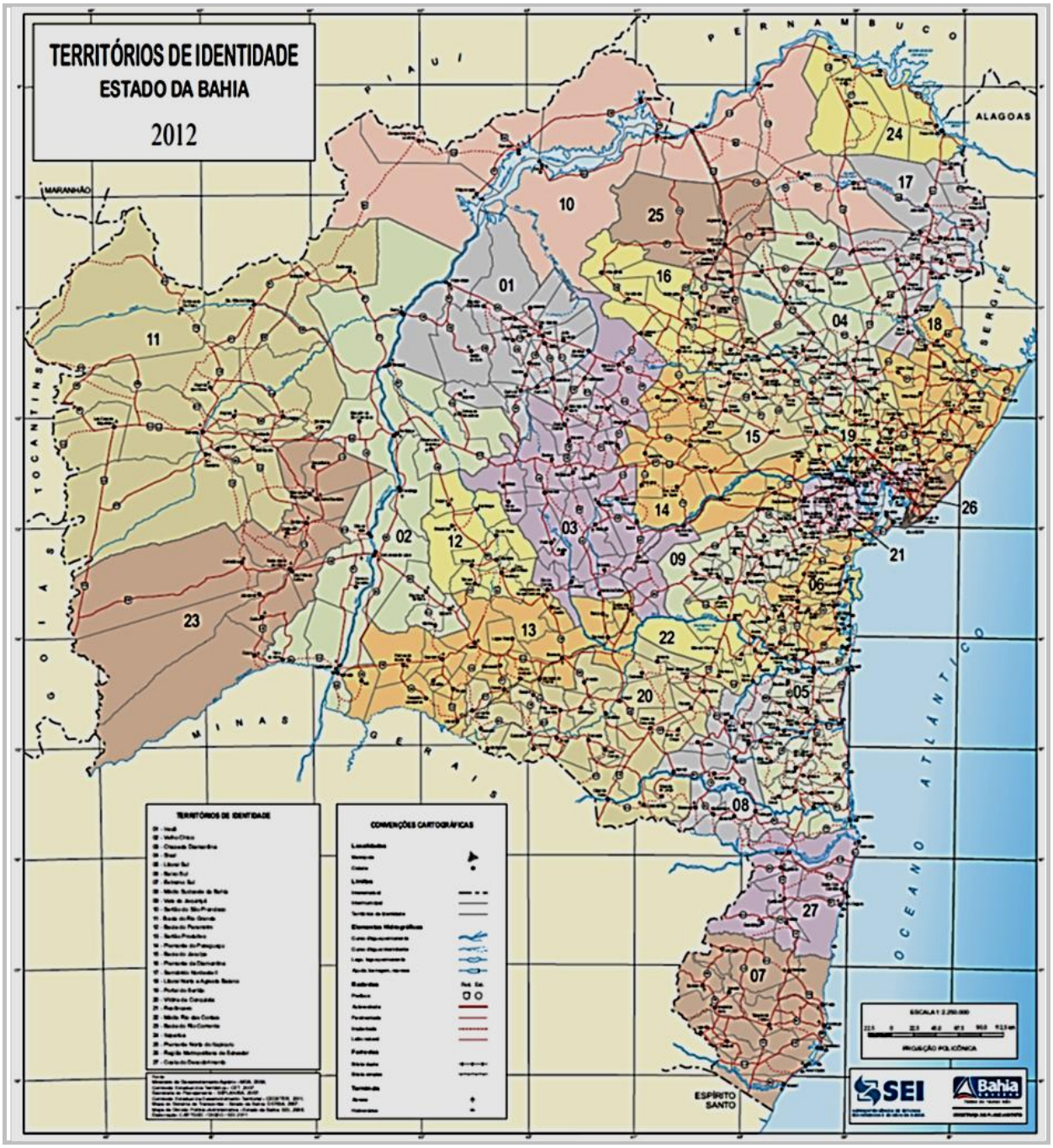


Ilustração 3.5 - Territórios de Identidade - Bahia

Importante, finalmente, ressaltar que, para efeito da agregação das variáveis socioeconômicas que estão sendo analisadas neste estudo, essa será a divisão a ser adotada para o zoneamento de tráfego.

4. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO ECONÔMICA DO SOLO BAIANO

O presente capítulo teve como base, além das informações obtidas junto aos institutos de pesquisa oficiais, tais como o IBGE, a SEI e as Secretarias de Governo, o documento Descobrimento e Formação do Estado da Bahia, de Lui Tinoco, de 2007.

O efetivo descobrimento das terras baianas, mais especificamente da Baía de Todos-os-Santos, que marca o descobrimento do Estado, ocorreu em novembro de 1501.

A existência de pau-brasil em grande quantidade, produto já conhecido pelos europeus, cujo corante extraído já era usado nas manufaturas têxteis da Itália, França e Flandres, foi logo constatada. A exploração desta matéria-prima tornou-se a principal atração da região, atraindo não só os comerciantes portugueses, mas também outros povos europeus, principalmente os franceses que mantinham largo contrabando das toras de pau-brasil para a Europa.

A partir da primeira metade do século XVI, o território da Bahia foi sendo colonizado e povoado lentamente por expedições chamadas entradas, que partiam de Salvador, Porto Seguro e Ilhéus em direção ao interior do Estado. As entradas foram muito semelhantes às bandeiras de São Paulo. Saíam do litoral e chegavam ao norte/nordeste, subindo os rios São Francisco, Paraguaçu, Grande, Verde e das Contas. Chegaram também ao sul/sudeste navegando os rios Jequitinhonha, Pardo, Doce e Mucuri.

Tanto no século XVI como no século XVII tais expedições foram de grande importância para o reconhecimento inicial da geografia, potencial mineral, recursos hídricos, fauna e flora do Estado, ainda que seu objetivo principal fosse a ocupação e o reconhecimento puro das terras. Também forneceram vasta documentação na defesa dos limites da Bahia com os estados vizinhos.

Importante destacar que o primeiro grupo indígena com o qual os europeus tiveram contato foi o tupiniquim, da família tupinambá, tronco tupi-guarani, que já habitava quase totalmente o litoral de todo o território baiano. Além do litoral, também outros grupos indígenas foram sendo descobertos pelos europeus, como, por exemplo: aimorés e pataxós, que habitavam as terras próximas ao Espírito Santo e Minas Gerais.

A chegada dos primeiros negros à Bahia deu-se entre 1549 e 1550, substituindo o trabalho forçado de índios escravizados, inicialmente nos engenhos e plantações, e posteriormente, até nas casas grandes. Oficialmente, o último desembarque de escravos africanos para a Bahia ocorreu em 1852, na Pontilha, Ilha de Itaparica.

Neste contexto, surgem as lutas contra a escravidão. A mais organizada forma foi a criação dos quilombos, que se constituíam em pequenas e organizadas cidades autossuficientes, fundadas pelos escravos que conseguiam fugir das senzalas, dos engenhos e plantações em todo o Estado.

Quanto aos povos europeus, os portugueses foram, sem dúvida, os que mais contribuíram para a formação do povo baiano. Além dos portugueses, os franceses, os holandeses e, por fim, os ingleses, influenciaram de alguma forma a população em formação. Verifica-

se, entretanto, que foram os portugueses que criaram a Bahia agrária, mercantil e escravocrata, voltada para as necessidades do capitalismo comercial da época.

Por volta de 1534 as terras do Brasil começaram a ser ocupadas. Repetindo a experiência de outras colônias, a coroa portuguesa passou a assinar as primeiras cartas de doação das capitanias hereditárias. No território no qual atualmente localiza-se o Estado da Bahia, foram formadas, entre os anos de 1534 e 1566, cinco capitanias hereditárias mantidas até a segunda metade do século XVIII

Foram elas:

- Bahia: formada por 50 léguas de terra entre a margem direita do Rio São Francisco e a Ponta do Padrão, hoje Forte e Farol da Barra, que produzia algodão e cana. Acabou revertida para a coroa portuguesa e, em 1548, foi transformada em sede do governo-geral das terras do Brasil;
- Porto Seguro: formada por 60 léguas de terra, limitava-se pela margem direita do Rio Jequitinhonha e margem esquerda do Rio Doce, que explorava e comercializava o pau-brasil para a Europa por meio de Portugal. Acabou sendo confiscada pela coroa e incorporada à da Bahia;
- Ilhéus: possuía 50 léguas e tinha como limites a Ponta do Padrão e a margem esquerda do Rio Jequitinhonha. Produziu açúcar e chegou a construir nove engenhos no século XVI. Foi incorporada à capitania da Bahia em 1754;
- Itaparica e Tamarandiva: em 1763 foi incorporada à capitania da Bahia;
- Paraguaçu ou Recôncavo: era composta das terras que iam da barra do Rio Peroassú, hoje Paraguaçu, até a barra do Rio Jaguaripe. Foi produtora de açúcar e, posteriormente, de fumo. Acabou também incorporada à capitania da Bahia.

A economia da Bahia colonial foi, desde o início, muito voltada para o mercado externo, respondendo às exigências da metrópole. Era uma economia de exportação, mercantil, agrária e escravista. Registre-se, contudo, que essa economia foi sustentada pelo trabalho escravo durante todos os ciclos econômicos, até o século XIX.

Neste contexto, o Porto de Salvador, único para a exportação de produtos baianos, teve grande importância e intenso movimento durante o desenvolvimento da economia.

Dividida em ciclos, a economia da Bahia e de toda a colônia caracterizou-se como extrativista, inicialmente com o pau-brasil. Cabe ressaltar que, eram os índios que cortavam as árvores, rachavam as toras e transportavam o pau-brasil até as feitorias criadas no litoral para armazenar o produto e, em seguida, carregavam os navios.

Ainda no século XVI, a produção do açúcar foi definida como adequada para iniciar a exploração permanente do país. Portugal já o produzia em suas ilhas no Atlântico quando decidiu implantar a cultura da cana no país.

As terras baianas do tipo massapé mostraram-se perfeitas para o cultivo da cana-de-açúcar e o clima do nordeste beneficiava seu desenvolvimento. A presença dos negros fornecia a quantidade de mão de obra necessária para a derrubada da mata, preparação do solo, plantio e colheita da cana e processamento do açúcar.

A cana era plantada em grandes latifúndios como monocultura e processada nos engenhos das fazendas. Em 1585 a Bahia já possuía 35 engenhos de açúcar, sendo que no fim do século XVIII já eram 260 espalhados pelo Recôncavo.

Em 1834 havia na Bahia 603 engenhos de açúcar e em 1875 alcançava-se a quantidade de 892 unidades, que se diversificaram na sua estrutura, sendo alguns deles movidos a vapor, outros hidráulicos ou de tração animal.

No final do século XIX, os engenhos de açúcar, embora apresentando sinais de declínio, ainda cumpriam importante papel na economia da Bahia. Na ocasião, eram construídos engenhos centrais, que permitiam maior eficiência e controle da produção no Estado.

Ao lado do açúcar, o algodão e o fumo desempenharam importante papel para a economia das mais importantes regiões baianas.

Desde o século XVI a Bahia produziu e exportou algodão, porém em menor quantidade que o açúcar. A produção do algodão teve seu auge no século XIX, período em que a Inglaterra passou a comprar a matéria prima do Brasil. No entanto, após reatar relações comerciais com suas ex-colônias americanas produtoras de algodão, a Inglaterra deixou de adquirir o produto da Bahia, fato que promoveu o enfraquecimento da produção local de algodão.

Em relação ao fumo, a Bahia registrou incrementos graduais na produção, que não era direcionada ao mercado europeu, mas sim ao mercado africano. As regiões chamadas tabuleiros, principalmente Cruz das Almas e Cachoeira, produziram e ainda produzem fumo.

Diversos outros produtos foram produzidos e exportados pela Bahia nos séculos XVI, XVII e XVIII, como: couros, aguardente, mel, diversos grãos e produtos da mandioca. Ainda no século XVIII, também ouro e pedras preciosas foram extraídas das terras baianas, mais precisamente de Jacobina, Rio de Contas, Araçuaí e Tucambira.

O gado passou, no século XVI, a concorrer com as plantações de cana pela terra do litoral. Durante muito tempo, a criação de gado atendeu exclusivamente às necessidades das populações locais, era a chamada criação para o consumo próprio. Com o crescimento dos rebanhos, a extensão de terra do litoral baiano tornou-se pequena.

O açúcar ainda era muito lucrativo e os interesses do mercado externo se sobrepunham em importância. A criação de gado chegou a ser proibida no litoral e banida para o sertão de todo o nordeste.

Assim, a pecuária migrou em direção ao interior da Bahia, adaptando-se ao clima semiárido e abrindo os caminhos dos sertões. Nesse sentido, a pecuária teve grande importância para a exploração do interior do Estado. As conhecidas marchas das boiadas promoveram a ligação das regiões distantes e impulsionaram a fundação de diversas cidades importantes, como, por exemplo, Feira de Santana.

Cidades como Vitória da Conquista, Xique-Xique, Juazeiro, Feira de Santana, Barreiras e Alagoinhas foram importantes pontos de pecuária do Estado e grandes beneficiadores do couro, que também era artigo de exportação da Bahia.

O comércio tornou-se, no século XIX, a principal atividade econômica da Bahia, principalmente de sua capital Salvador. Os grandes comerciantes baianos eram exportadores muito importantes. A cidade já abrigava outros tipos de comércio, tais como: bancos, lojas de diversos tipos de artigos e até mesmo vendedores ambulantes.

Deve-se destacar que até a abertura dos portos era o luso-brasileiro que dominava o comércio. Após esta data, os comerciantes estrangeiros de uma forma geral passaram a ser preponderantes no comércio baiano, permanecendo, entretanto, na mão do luso-brasileiro o papel de intermediário, lojista ou traficante de escravos negros.

Os ingleses se destacaram em setores como a exportação e a importação de produtos nos portos baianos, nos grandes comércios, nas casas bancárias e nas indústrias. Observa-se que, na tentativa de criar seu próprio sistema bancário, os grandes comerciantes da Bahia fundaram, em 1817, o Banco da Bahia, que operava como filial do primeiro Banco do Brasil e, em 1834, a Caixa Econômica do Estado da Bahia.

A industrialização foi efetivamente iniciada no Estado em 1841, com a instalação de fábricas de tecidos de algodão, que chegaram ao número de sete. Os ingleses se tornaram peças importantes e até fundamentais neste processo, já que monopolizavam a experiência e o conhecimento sobre as máquinas utilizadas.

Lentamente, ao longo do século XIX, especialmente na sua segunda metade, foram sendo implementadas estradas de ferro, companhias de navegação, companhias de seguros e outros empreendimentos.

Em 1879 a construção da Estrada de Ferro Bahia e Minas permitiu a melhora do escoamento da pequena produção das indústrias nascentes no Estado. Em 1899, já existiam 1.248 km em tráfego, 30 anos depois eram 2.669 km que ligavam diversos trechos, inclusive São Francisco, Central, Santo Amaro, Nazaré, Bahia - Minas, Centro-Oeste e Ilhéus - Conquista.

Havia também a preocupação com a construção de estradas de rodagem iniciadas no começo do século. Houve também a ampliação do transporte por via marítima que alcançava cidades do Recôncavo como Nazaré, São Félix e Itaparica, portos do litoral atlântico e Alagoas e Sergipe.

Em relação ao transporte urbano, em 1897, o primeiro bonde elétrico trafegou pelas ruas de Salvador. Os dois planos inclinados em conjunto com o elevador Lacerda, inaugurado em 1872, já ligavam a cidade baixa e a alta. Outros serviços começaram a ser implantados no Estado e, em 1884, instalou-se o serviço de telefone em Salvador.

O Estado viveu um período de relativa prosperidade, do fim do século XVIII até o primeiro quarto do século XIX.

Já no fim do século XIX, com o processo de industrialização em crise, ao mesmo tempo em que se implementava a libertação dos escravos em 1888, registrou-se um grande declínio da economia baiana. A Bahia viveu então um período de estagnação na indústria e no comércio, principalmente, dos seus principais segmentos econômicos, a produção e a comercialização do açúcar e, também, do fumo.

O cacau e o café surgiram então como alternativas que poderiam substituir o açúcar, o algodão e o fumo na economia exportadora baiana. Diferentemente dos estados do sudeste, os solos e o clima da Bahia não favoreceram a produção do café. No entanto, o cacau encontrou no sul da Bahia solo e clima adequados para o seu desenvolvimento e produção, demonstrando ser um eficiente substituto do açúcar.

Entre 1890 a 1930, o cacau se apresentou como importante produto de exportação e foi montada uma importante estrutura de produção e comercialização do produto e de seus derivados no Estado. A partir de 1926, além do Porto de Salvador, o Porto de Ilhéus passou a exportar o cacau baiano. Posteriormente, a crise da economia mundial de 1929 afetou a exportação de todos os produtos voltados ao mercado externo, inclusive o cacau.

Nos séculos XIX e XX, alguns produtos andaram lado a lado com o cacau na exportação baiana, como, por exemplo: cana, mandioca, feijão, milho, fumo e diversas frutas e verduras. Merece destaque as culturas do algodão, mamona e sisal.

Ao final do século XX, a produção agrícola acabou tomando um forte impulso na região oeste do Estado, principalmente com a produção de soja, milho e algodão.

Observa-se que a pecuária permanece ainda como uma das mais importantes atividades econômicas do sertão baiano e em parte do Recôncavo.

Quanto ao segmento industrial, cabe mencionar que na última década do século XIX, a economia baiana registrou um surto de empreendimentos industriais que marcou o aparecimento da indústria fabril no Estado, independente da economia açucareira. No entanto, as décadas seguintes apresentaram vários sintomas de estagnação econômica nesta atividade. Até os anos 50 do século XX, a economia estadual não evoluiu na direção da efetiva industrialização.

A grande mudança se deu a partir de 1949 com a implantação da PETROBRAS, que iniciou a exploração dos campos de petróleo do Recôncavo e a instalação da Refinaria de Mataripe. Posteriormente, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e os diversos incentivos fiscais praticados favoreceram a industrialização de toda a Região Nordeste.

Este processo provocou grandes repercussões na economia baiana, como, por exemplo: a mudança na estrutura do parque industrial, na composição do valor de transformação industrial, na formação da renda interna e no próprio espaço econômico.

O Centro Industrial de Aratu e outros distritos industriais possibilitaram a industrialização do Recôncavo e de parte do interior do Estado. A implantação da indústria petroquímica na Bahia, concentrada na Região Metropolitana de Salvador, supriu as necessidades de material da indústria química baiana em franco desenvolvimento. Observa-se que a indústria de transformação, inclusive a automobilística, é ainda de grande importância para o Estado.

A partir dos anos 60, o turismo na Bahia ainda pouco representativo, passou a ser explorado de forma planejada. Foram criados órgãos especializados e implementados projetos de valorização dos recursos naturais e do patrimônio histórico. Atualmente, o turismo registra relevância na geração de divisas para o Estado, focalizando cidades litorâneas como Salvador, Ilhéus e Porto Seguro e outras do interior do estado.

5. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POPULACIONAIS DO ESTADO

5.1. Metodologia Adotada pelo IBGE nas Estimativas Populacionais

Conforme documentação disponibilizada pelo IBGE, a metodologia adotada por aquele Instituto para estimar os contingentes populacionais dos territórios brasileiros, verifica a tendência de crescimento populacional de determinado município entre dois censos demográficos consecutivos, em relação à mesma tendência de uma área geográfica hierarquicamente superior (área maior).

Segundo o IBGE, o método requer a existência de uma projeção populacional, que leve em consideração a evolução das componentes demográficas – a fecundidade, a mortalidade e a migração – para uma área maior que o município, ou seja, para a Unidade da Federação, Grande Região ou País.

Desta forma, o modelo matemático desenvolvido estaria atrelado à dinâmica demográfica da área maior. Em síntese, o que a metodologia preconiza é que: se a tendência de crescimento populacional do município entre os censos for positiva, a estimativa populacional será maior que a verificada no último levantamento censitário. Caso contrário, a estimativa apontará valor inferior ao último censo.

O método de tendência de crescimento demográfico adotado tem como princípio fundamental a subdivisão de uma área maior, cuja estimativa já se conhece, em *n* áreas menores, de tal forma que seja assegurada ao final das estimativas das áreas menores a reprodução da estimativa pré-conhecida da área maior, através da soma das estimativas das áreas menores.

A partir da aplicação deste modelo são estimadas as populações de cada uma das Unidades da Federação, considerando-se como área maior o Brasil, cuja projeção é elaborada pelo método das componentes demográficas, e como áreas menores as próprias Unidades da Federação. Assim, são obtidas as populações residentes totais estimadas em cada 1º de julho, para as 27 Unidades da Federação.

Finalizada esta etapa, as populações das Grandes Regiões são obtidas a partir da soma das estimativas populacionais das suas respectivas Unidades da Federação.

Conforme destaca o IBGE, as estimativas para os municípios são obtidas, também, pela aplicação do modelo descrito anteriormente, ressaltando-se que os municípios foram considerados como áreas menores em relação às Unidades da Federação correspondentes.

Assim, o Instituto é capaz de disponibilizar as estimativas das populações residentes em 1º de julho de cada ano, para o Brasil, segundo o sexo e grupos quinquenais de idade, e para as Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios as populações totais, segundo a situação político-administrativa vigente na data da estimativa.

5.2. Dados Populacionais

A partir do Quadro 5.1 é possível compreender o avanço populacional no Brasil, Região Nordeste e Estado da Bahia. Os dados apresentados referem-se aos anos de 2000 e 2010. São os resultados apurados do censo realizado pelo IBGE.

Quadro 5.1 - População Residente por Domicílio e Sexo, para o Brasil, Nordeste e Bahia

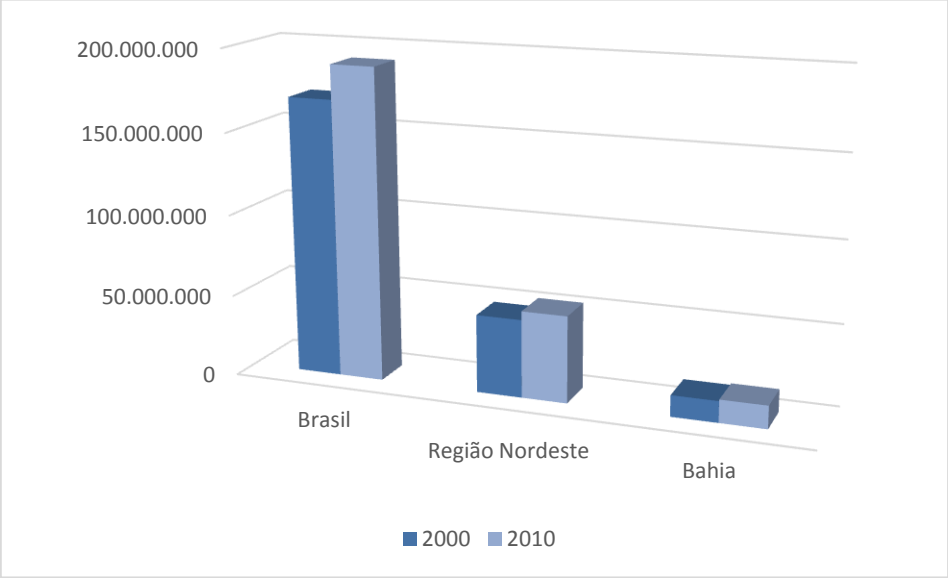
REGIÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE				TOTAL
	URBANA		RURAL		
	MASCULINA	FEMININA	MASCULINA	FEMININA	
			2000		
Brasil	66.882.993	71.070.966	16.693.022	15.152.189	169.799.170
Região Nordeste	15.779.168	17.196.257	7.634.746	7.131.540	47.741.711
Bahia	4.227.922	4.544.426	2.234.111	2.063.791	13.070.250
			2010		
Brasil	77.710.174	83.215.618	15.696.816	14.133.191	190.755.799
Região Nordeste	18.526.728	20.294.518	7.382.318	6.878.386	53.081.950
Bahia	4.840.611	5.261.865	2.037.655	1.876.775	14.016.906

Fonte: IBGE - Censos de 2000 e 2010.

A população total brasileira cresceu entre 2000 e 2010, 12,34%, já a Região Nordeste cresceu 11,11% e o Estado da Bahia foi o que teve o menor avanço populacional, o acréscimo foi de 7,24%.

A população urbana baiana cresceu 15,16%, valor este abaixo da média nacional de 16,65%. A população rural baiana caiu cerca de 9%, ao passo que a população rural brasileira caiu 6,33%.

A Ilustração 5.1 exemplifica os valores de crescimento da população brasileira, nordestina e baiana no período de 2000 - 2010.



Fonte: IBGE.

Ilustração 5.1 - Crescimento da População Brasileira, do Nordeste e do Estado da Bahia, no Período de 2000 - 2010

O Quadro 5.2 demonstra a divisão da população baiana por Território de Identidade. É possível observar o crescimento da população tendo como base os anos 2000, 2010 e 2017 (estimativa). No comparativo entre os anos 2000 e 2010, pode-se observar que a taxa mais expressiva de crescimento foi do território de identidade Bacia do Rio Grande, com 21,22% de crescimento no período, o equivalente a 84.448 pessoas.

No comparativo entre os anos de 2010 e 2017 (estimativa), o território de identidade que teve a maior taxa de crescimento foi a Bacia do Jacuípe, com 15,42%. O maior acréscimo populacional durante todo o período ocorreu na zona Metropolitana de Salvador, na qual o incremento da população, desde 2000, passou de um milhão.

Quadro 5.2 - População Residente nos Territórios de Identidade da Bahia – 2000/2010/2017

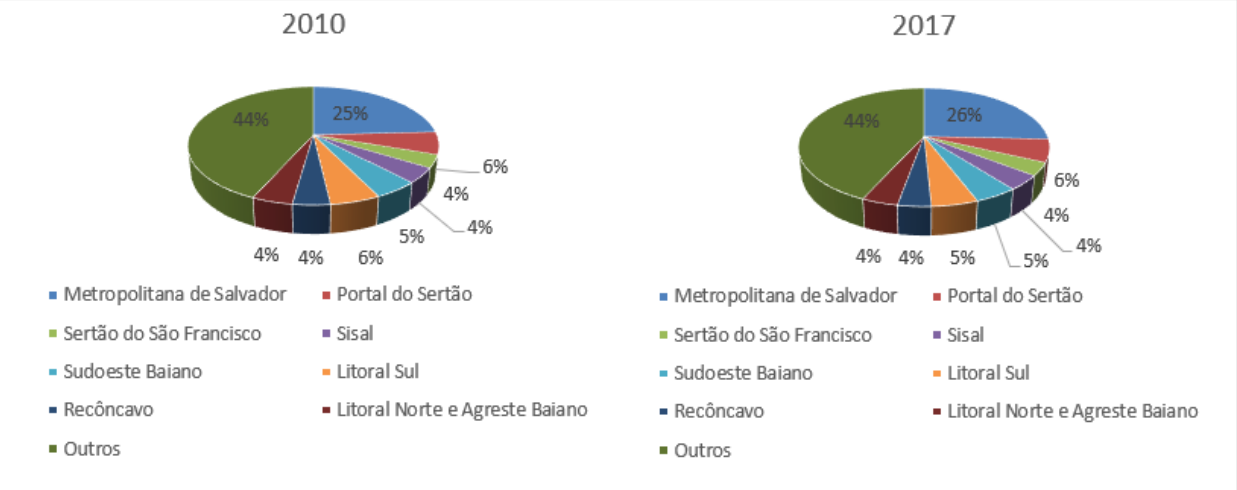
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	TOTAL DA POPULAÇÃO 2000	TOTAL DA POPULAÇÃO 2010	TOTAL DA POPULAÇÃO 2017	TAXA DE CRESCIMENTO 2000/2010	TAXA DE CRESCIMENTO 2010/2017
Irecê	381.535	402.828	438.105	5,58%	8,76%
Velho Chico	349.689	370.095	405.939	5,84%	9,69%
Chapada Diamantina	367.105	371.864	397.866	1,30%	6,99%
Sisal	552.713	582.329	626.265	5,36%	7,54%
Litoral Sul	843.901	772.683	787.187	-8,44%	1,88%
Baixo Sul	326.286	359.109	395.011	10,06%	10,00%
Extremo Sul	372.170	416.859	464.163	12,01%	11,35%
Médio Sudoeste da Bahia	245.334	247.180	264.048	0,75%	6,82%
Vale de Jequiriçá	299.592	301.682	324.755	0,70%	7,65%
Sertão do São Francisco	447.255	494.431	547.832	10,55%	10,80%
Bacia do Rio Grande	313.586	398.034	463.406	26,93%	16,42%
Bacia do Paramirim	156.370	163.162	155.154	4,34%	-4,91%
Sertão Produtivo	421.076	444.666	501.130	5,60%	12,70%
Piemonte do Paraguaçu	256.566	265.630	283.932	3,53%	6,89%
Bacia do Jacuípe	240.162	237.267	280.528	-1,21%	18,23%
Piemonte da Diamantina	223.245	229.633	218.160	2,86%	-5,00%
Semiárido Nordeste II	400.263	407.928	442.050	1,91%	8,36%
Litoral Norte e Agreste Baiano	561.199	628.236	612.008	11,95%	-2,58%
Portal do Sertão	775.268	872.780	973.555	12,58%	11,55%
Sudoeste Baiano	710.191	695.302	733.285	-2,10%	5,46%
Recôncavo	539.929	576.672	562.890	6,81%	-2,39%
Médio Rio de Contas	389.580	366.507	378.188	-5,92%	3,19%
Bacia do Rio Corrente	199.927	200.819	214.295	0,45%	6,71%
Itaparica	149.749	167.118	185.997	11,60%	11,30%
Piemonte Norte do Itapicuru	249.212	261.901	284.617	5,09%	8,67%
Metropolitana de Salvador	3.005.667	3.438.844	4.015.205	14,41%	16,76%
Costa do Descobrimento	292.680	343.347	388.876	17,31%	13,26%

Fonte: IBGE - Censos de 2000, 2010, Estimativa 2017 e SEI.

Em ambos os períodos comparados a Territórios de Identidade com decréscimo populacional: no comparativo 2000 - 2010 podem-se observar as maiores taxas negativas, a soma do retrocesso populacional é de 17,67%, enquanto que no período 2010 - 2017 são de 14,88%. O Litoral Sul desponta no período 2000 - 2010 com o maior decréscimo, seguido pelo Território Médio Rio das Contas, a soma desses recuos chega a quase 15%.

A Ilustração 5.2 apresenta os oito maiores Territórios de Identidade em termos populacionais. É notável que representem mais da metade da população baiana, sugerindo um Estado bastante concentrado na sua capital, Salvador. Nos dois períodos a distribuição da população pelos Territórios de Identidade que dominam parte expressiva da população se manteve praticamente a mesma.

Dentre os Territórios de Identidade, apenas dois apresentaram mudanças na participação populacional do Estado, são eles: Metropolitana de Salvador, que aumentou em 1% a sua participação e o Litoral Sul que por sua vez, encolheu 1%.



Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 5.2 - Participação Populacional dos Principais Territórios na População do Estado

O grau de urbanização dos Territórios de Identidade no ano de 2010 apresenta oito dos 28 Territórios com taxas superiores a 70%, (Quadro 5.3) são eles: Litoral Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Litoral Norte, Portal do Sertão, Médio Rio de Contas, Itaparica, Metropolitana de Salvador e Costa do Descobrimento. A Região Metropolitana de Salvador se destaca com 98,68% de grau de urbanização, a maior taxa dentre os Territórios de Identidade. Em todos os Territórios ocorreu aumento do grau de urbanização, de 2000 a 2010.

Em contrapartida, somente seis Territórios de Identidade apresentaram taxas inferiores a 50% de urbanização. A Bacia do Paramirim é o Território com o menor grau de urbanização, 36,17%.

Quadro 5.3 - Urbanização nos Territórios de Identidade (2000-2010)

Valores em %

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	GRAU DE URBANIZAÇÃO 2000	GRAU DE URBANIZAÇÃO 2010
Irecê	58,62	61,39
Velho Chico	42,51	46,59
Chapada Diamantina	41,90	47,97
Sisal	37,00	42,79
Litoral Sul	75,44	81,89
Baixo Sul	49,20	53,23
Extremo Sul	70,04	76,64
Médio Sudoeste da Bahia	70,36	78,79
Vale de Jequiriçá	54,26	57,89
Sertão do São Francisco	58,18	63,87
Bacia do Rio Grande	59,73	66,80
Bacia do Paramirim	29,29	36,17
Sertão Produtivo	48,59	54,72
Piemonte do Paraguaçu	59,26	63,52
Bacia do Jacuípe	41,80	51,58
Piemonte da Diamantina	55,64	62,50
Semiárido Nordeste II	38,62	44,92
Litoral Norte e Agreste Baiano	62,35	63,86
Portal do Sertão	74,08	78,14
Vitória da Conquista	53,06	64,76
Recôncavo	65,63	69,22
Médio Rio de Contas	70,39	78,14
Bacia do Rio Corrente	41,27	46,50
Itaparica	66,63	70,18
Piemonte Norte do Itapicuru	49,99	55,08
Metropolitana de Salvador	98,37	98,68
Costa do Descobrimento	77,37	79,70

Fonte: IBGE - Censos de 2000, 2010 e SEI.

As densidades demográficas referentes aos Territórios de Identidade no ano de 2010 estão expostas no Quadro 5.4. Destaca-se a Região Metropolitana de Salvador com a maior quantidade de habitantes por km², 1.237,33.

Apenas dois outros Territórios apresentam densidade acima de 100 habitantes por km², são eles: Recôncavo e Portal do Sertão. As menores densidades demográficas são dos Territórios de Identidade Bacia do Rio Corrente e Bacia do Rio Grande, com valores de 4,48 e 5,25 respectivamente.

Segundo o IBGE, a densidade média do Estado da Bahia no ano de 2010 era de apenas 24,8 habitantes/km².

Quadro 5.4 - Densidade Demográfica nos Territórios de Identidade em 2010

Valores em habitante/km²

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
Irecê	15,12
Velho Chico	8,05
Chapada Diamantina	11,38
Sisal	28,55
Litoral Sul	52,69
Baixo Sul	46,67
Extremo Sul	21,82
Médio Sudoeste da Bahia	18,46
Vale de Jequiriçá	29,33
Sertão do São Francisco	8,02
Bacia do Rio Grande	5,25
Bacia do Paramirim	16,07
Sertão Produtivo	18,13
Piemonte do Paraguaçu	14,93
Bacia do Jacuípe	22,14
Piemonte da Diamantina	19,69
Semiárido Nordeste II	25,53
Litoral Norte e Agreste Baiano	43,28
Portal do Sertão	150,18
Vitória da Conquista	25,49
Recôncavo	110,45
Médio Rio de Contas	37,01
Bacia do Rio Corrente	4,48
Itaparica	13,54
Piemonte Norte do Itapicuru	18,54
Metropolitana de Salvador	1.237,33
Costa do Descobrimento	28,3

Fonte: IBGE - Censo 2010 e SEI/SEPLAN-DPS.

A composição da população nos anos 2000, 2010 e 2017 (estimativa) do Estado da Bahia, Nordeste e do Brasil, separadas em grupos etários encontra-se no Quadro 5.5.

Nota-se que na Bahia e no Nordeste há redução da população em todos os grupos que compreendem do 0 aos 29 anos de idade, ao longo do período avaliado. Após os 30 anos, o inverso ocorre, isto é, há um aumento na participação da população mais velha.

No ano de 2017, a Região Nordeste superou em sua composição populacional a média brasileira do 0 aos 39 anos. O Estado da Bahia, porém, apresenta uma predominância da população mais jovem quando comparada à média brasileira, abrangendo as faixas de 0 a 19 anos e 30 a 44 anos.

A maior diferença na composição entre as faixas etárias, comparativamente entre Nordeste e Brasil, se dá entre 5 e 14 anos. A formação da população nordestina supera em quase 1% a brasileira. O Estado da Bahia, por sua vez, tem a maior diferença na composição, em relação ao Brasil, nas idades entre 30 e 39 anos, com uma média de 0,6% de discrepância.

Quadro 5.5 - Composição da População Residente por Grupo de Idade no Brasil, Nordeste e Bahia – 2000/2010/2017

Valores em %

REGIÃO	TOTAL	POPULAÇÃO RESIDENTE - GRUPO DE IDADE (ANOS)															
		0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70+
2000																	
Brasil	173.448.346	9,98	9,96	10,10	10,43	9,42	8,34	7,75	7,21	6,21	5,15	4,10	3,14	2,60	2,01	3,59
Nordeste	48.946.039	11,02	11,02	11,47	11,50	9,59	7,92	7,10	6,31	5,22	4,33	3,61	2,89	2,46	1,84	3,72
Bahia	13.519.548	10,61	10,81	11,23	11,89	9,92	8,06	7,17	6,33	5,41	4,37	3,57	2,86	2,38	1,82	3,58
2010																	
Brasil	195.497.797	8,09	8,65	8,80	8,78	8,86	9,10	8,20	7,23	6,68	6,15	5,22	4,22	3,25	2,36	4,42
Nordeste	54.506.351	9,11	9,70	9,58	9,31	9,37	9,49	8,14	6,80	6,10	5,38	4,37	3,54	2,85	2,16	4,1
Bahia	14.016.906	8,54	9,09	9,30	9,14	9,18	9,93	8,54	7,03	6,25	5,47	4,61	3,64	2,88	2,2	4,2
2017																	
Brasil	207.660.929	6,92	7,38	7,92	8,26	8,20	8,19	8,46	8,02	7,01	6,31	5,81	5,03	4,04	3,08	5,38
Nordeste	57.254.159	7,64	8,31	8,90	8,83	8,28	8,35	8,76	8,13	6,71	5,82	5,18	4,28	3,36	2,63	4,81
Bahia	15.344.447	7,26	7,88	8,40	8,37	8,09	8,14	9,03	8,64	7,04	6,03	5,31	4,50	3,56	2,71	5,04

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais.

A Ilustração 5.3 apresenta a distribuição da pirâmide etária da Bahia no ano de 2010 e a projeção para 2020. É nítida a mudança que está ocorrendo na população, a base da pirâmide no comparativo está mais estreita e o meio mais cheio, logo, trata-se de um indicativo de envelhecimento da população.

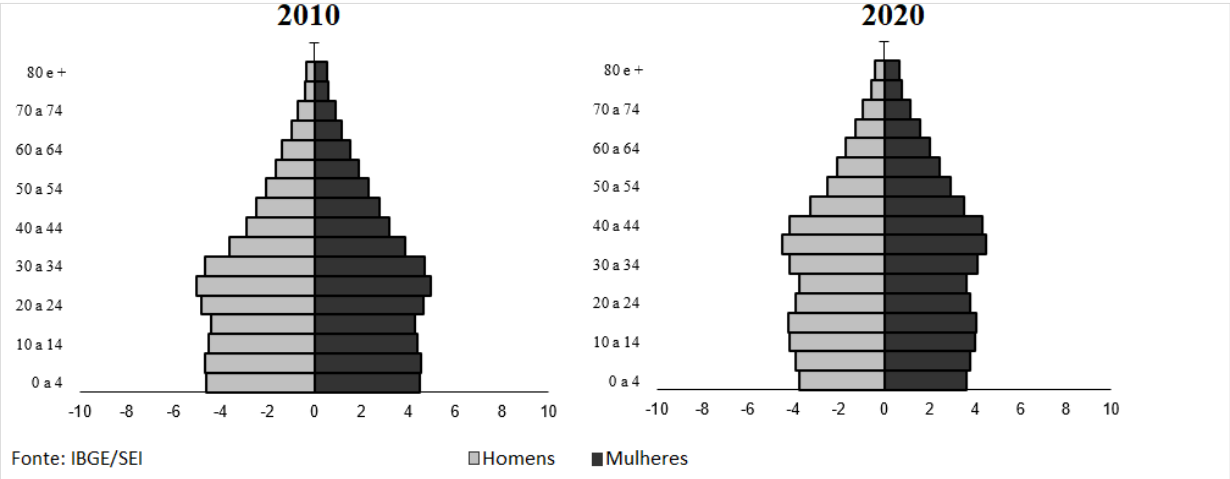


Ilustração 5.3 - Pirâmide Etária da Bahia 2010 e Projeção 2020

A composição etária no ano de 2010 dos Territórios de Identidade está descriminada no Quadro 5.6.

A faixa da população idosa, acima de 60 anos, tem uma maior concentração nos Territórios de Identidade Bacia do Jacuípe e Bacia do Paramirim. Na faixa etária acima dos 65, ainda podemos destacar o Vale de Jequiriça, com 9% de sua população nesta faixa etária.

A maior concentração da população entre 50 e 59 anos encontra-se na Região Metropolitana de Salvador, Litoral Sul e Médio Rio de Contas. A população entre 30 a 49 anos concentra-se nos Territórios de Identidade: Itaparica, Metropolitana de Salvador e Recôncavo.

Com a idade entre 25 e 29 anos, as maiores concentrações ocorrem na Região Metropolitana de Salvador (10,68%), Bacia do Rio Grande (10,14%) e Portal do Sertão (9,93%). Entre 18 e 24 anos, destacam-se os Territórios com maior acúmulo: Bacia do Rio Grande (14,45%), Baixo Sul (13,62%) e Sertão Produtivo (13,50%).

Dos 7 anos aos 17 anos há aglomeração maior nos Territórios do Baixo Sul e Velho Chico, sendo que este se destaca com as maiores aglomerações nas duas faixas etárias que compreendem o período supracitado: 7 a 14 anos e 15 a 17 anos.

Entre as crianças de 0 a 6 anos há maior incidência nos territórios do Sertão do São Francisco, Baixo Sul e Costa do Descobrimento.

Vale adicionar que a Região do Baixo Sul aparece com a maior centralização populacional em quatro das nove faixas etárias estudadas, compreendendo as idades de 0 a 24 anos. A Região Metropolitana de Salvador apresenta o maior acúmulo em três faixas etárias, são elas: 25 a 29 anos, 30 a 49 anos e 50 a 59 anos.

Quadro 5.6 - População por Grupos de Idade nos Territórios de Identidade - 2010

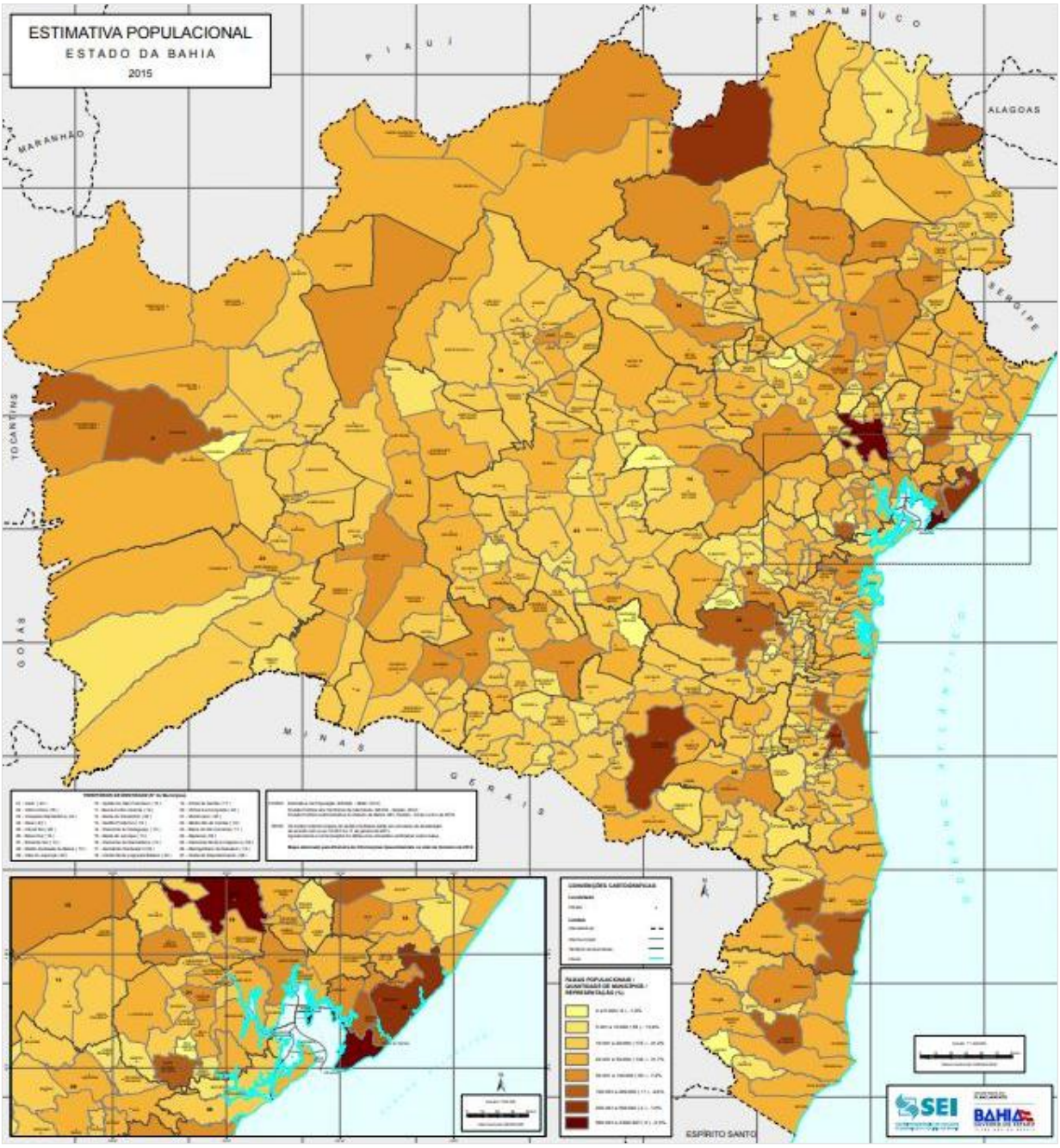
Valores em %

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	0 a 6	7 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 49	50 a 59	60 a 64	65 ou +
Estado da Bahia	10,85	14,76	5,85	12,92	9,34	27,38	8,54	3,12	7,24
Irecê	12,22	16,14	6,35	12,40	8,48	25,55	8,08	3,17	7,62
Velho Chico	12,51	17,12	6,97	13,18	8,35	23,62	7,62	3,02	7,62
Chapada Diamantina	11,73	16,61	6,41	13,05	8,46	24,09	8,05	3,21	8,39
Sisal	11,40	16,40	6,31	12,88	8,48	25,03	7,63	3,51	8,35
Litoral Sul	11,16	14,86	5,78	12,59	8,84	26,28	9,34	3,25	7,88
Baixo Sul	12,53	16,89	6,60	13,62	9,07	24,66	7,92	2,66	6,05
Extremo Sul	11,91	15,83	6,21	12,54	8,81	26,27	8,52	2,97	6,95
Médio Sudoeste da Bahia	11,15	14,89	5,76	12,96	8,96	25,64	8,49	3,34	8,81
Vale de Jequiriçá	10,95	15,29	6,19	12,71	8,61	25,40	8,62	3,22	9,00
Sertão do São Francisco	12,65	16,31	6,22	12,99	8,71	26,03	7,42	2,92	6,76
Bacia do Rio Grande	12,46	15,93	6,30	14,45	10,14	25,93	7,06	2,40	5,33
Bacia do Paramirim	9,93	14,82	6,34	13,37	8,63	24,75	8,63	3,70	9,83
Sertão Produtivo	9,85	13,90	5,95	13,50	8,95	26,91	8,74	3,49	8,69
Piemonte do Paraguaçu	11,75	16,44	6,48	12,67	8,32	24,28	8,00	3,30	8,75
Bacia do Jacuípe	10,53	15,29	6,32	12,53	7,88	24,74	8,77	3,91	10,03
Piemonte da Diamantina	11,55	15,35	6,16	12,77	8,61	25,78	8,18	3,45	8,15
Semiárido Nordeste II	11,15	16,29	6,36	12,88	7,90	25,20	7,94	3,54	8,74
Litoral Norte e Agreste Baiano	11,37	15,94	6,33	12,88	9,15	26,54	7,80	2,93	7,06
Portal do Sertão	10,63	14,22	5,71	13,30	9,93	28,26	8,17	2,95	6,82
Vitória da Conquista	10,86	14,58	5,86	12,79	8,86	26,40	8,62	3,41	8,61
Recôncavo	10,20	14,24	5,89	13,02	9,65	28,29	8,36	2,99	7,36
Médio Rio de Contas	10,97	14,64	6,03	12,86	8,96	25,46	9,15	3,22	8,71
Bacia do Rio Corrente	11,13	15,62	6,44	12,61	8,34	25,22	8,50	3,47	8,66
Itaparica	11,69	15,29	5,83	12,98	8,54	27,07	7,90	3,31	7,39
Piemonte Norte do Itapicuru	11,53	15,88	6,07	12,55	8,36	26,11	8,10	3,37	8,03
Metropolitana de Salvador	9,26	12,50	4,98	12,78	10,68	31,52	9,55	2,99	5,74
Costa do Descobrimento	12,85	16,75	5,90	12,75	9,48	26,85	7,65	2,48	5,29

Fonte: IBGE - Censo 2010 e SEI/SEPLAN-DPS.

A distribuição espacial da população baiana no ano de 2015 pode ser mais bem compreendida através da Ilustração 5.4. Nota-se no centro do estado uma menor concentração populacional, ao passo que no norte, leste e sul há uma concentração maior

de pessoas. As estimativas populacionais dos municípios elaboradas pelo IBGE para o Estado, para o período de 2015, encontram-se apresentadas no Quadro 1A, do Anexo, juntamente com a série histórica até o ano de 2017.



Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 5.4 - Distribuição da População (Estimada) em 2015

6. DADOS ECONÔMICOS E CARACTERIZAÇÃO DOS SETORES DA ECONOMIA

6.1. Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)

6.1.1. PIB Estadual vis-à-vis o PIB Regional e PIB Brasileiro

A evolução do PIB no país, bem como nas cinco regiões que o compõe, no período de 2010 a 2015, são apresentadas no Quadro 6.1.

Quadro 6.1 - PIB e Crescimento do Brasil e Regiões

R$ milhões correntes

REGIÃO	PRODUTO INTERNO BRUTO			VARIAÇÃO	
	2010	2013	2015	2010/2013	2013/2015
Brasil	3.885.847	5.331.619	5.995.787	37,21%	12,46%
Norte	207.094	292.422	320.775	41,20%	9,70%
Nordeste	522.769	724.524	848.533	38,59%	17,12%
Sudeste	2.180.988	2.948.744	3.238.716	35,20%	9,83%
Sul	620.180	880.286	1.008.018	41,94%	14,51%
Centro-Oeste	354.816	485.623	579.745	36,87%	19,38%

Fonte: IBGE/SEI.

Observa-se que houve um incremento no PIB em todos os cenários analisados para todas as regiões. A Região Nordeste destaca-se com a segunda maior variação, nos dois comparativos entre os anos, obtendo variações de 38,59% e 17,12% de crescimento, respectivamente.

A maior porcentagem de crescimento de PIB foi alcançada pela Região Centro-Oeste, com variações de 36,87% e 19,38% no comparativo dos anos. Em contraparte, a Região Norte apresentou o menor valor de alteração no PIB, no comparativo 2013/2015. No paralelo dos anos 2010/2013, a menor alteração foi da Região Sudeste, com 35,20%.

A participação das regiões no PIB brasileiro durante o período 2004 - 2015 está demonstrada no Quadro 6.2. A Região Nordeste nos 12 anos analisados contribuiu com o PIB brasileiro com uma média de 13,4%, sendo a terceira região que mais contribuiu.

Quadro 6.2 - Participação Percentual das Grandes Regiões no PIB (%)

Valores em %

REGIÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PRODUTO INTERNO BRUTO											
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	5,0	4,9	5,0	5,0	5,0	5,0	5,3	5,5	5,4	5,5	5,3	5,4
Nordeste	12,9	13,0	13,2	13,0	13,1	13,6	13,5	13,3	13,6	13,6	13,9	14,2
Sudeste	56,5	57,5	57,7	57,4	57,0	56,3	56,1	56,1	55,9	55,3	54,9	54,0
Sul	16,8	15,9	15,6	16,1	16,0	15,9	16,0	15,9	15,9	16,5	16,4	16,8
Centro-Oeste	8,9	8,6	8,4	8,6	8,9	9,3	9,1	9,1	9,2	9,1	9,4	9,7
TOTAL	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Analisando o PIB, per capita, disposto no Quadro 15, que representa a relação entre o valor corrente do PIB total e a população residente da região analisada, pode-se observar a Região Nordeste se sobressaindo diante das demais, apresentando altos valores de crescimento. A variação entre o ano de 2013 e 2015 para a Região Nordeste se destacou com o segundo maior crescimento entre as regiões. A Região Sul, no comparativo dos anos de 2010/2013, apresentou o maior índice, 34,99%.

Quadro 6.3 - PIB Per Capita e Crescimento do Brasil e Regiões (2010, 2013, 2015)

R$ Correntes

REGIÃO	PIB PER CAPITA			VARIAÇÃO	
	2010	2013	2015	2010/2013	2013/2015
Brasil	20.372	26.521	29.326	30,19%	10,58%
Norte	13.040	17.219	18.359	32,04%	6,62%
Nordeste	9.849	12.986	15.002	31,85%	15,53%
Sudeste	27.142	34.911	37.299	28,62%	6,84%
Sul	22.647	30.570	34.486	34,99%	12,81%
Centro-Oeste	25.253	32.390	37.543	28,26%	15,91%

Fonte: IBGE/SEI.

A participação da economia baiana na formação do PIB regional e nacional nos anos de 2010, 2013 e 2015 está exposta no Quadro 6.4. No comparativo entre 2013/2015, é possível observar que a Bahia teve um crescimento maior que o nacional. No comparativo entre 2010/2013, o crescimento baiano ficou abaixo da variação nacional e da regional, crescendo 32,65%, distante em 4,56% do incremento nacional e 5,94% do regional.

Quadro 6.4 - PIB e Crescimento do Brasil, Nordeste e Bahia (2010, 2013, 2015)

R$ Milhões correntes

REGIÃO	PRODUTO INTERNO BRUTO			VARIAÇÃO	
	2010	2013	2015	2010/2013	2013/2015
Brasil	3.885.847	5.331.619	5.995.787	37,21%	12,46%
Nordeste	522.769	724.524	848.533	38,59%	17,12%
Bahia	154.420	204.844	245.025	32,65%	19,62%

Fonte: IBGE/SEI.

O PIB per capita referente aos anos de 2010, 2013 e 2015 estão apresentados no Quadro 6.5. O crescimento baiano é modesto no primeiro comparativo em relação aos outros, mas no segundo comparativo, entre os anos de 2013 e 2015, é expressivo e supera o avanço regional e nacional.

Quadro 6.5 - PIB Per Capita e Crescimento do Brasil, Nordeste e Bahia (2010, 2013, 2015)

R$ Correntes

REGIÃO	PIB PER CAPITA			VARIAÇÃO	
	2010	2013	2015	2010/2013	2013/2015
Brasil	20.372	26.521	29.326	30,18%	10,58%
Nordeste	9.849	12.986	15.002	31,85%	15,52%
Bahia	11.013	13.616	16.116	23,64%	18,36%

Fonte: IBGE/SEI.

O PIB de cada unidade da federação dos anos de 2010 e 2015 está retratado no Quadro 6.6, assim como o crescimento nominal do período.

Quadro 6.6 - PIB e Crescimento Nominal das Unidades da Federação (2010 e 2015)

R$ Milhões correntes

ESTADO	2010	RK	2015	RK	VARIAÇÃO
Acre	8.342	25	13.622	26	63,29%
Alagoas	27.133	20	46.364	20	70,88%
Amapá	8.238	26	13.861	25	68,26%
Amazonas	60.877	14	86.560	15	42,19%
Bahia	154.420	6	245.025	7	58,67%
Ceará	79.336	13	130.621	12	64,64%
Distrito Federal	144.174	8	215.613	8	49,55%
Espírito Santo	85.310	11	120.363	13	41,09%
Goiás	106.770	9	173.632	9	62,62%
Maranhão	46.310	17	78.475	17	69,46%
Mato Grosso	56.601	15	107.418	14	89,78%
Mato Grosso do Sul	47.271	16	83.082	16	75,76%
Minas Gerais	351.123	3	519.326	3	47,90%
Pará	82.685	12	130.883	11	58,29%
Paraíba	33.522	19	56.140	19	67,47%
Paraná	225.205	5	376.960	5	67,38%
Pernambuco	97.190	10	156.955	10	61,49%
Piauí	22.269	23	39.148	21	75,80%
Rio de Janeiro	449.858	2	659.137	2	46,52%
Rio Grande do Norte	36.185	18	57.250	18	58,22%
Rio Grande do Sul	241.249	4	381.985	4	58,34%
Rondônia	23.908	22	36.563	23	52,93%
Roraima	6.639	27	10.354	27	55,96%
Santa Catarina	153.726	7	249.073	6	62,02%
São Paulo	1.294.696	1	1.939.890	1	49,83%
Sergipe	26.405	21	38.554	22	46,01%
Tocantins	16.405	24	28.930	24	76,35%

Fonte: IBGE/SEI.

Observa-se que o Estado da Bahia, destacou-se entre os maiores PIBs do país, ficando em sexto e sétimo lugar no ranking, nos dois anos comparados.

O Estado de São Paulo apresentou o maior valor no comparativo do PIB das unidades da Federação. Roraima tem o menor PIB, mas houve um crescimento significativo de 55,96%, de 2010 para 2015.

Os maiores crescimentos foram do Mato Grosso (89,78%) e Tocantins (76,35%), nota-se que nenhum estado teve decréscimo no PIB, no período analisado.

O PIB per capita e o crescimento nominal das unidades da Federação referentes aos anos de 2010, 2013 e 2015 estão apresentadas no **Erro! Fonte de referência não encontrada.**.

Quadro 6.7 - PIB per capita e Crescimento Nominal – Unidades da Federação

R$ Correntes

ESTADO	2010	RK	2013	RK	2015	RK	VARIAÇÃO 2010/2015	RK	VARIAÇÃO 2013/2015	RK
Acre	11.384	19	14.777	21	16.953	18	48,92%	12	14,73%	11
Alagoas	8.694	25	11.295	25	13.878	25	59,62%	6	22,87%	2
Amapá	12.319	16	17.365	15	18.080	16	46,76%	16	4,11%	24
Amazonas	17.489	12	21.810	12	21.979	12	25,68%	27	0,77%	26
Bahia	11.013	21	13.616	22	16.116	21	46,33%	17	18,36%	5
Ceará	9.391	23	12.421	23	14.669	23	56,20%	9	18,10%	6
Distrito Federal	56.253	1	63.054	1	73.971	1	31,50%	25	17,31%	8
Espírito Santo	24.286	5	30.545	5	30.627	9	26,11%	26	0,27%	27
Goiás	17.783	11	23.516	11	26.265	10	47,70%	14	11,69%	15
Maranhão	7.049	27	9.963	26	11.366	27	61,25%	4	14,08%	13
Mato Grosso	18.656	9	28.036	8	32.895	7	76,33%	1	17,33%	7
Mato Grosso do Sul	19.299	8	26.748	9	31.337	8	62,37%	3	17,16%	9
Minas Gerais	17.919	10	23.697	10	24.885	11	38,88%	22	5,01%	23
Pará	10.875	22	15.211	20	16.010	22	47,22%	15	5,25%	22
Paraíba	8.899	24	11.848	24	14.133	24	58,81%	7	19,29%	3
Paraná	21.572	7	30.323	6	33.769	6	56,54%	8	11,36%	16
Pernambuco	11.049	20	15.328	18	16.795	19	52,00%	10	9,57%	19
Piauí	7.140	26	9.825	27	12.219	26	71,13%	2	24,36%	1
Rio de Janeiro	28.127	3	38.379	3	39.827	3	41,59%	19	3,77%	25
Rio Grande do Norte	11.421	18	15.269	19	16.632	10	45,62%	18	8,92%	20
Rio Grande do Sul	22.556	4	29.765	7	33.960	5	50,56%	11	14,10%	12
Rondônia	15.321	13	18.008	14	20.678	13	34,97%	23	14,83%	10
Roraima	14.714	14	18.462	13	20.477	14	39,17%	21	10,91%	18
Santa Catarina	24.597	4	32.334	4	36.525	4	48,49%	13	12,96%	14
São Paulo	31.385	2	39.283	2	43.695	2	39,22%	20	11,23%	17
Sergipe	12.768	15	16.094	17	17.189	17	34,63%	24	6,81%	21
Tocantins	11.858	17	16.099	16	19.094	15	61,03%	5	18,61%	4

Fonte: IBGE/SEI.

O Estado da Bahia, no período analisado, se manteve no ranking entre 21º e 22º lugar, contudo, quando se é analisada a taxa de crescimento nominal, no ano de 2015 em relação a 2010, o Estado ocupa a décima sétima posição, com 46,33% de aumento no PIB per capita. O resultado é melhor ainda quando a comparação tem como base os anos de 2013 e 2015, onde a taxa é de 18,36% e o Estado passa a ter o quinto maior crescimento.

O Distrito Federal desponta como primeiro lugar em todo o intervalo analisado, com uma média de quase R$ 65 mil para o PIB per capita. O crescimento mais expressivo no período de 2010 a 2015 foi do Mato Grosso, com 76,33%, na contramão temos o Amazonas, com apenas 25,68% de crescimento.

Entre os anos de 2013 e 2015, a maior taxa de crescimento é do Piauí, com 24,36%, seguido por Alagoas, com 22,87%. As menores taxas são do Espírito Santo, 0,27% e o Amazonas, 0,77%.

A taxa acumulada de crescimento do PIB baiano durante o período de 2004 a 2015 está 4,3% abaixo da média nacional. Quando a análise é de um período mais curto, entre os anos de 2012 e 2015, a taxa baiana supera em 4,46% a nacional, assim como pode ser observado no Quadro 6.8.

Quadro 6.8 - Taxa Acumulada de Crescimento do PIB do Brasil e da Bahia

Valores em %

REGIÃO	2004 - 2015		2012 - 2015	
	ACUMULADO	MÉDIA	ACUMULADO	MÉDIA
Brasil	35,9	2,8	-0,15	-1,2
Estado da Bahia	31,6	2,83	0,1	3,26

Fonte: SEI.

As taxas de crescimento do PIB dos estados e grandes regiões brasileiras durante o período de 2004 a 2015 estão dispostos no Quadro 6.9.

A taxa de crescimento do PIB baiano no período analisado oscilou entre -3,4% e 9,4%, sendo o pior resultado para o último ano da análise, 2015, e o melhor para o primeiro ano, 2004. Destaca-se que a taxa de crescimento da Região Nordeste esteve abaixo da nacional em apenas dois anos do período de amostra, mas a Bahia só se apropriou desse crescimento em três anos (2004, 2005 e 2007).

A Bahia obteve taxas de crescimento negativas apenas nos anos de 2009, com decréscimo de 0,3% e em 2015 com 3,4%, acompanhando a redução da taxa nacional. Provavelmente, indicando que sua economia está mais integrada à industrialização do sudeste e do sul do que os demais estados do Nordeste.

Quadro 6.9 - Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto por Grande Região e Unidades da Federação (2004 - 2015)

Valores em %

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BRASIL	**5,8**	**3,2**	**4,0**	**6,1**	**5,1**	**-0,1**	**7,5**	**4,0**	**1,9**	**3,0**	**0,5**	**-3,5**
Norte	**9,7**	**5,5**	**5,0**	**3,8**	**3,9**	**0,0**	**10,1**	**6,5**	**3,2**	**2,9**	**3,0**	**-2,6**
Rondônia	13,3	1,4	4,8	6,9	2,3	7,1	11,8	5,2	3,3	0,8	3,7	-3,1
Acre	13,5	2,7	7,2	4,4	6,2	2,5	7,3	4,3	6,2	2,3	4,4	-1,5
Amazonas	10,6	9,0	2,2	4,7	2,5	-0,2	9,8	10,4	1,4	4,4	0,2	-5,4
Roraima	6,7	7,3	9,3	-1,9	6,6	5,7	8,9	3,2	4,8	5,5	2,5	-0,3
Pará	8,4	4,2	6,7	2,2	4,7	-3,4	9,0	4,4	3,2	2,5	4,1	-0,9
Amapá	6,5	6,3	6,9	4,4	3,0	2,3	8,9	3,6	9,2	3,4	1,7	-5,5
Tocantins	7,7	4,2	4,0	5,3	6,0	2,9	16,9	8,8	5,2	2,2	6,2	-0,4
Nordeste	**6,7**	**3,8**	**4,6**	**4,7**	**5,4**	**1,0**	**6,6**	**4,1**	**3,0**	**3,1**	**2,8**	**-3,4**
Maranhão	7,2	5,9	3,6	7,0	5,0	0,6	8,2	6,5	4,3	5,6	3,9	-4,1
Piauí	7,7	3,9	5,6	5,4	6,2	6,3	4,2	5,2	6,1	2,3	5,3	-1,1
Ceará	5,2	2,5	8,2	3,1	7,9	0,4	6,8	3,9	1,6	5,1	4,2	-3,4
Rio Grande do Norte	4,1	2,4	3,0	3,0	4,3	1,2	4,1	5,4	0,6	4,5	1,6	-2,0
Paraíba	3,5	2,7	7,7	2,2	4,5	1,4	10,5	5,7	4,1	5,8	2,9	-2,7
Pernambuco	5,1	4,3	4,9	5,4	4,9	1,6	7,2	4,5	3,9	2,9	1,9	-4,2
Alagoas	6,0	3,6	2,8	5,2	6,8	1,0	5,3	4,7	2,0	0,4	4,8	-2,9
Sergipe	6,5	4,3	4,3	6,3	2,6	4,3	5,8	4,8	1,5	1,0	0,4	-3,3
Bahia	9,4	4,1	3,0	4,9	5,1	-0,3	6,1	2,1	3,0	1,3	2,3	-3,4
Sudeste	**5,4**	**3,7**	**4,1**	**6,3**	**5,6**	**-0,6**	**7,6**	**3,5**	**1,8**	**2,0**	**-0,5**	**-3,8**
Minas Gerais	5,9	4,0	3,9	5,5	4,7	-3,9	9,1	2,5	3,3	0,5	-0,7	-4,3
Espírito Santo	4,3	3,5	8,5	7,1	8,6	-6,9	15,2	7,4	-0,7	-0,1	3,3	-2,1
Rio de Janeiro	2,7	2,8	4,1	3,4	4,1	1,9	5,0	2,6	2,0	1,3	1,5	-2,8
São Paulo	6,2	4,0	3,9	7,5	6,2	-0,1	7,6	3,8	1,5	2,8	-1,4	-4,1
Sul	**5,0**	**-0,4**	**2,9**	**6,8**	**3,0**	**-1,1**	**7,6**	**4,3**	**-0,4**	**6,1**	**-0,1**	**-4,1**
Paraná	5,4	0,6	1,9	7,2	4,0	-1,7	9,9	4,6	0,0	5,5	-1,5	-3,4
Santa Catarina	7,5	2,0	2,6	6,3	1,7	0,0	5,4	3,5	1,7	3,5	2,4	-4,2
Rio Grande do Sul	3,3	-2,7	4,1	6,7	2,9	-1,1	6,9	4,6	-2,1	8,5	-0,3	-4,6
Centro-Oeste	**6,4**	**4,5**	**3,5**	**6,9**	**5,7**	**2,5**	**7,0**	**4,6**	**4,4**	**3,9**	**2,5**	**-2,1**
Mato Grosso do Sul	-0,8	2,6	5,7	4,7	5,3	0,7	11,7	3,4	6,0	6,6	2,6	-0,3
Mato Grosso	14,8	4,6	-2,0	12,2	7,8	2,1	6,0	5,7	11,0	3,5	4,4	-1,9
Goiás	6,7	3,5	3,1	5,6	6,4	0,2	9,0	5,8	4,5	3,1	1,9	-4,3
Distrito Federal	5,0	5,8	5,5	6,6	4,5	5,0	4,4	3,7	0,8	3,7	2,0	-1,0

Fonte: IBGE.

6.1.2. Evolução Anual do PIB Baiano nos Últimos Anos

O Quadro 6.10 exibe a evolução do PIB do Estado da Bahia durante os anos de 2005 a 2017, nota-se que ocorreu o crescimento do valor do PIB até 2015. O ano de 2016 registrou uma pequena queda de 0,48% nos valores correntes, para depois, em 2017, novamente registrar taxa de crescimento positivo.

Quadro 6.10 - Evolução do PIB do Estado da Bahia (2005 – 2017)

Valores Correntes em R$ Milhões

ANO	PIB	VARIAÇÃO ANUAL	ACUMULADO
2005	88.292	-	-
2006	95.348	7,99%	3,00%
2007	109.330	14,66%	8,00%
2008	121.667	11,29%	13,50%
2009	137.942	13,38%	13,20%
2010	154.420	11,94%	20,20%
2011	166.603	7,89%	22,60%
2012	182.573	9,59%	26,30%
2013	204.844	12,20%	27,90%
2014	223.930	9,32%	30,90%
2015	245.025	9,42%	26,40%
2016*	243.844	-0,48%	20,20%
2017*	258.883	6,17%	20,70%

Fonte: IBGE/SEI.
*Dados sujeitos à retificação. Cálculo com base no trimestral Bahia.

O Quadro 6.11 apresentado na sequência traz a série histórica do PIB per capita baiano desde 2005 até 2017. Assim como ocorrido no PIB do Estado, o PIB per capita também apresentou uma leve queda no ano de 2016, -0,96%, com um aumento expressivo no ano seguinte de 5,7%.

Quadro 6.11 - Evolução do PIB per Capita do Estado da Bahia (2005 – 2017)

Valores Correntes em R$ 1,00

ANO	PIB	VARIAÇÃO ANUAL
2005	6.391	-
2006	6.835	6,95%
2007	7.765	13,60%
2008	8.389	8,05%
2009	9.424	12,33%
2010	11.013	16,86%
2011	11.818	7,31%
2012	12.880	8,98%
2013	13.616	5,72%
2014	14.804	8,72%
2015	16.116	8,86%
2016*	15.962	-0,96%
2017*	16.871	5,70%

Fonte: IBGE/SEI.
*Dados sujeitos à retificação.

6.1.3. Participação dos Setores de Atividades no PIB da Bahia

A composição do PIB da Bahia com participação dos setores da Indústria, Agropecuária, Serviços e Impostos durante o período de 2005 a 2017 está descrita no Quadro 6.12.

Quadro 6.12 - Estrutura do PIB da Bahia por Grandes Setores a Preços Básicos (2005 – 2017)

R$ Milhões

ANO	AGROPECUÁRIA	PARTICIPAÇÃO	INDÚSTRIA	PARTICIPAÇÃO	SERVIÇOS	PARTICIPAÇÃO	IMPOSTOS LÍQUIDOS	PARTICIPAÇÃO	TOTAL
2005	7.732	9%	20.014	23%	47.176	53%	13.369	15%	88.292
2006	7.958	8%	20.683	22%	52.037	55%	14.669	15%	95.348
2007	9.837	9%	22.418	21%	61.835	57%	15.240	14%	109.330
2008	10.249	8%	25.845	21%	68.539	56%	17.035	14%	121.667
2009	10.606	8%	30.277	22%	80.254	58%	16.806	12%	137.942
2010	10.709	7%	36.740	24%	87.966	57%	19.005	12%	154.420
2011	11.886	7%	34.634	21%	99.207	60%	20.876	13%	166.603
2012	12.779	7%	35.142	19%	111.375	61%	23.277	13%	182.573
2013	13.102	6%	36.471	18%	128.688	63%	26.583	13%	204.844
2014	15.484	7%	41.143	18%	139.576	62%	27.727	12%	223.930
2015	17.836	7%	47.768	19%	150.364	61%	29.058	12%	245.025
2016*	17.582	7%	45.047	18%	152.564	63%	28.652	12%	243.844
2017*	20.686	8%	44.619	17%	161.264	62%	32.315	12%	258.883

Fonte: IBGE/SEI.
*Dados sujeitos à retificação.

O Setor de Serviços durante o intervalo analisado predomina com mais de 50% de participação, sendo que o máximo valor de atuação do setor foi de 63% nos anos de 2013 e 2016. A atividade que tem menor participação no PIB é a agropecuária, com uma média de 7,5%.

A indústria oscilou entre 17 a 24%, sendo o menor valor registrado no ano de 2017. Os impostos líquidos fecham a conta de participação, com uma média de 13%.

A partir do Quadro 6.13 é possível compreender a composição detalhada da economia baiana por meio das principais atividades, entre os anos de 2004 e 2015.

Quadro 6.13 - Estrutura do PIB da Bahia, por Grandes Setores e Atividades no período 2004 – 2015 a Preços Básicos

Valores em %

ATIVIDADES ECONÔMICAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agropecuária	**6,7**	**5,5**	**5,1**	**5,2**	**5,4**	**5,2**	**4,8**	**5,1**	**4,9**	**5,3**	**5,0**	**5,0**
Indústria	**28,6**	**28,5**	**27,7**	**27,1**	**27,3**	**25,6**	**27,4**	**27,2**	**26,0**	**24,9**	**23,8**	**22,5**
Indústrias extrativas	2,5	3,1	3,5	3,0	3,8	2,2	3,3	4,4	4,5	4,2	3,7	2,1
Indústrias de transformação	17,8	17,4	16,6	16,6	16,5	15,3	15,0	13,9	12,6	12,3	12,0	12,2
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,5	3,4	3,2	3,0	2,6	2,7	2,8	2,7	2,4	2,0	1,9	2,4
Construção	4,9	4,6	4,3	4,6	4,4	5,4	6,3	6,3	6,5	6,4	6,2	5,7
Serviços	**64,7**	**66,0**	**67,2**	**67,7**	**67,3**	**69,2**	**67,8**	**67,7**	**69,1**	**69,9**	**71,2**	**72,5**
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	9,9	10,8	11,2	11,7	12,3	12,7	12,6	12,9	13,4	13,5	13,6	13,3
Transporte, armazenagem e correio	3,5	3,5	3,4	3,7	4,0	3,8	4,3	4,4	4,5	4,5	4,6	4,4
Alojamento e alimentação	1,6	1,6	1,9	2,0	1,8	2,0	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5	2,4
Informação e comunicação	4,5	4,6	4,3	4,4	4,4	4,3	3,8	3,7	3,6	3,5	3,4	3,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6,5	7,1	7,2	7,3	6,5	6,6	6,8	6,4	6,4	6,0	6,4	7,1
Atividades imobiliárias	9,5	9,3	8,9	8,8	8,4	8,7	8,3	8,4	8,8	9,2	9,3	9,7
Serviços prestados às empresas	6,3	6,3	6,7	6,8	6,9	7,3	7,4	7,6	7,9	8,0	8,1	8,0
Administração, educação, saúde, defesa, seguridade social	15,6	16,0	16,3	16,3	16,5	17,1	16,3	16,1	15,9	16,4	16,4	17,2
Educação e saúde privadas	3,7	3,1	3,4	3,3	3,1	3,2	3,0	3,0	3,4	3,5	3,8	4,1
Outras atividades de serviços	3,6	3,7	3,8	3,4	3,4	3,5	3,1	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
TOTAL DAS ATIVIDADES	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

As atividades agropecuárias tiveram uma queda de 1,2% de 2004 para 2005, depois se mantiveram estáveis com participação ao redor dos 5% no PIB. A indústria por sua vez,

teve a maior queda entre 2014 e 2015, onde perdeu 1,3% na participação. Vale salientar que a indústria perdeu participação a partir de 2010.

A indústria de transformação conta com maior atuação no total do setor Indústria, com uma média de 14,8% no PIB do Estado. No setor de Serviços houve crescimento em quase todo o período, sendo que a maior participação está na área de administração, educação, saúde, defesa e seguridade social, com uma média de 16,3% de participação no PIB.

No Quadro 6.14 estão apresentadas as taxas de crescimento médio anual das atividades ao longo dos anos de 2004 a 2015. No intervalo entre os anos de 2004 a 2008, a taxa de crescimento do valor adicionado foi positiva e teve uma média de 4,57%. O ano de 2010 se destaca como o ano com a maior taxa de crescimento do valor adicionado, 7%, em contrapartida o ano de 2015 teve a taxa com valor mais baixo para o período, um recuo de 3,2%.

Quadro 6.14 - Taxa de Crescimento Médio Anual das Atividades no Estado da Bahia, a Preços Básicos (2004 - 2015)

Valores em %

SETORES E SUBSETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor Adicionado	**5,7**	**3,0**	**3,7**	**5,8**	**4,7**	**-0,1**	**7,0**	**3,7**	**1,6**	**2,9**	**0,5**	**-3,2**
Agropecuária	**2,0**	**1,1**	**4,6**	**3,2**	**5,8**	**-3,7**	**6,7**	**5,6**	**-3,1**	**8,4**	**2,8**	**3,3**
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	...	...	...	...	...	...	...	6,8	-5,3	10,8	3,9	5,5
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	...	...	...	...	...	...	...	2,5	-1,2	4,3	0,3	-1,2
Produção florestal, pesca e aquicultura	...	...	...	...	...	...	...	7,5	7,7	3,0	2,1	1,3
Indústria	**8,2**	**2,0**	**2,0**	**6,2**	**4,1**	**-4,7**	**10,2**	**4,1**	**-0,7**	**2,2**	**-1,5**	**-5,8**
Indústrias extrativas	-0,5	6,8	6,5	2,9	4,1	-2,1	14,9	3,5	-1,9	-3,2	9,1	5,7
Indústrias de transformação	9,1	2,2	1,2	6,1	4,1	-9,3	9,2	2,2	-2,4	3,0	-4,7	-8,5
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	6,0	3,1	4,1	6,1	2,6	0,7	6,3	5,6	0,7	1,6	-1,9	-0,4
Construção	10,7	-2,1	0,3	9,2	4,9	7,0	13,1	8,2	3,2	4,5	-2,1	-9,0
Serviços	**5,0**	**3,7**	**4,3**	**5,8**	**4,8**	**2,1**	**5,8**	**3,5**	**2,9**	**2,8**	**1,0**	**-2,7**
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	9,3	3,1	5,0	8,3	5,3	-2,3	11,1	2,3	2,4	3,4	0,6	-7,3
Transporte, armazenagem e correio	5,4	3,6	2,5	5,1	7,6	-4,4	11,2	4,3	2,0	2,6	1,5	-4,3
Serviços de alojamento e alimentação	4,2	5,8	7,2	3,9	5,4	1,6	3,8	7,3	4,9	-1,1	2,2	-6,5
Serviços de informação e comunicação	4,3	5,8	0,8	6,4	9,8	0,0	5,4	6,5	7,0	4,0	5,3	-0,9
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,8	5,8	8,2	15,1	13,2	8,8	9,3	6,2	1,5	1,8	-0,6	-1,2
Atividades imobiliárias	5,5	4,2	4,7	6,0	1,4	3,0	4,9	1,9	5,1	5,1	0,7	-0,4
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	3,8	6,9	4,2	6,7	6,2	2,5	7,0	5,7	4,9	3,6	1,0	-5,0
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, seguridade social	4,1	1,0	3,9	2,2	0,6	3,4	2,2	1,9	1,3	2,2	0,1	0,2
Educação e saúde privadas	3,8	3,3	1,7	1,5	3,2	1,1	1,1	4,6	1,4	0,8	2,5	0,6
Artes, cultura, esporte e recreação, outras atividades de serviços (1)	3,0	2,5	3,4	-0,2	2,9	6,6	-2,8	-0,3	4,8	-2,1	4,8	-7,2
Serviços domésticos	...	...	...	...	...	...	...	1,3	-3,5	2,0	0,5	2,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). (1) No período de 2004 a 2009 inclui serviços domésticos.

A agropecuária se destaca no último ano analisado, 2015, como o único grande setor a adicionar valor, sendo alavancado pela agricultura, que teve crescimento de 5,5% e pela produção florestal, pesca e aquicultura, com 1,3%. Tanto a indústria, como o setor de serviços, apresentaram recuo no ano, com valores de -5,8% e -2,7%, respectivamente. Na indústria, os subsetores da construção e da indústria da transformação foram os principais responsáveis pelo desempenho ruim do total do setor. Apenas três subsetores de serviços tiveram progresso em 2015, mesmo assim, foram modestos, com valores entre 0,2 e 2%.

6.1.4. Evolução Comparativa do PIB da Bahia, por Territórios de Identidade

Através do Quadro 6.15 é possível compreender a economia do Estado da Bahia. Em sua composição estão os 27 Territórios de Identidade, com os seus respectivos valores de PIB, no período de 2010 a 2015.

Quadro 6.15 - PIB do Estado da Bahia por Território de Identidade, a Preços Correntes (2010 – 2015)

Valores Correntes em R$ Mil

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bacia do Jacuípe	1.173,85	1.337,98	1.511,86	1.803,05	2.033,39	2.237,98
Bacia do Paramirim	518,55	578,55	661,91	748,61	839,78	929,32
Bacia do Rio Corrente	1.586,61	2.043,05	2.256,50	2.632,02	3.035,92	3.087,50
Bacia do Rio Grande	6.242,22	8.247,49	11.092,67	10.629,10	12.495,10	14.190,16
Baixo Sul	3.642,86	3.994,17	5.442,87	5.861,41	5.166,36	4.968,51
Chapada Diamantina	1.910,43	2.226,12	2.243,52	2.643,05	2.982,25	3.448,21
Costa do Descobrimento	3.574,75	4.031,71	4.445,75	5.159,99	5.505,08	6.246,26
Extremo Sul	4.579,58	4.754,80	5.104,19	5.839,94	6.204,38	7.383,66
Irecê	1.863,93	2.106,03	2.288,35	2.622,97	2.950,27	3.284,54
Itaparica	2.361,87	2.339,00	2.792,80	1.809,79	2.008,85	2.691,93
Litoral Norte e Agreste Baiano	5.344,87	6.303,88	7.183,13	8.000,88	7.634,23	7.549,91
Litoral Sul	7.298,36	7.816,56	8.549,72	9.649,72	10.453,49	11.064,32
Médio Rio de Contas	2.661,27	3.089,68	3.408,64	3.587,48	3.971,82	4.273,44
Médio Sudoeste da Bahia	1.873,17	1.862,19	1.912,24	2.010,28	2.272,63	2.487,93
Metropolitano de Salvador	72.627,31	74.708,22	77.618,57	88.207,98	97.556,03	107.670,08
Piemonte da Diamantina	1.165,80	1.331,77	1.538,82	1.557,62	1.664,35	1.926,66
Piemonte do Paraguaçu	1.441,58	1.593,06	1.766,70	2.056,14	2.230,40	2.412,38
Piemonte Norte do Itapicuru	1.824,91	1.889,11	2.073,69	2.152,54	2.372,03	2.495,22
Portal do Sertão	9.566,54	10.948,31	12.076,39	14.648,92	15.949,63	16.542,91
Recôncavo	3.720,50	4.149,84	4.927,92	5.984,93	6.196,79	6.590,51
Semiárido Nordeste II	2.092,08	2.008,12	2.144,69	2.808,82	2.943,23	3.498,67
Sertão do São Francisco	3.437,12	3.609,61	4.121,52	4.543,96	5.238,22	5.596,56
Sertão Produtivo	2.933,02	3.268,05	3.683,95	4.167,02	4.950,03	5.259,25
Sisal	2.808,99	3.053,74	3.418,08	3.880,33	4.098,65	4.703,29
Sudoeste Baiano	1.548,41	1.838,08	1.968,90	2.307,02	2.578,39	2.935,40
Vale do Jiquiriçá	1.486,71	1.662,66	1.871,63	2.138,18	2.364,40	2.661,12
Velho Chico	1.627,43	1.873,46	2.112,22	2.399,16	2.849,25	3.127,92

Fonte: IBGE/SEI.

A Região Metropolitana de Salvador é responsável por uma grande parcela no volume do PIB estadual, seguida por Portal do Sertão e Bacia do Rio Grande. A exemplo da concentração populacional, a Bahia mantém, também, alta concentração produtiva na Grande Salvador.

A evolução das participações de todos os Territórios de Identidade na economia baiana, no período analisado, pode ser observada no Quadro 6.16.

Como assinalado, a Região Metropolitana de Salvador apresenta maior presença no conjunto do PIB baiano. Entretanto, houve uma redução durante o período de 2010 a 2012, mas nos anos posteriores sua participação foi recuperada.

Os Territórios de Identidade do Portal do Sertão e da Bacia do Rio Grande estão na sequência dos que mais colaboram com a formação do PIB do Estado da Bahia. Vale ressaltar que as três regiões compõem mais da metade do PIB baiano.

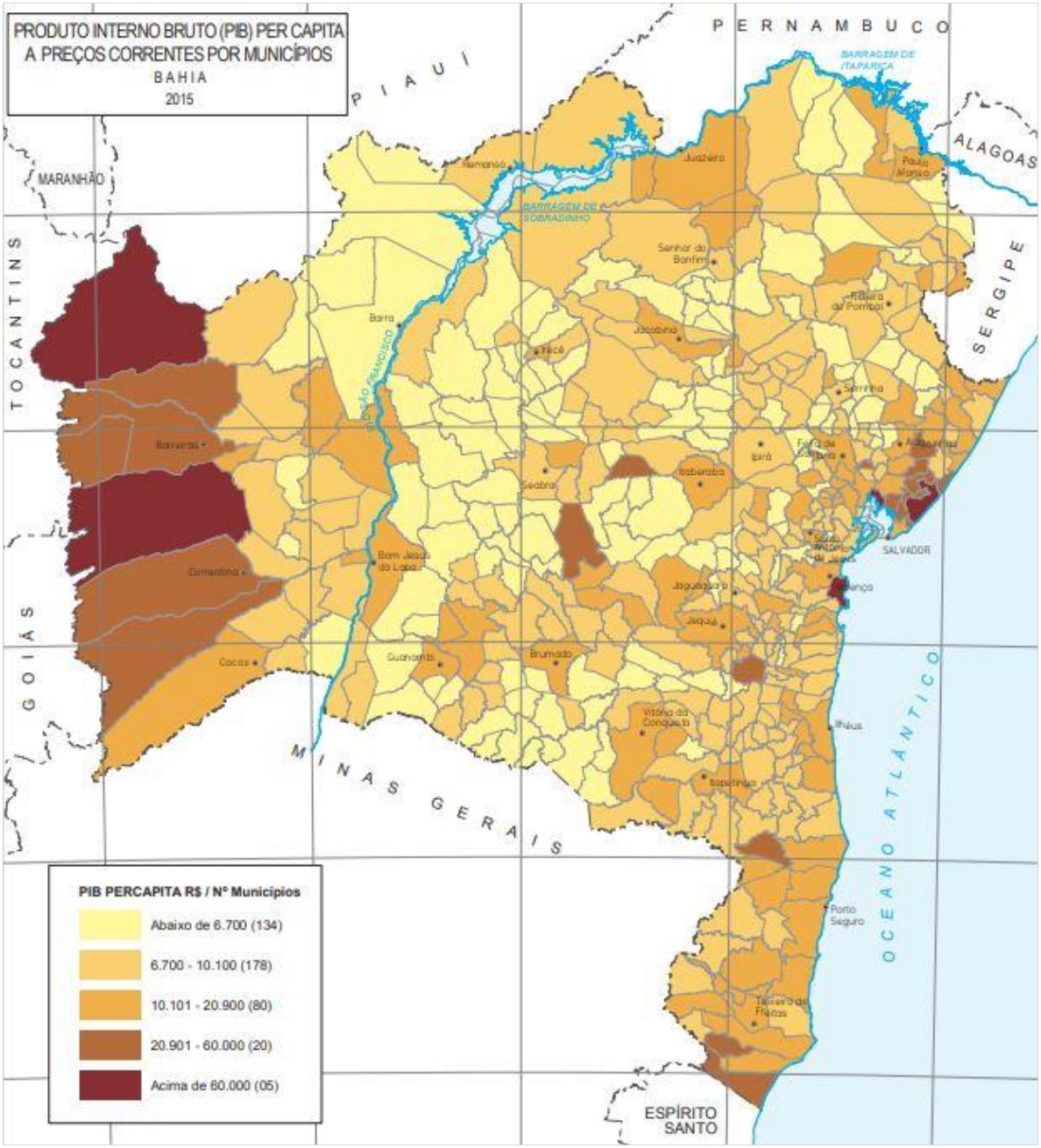
Quadro 6.16 - Evolução da Participação do PIB do Estado da Bahia, por Territórios de Identidade (2010 -2015)

Valores em %

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Bacia do Jacuípe	0,78	0,82	0,85	0,90	0,93	0,94
Bacia do Paramirim	0,34	0,36	0,37	0,37	0,38	0,39
Bacia do Rio Corrente	1,05	1,26	1,27	1,32	1,39	1,29
Bacia do Rio Grande	4,14	5,07	6,22	5,32	5,72	5,93
Baixo Sul	2,41	2,46	3,05	2,93	2,36	2,08
Chapada Diamantina	1,27	1,37	1,26	1,32	1,36	1,44
Costa do Descobrimento	2,37	2,48	2,49	2,58	2,52	2,61
Extremo Sul	3,03	2,92	2,86	2,92	2,84	3,09
Irecê	1,24	1,29	1,28	1,31	1,35	1,37
Itaparica	1,57	1,44	1,57	0,91	0,92	1,13
Litoral Norte e Agreste Baiano	3,54	3,88	4,03	4,00	3,49	3,16
Litoral Sul	4,84	4,81	4,80	4,83	4,78	4,62
Médio Rio de Contas	1,76	1,90	1,91	1,80	1,82	1,79
Médio Sudoeste da Bahia	1,24	1,14	1,07	1,01	1,04	1,04
Metropolitano de Salvador	48,13	45,93	43,55	44,14	44,64	45,00
Piemonte da Diamantina	0,77	0,82	0,86	0,78	0,76	0,81
Piemonte do Paraguaçu	0,96	0,98	0,99	1,03	1,02	1,01
Piemonte Norte do Itapicuru	1,21	1,16	1,16	1,08	1,09	1,04
Portal do Sertão	6,34	6,73	6,78	7,33	7,30	6,91
Recôncavo	2,47	2,55	2,77	2,99	2,84	2,75
Semiárido Nordeste II	1,39	1,23	1,20	1,41	1,35	1,46
Sertão do São Francisco	2,28	2,22	2,31	2,27	2,40	2,34
Sertão Produtivo	1,94	2,01	2,07	2,09	2,26	2,20
Sisal	1,86	1,88	1,92	1,94	1,88	1,97
Sudoeste Baiano	1,03	1,13	1,10	1,15	1,18	1,23
Vale do Jiquiriçá	0,99	1,02	1,05	1,07	1,08	1,11
Velho Chico	1,08	1,15	1,19	1,20	1,30	1,31
TOTAL	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: IBGE/SEI.

A Ilustração 6.1 mostra a distribuição do PIB per capita, a preços correntes, nos municípios do Estado em 2015. Observa-se os valores mais elevados a oeste e os mais baixos a noroeste. A grande massa dos municípios está na faixa de até R$ 10.100, representada pelas cores mais claras.



Fonte: SEI.

Ilustração 6.1 - PIB do Estado da Bahia, Per Capita, por Municípios, a Preços Corrente (2015)

O Quadro 6.17 apresenta os valores do PIB da Bahia Per Capita, por Territórios de Identidade, relativos ao ano de 2010. Destacam-se os maiores valores para os Territórios do Recôncavo e Região Metropolitana de Salvador.

Quadro 6.17 - PIB do Estado da Bahia per capita, por Territórios de Identidade (2010)

Valores Correntes em R$

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	2010
Estado da Bahia	11.007
Irecê	4.792
Bacia do Jacuípe	4.265
Bacia do Paramirim	3.907
Bacia do Rio Corrente	8.148
Bacia do Rio Grande	15.496
Baixo Sul	7.833
Chapada Diamantina	5.558
Costa do Descobrimento	9.392
Extremo Sul	10.864
Itaparica	14.051
Litoral Norte e Agreste Baiano	8.735
Litoral Sul	8.774
Médio Rio de Contas	8.138
Médio Sudoeste da Bahia	6.730
Metropolitana de Salvador	18.630
Piemonte da Diamantina	5.605
Piemonte do Paraguaçu	5.097
Piemonte Norte do Itapicuru	6.529
Portal do Sertão	10.869
Recôncavo	23.524
Semiárido Nordeste II	4.786
Sertão do São Francisco	7.296
Sertão Produtivo	6.374
Sisal	4.565
Vale de Jequiriçá	5.124
Velho Chico	4.918
Vitória da Conquista	7.441

Fonte: IBGE/SEPLAN-DPS/SEI.

O Quadro 6.17 apresenta a estrutura setorial do valor adicionado, nos anos de 2010 e 2015, nos três grandes grupos: Agropecuária, Indústria e Serviços, para cada Território de Identidade que compõe o Estado da Bahia.

Quadro 6.18 - Estrutura Setorial do Valor Adicionado do Estado da Bahia, a Preços Básicos (2010 e 2015)

Valores em %

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
	2010	2015	2010	2015	2010	2015
Bacia do Jacuípe	10,03	10,68	15,41	13,82	74,57	75,50
Bacia do Paramirim	7,36	8,51	11,98	5,24	80,66	86,26
Bacia do Rio Corrente	31,53	40,12	9,94	6,38	58,53	53,50
Bacia do Rio Grande	28,87	48,61	17,45	8,24	53,68	43,15
Baixo Sul	17,84	16,28	31,30	21,76	50,86	61,95
Chapada Diamantina	28,02	19,89	10,22	10,61	61,76	69,50
Costa do Descobrimento	15,18	8,55	23,56	20,74	61,25	70,71
Extremo Sul	26,09	15,49	21,60	26,02	52,31	58,49
Irecê	13,21	10,06	12,60	6,47	74,20	83,47
Itaparica	1,10	5,20	67,27	40,65	31,62	54,15
Litoral Norte e Agreste Baiano	9,37	17,27	37,98	19,04	52,64	63,70
Litoral Sul	6,60	8,71	23,51	16,79	69,89	74,50
Médio Rio de Contas	7,38	22,24	20,18	10,36	72,43	67,40
Médio Sudoeste da Bahia	9,97	42,12	29,12	9,33	60,92	48,55
Metropolitana de Salvador	0,15	0,19	35,27	29,97	64,58	69,84
Piemonte da Diamantina	9,68	7,85	20,16	14,62	70,16	77,53
Piemonte do Paraguaçu	15,59	12,15	12,38	8,05	72,04	79,79
Piemonte Norte do Itapicuru	6,97	5,84	30,38	17,70	62,65	76,46
Portal do Sertão	3,23	2,07	27,72	23,95	69,05	73,99
Recôncavo	1,87	9,65	50,31	15,37	47,82	74,99
Semiárido Nordeste II	19,44	20,79	10,71	6,35	69,85	72,86
Sertão do São Francisco	14,24	10,07	24,04	14,46	61,72	75,47
Sertão Produtivo	13,52	9,20	20,09	20,57	66,39	70,23
Sisal	10,68	10,12	17,11	11,21	72,21	78,67
Sudoeste Baiano	2,70	7,32	15,80	12,14	75,80	80,55
Vale do Jiquiriçá	3,20	14,26	11,10	8,63	70,30	77,11
Velho Chico	2,00	16,38	10,80	8,15	68,30	75,47

Fonte: IBGE/SEI.

O maior crescimento da Agropecuária ocorreu no Médio Sudoeste da Bahia, com um incremento de 32,15%, seguido por Bacia do Rio Corrente, com 19,74%, e Médio Rio de Contas, 14,86%. A retração de maior impacto foi do Extremo Sul, com 10,60%, seguido por Chapada Diamantina com 8,15%.

O setor da Indústria no período é marcado por uma ampla diminuição na participação do PIB, sendo a mais significativa a do Recôncavo baiano, com 34,95%. Apenas o Extremo Sul, Sertão Produtivo e Chapada Diamantina tiveram um aumento no setor no período analisado.

O setor de serviços teve crescimento expressivo nos Territórios do Recôncavo baiano e Itaparica com 27,17% e 22,53% de aumento, respectivamente. O encolhimento do setor ficou por conta dos Territórios Médio Sudoeste da Bahia e Bacia do Rio Grande.

O Quadro 6.19 demonstra o comportamento dos três grandes setores em valores correntes.

Quadro 6.19 - Estrutura Setorial do Valor Adicionado do Estado da Bahia, a Preços Básicos (2010 e 2015)

Valores Correntes em R$ Mil

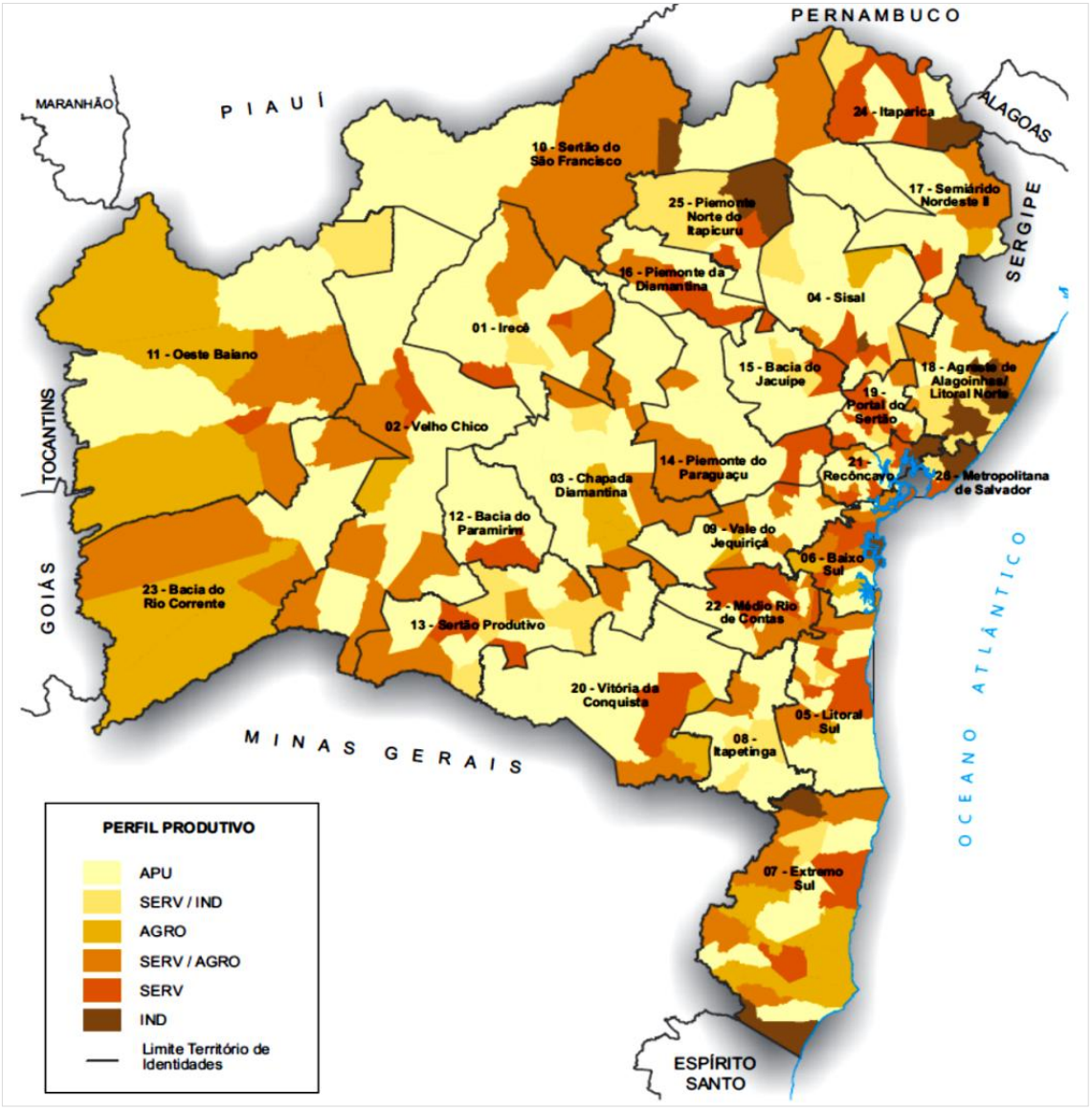
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
	2010	2015	2010	2015	2010	2015
Bacia do Jacuípe	96,61	225,46	148,43	291,80	718,38	1.593,67
Bacia do Paramirim	44,67	75,54	72,72	46,49	489,60	765,82
Bacia do Rio Corrente	483,63	1.169,42	152,47	185,87	897,89	1.559,51
Bacia do Rio Grande	1.626,31	4.827,31	982,89	818,35	3.023,84	4.285,62
Baixo Sul	477,52	762,08	838,05	1.018,66	1.361,73	2.899,62
Chapada Diamantina	554,98	649,32	202,38	346,49	1.223,03	2.269,16
Costa do Descobrimento	450,86	491,06	699,74	1.190,76	1.818,83	4.060,10
Extremo Sul	1.092,26	1.056,17	904,18	1.774,27	2.190,05	3.987,49
Irecê	240,45	308,31	229,37	198,36	1.350,91	2.558,30
Itaparica	25,15	132,62	1.532,92	1.036,63	720,53	1.380,98
Litoral Norte e Agreste Baiano	464,74	1.186,16	1.883,23	1.308,05	2.610,05	4.376,00
Litoral Sul	402,52	763,67	1.433,75	1.472,05	4.261,36	6.532,42
Médio Rio de Contas	199,38	581,60	545,02	270,78	1.955,78	1.762,38
Médio Sudoeste da Bahia	150,60	1.491,68	439,98	330,46	920,56	1.719,51
Metropolitana de Salvador	80,01	173,72	18.808,98	27.095,11	34.438,17	63.137,40
Piemonte da Diamantina	117,31	140,86	244,43	262,42	850,45	1.391,61
Piemonte do Paraguaçu	198,88	269,88	157,91	178,89	919,06	1.772,26
Piemonte Norte do Itapicuru	111,24	135,36	484,97	410,37	1.000,22	1.772,72
Portal do Sertão	265,51	290,33	2.276,07	3.359,46	5.670,27	10.379,89
Recôncavo	223,25	574,52	5.997,40	915,02	5.699,91	4.465,37
Semiárido Nordeste II	362,51	693,81	199,77	212,08	1.302,71	2.432,01
Sertão do São Francisco	477,83	515,28	806,86	740,19	2.071,63	3.863,29
Sertão Produtivo	358,57	448,35	532,92	1.001,94	1.761,07	3.421,78
Sisal	269,66	449,16	432,29	497,28	1.823,99	3.491,51
Sudoeste Baiano	386,86	576,74	732,74	956,46	3.509,35	6.348,16
Vale do Jiquiriçá	272,67	355,33	163,55	214,87	1.031,93	1.920,78
Velho Chico	362,45	481,25	186,58	239,47	1.185,30	2.217,00
TOTAL	**9.796,43**	**18.824,99**	**41.089,58**	**46.372,58**	**84.806,58**	**146.364,40**

Fonte: IBGE/SEI.

A atividade agropecuária no Território do Médio Sudoeste da Bahia obteve o maior crescimento no comparativo dos dois anos. A região é historicamente conhecida pela pecuária de corte e leiteira. O setor agro também cresceu expressivamente no Litoral Norte e Agreste Baiano e Bacia do Rio Corrente, ambos localizados em extremidades opostas do Estado.

A Indústria teve aumento significativo na região Metropolitana de Salvador, Sertão Produtivo e Extremo Sul. No setor de serviços, os destaques positivos são do Baixo Sul, Costa do Descobrimento, Litoral Norte e Agreste Baiano, Metropolitana de Salvador e Sudoeste Baiano.

A Ilustração 6.2 demonstra a vocação produtiva do estado da Bahia, divido em seus territórios de identidade, é possível observar a pluralidade na economia do estado.



Fonte: SEI.

Ilustração 6.2 - Perfil Produtivo dos Territórios de Identidade

5.1.5 Evolução do PIB Municipal

Os dez municípios baianos que tiveram os maiores e menores valores de PIB no ano de 2015, estão representados no Quadro 6.20.

Quadro 6.20 - PIB Municipal, os 10 Maiores e Menores em Participação (2015)

A Preços de Mercado (R$ Milhões)

MUNICÍPIOS	2015	MUNICÍPIOS	2015
10 Maiores		**10 Menores**	
Salvador	57.872,79	Ibiquera	26,94
Camaçari	20.374,79	Dom Macedo Costa	29,44
Feira de Santana	11.961,85	Lafaiete Coutunho	34,46
São Francisco do Conde	8.464,32	Contendas do Sincorá	34,53
Vitória da Conquista	5.761,23	Ichu	35,53
Lauro de Freitas	5.650,56	Gavião	38,41
Simões Filho	4.567,98	Cravolândia	38,82
Luís Eduardo Magalhães	4.359,78	Macururé	39,39
Itabuna	3.840,42	Pedrão	39,75
Barreiras	3.716,48	Firmino Alves	43,64

Fonte: IBGE/SEI.

Os dez maiores e menores valores de PIB municipal, per capita, estão dispostos no Quadro 6.21.

Quadro 6.21 - PIB Municipal per capita, os 10 Maiores e 10 Menores em Participação (2015)

A Preços de Mercado (R$)

MUNICÍPIOS	2015	MUNICÍPIOS	2015
10 Maiores		**10 Menores**	
São Francisco do Conde	219.846	Novo Triunfo	3.370
São Desidério	83.235	Érico Cardoso	4.536
Camaçari	71.012	Caetanos	4.592
Cairu	67.788	Souto Soares	4.694
Formosa do Rio Preto	63.257	Macururé	4.709
Luís Eduardo Magalhães	55.074	Nova Redenção	4.788
Conceição do Jacuípe	50.856	Bom Jesus da Serra	4.827
Mucuri	48.612	Mundo Novo	4.896
Dias d'Ávila	42.671	Lamarão	4.943
Itapebi	40.980	Gentio do Ouro	4.976

Fonte: IBGE/SEI.

Os municípios que contaram com os maiores e os menores Valores Adicionados Brutos (VAB) para a Agropecuária, Indústria e Serviços, no ano de 2015, estão dispostos nos Quadros 6.22, 6.23 e 6.24, na devida ordem.

Quadro 6.22 - VAB Municipal da Agropecuária, os 10 Maiores e 10 Menores Municípios em Participação (2015)

A Preços de Mercado (R$ Milhões)

MUNICÍPIOS	2015	MUNICÍPIOS	2015
10 Maiores		**10 Menores**	
São Desidério	1.772,67	Lauro de Freitas	1,91
Formosa do Rio Preto	1.008,26	Madre de Deus	2,18
Barreiras	736,82	Milagres	2,19
Correntina	620,71	Maetinga	2,90
Luís Eduardo Magalhães	613,07	Dias d'Ávila	3,35
Riachão das Neves	438,69	Gentio do Ouro	3,38
Rio Real	372,18	Palmeiras	3,69
Jaborandi	221,63	Ipupiara	3,80
Mucugê	207,78	Cardeal da Silva	3,81
Itamaraju	190,35	Ichu	3,88

Fonte: IBGE/SEI.

Quadro 6.23 - VAB Municipal da Indústria, os 10 Maiores e Menores Municípios em Participação (2015)

A Preços de Mercado (R$ Milhões)

MUNICÍPIOS	2015	MUNICÍPIOS	2015
10 Maiores		**10 Menores**	
Camaçari	8.383,14	Ibiquera	1,14
Salvador	8.292,15	Macururé	1,32
São Francisco do Conde	3.971,91	Lafaiete Coutinho	1,57
Feira de Santana	2.213,90	Dom Macedo Costa	1,64
Dias d'Ávila	1.623,86	Pedrão	1,70
Simões Filho	1.387,19	Contendas do Sincorá	1,71
Candeias	1.376,52	Gavião	1,72
Mucuri	1.210,30	Feira da Mata	1,78
Lauro de Freitas	1.112,63	Érico Cardoso	1,82
Paulo Afonso	1.010,05	Candeal	1,99

Fonte: IBGE/SEI.

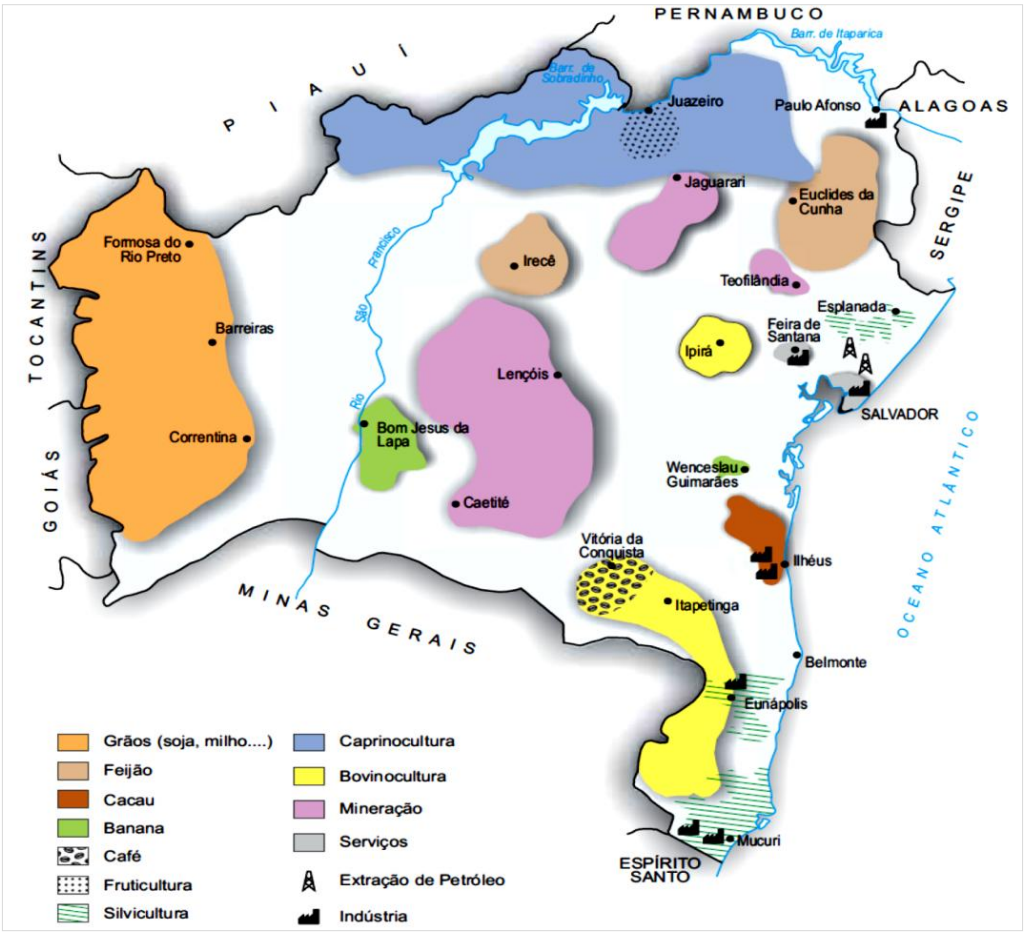
Quadro 6.24 - VAB dos Serviços Municipais, os 10 Maiores e Menores Municípios em Participação (2015)

A Preços de Mercado (R$ Milhões)

MUNICÍPIOS	2015	MUNICÍPIOS	2015
10 Maiores		**10 Menores**	
Salvador	42.235,47	Dom Macedo Costa	20,55
Feira de Santana	7.918,92	Ibiquera	20,90
Camaçari	6.833,74	Lafaiete Coutinho	23,44
Vitória da Conquista	4.188,40	Contendas do Sincorá	24,61
Lauro de Freitas	3.721,83	Gavião	27,44
São Francisco do Conde	3.097,71	Ichu	28,06
Itabuna	2.779,93	Cravolândia	28,66
Luís Eduardo Magalhães	2.305,14	Aiquara	29,18
Juazeiro	2.255,35	Pedrão	30,19
Barreiras	2.215,16	Firmino Alves	30,85

Fonte: IBGE/SEI.

A Ilustração 6.3 apresenta as principais vocações municipais do Estado da Bahia. Nota-se a mineração na região central, a oeste o plantio de grãos, ao sul a bovinocultura, ao norte a caprinocultura e a leste a indústria, extração de petróleo e serviços.



Fonte: SEI.

Ilustração 6.3 - Principais Municípios e Respectivas Atividades Econômicas da Região

Destaca-se que em anexo encontra-se a série histórica do PIB e do PIB per capita, bem como dos Valores Adicionados a preços correntes por município nos Quadros 2A a 6A.

6.2. Valores Apurados para a Renda Domiciliar

O indicador de renda domiciliar per capita, expresso no Quadro 6.25, refere-se ao número de domicílios por faixa de rendimento, definido através de múltiplos do salário mínimo. Este indicador reflete a capacidade da população de adquirir bens e serviços.

A parcela da população baiana que teve, em 2010, rendimento nominal de um salário até cinco salários mínimos foi de 54,14%. Outra parcela expressiva da população que compunha o quadro de renda, em 2010, estava em até um salário mínimo, 27,7%. Apenas 12,91% da população receberam mais de cinco salários mínimos e, 5,26% da população não tinha qualquer fonte de renda.

Quadro 6.25 - Domicílios Particulares Permanentes (2010)

Por Classes de Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita (salário mínimo de R$ 510,00)

BAHIA	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10 a 20	MAIS DE 20	SEM RENDA
Quantidade	4.093.619	399.138	734.630	1.128.175	1.088.061	325.731	130.855	71.824	215.205
%	100,00	9,75	17,95	27,56	26,58	7,96	3,20	1,75	5,26

Fonte: IBGE.

O rendimento real dos trabalhadores baianos está dividido, por gênero, no Quadro 38 e a evolução do Rendimento Médio Real, por Setor de Atividade, está presente no Quadro 6.26.

Quadro 6.26 - Evolução do Rendimento Médio Real da Bahia, segundo o Gênero (2006 a 2016)

R$

ANOS	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
2006	2.005,03	1.751,23	1.897,26
2007	2.035,79	1.811,20	1.940,14
2008	2.092,10	1.895,01	2.008,70
2009	2.172,55	1.949,38	2.078,30
2010	2.225,10	2.012,77	2.136,62
2011	2.298,99	2.063,09	2.199,92
2012	2.361,25	2.136,84	2.266,23
2013	2.421,61	2.206,15	2.329,81
2014	2.491,92	2.282,79	2.402,03
2015	2.440,61	2.247,99	2.356,19
2016	2.462,65	2.330,84	2.404,68

Fonte: MTb-RAIS.
Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes.
Valores deflacionados pelo INPC em relação a dezembro de 2015.

Percebe-se que até o ano de 2014 havia aumento no rendimento da população, em 2015 houve uma pequena queda e em 2016 recuperou-se parcialmente o ganho, mas não ultrapassou o valor de 2014. Os homens ganhavam, entre 2006 e 2015, em média, 10% a mais que as mulheres. Em 2016 a diferença caiu pela metade, passando a 5% de diferença entre os salários. A diminuição da diferença entre os salários foi resultante do baixo crescimento entre 2015 e 2016 do salário masculino, que teve um incremento de apenas 1%, enquanto o feminino cresceu 4%.

Quadro 6.27 - Evolução do Rendimento Médio Real por Setor de Atividade – Bahia (2006 a 2016)

R$

ANO	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	AGROPECUÁRIA, EXTRAÇÃO VEGETAL, CAÇA E PESCA
2006	7.748,83	2.115,46	3.969,94	1.792,05	1.137,35	1.843,85	2.243,29	993,73
2007	8.054,05	2.156,14	4.051,36	1.777,82	1.166,78	1.817,25	2.343,84	1.024,65
2008	7.971,72	2.199,03	4.224,88	1.958,80	1.184,80	1.880,07	2.469,99	1.082,88
2009	8.896,16	2.223,78	4.726,58	2.047,35	1.251,89	1.933,20	2.540,34	1.175,58
2010	4.580,35	2.381,10	4.474,00	2.046,49	1.293,24	2.014,30	2.756,94	1.204,75
2011	5.306,92	2.520,31	6.006,77	2.212,90	1.336,53	2.040,02	2.793,57	1.264,57
2012	6.935,30	2.478,22	4.983,84	2.160,83	1.406,92	2.075,55	3.035,14	1.355,63
2013	7.461,62	2.554,52	4.313,37	2.188,34	1.469,13	2.144,05	3.125,62	1.401,54
2014	6.996,15	2.556,20	4.526,26	2.180,12	1.498,74	2.193,31	3.343,18	1.387,89
2015	6.858,76	2.542,88	4.408,75	2.147,09	1.440,74	2.114,94	3.312,38	1.355,07
2016	6.013,66	2.489,91	4.740,69	2.216,62	1.471,88	2.182,11	3.474,38	1.381,64

Fonte: MTb-RAIS.
Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes.
Valores deflacionados pelo INPC em relação a dezembro de 2015.

Na série histórica apresentada, a Extração Mineral é responsável pela maior queda no rendimento médio real. Entre os anos de 2008 e 2009, a queda foi de 49%, passando de R$ 8.896,16 para apenas R$ 4.580,35, em 2010. Na outra ponta temos Serviços Industriais de Utilidade Pública com o maior ganho entre os anos de 2011 e 2010, com 34%.

Os indicadores de Rendimento nos Territórios de Identidade Baianos, em 2010, explicitados no Quadro 6.28, demonstram que os menores valores de renda per capita, ocorriam nas regiões da Bacia do Paramirim, Semiárido Nordeste II, Irecê, Sisal e Velho Chico, cujos montantes não alcançavam R$ 315,00. Por outro lado, os cinco territórios com maiores valores de renda per capita, no mesmo ano, eram: Portal do Sertão com R$ 454,52, Litoral Sul com R$ 553,93 e Região Metropolitana de Salvador com R$ 779,31.

A renda per capita da Bahia em 2010 foi de R$ 475,56, apenas dois territórios de identidade registraram valores superiores a este montante, a saber: Litoral Sul e Região Metropolitana de Salvador.

Quadro 6.28 - Indicadores de Rendimento nos Territórios de Identidade (2010)

Valores Correntes em R$

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	RENDA PER CAPITA	RENDIMENTO MÉDIO DO EMPREGO FORMAL
Estado da Bahia	475,56	1.505,30
Irecê	296,62	929,45
Velho Chico	283,01	1.083,61
Chapada Diamantina	319,45	975,21
Sisal	293,36	999,64
Litoral Sul	553,93	1.239,07
Baixo Sul	322,37	987,58
Extremo Sul	436,13	1.122,56
Médio Sudoeste da Bahia	391,28	889,39
Vale de Jequiriçá	328,09	985,96
Sertão do São Francisco	331,82	1.161,66
Bacia do Rio Grande	358,16	1.211,17
Bacia do Paramirim	312,76	872,67
Sertão Produtivo	357,81	998,60
Piemonte do Paraguaçu	325,91	901,80
Bacia do Jacuípe	317,43	903,85
Piemonte da Diamantina	338,30	1.051,73
Semiárido Nordeste II	300,68	985,24
Litoral Norte e Agreste Baiano	361,73	1.360,32
Portal do Sertão	454,52	1.101,83
Vitória da Conquista	415,33	1.097,70
Recôncavo	387,36	1.650,13
Médio Rio de Contas	434,39	1.086,29
Bacia do Rio Corrente	350,20	1.027,33
Itaparica	413,77	1.373,14
Piemonte Norte do Itapicuru	333,95	1.192,44
Metropolitana de Salvador	779,31	1.889,64
Costa do Descobrimento	435,95	1.105,52

Fonte: IBGE/RAIS/SEPLAN-DPS/SEI.

Conforme apresentado no Quadro 6.29, a maior queda nos postos de trabalho ocorreu na Região Metropolitana de Salvador, com perda de mais de onze mil postos, montante este impulsionado pela grande extinção de vagas no setor da construção civil e de serviços.

O Sertão do São Francisco se destaca com o aumento dos postos de trabalho, estimulado principalmente pela administração pública e agropecuária.

Quadro 6.29 - Saldo de Emprego Celetista, segundo Atividade Econômica, por Território de Identidade (2017)

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	AGROPECUÁRIA, EXTRAÇÃO VEGETAL, CAÇA E PESCA	TOTAL
Irecê	15	39	71	361	44	255	0	14	799
Velho Chico	28	-14	-5	-163	148	250	0	159	403
Chapa Diamantina	7	93	2	-197	179	197	27	-434	-126
Sisal	82	-57	0	143	-81	85	0	11	183
Litoral Sul	-17	-347	155	-394	-211	1.123	11	-237	83
Baixo Sul	10	-60	4	115	-47	-13	0	-60	-51
Extremo Sul	-30	467	-3	107	8	361	0	399	1.309
Médio Sudoeste da Bahia	12	969	7	-67	100	-10	0	-28	983
Vale do Jequiriça	3	344	6	49	231	131	0	-71	693
Sertão do São Francisco	4	444	-18	173	218	70	930	736	2.557
Bacia do Rio Grande	-6	214	10	-302	398	575	7	622	1.518
Bacia do Paramirim	60	-25	0	-20	70	40	0	13	138
Sertão Produtivo	-10	-150	84	-287	-81	279	-5	-4	-174
Piemonte do Paraguaçu	5	-281	-12	-29	-21	99	1	18	-220
Bacia do Jacuípe	8	125	42	-45	96	494	15	-23	712
Piemonte da Diamantina	-67	63	5	-72	162	542	13	-4	642
Litoral Norte e Agreste Baiano	-88	-301	1	123	161	515	14	-231	194
Portal do Sertão	-45	332	-19	126	-516	2.009	71	96	2.054
Recôncavo Baiano	3	-19	83	-46	-391	191	-4	218	35
Médio Rio das Contas	-27	-769	23	-90	-164	7	4	-61	-1.077
Bacia do Rio Corrente	7	19	5	54	155	-79	0	322	483
Itaparica	0	82	-164	86	14	142	-10	-83	67
Norte do Itapicuru	250	129	2	-58	-77	219	0	-467	-2
Metropolitana de Salvador	-340	-1.264	798	-5.386	-844	-6.779	577	2.045	-11.193
Costa do Descobrimento	7	93	-4	-473	163	121	1	-113	-205

Fonte: MTE-CAGED.
Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes,2017.
Notas: Dados até dezembro de 2017, com o ajuste das declarações fora do prazo até abril de 2018.

O Quadro 6.30 aponta a população economicamente ativa da Região Metropolitana de Salvador entre os anos de 2015 e 2018.

Quadro 6.30 - Estimativa da População Total e Economicamente Ativa da Região Metropolitana de Salvador (2015 a 2018)

ANO	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA						INATIVOS MAIORES DE 10 ANOS		TAXAS (%)		POPULAÇÃO TOTAL
	TOTAL		OCUPADOS		DESEMPREGADOS						
	NÚMEROS ABSOLUTOS (1)	ÍNDICE (2)	NÚMEROS ABSOLUTOS (1)	ÍNDICE (2)	NÚMEROS ABSOLUTOS (1)	ÍNDICE (2)	NÚMEROS ABSOLUTOS (1)	ÍNDICE (2)	PARTICIPAÇÃO (PEA/PIA)	DESEMPREGO TOTAL (DES/PEA)	
Jan-2015	1.862	124,4	1.558	141,8	304	76,4	1.354	141,3	57,9	16,3	3.653
Jan-2016	1.866	124,6	1.510	137,4	356	89,4	1.408	147,0	57,0	19,1	3.703
Jan-2017	1.924	128,5	1.441	131,1	483	121,4	1.410	147,2	57,7	25,1	3.753
Jan-2018	1.994	133,2	1.495	136,0	499	125,4	1.403	146,5	58,7	25,0	3.803

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.
(1) Em 1.000 pessoas.
(2) Base: média de 2.000 = 100.
Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

A população economicamente ativa ao longo dos quatro anos analisados se mostrou em expansão, bem como o número de desempregados, em números absolutos.

A taxa de participação da população economicamente ativa aumentou entre os anos de 2016 e 2018. Enquanto que a taxa de desemprego aumentou de 2015 a 2017 e, no ano de 2018, teve uma ligeira queda de 0,1%.

Por fim, o Quadro 6.31 relaciona a taxa de participação da população ativa na Região Metropolitana de Salvador. Os homens são mais ativos que as mulheres no período analisado e há predominância da população de 25 a 49 anos no mercado de trabalho. Os negros têm maior participação, assim como as pessoas com ensino superior.

Quadro 6.31 - Taxa de Participação por atributos pessoais – Região Metropolitana de Salvador (2015 a 2018)

Em porcentagem

ANO	TOTAL	SEXO		FAIXA ETÁRIA					POSIÇÃO NO DOMICÍLIO		RAÇA/COR		NÍVEL DE INSTRUÇÃO			
		HOMENS	MULHERES	16 a 24 ANOS	25 a 39 ANOS	40 a 49 ANOS	50 a 59 ANOS	60 ANOS E MAIS	Chefes	Demais Membros	Negros	Não-Negros	1º Grau Incompleto	1º Grau Completo/ 2º Incompleto	2º Grau Completo/ 3º Incompleto	3º Grau Completo
Jan-2015	57,9	66,6	50,5	58,1	82,1	78,0	61,8	16,4	68,1	51,1	58,1	55,5	37,0	57,4	72,4	80,7
Jan-2016	57,0	65,3	50,1	57,5	81,2	77,1	61,6	13,5	67,2	49,9	56,9	58,2	34,5	53,7	70,9	79,4
Jan-2017	57,7	66,1	50,9	61,0	82,2	77,7	61,9	13,3	66,7	51,4	57,5	59,9	33,0	54,5	72,6	79,2
Jan-2018	58,7	66,7	52,2	64,5	83,4	79,8	62,1	15,4	65,4	54,1	59,0	54,8	33,4	57,2	74,0	76,4

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.
(1) Incluem os que declararam sem escolaridade.
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

6.3. Caracterização dos Setores da Economia

6.3.1. O Setor Agropecuário

Conforme já indicado em capítulos anteriores, o setor agropecuário baiano registra reduzida participação na economia da Bahia. Verifica-se que a condição natural do Estado, com grande parte de sua área pertencente ao semiárido, tem inibido potenciais oportunidades de crescimento setorial. A expansão do setor no Estado tem se verificado, principalmente, conforme anteriormente assinalado, na região oeste, com o cultivo dos grãos, e na região de Juazeiro, com a produção de frutas.

Inicialmente, cabe apresentar a situação evolutiva dos estabelecimentos agropecuários no Estado entre 1996 e 2017, segundo dados disponíveis do IBGE.

Quadro 6.32 - Estabelecimentos Agropecuários da Bahia

Número (unidades) e Área (ha)

GRUPOS DE ÁREA	UNIDADES			ÁREA		
	1996	2006	2017	1996	2006	2017
Menos de 10 ha	401.734	436.396	466.615	1.373.887	1.369.883	1.401.169
10 a menos de 100 ha	251.752	264.546	253.324	7.534.252	7.802.582	7.342.153
100 a menos de 1000 ha	41.874	37.814	nd	10.627.611	9.617.562	nd
1000 ha e mais	3.563	3.414	nd	10.307.151	10.390.532	nd
ESTADO DA BAHIA	**699.126**	**761.528**	**762.620**	**29.842.901**	**29.180.559**	**27.831.883**

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários - 2017 Resultados Preliminares).
nd: Não Disponível.

Como se observa, a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários do Estado reduziu-se ligeiramente entre 1996 e 2006, apesar do acréscimo ocorrido no número de estabelecimentos no mesmo período. Registra-se, que mais uma vez, agora de forma expressiva, entre 2006 e 2017 a área ocupada com estabelecimentos agropecuários experimentou perdas, enquanto que o número de estabelecimentos apresentava pequeno acréscimo no período.

No Quadro 6.33 é possível observar a evolução do aproveitamento das terras na Bahia, no qual se pode constatar o crescimento, entre 1996 e 2017, da utilização nas lavouras temporárias, nas pastagens plantadas, nas matas naturais e nas matas plantadas.

Quadro 6.33 - Utilização das Terras na Bahia (hectare)

UTILIZAÇÃO DE TERRAS	1996	2006	2017
Lavouras Permanentes	1.348.743	1.688.667	1.033.499
Lavouras Temporárias	2.541.086	3.517.050	3.376.439
Pastagens Naturais	7.836.814	5.134.102	4.293.977
Pastagens Plantadas	6.652.955	7.728.991	7.538.833
Matas Naturais	6.839.132	9.942.409	9.860.252
Matas Plantadas	297.429	482.695	511.801

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários - 2017 Resultados Preliminares).

Importante mencionar, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que a agropecuária abriu 188 novas empresas em 2017, o que representou 0,73% do total de empresas abertas no Estado da Bahia no ano, com saldo final de 111 empresas, considerando aquelas que foram fechadas no mesmo ano. De janeiro a fevereiro de 2018 foram abertas 29 novas empresas no setor e nove foram encerradas, portanto, resultando em um saldo positivo de 20 empresas nos dois primeiros meses do ano.

Por sua vez, o desempenho da produção agrícola baiana no período de 2010 a 2016 pode ser observado nos Quadros 6.34, 6.35, 6.36 e 6.37, apresentados na sequência.

Quadro 6.34 - Lavoura Temporária

Quantidade Produzida (toneladas ou mil frutos)

PRODUTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Abacaxi (mil frutos)	139.324	140.254	117.090	104.741	140.845	144.827	142.630
Algodão her. em caroço (toneladas)	996.220	1.579.841	1.256.090	924.981	1.163.996	1.196.663	878.645
Alho (toneladas)	5.478	9.418	7.959	6.740	6.937	7.609	5.706
Amendoim (em casca) (toneladas)	8.431	9.061	6.295	5.186	6.054	6.123	5.597
Arroz (em casca) (toneladas)	33.370	34.608	24.455	15.777	10.214	8.357	7.247
Batata-doce (toneladas)	24.289	20.231	9.002	9.386	12.415	13.462	15.096
Batata-inglesa (toneladas)	302.575	341.778	159.510	244.170	282.970	301.969	318.275
Cana-de-açúcar (toneladas)	5.868.709	6.992.412	6.894.350	6.753.539	6.705.267	6.227.728	6.413.820
Cebola (toneladas)	297.045	190.278	217.352	112.858	323.120	282.904	291.175
Feijão (em grão) (toneladas)	316.377	222.382	106.653	230.704	356.328	414.665	144.639
Fumo (em folha) (toneladas)	6.147	3.971	3.000	3.167	3.532	3.716	4.335
Girassol (em grão) (toneladas)	437	431	1	20	-	-	-
Mamona (baga) (toneladas)	74.055	90.031	20.329	9.645	33.541	45.155	22.721
Mandioca (toneladas)	3.211.278	2.966.230	2.200.806	1.854.260	2.131.473	2.098.575	1.956.103
Melancia (toneladas)	338.365	292.432	260.120	212.248	253.010	244.982	237.532
Melão (toneladas)	36.191	41.892	34.719	33.431	65.993	64.682	63.049
Milho (em grão) (toneladas)	2.223.302	2.051.623	1.882.938	2.109.906	2.920.991	2.683.111	1.580.460
Soja (em grão) (toneladas)	3.112.929	3.512.568	3.212.789	2.765.533	3.206.364	4.513.633	3.257.119
Sorgo (em grão) (toneladas)	92.207	163.227	31.981	47.369	122.509	135.292	70.338
Tomate (toneladas)	302.783	341.008	179.707	201.842	288.477	323.660	335.044
Trigo (em grão) (toneladas)	-	-	-	-	-	3.000	19.800

Fonte: IBGE.

Quadro 6.35 - Lavoura Permanente

Quantidade Produzida (toneladas ou mil frutos)

PRODUTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Abacate (toneladas)	240	240	96	456	662	693	1.810
Banana (cacho) (toneladas)	1.079.050	1.239.650	1.083.346	1.113.930	1.088.647	1.072.085	1.084.548
Borracha (látex coagul.) (toneladas)	31.908	48.663	47.340	47.475	48.482	47.650	40.314
Cacau (em amêndoa) (toneladas)	148.254	156.289	159.432	152.592	161.096	158.432	115.756
Café (em grão) (toneladas)	153.262	151.742	141.902	158.077	201.715	209.108	129.143
Caqui (toneladas)	119	119	32	32	32	111	436
Castanha de caju (toneladas)	5.440	1.756	1.410	4.269	5.279	5.421	3.378
Coco-da-baia (mil frutos)	502.364	529.464	553.759	566.531	552.836	571.516	542.217
Dendê (cacho de coco) (toneladas)	231.272	215.784	204.353	203.979	204.961	204.986	157.845
Goiaba (toneladas)	14.217	15.179	8.277	9.677	19.487	27.243	26.362
Guaraná (semente) (toneladas)	2.688	3.026	2.682	2.672	2.691	2.694	2.748
Laranja (toneladas)	987.813	1.030.763	1.036.841	994.817	1.026.167	1.161.187	1.129.785
Limão (toneladas)	53.003	59.700	55.433	119.261	67.559	136.189	148.992
Maçã (toneladas)	415	480	1.245	702	870	870	30
Mamão (toneladas)	910.131	928.035	683.474	718.726	794.565	741.002	753.417
Manga (toneladas)	509.676	522.471	422.763	437.919	430.594	280.342	353.689
Maracujá (toneladas)	461.105	410.078	320.945	355.020	381.192	307.088	342.780
Marmelo (toneladas)	250	50	15	15	15	17	12
Palmito (toneladas)	20.320	20.211	26.715	26.287	27.059	29.860	27.259
Pimenta-do-reino (toneladas)	4.521	4.011	4.008	4.049	4.467	4.696	4.916
Sisal ou agave (fibra) (toneladas)	237.397	275.008	79.578	143.122	132.078	178.375	175.931
Tangerina (toneladas)	14.182	14.328	14.143	11.056	10.288	12.896	10.285
Urucum (semente) (toneladas)	1.016	1.149	1.140	1.469	1.681	1.762	2.211
Uva (toneladas)	78.283	65.176	62.292	52.778	77.504	77.408	77.322

Fonte: IBGE.

Quadro 6.36 - Extração Vegetal

Quantidade Produzida (toneladas ou m³)

PRODUTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Castanha de caju (toneladas)	2.269	1.756	1.442	1.195	1.120	963	768
Mangaba (fruto) (toneladas)	142	128	105	100	89	83	106
Umbu (fruto) (toneladas)	8.624	8.165	7.010	6.601	6.442	6.440	6.361
Piaçava (toneladas)	61.538	59.360	55.545	42.469	43.585	43.035	42.983
Carvão vegetal (toneladas)	131.156	115.385	106.629	102.000	101.714	102.994	100.490
Lenha (m³)	9.263.509	9.171.091	7.257.950	5.792.945	5.350.007	5.233.287	5.012.890
Madeira em tora (m³)	1.052.983	1.068.079	627.116	406.867	376.383	360.125	351.538
Babaçu (amêndoa) (toneladas)	352	308	286	287	268	273	249
Licuri (coquilho) (toneladas)	4.238	4.147	3.881	3.720	3.702	4.032	3.767
Pequi (amêndoa) (toneladas)	319	323	274	261	237	240	224
Angico (casca) (toneladas)	118	101	99	86	83	76	64

Fonte: IBGE.

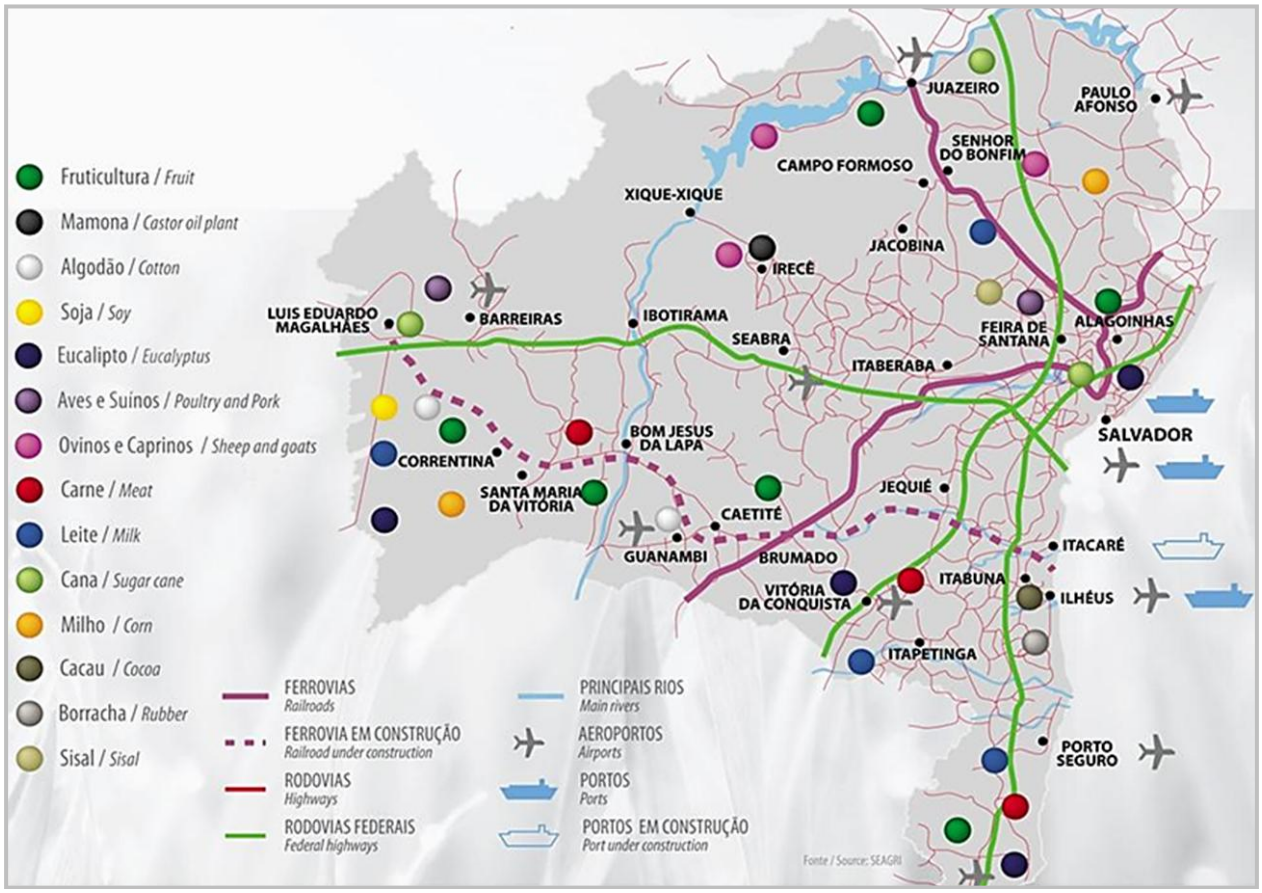
Quadro 6.37 - Silvicultura

Quantidade Produzida (toneladas ou m³)

PRODUTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Carvão vegetal (toneladas)	199.928	161.055	155.856	118.266	115.976	111.787	150.977
Lenha (m³)	1.021.710	967.154	1.026.345	863.040	1.299.191	361.480	963.981
Madeira em tora para papel e celulose (m³)	14.707.593	17.187.851	14.691.841	11.182.710	12.296.942	11.126.490	13.617.123
Madeira em tora para outras finalidades (m³)	521.762	474.429	329.425	267.802	132.209	240.632	434.645
Resina (toneladas)	1.500	1.503	1.361	1.206	1.200	750	-

Fonte: IBGE.

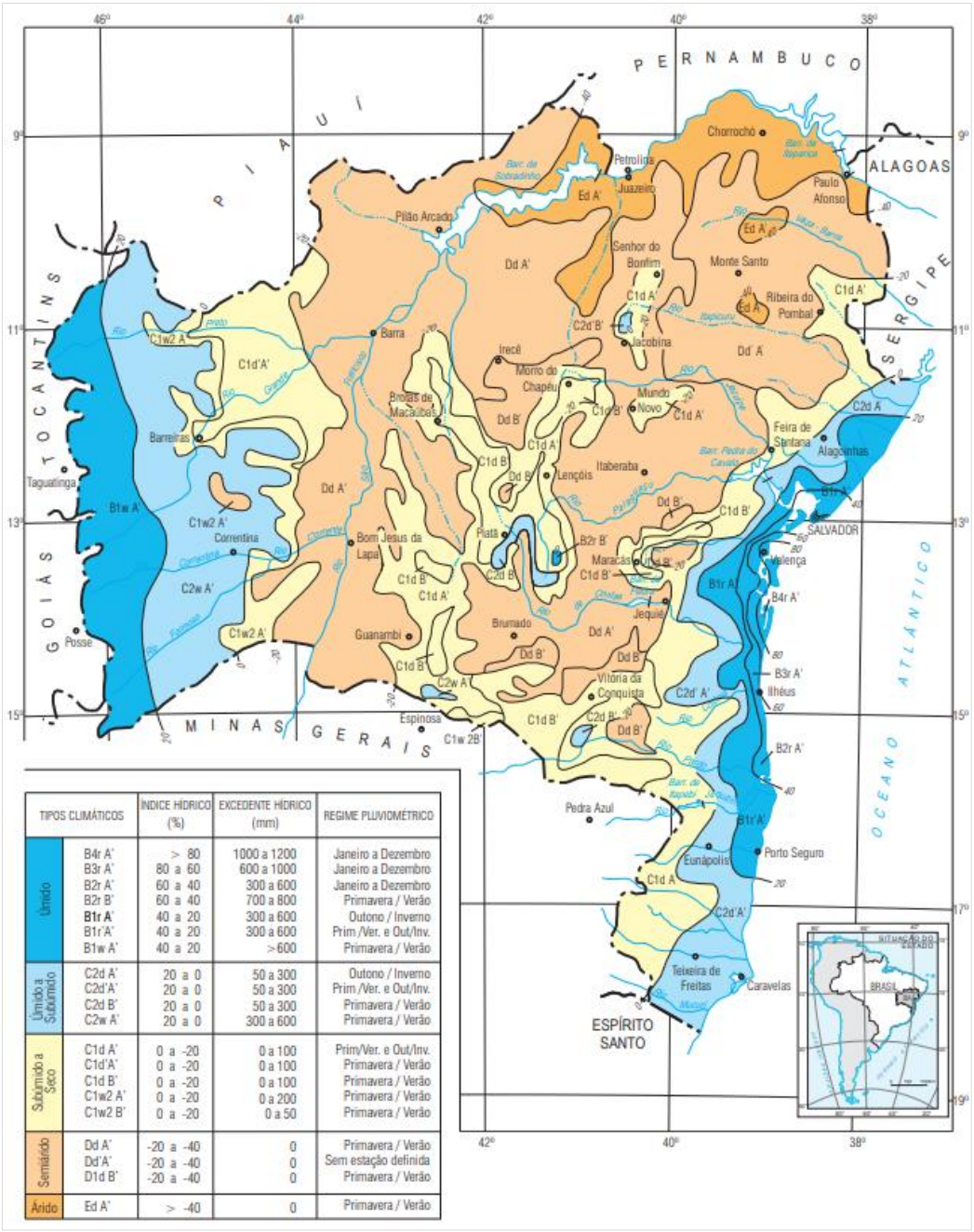
Cabe apresentar, de forma conjunta, como se distribui a produção agrícola pelo Estado. A Ilustração 6.4 também indica os polos de produção pecuária.



Fonte e Elaboração: SEAGRI.

Ilustração 6.4 - Polos Agropecuários

Vale observar, entretanto, que a grande extensão do semiárido da Bahia resulta em graves problemas para a continuidade e perenidade da produção agrícola e pecuária. A Ilustração 6.5 registra a extensão dessa área.



TIPOS CLIMÁTICOS		INDICE HÍDRICO (%)	EXCEDENTE HÍDRICO (mm)	REGIME PLUVIOMÉTRICO
Úmido	B4r A'	> 80	1000 a 1200	Janeiro a Dezembro
	B3r A'	80 a 60	600 a 1000	Janeiro a Dezembro
	B2r A'	60 a 40	300 a 600	Janeiro a Dezembro
	B2r B'	60 a 40	700 a 800	Primavera / Verão
	B1r A'	40 a 20	300 a 600	Outono / Inverno
	B1r'A'	40 a 20	300 a 600	Prim./Ver. e Out/Inv.
	B1w A'	40 a 20	>600	Primavera / Verão
Úmido a Subúmido	C2d A'	20 a 0	50 a 300	Outono / Inverno
	C2d'A'	20 a 0	50 a 300	Prim./Ver. e Out/Inv.
	C2d B'	20 a 0	50 a 300	Primavera / Verão
	C2w A'	20 a 0	300 a 600	Primavera / Verão
Subúmido a Seco	C1d A'	0 a -20	0 a 100	Prim/Ver. e Out/Inv.
	C1d'A'	0 a -20	0 a 100	Primavera / Verão
	C1d B'	0 a -20	0 a 100	Primavera / Verão
	C1w2 A'	0 a -20	0 a 200	Primavera / Verão
	C1w2 B'	0 a -20	0 a 50	Primavera / Verão
Semiárido	Dd A'	-20 a -40	0	Primavera / Verão
	Dd'A'	-20 a -40	0	Sem estação definida
	D1d B'	-20 a -40	0	Primavera / Verão
Árido	Ed A'	> -40	0	Primavera / Verão

Fonte e Elaboração: SEI.

Ilustração 6.5 - Tipologia Climática - Destaque para a Região Semiárida da Bahia

Por outro lado, deve-se destacar, especialmente, como área extremamente produtiva e com forte potencial de expansão, a região oeste do Estado. As análises realizadas pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) indicam que duas áreas de características fundiárias distintas compõem esta região, que são: o vale e o cerrado.

A região do vale margeia o Rio Grande e tem topografia variada, com depressões e saliências. Na área predomina a agricultura de subsistência. As atividades mais tradicionais são mandioca, milho, arroz, feijão e pecuária.

Já no cerrado, área plana, portanto, favorável à mecanização, desenvolveu-se o principal polo agrícola da Bahia. O perfil produtivo do cerrado é de agricultura empresarial e intensiva. Destacam-se entre os agronegócios a soja, o algodão, milho e café.

A região de cerrado limita-se a oeste com os Estados de Goiás e Tocantins, e compreendem os municípios de Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, São Desidério, Correntina, Jaborandi, Cocos e Baianópolis. Os índices pluviométricos também contribuem para a definição dos limites territoriais indicados às grandes culturas.

Com a estação de chuvas bem definida, esse trecho de grandes extensões propiciou o desenvolvimento de variadas atividades agropecuárias, hoje consolidadas. Atualmente, abrem-se novas frentes de possibilidades para a introdução de culturas diferentes. Índices pluviométricos de até 1.800 mm e demais condições de clima e solos favoráveis, contribuem para o sucesso do agronegócio na região.

Importante verificar que a produção dessa região é comercializada principalmente para o mercado interno, sobretudo para os estados do Nordeste, com exceção para a soja, principal produto da região, que se destina prioritariamente ao mercado externo, seja na condição de grão, farelo ou óleo.

Vale observar que os problemas de logística de transporte para escoamento da produção dessa região não são pequenos.

Da mesma forma, a quase inexistência de oferta de armazenagem, ou mesmo a sua localização inadequada, tem resultado na necessidade de transferência da produção do campo imediatamente após o processo de colheita. Este fato tem gerado impactos negativos para o produtor, que acaba enfrentando dificuldades nos portos e eventuais perdas comerciais na venda de sua produção.

Verifica-se que a implantação da Ferrovia Leste-Oeste conjuntamente com o Porto Sul apresenta-se como uma solução importante para a minimização dos problemas de logística que enfrentam os produtores e empresários da região.

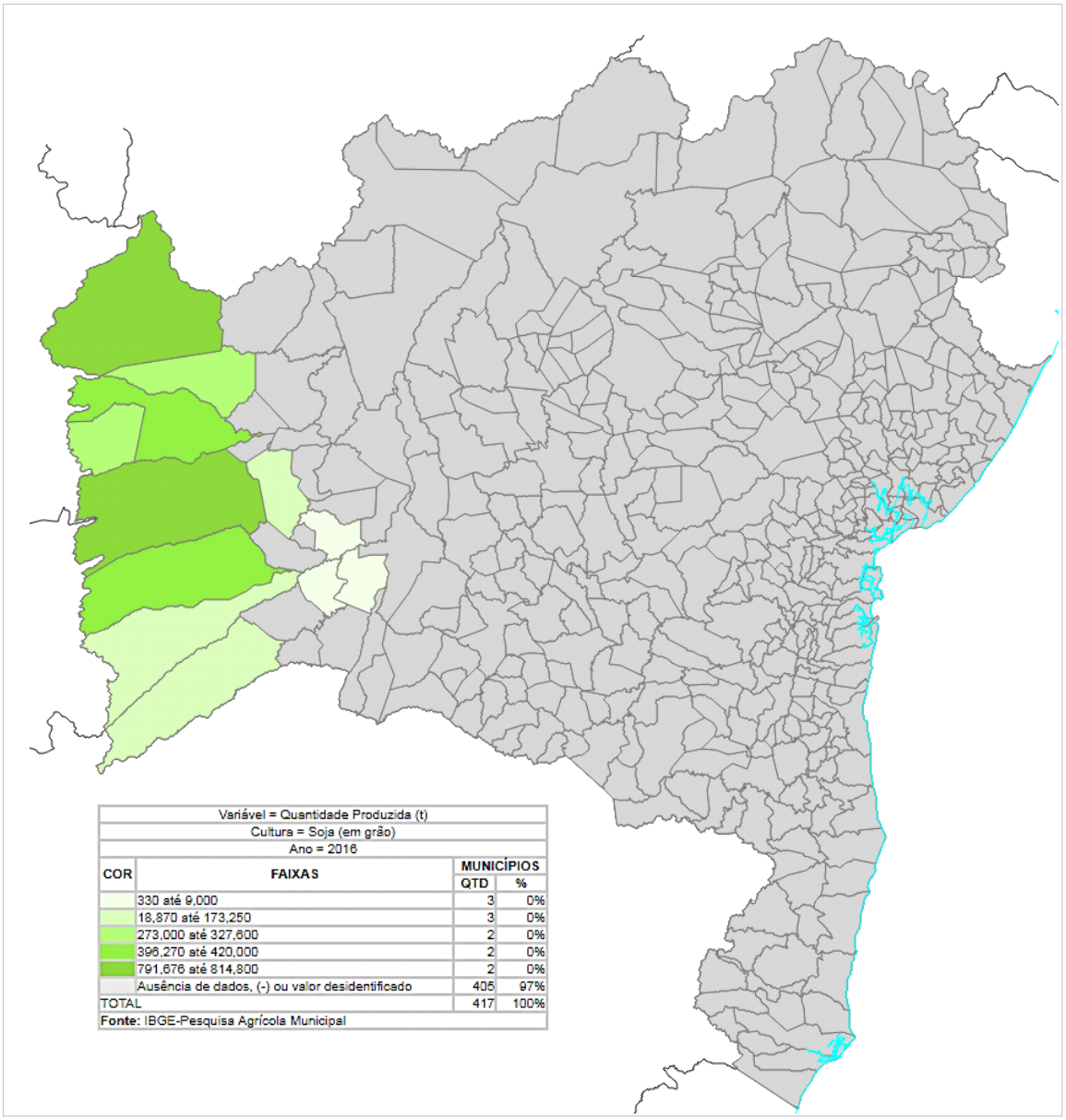
A seguir estão detalhadas as principais culturas dessa região.

Soja

A soja é o principal item da produção agrícola da região oeste da Bahia, conforme apresentado na Ilustração 6.6. A soja do oeste correspondia em 2016 a aproximadamente 3,4% da produção nacional (7º produtor nacional) e a 63,3% da produção do Nordeste.

Na safra de 2016, a produção registrou perdas em relação ao ano anterior, conforme indicado anteriormente, de 4.514 mil toneladas registradas em 2015 para 3.257 mil toneladas registradas em 2016.

O Levantamento Sistemático da Produção de junho de 2018 realizado pelo IBGE aponta paras as safras de 2017 e de 2018 as produções de 5.136 mil toneladas e 5.573 mil toneladas, respectivamente, com produtividades médias de 3.242 e 3.483 kg/hectare.



Variável = Quantidade Produzida (t)			
Cultura = Soja (em grão)			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	330 até 9,000	3	0%
	18,870 até 173,250	3	0%
	273,000 até 327,600	2	0%
	396,270 até 420,000	2	0%
	791,676 até 814,800	2	0%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	405	97%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE-Pesquisa Agrícola Municipal			

Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.6 - Região de Produção de Soja na Bahia

Algodão

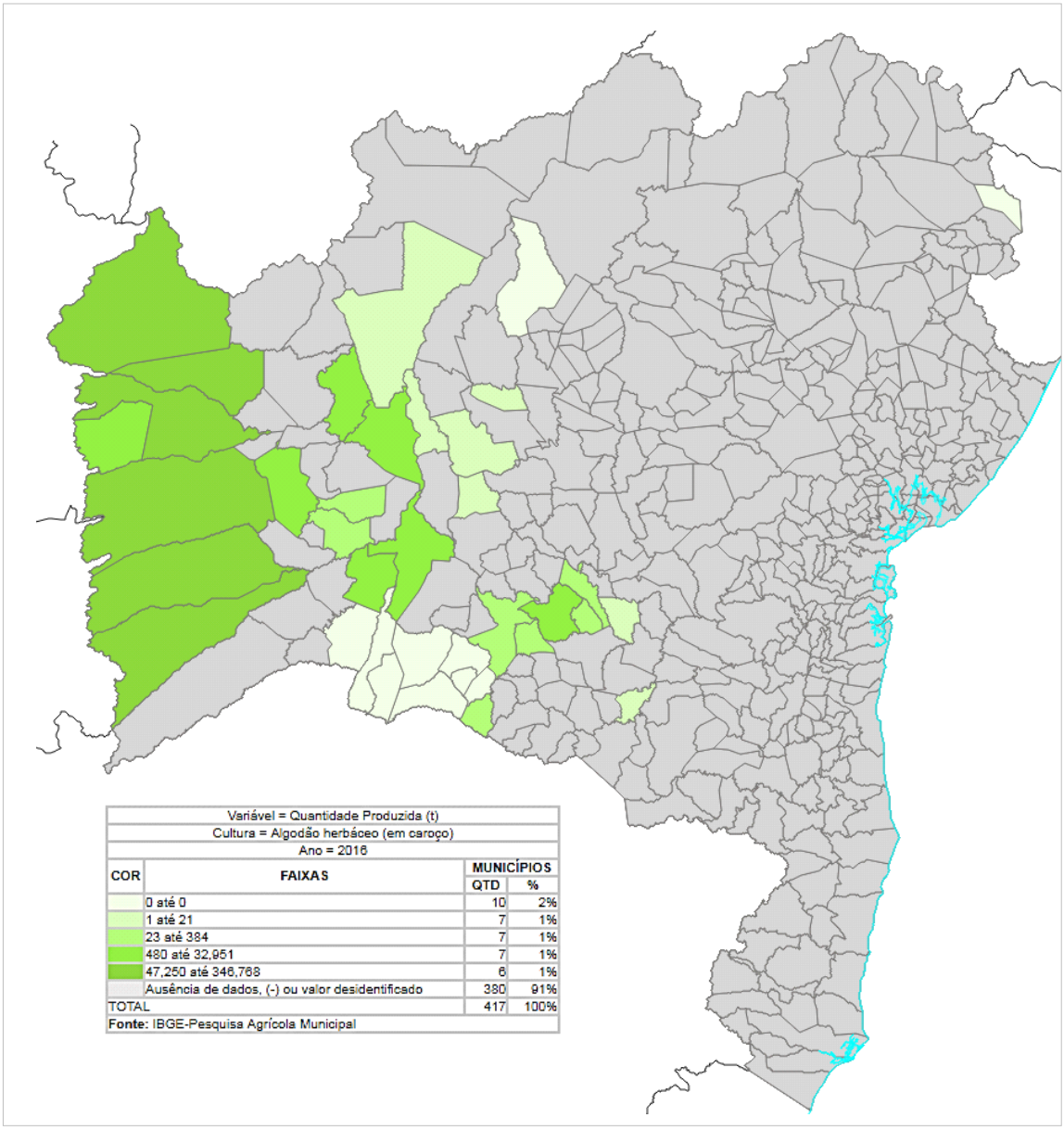
O algodão do oeste da Bahia é considerado o primeiro em qualidade no ranking do país, sendo que a região é hoje a segunda maior produtora nacional. A Ilustração 6.7, apresentada na sequência, registra como acontece a concentração de produção na região oeste do Estado.

Conforme destaca a AIBA em suas publicações, uma convergência de fatores contribuiu para o desenvolvimento da cotonicultura no cerrado da Bahia, dentre eles podem ser destacados o clima e o relevo, que são atributos naturais da região, além de um elevado padrão tecnológico utilizado na produção e no beneficiamento.

A safra de 2011, com uma produção de 1.579 mil toneladas foi considerada uma referência histórica na qualidade, produção e comercialização da commodity. A região oeste concentra esta atividade no Estado.

Até o ano de 2016 a produção de algodão na Bahia não voltou a registrar aquela marca. Em 2014 e 2015 a produção alcançou 1.164 mil toneladas e 1.197 mil toneladas, respectivamente. No ano de 2016 ocorreram perdas expressivas na cultura e o volume de produção reduziu-se para 879 mil toneladas. Os dados preliminares da safra de 2017 indicam uma produção de 917 mil toneladas no ano.

Para a safra de 2018, o Levantamento Sistemático do IBGE aponta para uma retomada da produção, que deverá alcançar 1.129 mil toneladas.



Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.7 - Região de Produção de Algodão na Bahia

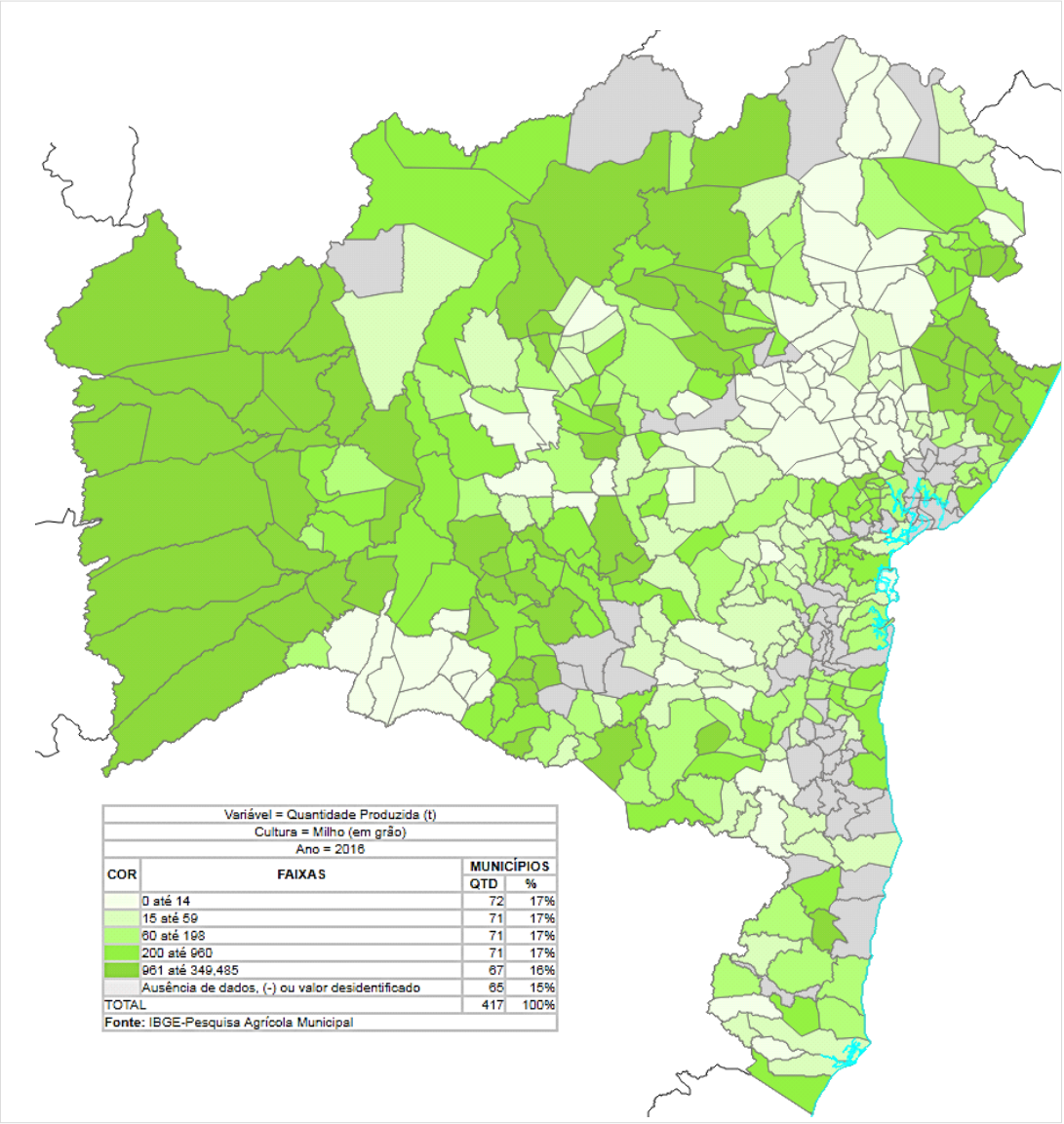
Milho

A cultura do milho tem sido extremamente importante para a região oeste em termos agronômicos, como opção para rotação de culturas.

Entretanto, na safra 2016, a produção reduziu-se de 2.683 mil toneladas, conforme assinalado para a safra 2015, para 1.580 mil toneladas. O Levantamento Sistemático da Produção realizado pelo IBGE apontam para as safras de 2017 e 2018 as produções de 1.517 para a primeira safra e 517 mil toneladas para a segunda safra. Para 2018, as estimativas são de 1.898 para a primeira safra e 517 mil toneladas para a segunda safra.

O mesmo Levantamento indica produtividades médias em 2017 e 2018 de 4.825 kg/hectare para a primeira safra de 2017 e 2.214 kg/hectare para a segunda safra de 2018.

Como informa o IBGE, o milho baiano correspondia, em 2016, a aproximadamente 2,5% da produção nacional e a 50,0% da produção do Nordeste.



Variável = Quantidade Produzida (t)			
Cultura = Milho (em grão)			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	0 até 14	72	17%
	15 até 59	71	17%
	60 até 198	71	17%
	200 até 960	71	17%
	961 até 349,485	67	16%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	65	15%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE-Pesquisa Agrícola Municipal			

Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.8 - Região de Produção de Milho na Bahia

É importante registrar que o conjunto composto pelos Estados limítrofes Bahia, Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí está produzindo cerca de 14 milhões de toneladas de grãos.

Cabe destacar outras culturas relevantes que também não se concentram somente na região oeste.

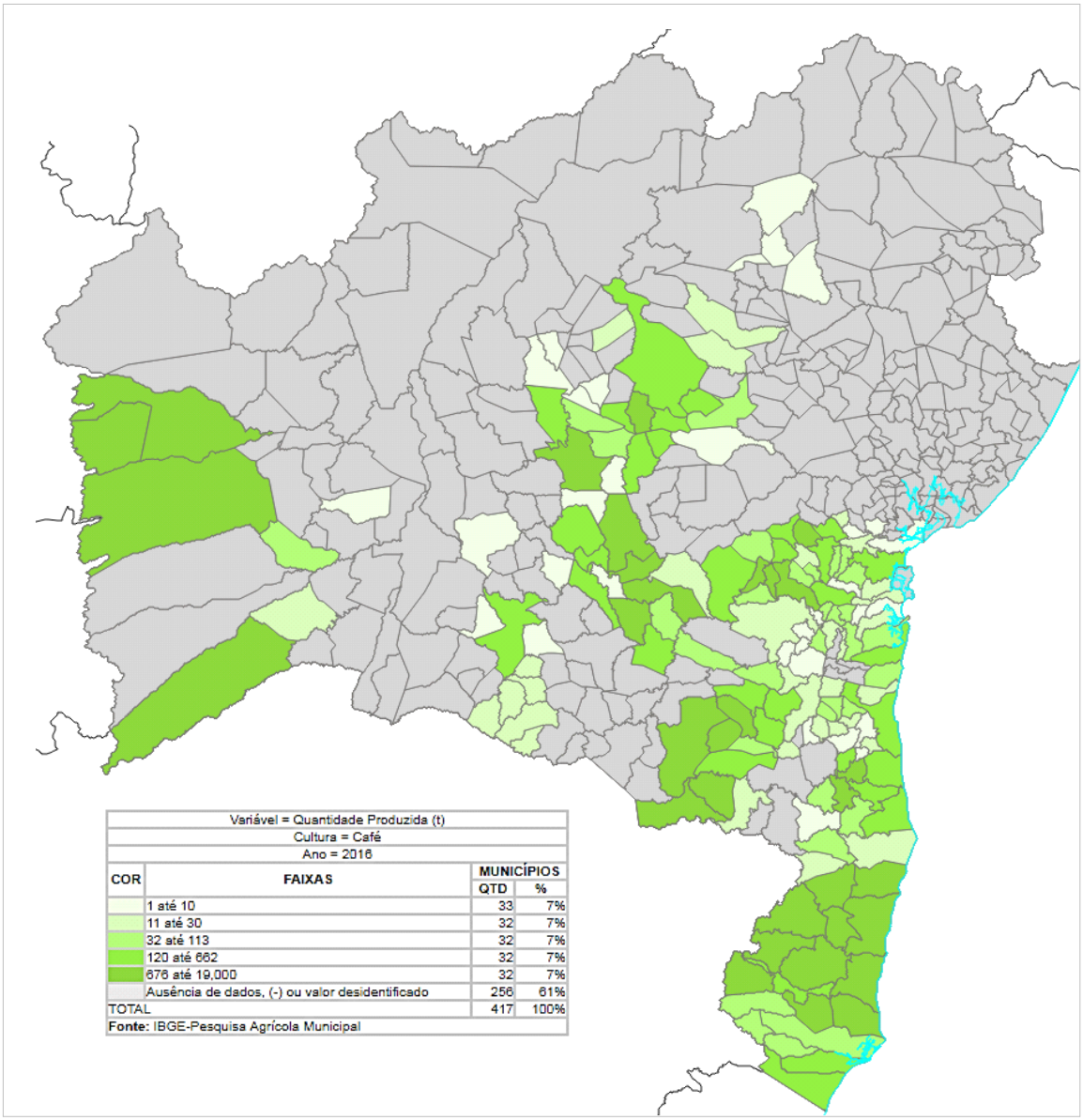
Café

A produção total do Estado em 2016 registrou queda expressiva em relação ao ano anterior. O volume foi reduzido de 209 mil toneladas para 129 mil toneladas. Ressalte-se, entretanto, a produção da região oeste, por ser realizada na condição irrigada. Neste contexto, o café do cerrado baiano é um produto da alta tecnologia aplicada em área totalmente irrigada.

Os dados do Levantamento Sistemático do IBGE para 2018 apontam para uma produção de 72 mil toneladas de café arábica e 117 mil toneladas de café canephora.

Importante destacar que as condições naturais da região oeste são importantes no conjunto dos fatores propícios à cafeicultura do cerrado. O relevo plano permite a mecanização em todas as etapas produtivas e a insolação é constante em todo o ano. Estações chuvosas bem definidas, sem ocorrência no período da colheita, completam o quadro favorável à produção.

A Ilustração 6.9 apresenta a distribuição espacial da produção de café no Estado.



Variável = Quantidade Produzida (t)			
Cultura = Café			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	1 até 10	33	7%
	11 até 30	32	7%
	32 até 113	32	7%
	120 até 662	32	7%
	676 até 19.000	32	7%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	256	61%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE-Pesquisa Agrícola Municipal			

Fonte: IBGE/SEI.

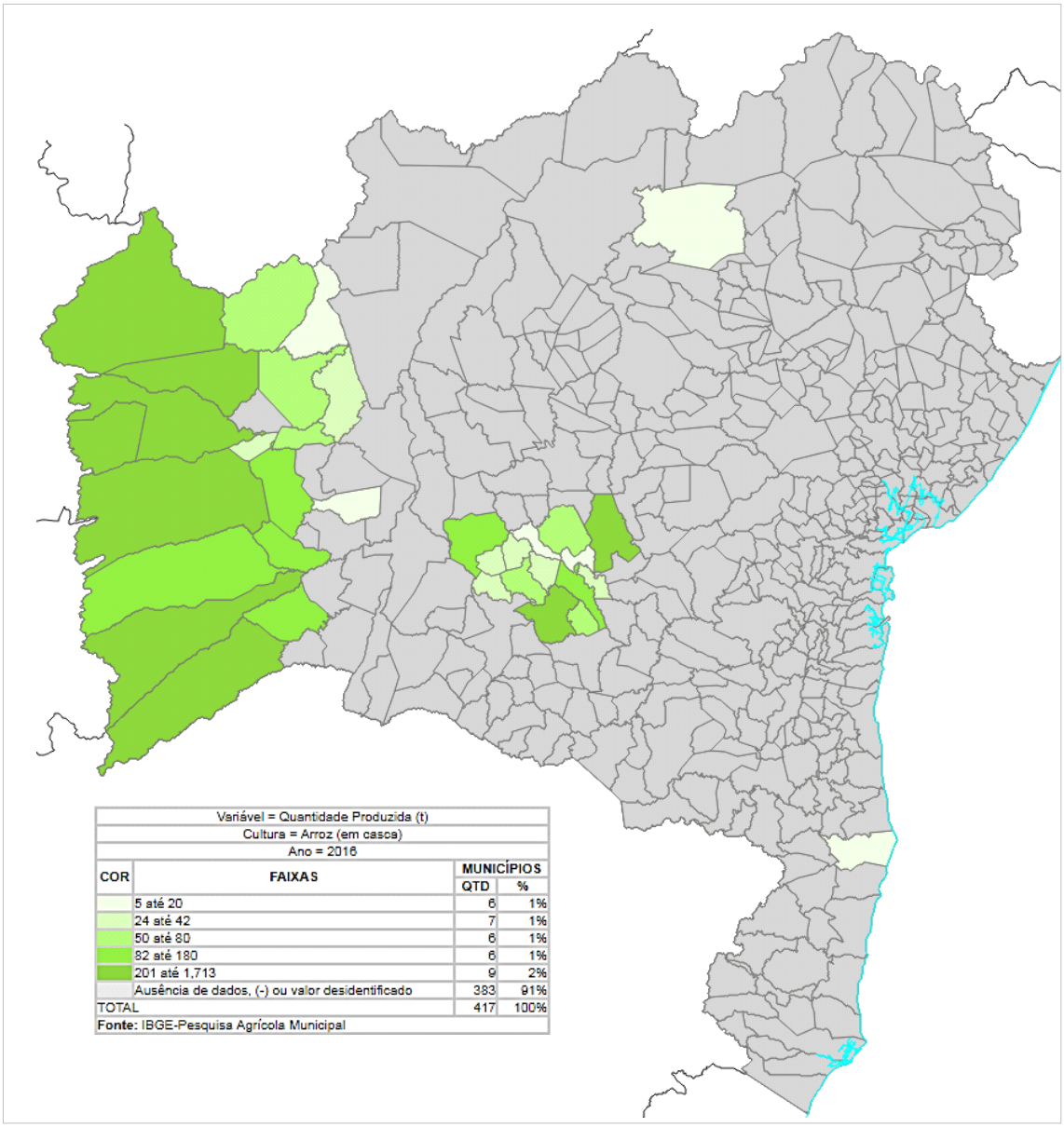
Ilustração 6.9 - Região de Produção de Café na Bahia

Arroz

A produção do Estado foi de 8 e 7 mil toneladas, em 2015 e 2016, respectivamente. Conforme quadro anterior, a Bahia chegou a produzir 35 mil toneladas em 2011, sendo o oeste a principal região produtora.

A região já chegou a produzir mais de 90% do arroz baiano, mas o baixo retorno da atividade fez com que muitos produtores migrassem para outras culturas e utilizassem o arroz apenas para a abertura de novas áreas. O Levantamento Sistemático da Produção realizado pelo IBGE não indica volumes de produção para 2017 e 2018.

A Ilustração 6.10 apresenta a distribuição espacial da produção de arroz no Estado.



Fonte: IBGE/SEI.

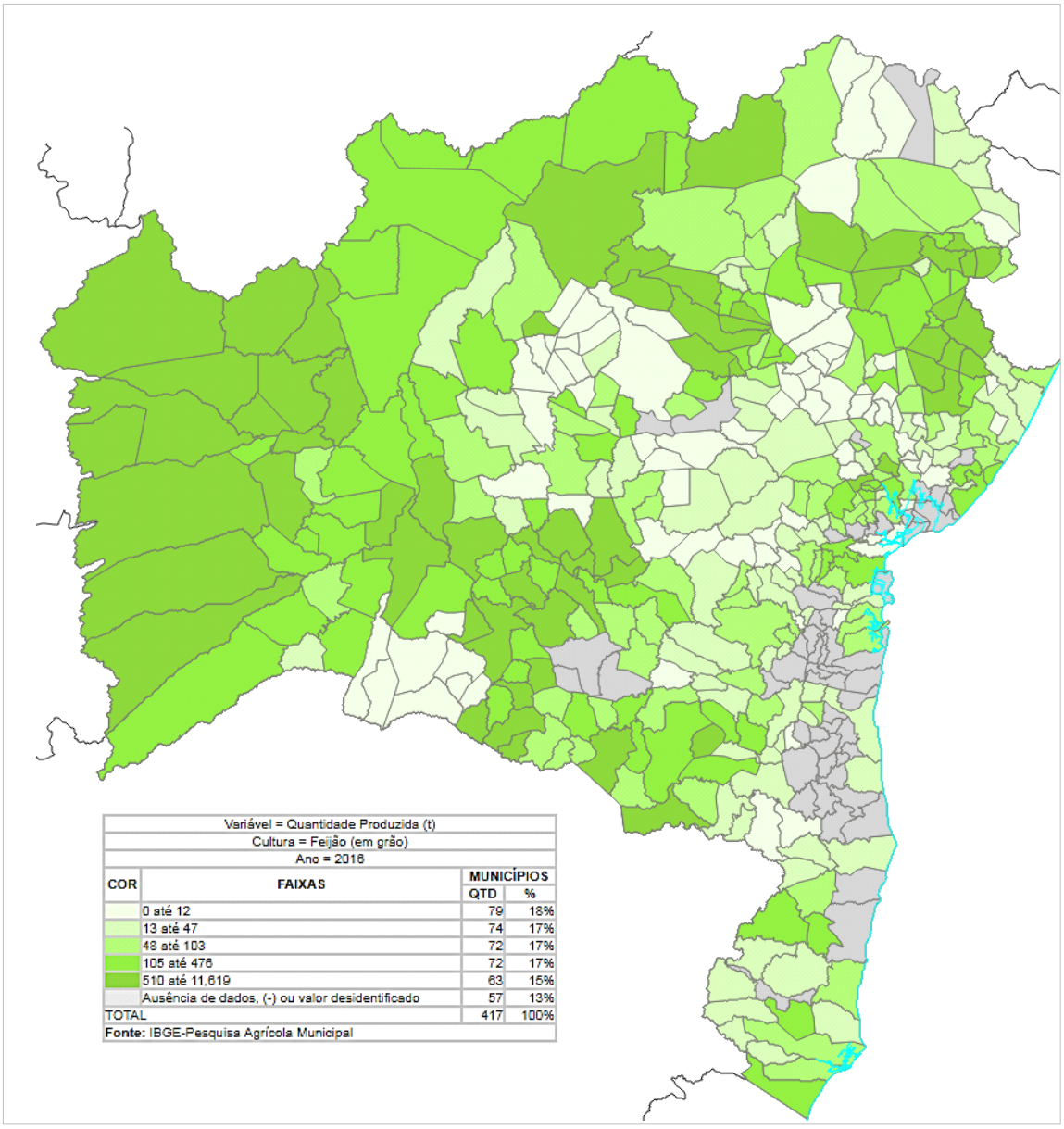
Ilustração 6.10 - Região de Produção de Arroz na Bahia

Feijão

O Estado da Bahia é foi o sétimo produtor nacional de feijão em 2016. Entretanto, a produção estadual total decresceu significativamente em 2016. A produção foi reduzida de 415 mil toneladas em 2015 para 145 mil toneladas naquele ano.

Na região oeste do Estado, a área plantada com o grão diminuiu ao longo dos anos, mas, ainda ocupa área irrigada expressiva, na condição de safrinha.

A Ilustração 6.11 apresenta a distribuição espacial da produção de feijão no Estado.



Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.11 - Região de Produção de Feijão na Bahia

Merecem destaque, também, as culturas apresentadas a seguir.

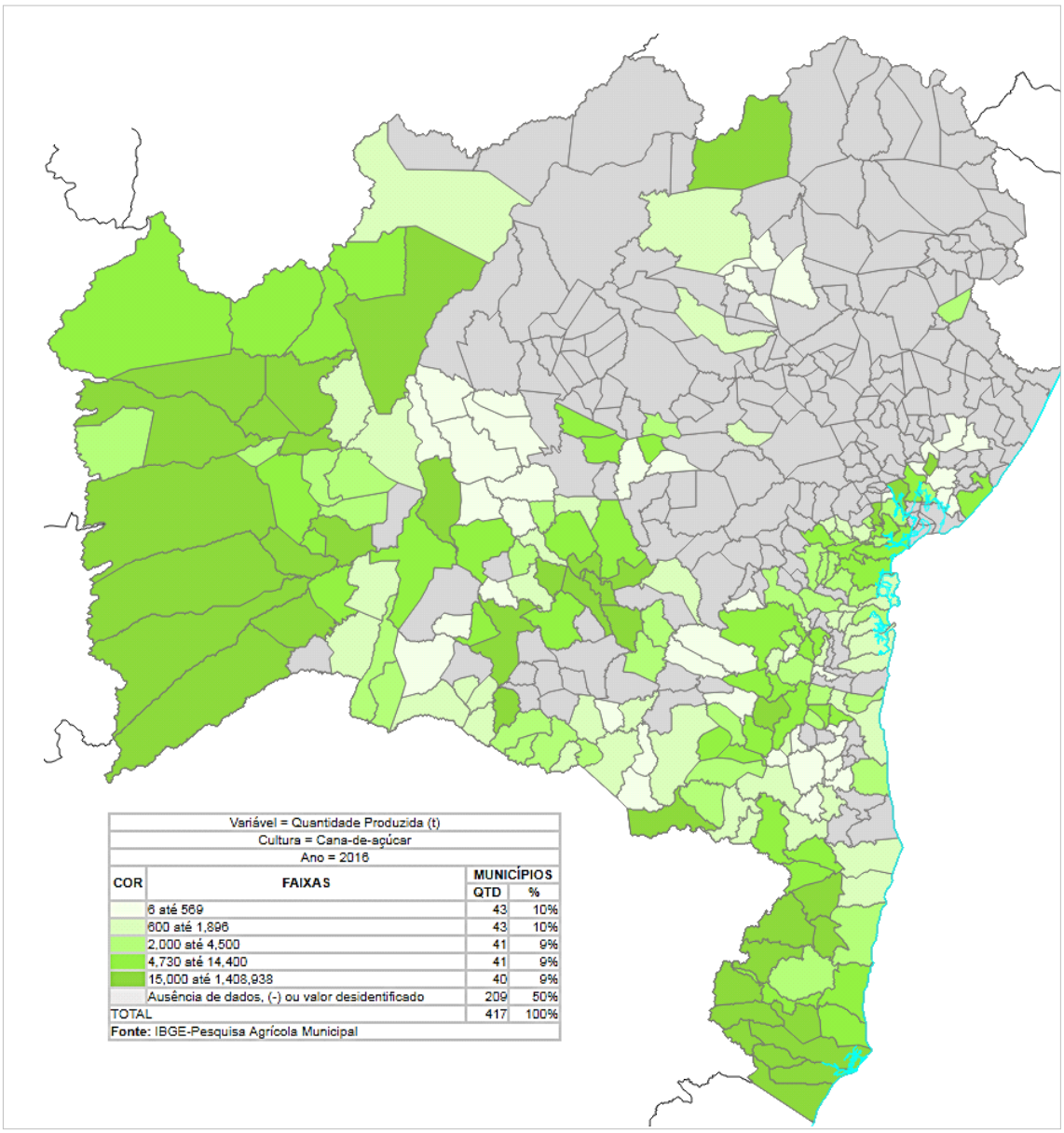
Cana-de-Açúcar

A evolução da produção estadual foi apresentada em quadro anterior, no qual é possível verificar que ela cresceu de 6.228 mil toneladas em 2015 para 6.414 mil toneladas em 2016. Importante registrar que a produção já tinha atingido 6.992 mil toneladas em 2011.

Os volumes de produção estimados pelo IBGE para 2017 e 2018, segundo Levantamento Sistemático da Produção foram de 3.231 e 4.680 mil toneladas, com produtividades médias de 68.745 e 57.778 kg/hectare. Observa-se que a produção de cana-de-açúcar vem caindo ao longo dos últimos anos na Bahia e nos demais estados do Nordeste. Verifica-se uma queda expressiva das áreas plantadas.

Deve-se destacar que nas últimas safras, a manutenção dos preços artificiais da gasolina, conjugado com as secas ocorridas e a baixa capacidade de modernização das unidades de processamento da cana no Nordeste, contribuíram para agravar as crises do setor sucroenergético nordestino.

As áreas de produção da cana-de-açúcar estão apresentadas em maiores detalhes na Ilustração 6.12.



Fonte: IBGE/SEI.

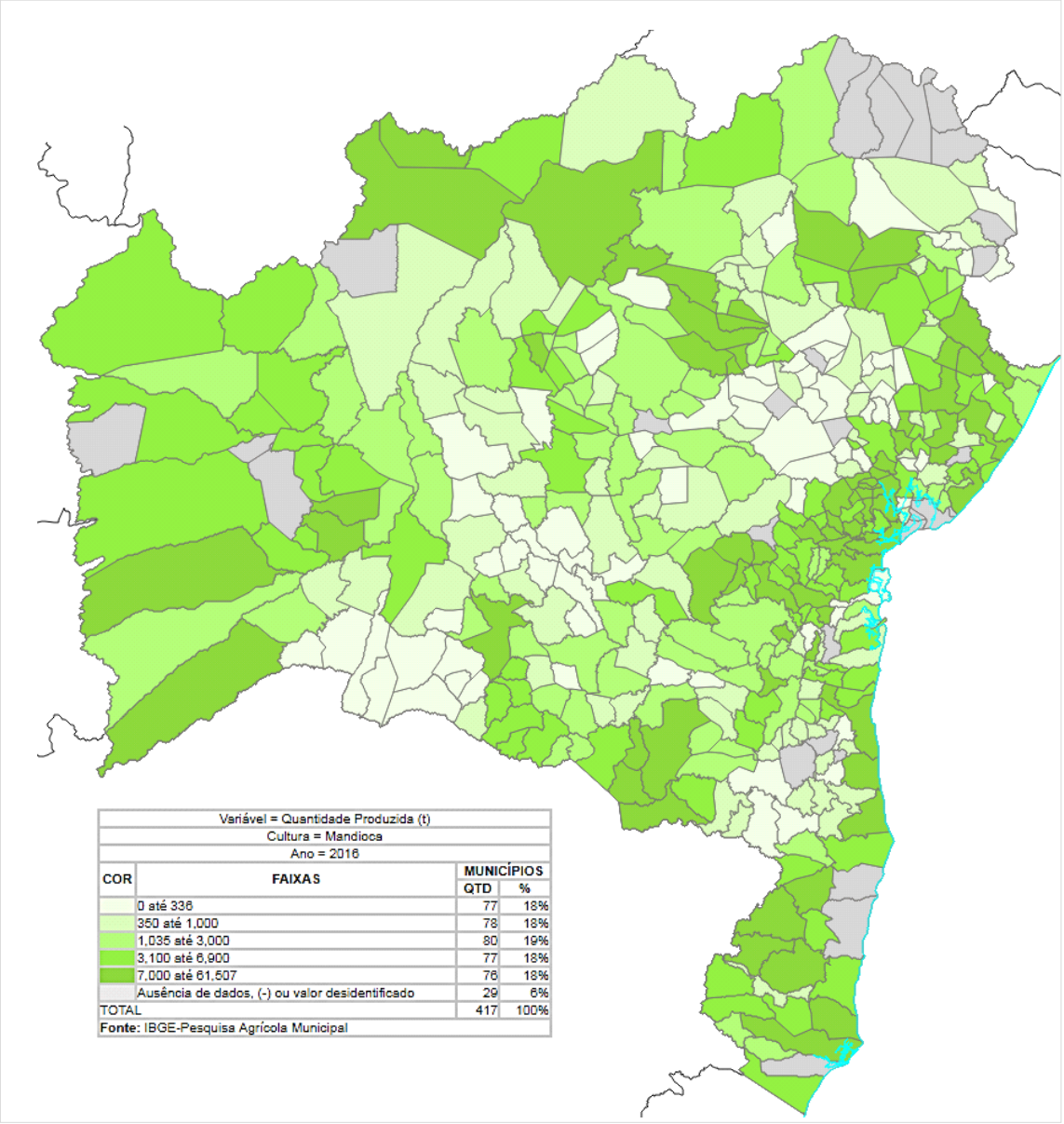
Ilustração 6.12 - Região de Produção de Cana-de-Açúcar na Bahia

Mandioca

Verifica-se que a produção de mandioca que vinha decrescendo desde 2008, retomou o crescimento em 2014, voltando para patamares acima de 2.100 mil toneladas. Entretanto, em 2015 e 2016 ocorreram ligeiras perdas, com produções de 2.098 mil toneladas e 1.956 mil toneladas, respectivamente.

O Levantamento Sistemático do IBGE aponta para 2018 um volume de 1.828 mil toneladas, significando nova redução dos volumes de produção.

A Ilustração 6.13 apresenta a distribuição espacial da produção de mandioca no Estado.



Variável = Quantidade Produzida (t)			
Cultura = Mandioca			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	0 até 336	77	18%
	350 até 1,000	78	18%
	1,035 até 3,000	80	19%
	3,100 até 6,900	77	18%
	7,000 até 61,507	76	18%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	29	6%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE-Pesquisa Agrícola Municipal			

Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.13 - Região de Produção de Mandioca na Bahia

Cacau

O produto, concentrado na região de Ilhéus, teve seu ciclo de desenvolvimento interrompido nos anos 1980. Importante mencionar que a produção de cacau no Estado evolui de cerca de 160 mil toneladas registradas em meados dos anos 50, até alcançar, aproximadamente, 460 mil toneladas em meado dos anos 80. Naquela época, a produção baiana chegou a representar 90% da produção nacional.

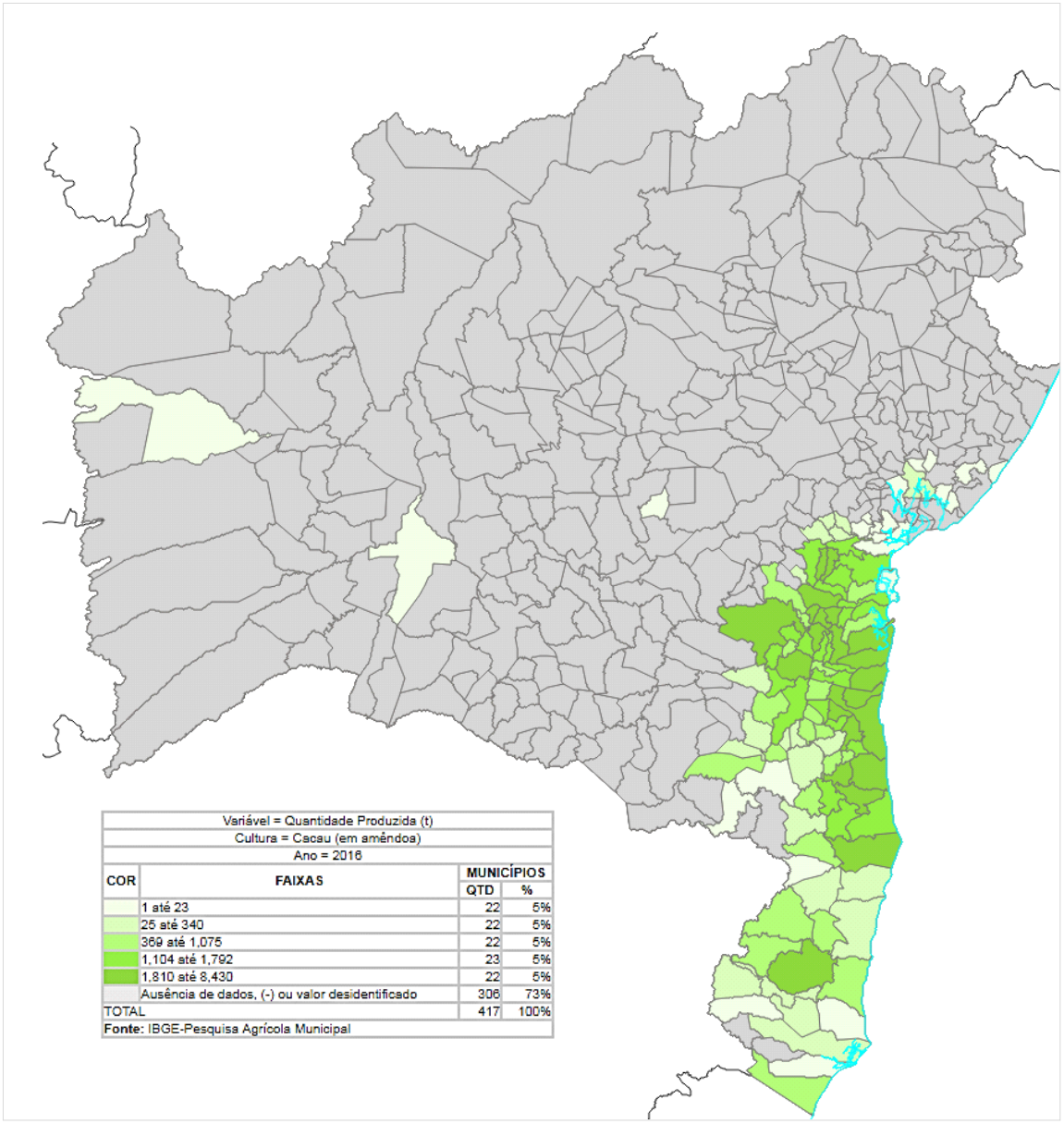
Daquele período em diante, em função dos baixos preços no mercado internacional, a produção registrou perdas seguidas, até atingir um volume de produção de, aproximadamente, 130 mil toneladas em 2001. Com melhores preços, a produção regional voltou a crescer em 2002 e 2003, voltando a acusar perdas em razão, novamente, da queda de preços nos mercados internacionais, levando o segmento à estagnação.

Importante mencionar que a praga conhecida como vassoura de bruxa, que atacou os cacaueiros na década de 90 foi outro fator que potencializou as perdas do setor. Na época, as empresas processadoras locais passaram a importar o produto, como forma de garantir a sua permanência no mercado. Com o passar dos anos o segmento se reposicionou em termos produtivos e tecnológicos e se apresenta com nível razoável de sustentabilidade.

Em tempos recentes, a produção vinha se mantendo na faixa compreendida entre 150 e 160 mil toneladas/ano. No ano de 2016, entretanto, a produção acusou perdas, registrando 116 mil toneladas no ano.

As indicações do Levantamento Sistemático do IBGE para a safra 2018 apontam para novas perdas, que deverão resultar em um volume de produção de 103 mil toneladas.

A Ilustração 6.14 apresenta a distribuição espacial da produção de cacau no Estado.



Variável = Quantidade Produzida (t)			
Cultura = Cacau (em amêndoa)			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	1 até 23	22	5%
	25 até 340	22	5%
	369 até 1.075	22	5%
	1.104 até 1.792	23	5%
	1.810 até 8.430	22	5%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	306	73%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE-Pesquisa Agrícola Municipal			

Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.14 - Região de Produção de Cacau na Bahia

Fruticultura

Conforme informações coletadas junto à Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), os principais polos de produção de frutas do Estado são:

- Oeste (Barreiras): banana, coco, citrus e mamão;
- Médio São Francisco (Bom Jesus da Lapa): banana, manga, maracujá e melancia;
- Vale do São Francisco (Juazeiro): uva, manga, melão, banana, coco, goiaba e melancia;
- Sudoeste (Livramento de Nossa Senhora): manga, banana, maracujá e coco;
- Nordeste: coco, laranja, maracujá, acerola e caju;
- Litoral Norte/Recôncavo: laranja e coco;
- Extremo Sul: mamão, banana, coco e melancia;

- Chapada Diamantina (Itaberaba): abacaxi e citrus;
- Irecê: pinha e melancia.

Importante ressaltar que a evolução dos volumes de produção de cada um dos itens foi indicada anteriormente.

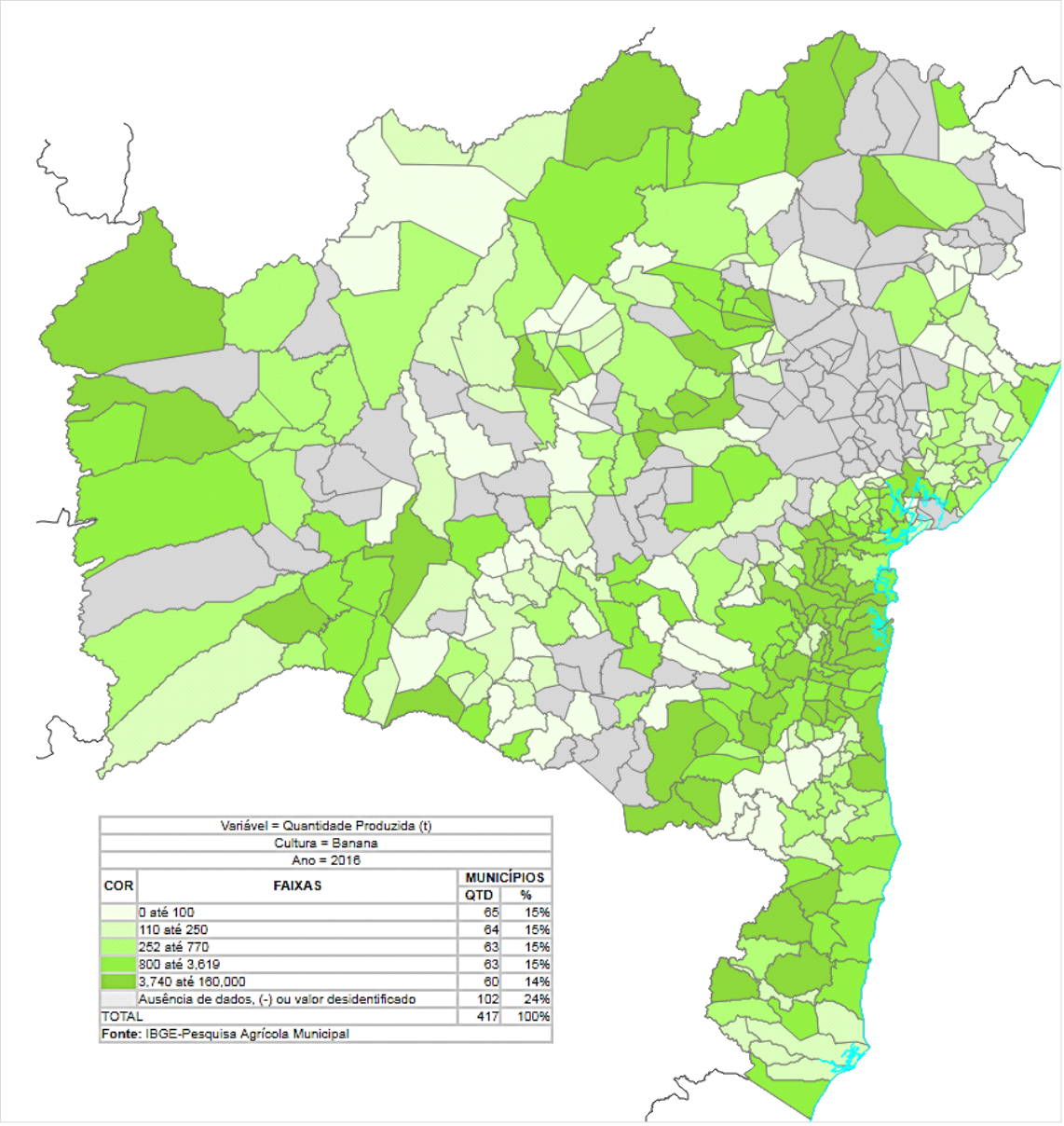
Deve-se ressaltar que, entre 2010 e 2016 ocorreram ganhos e perdas nos níveis de produção, conforme indicado a seguir:

- Abacaxi: crescimento de 2,3%;
- Melancia (11% da produção nacional em 2016): perda de 30,0%;
- Melão (11% da produção nacional em 2016): crescimento de 74,0%;
- Banana (16% da produção nacional em 2016): crescimento de 0,5%;
- Coco (31% da produção nacional em 2016): crescimento de 7,9%;
- Manga (35% da produção nacional em 2016): perda de 31,0%;
- Uva: perda de 1,0%;
- Laranja: crescimento de 14,3%;
- Mamão (53% da produção nacional em 2016): perda de 17,2%;
- Maracujá (49% da produção nacional em 2016): perda de 25,7%;
- Tangerina: perda de 27,5%.

Deve-se registrar a importância da articulação que se deu entre o poder público, o setor privado e as associações regionais para o sucesso da fruticultura no São Francisco.

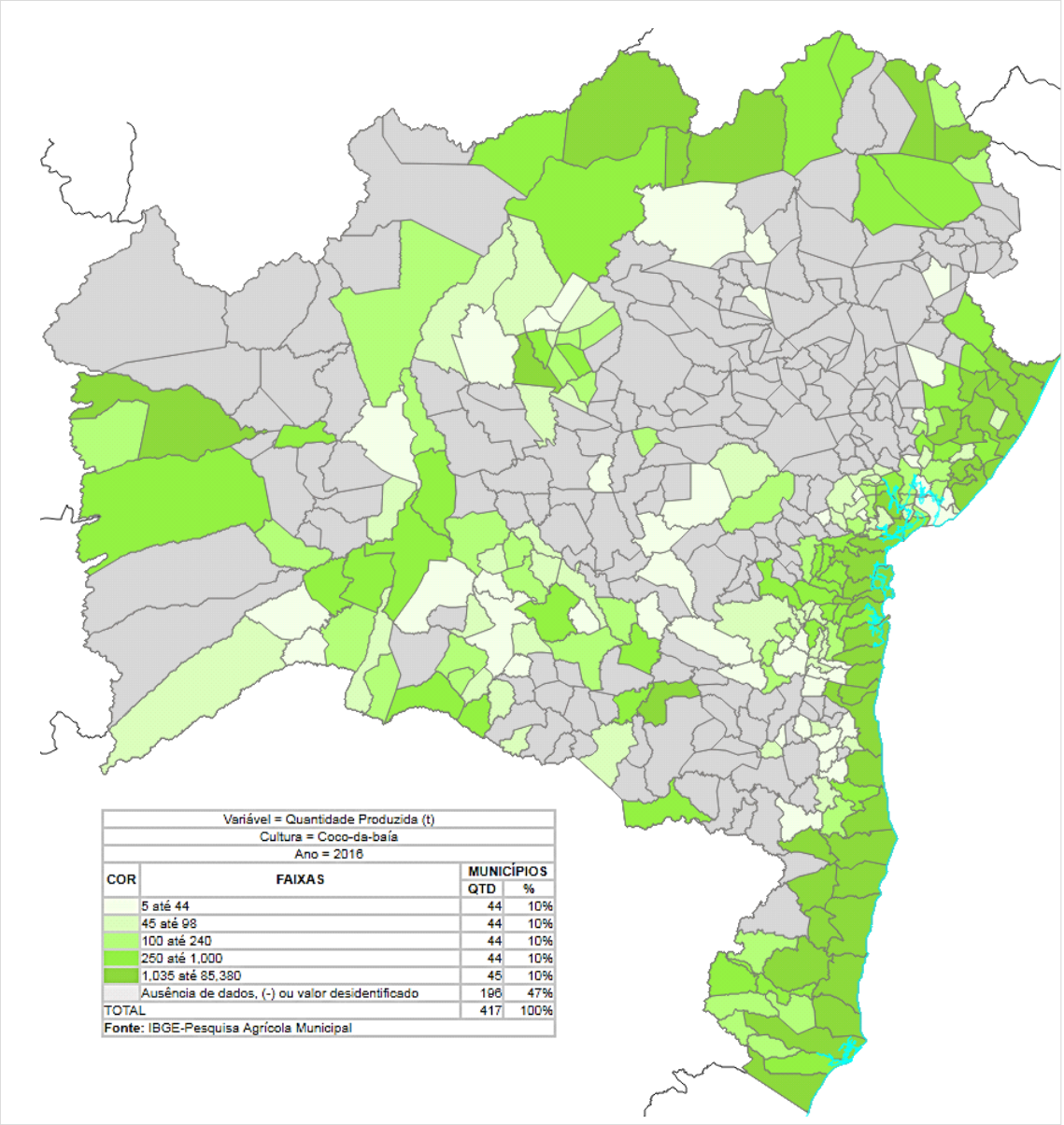
Região anteriormente dominada pela produção extensiva de gado e pela agricultura de subsistência, teve como marco importante para a sua reestruturação a construção de barragens de hidrelétricas no rio, que propiciou a implantação de importantes projetos de irrigação e produção de frutas. Verificaram-se, dessa forma, mudanças radicais no meio socioeconômico regional.

Nas Ilustrações 6.16 a 6.22 estão apresentadas as regiões de produção das principais culturas de frutas no Estado da Bahia.



Fonte: IBGE/SEI.

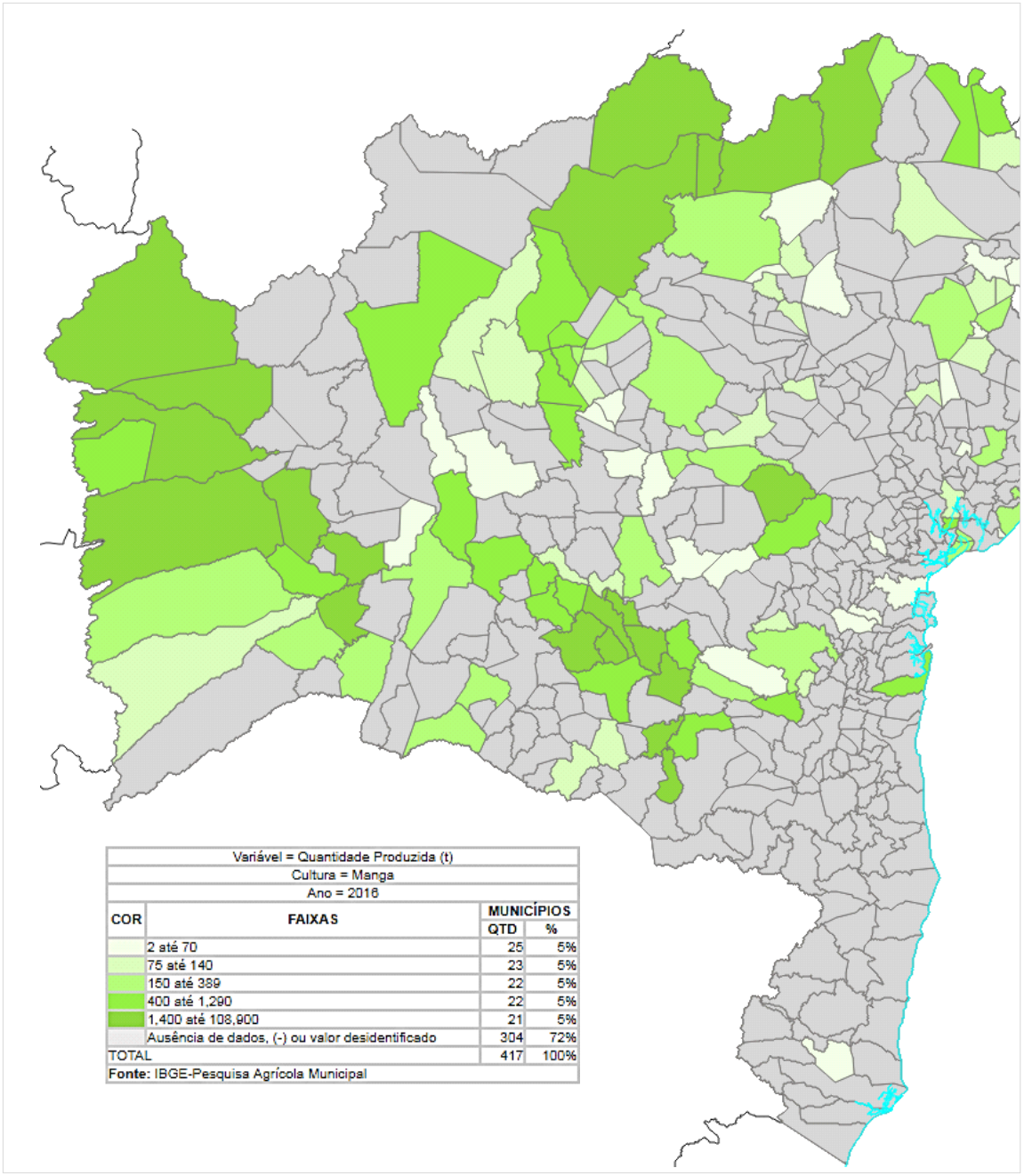
Ilustração 6.15 - Região de Produção de Banana na Bahia



Variável = Quantidade Produzida (t)			
Cultura = Coco-da-baía			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	5 até 44	44	10%
	45 até 98	44	10%
	100 até 240	44	10%
	250 até 1.000	44	10%
	1.035 até 85.380	45	10%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	196	47%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE-Pesquisa Agrícola Municipal			

Fonte: IBGE/SEI.

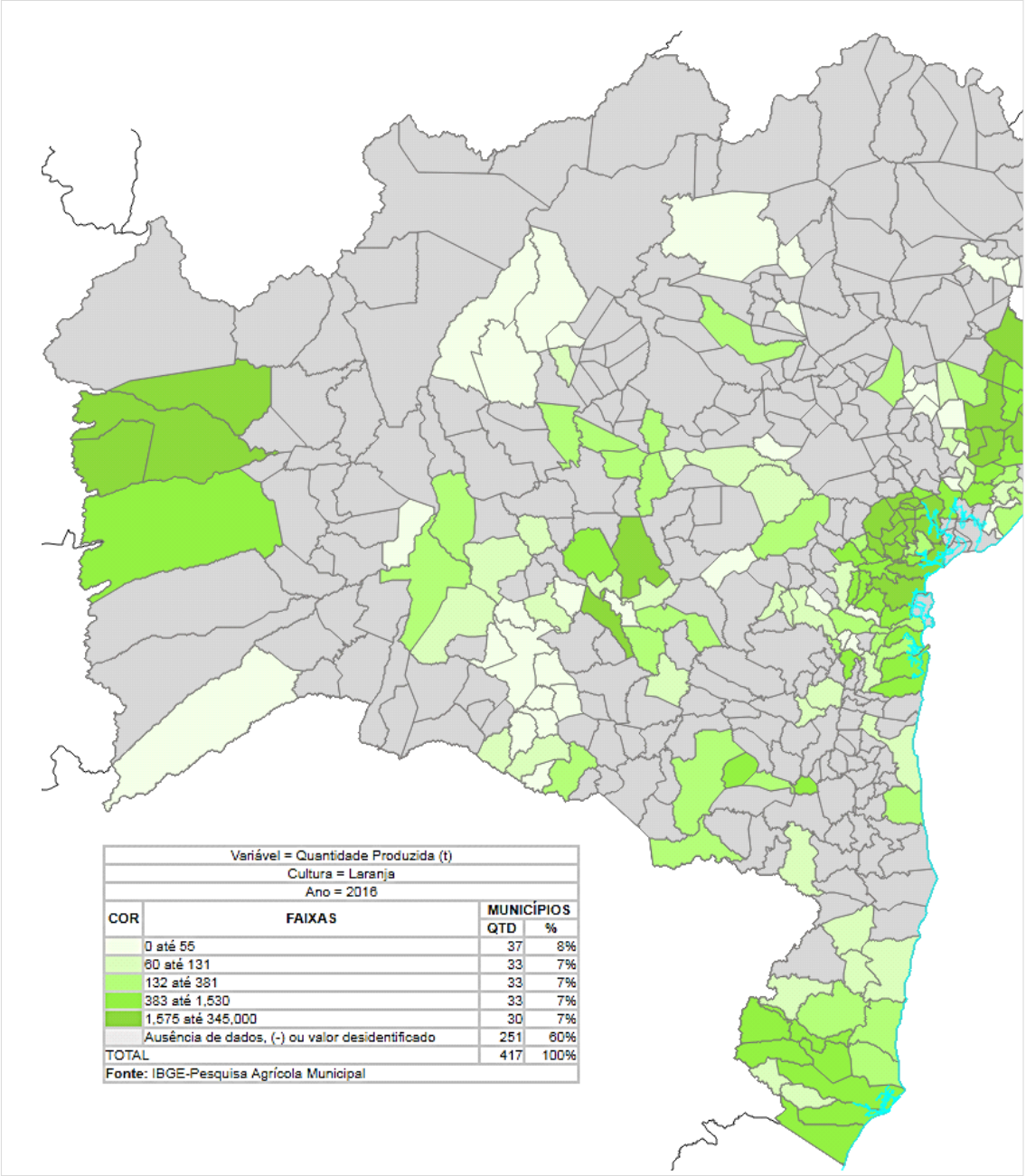
Ilustração 6.16 - Região de Produção de Coco na Bahia



Variável = Quantidade Produzida (t)			
Cultura = Manga			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	2 até 70	25	5%
	75 até 140	23	5%
	150 até 389	22	5%
	400 até 1,290	22	5%
	1,400 até 108,900	21	5%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	304	72%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE-Pesquisa Agrícola Municipal			

Fonte: IBGE/SEI.

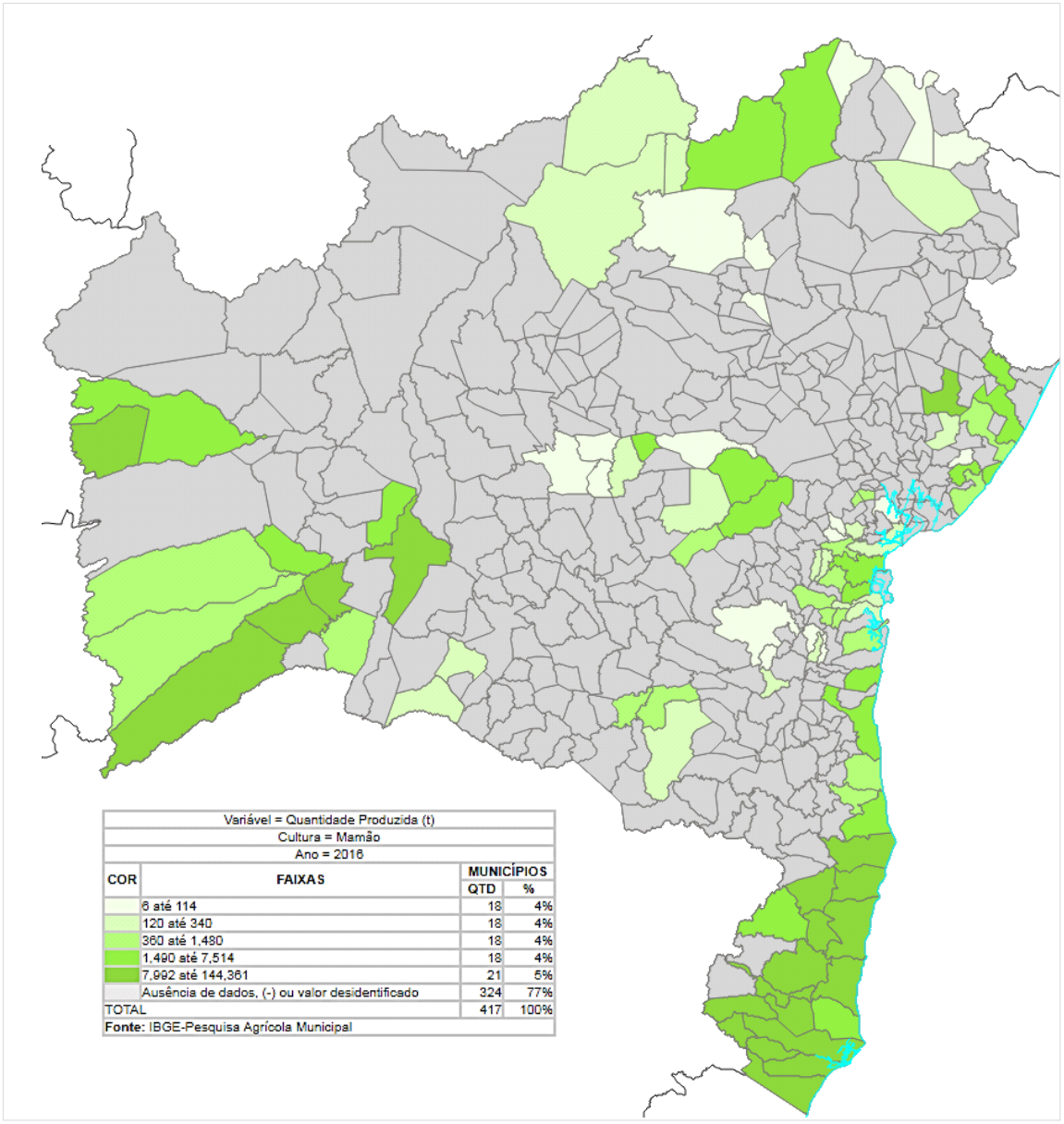
Ilustração 6.17 - Região de Produção de Manga na Bahia



Variável = Quantidade Produzida (t)			
Cultura = Laranja			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	0 até 55	37	8%
	60 até 131	33	7%
	132 até 381	33	7%
	383 até 1,530	33	7%
	1,575 até 345,000	30	7%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	251	60%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE-Pesquisa Agrícola Municipal			

Fonte: IBGE/SEI.

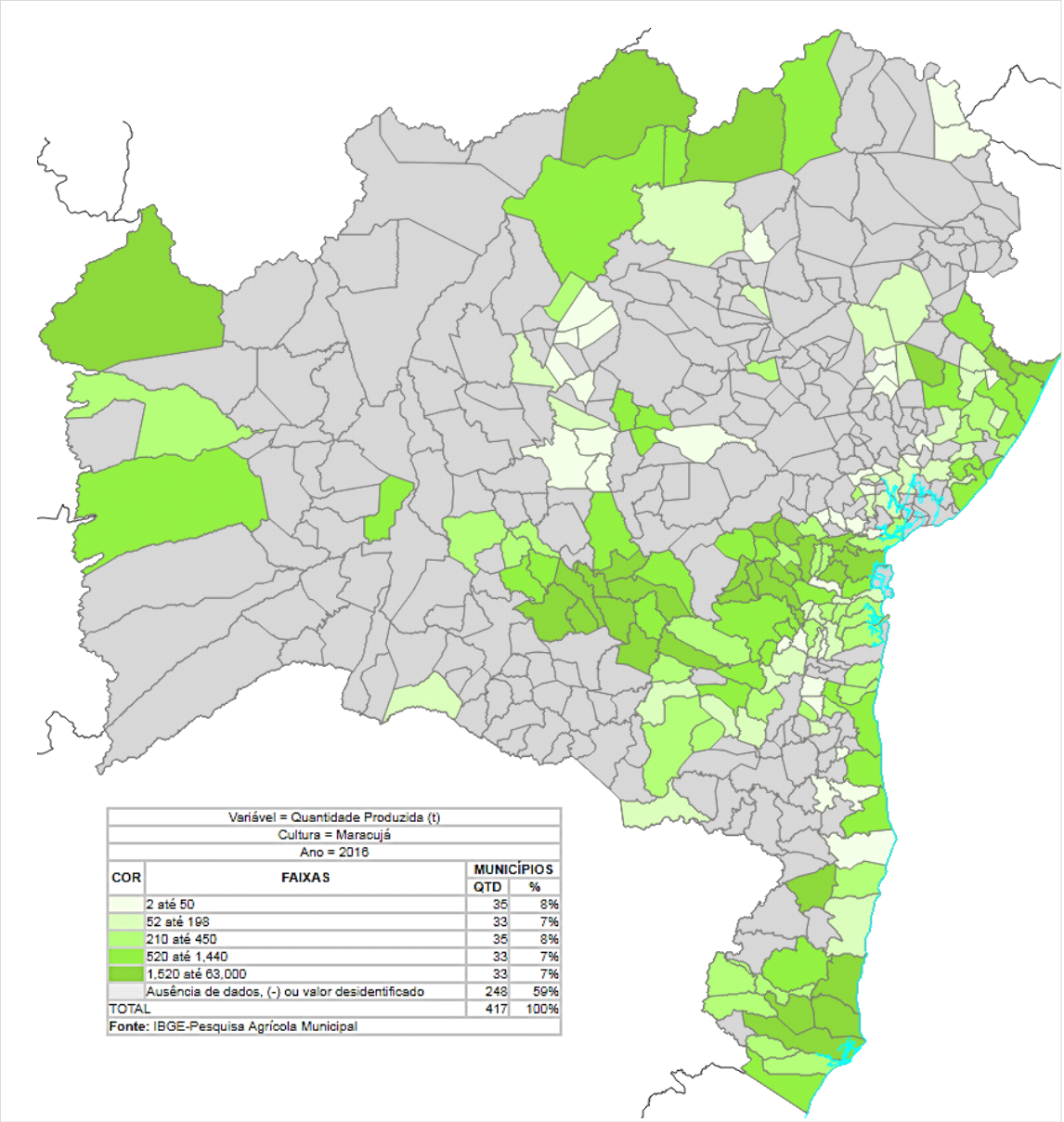
Ilustração 6.18 - Região de Produção de Laranja na Bahia



Variável = Quantidade Produzida (t)			
Cultura = Mamão			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	6 até 114	18	4%
	120 até 340	18	4%
	360 até 1,480	18	4%
	1,490 até 7,514	18	4%
	7,992 até 144,361	21	5%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	324	77%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE-Pesquisa Agrícola Municipal			

Fonte: IBGE/SEI.

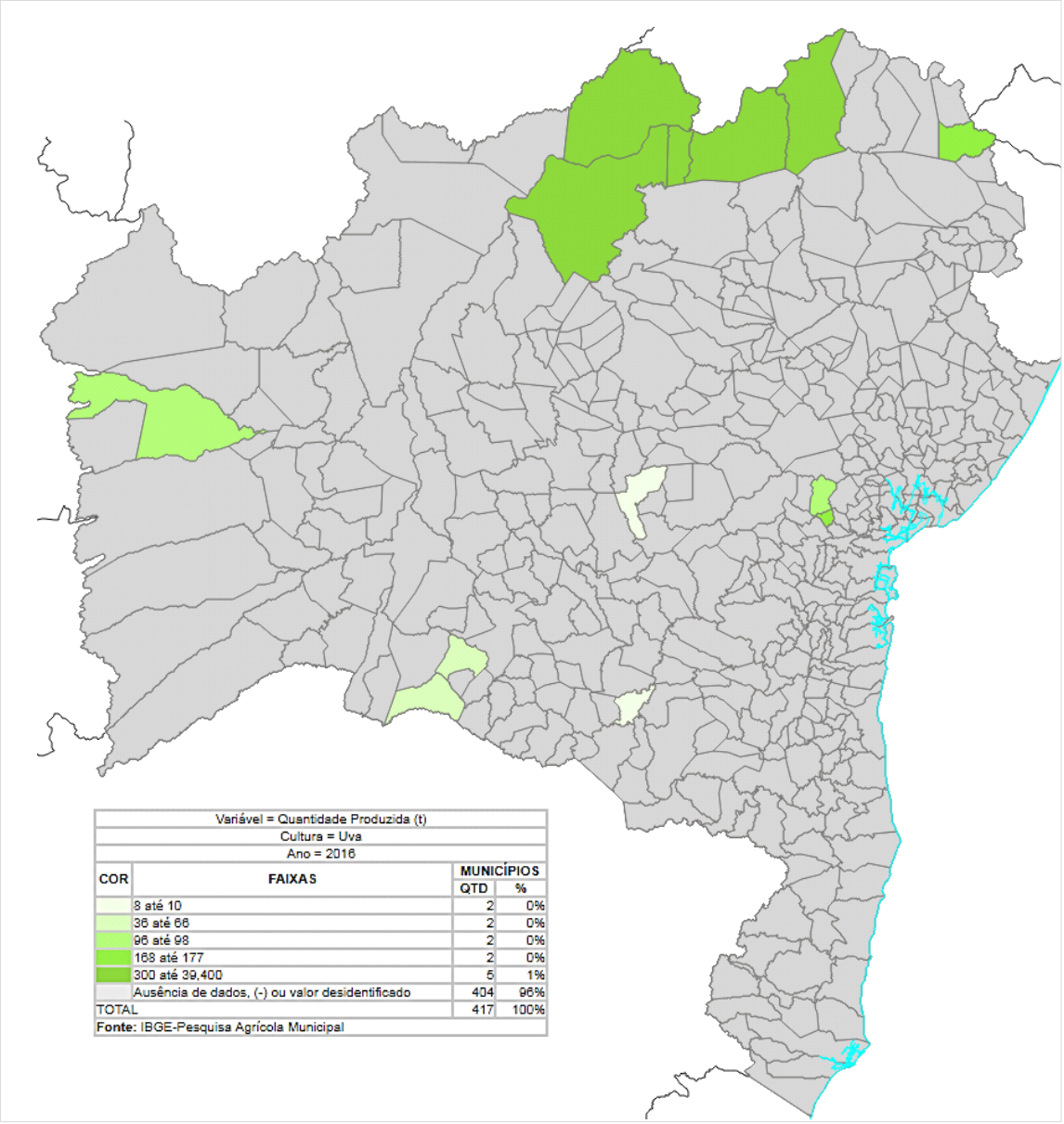
Ilustração 6.19 - Região de Produção de Mamão na Bahia



Variável = Quantidade Produzida (t)			
Cultura = Maracujá			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	2 até 50	35	8%
	52 até 198	33	7%
	210 até 450	35	8%
	520 até 1.440	33	7%
	1.520 até 63.000	33	7%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	248	59%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE-Pesquisa Agrícola Municipal			

Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.20 - Região de Produção de Maracujá na Bahia



Variável = Quantidade Produzida (t)			
Cultura = Uva			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	8 até 10	2	0%
	36 até 66	2	0%
	96 até 98	2	0%
	168 até 177	2	0%
	300 até 39,400	5	1%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	404	96%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE-Pesquisa Agrícola Municipal			

Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.21 - Região de Produção de Uva na Bahia

Horticultura

Segundo a SEAGRI, os polos produtivos do segmento de horticulturas no Estado da Bahia são os seguintes:

- Juazeiro: cebola, abóbora, pimentão, tomate e quiabo;
- Irecê: abóbora, chuchu, cenoura, alho, pimentão, beterraba e folhosas;
- Jaguaquara: batata doce, berinjela, cenoura, quiabo, jiló, beterraba, pimentão, tomate, chuchu e abóbora;
- Ibicoara/Mucugê: abóbora, cenoura, pimentão, beterraba, tomate, folhosas, pepino e quiabo;
- Mata de São João: abóbora, chuchu, cenoura, pimentão, beterraba, tomate, batata doce, folhosas, repolho, pepino e quiabo;

- Jequié: chuchu, pimentão, tomate, folhosas e quiabo.

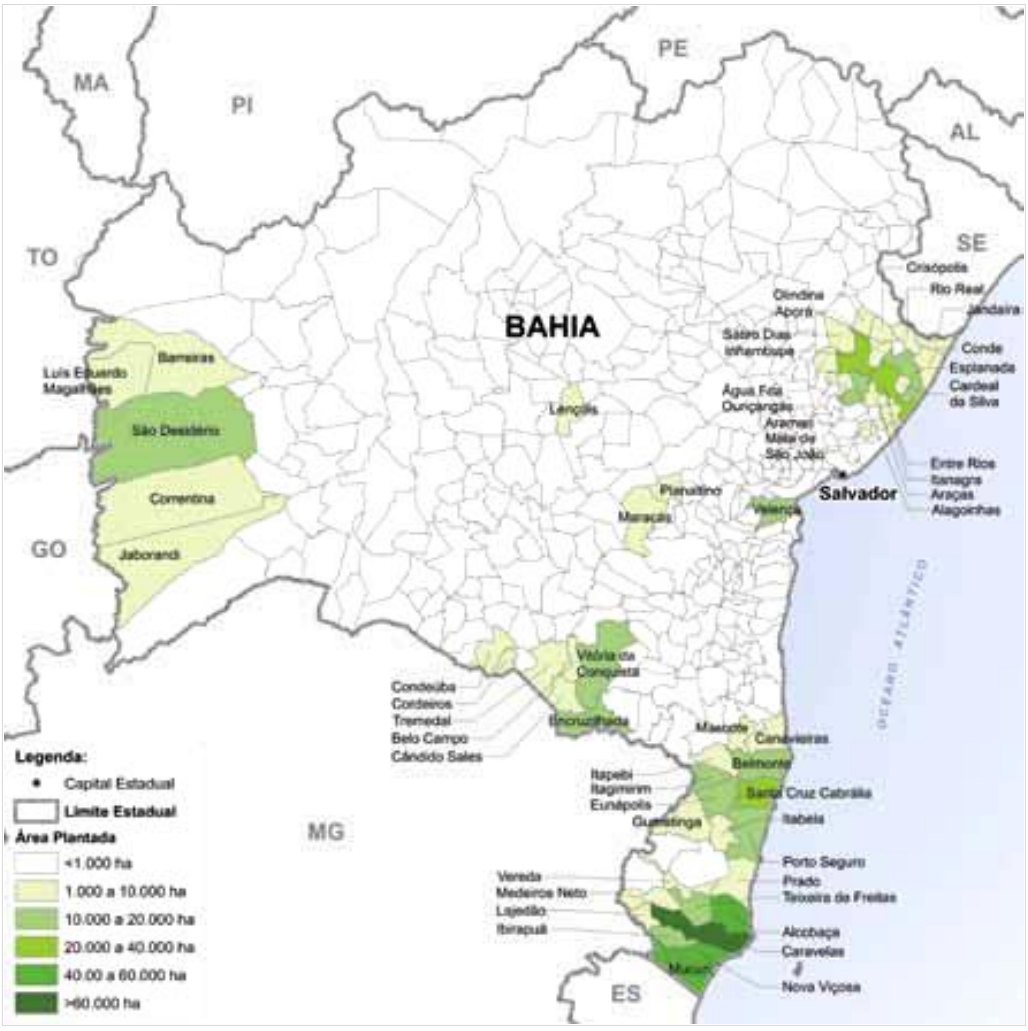
Destacam-se as seguintes variações de produção dos principais itens da pauta de horticulturas da Bahia, entre 2010 e 2016:

- Alho: de 5,5 mil toneladas para 5,7 mil toneladas, crescimento de 4,2%;
- Batata doce: de 24,3 mil toneladas para 15,1 mil toneladas, perda de 37,8%;
- Batata inglesa: de 302,6 mil toneladas para 318,3 mil toneladas, crescimento de 5,2%;
- Cebola: de 297,0 mil toneladas para 291,23 mil toneladas, perda de 2,0%;
- Tomate: de 302,8 mil toneladas para 335,0 mil toneladas, crescimento de 10,7%.

Deve-se ainda apresentar, pela sua importância para a economia local, a evolução e a situação atual das produções da silvicultura e da extração vegetal.

Plantio de Florestas

A Ilustração 6.22 apresenta a distribuição do plantio de florestas das empresas brasileiras no Estado da Bahia.



Fonte e Elaboração: ABAF.

Ilustração 6.22 - Distribuição Geográfica das Áreas de Plantios Florestais na Bahia (2016)

A evolução da produção de eucalipto e pinus está apresentada no Quadro 6.38, no qual é possível observar que o plantio das florestas de eucalipto registrou crescimento de 13,3% no período, enquanto que o plantio das florestas de pinus foi reduzido em 94,0% entre 2006 e 2016. O crescimento do plantio total, no mesmo período, foi de cerca de 3,4%.

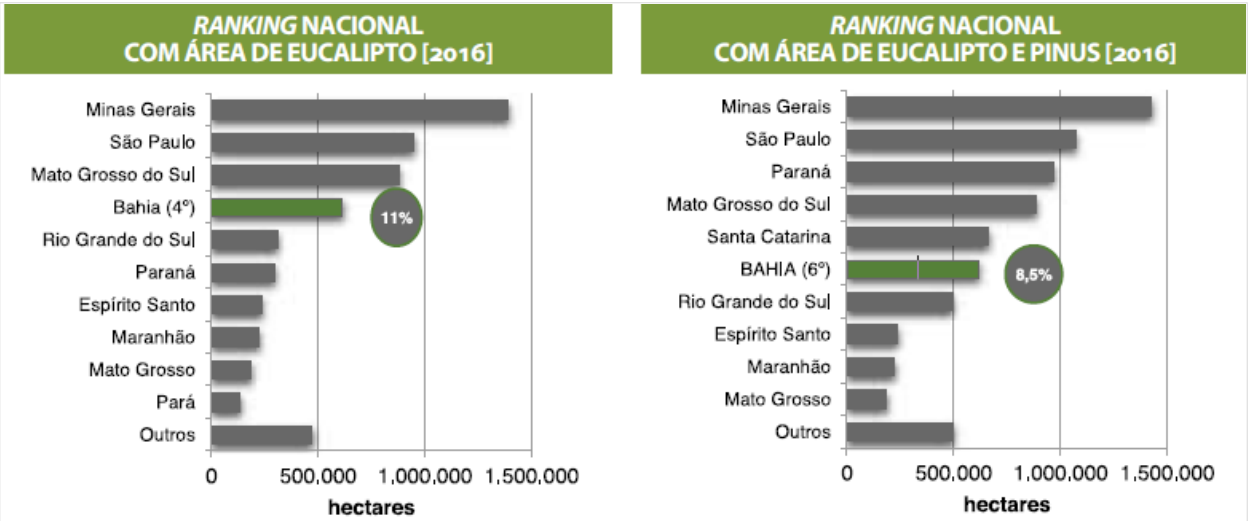
Quadro 6.38 - Plantios Florestais na Bahia

Área Plantada (em hectares)

ANO	EUCALIPTO	PINUS	TOTAL
2006	540.172	54.820	594.992
2007	550.127	41.221	591.348
2008	587.610	35.090	622.700
2009	628.440	31.040	659.480
2010	631.464	26.570	658.034
2011	607.440	21.520	628.960
2012	605.464	11.230	616.694
2014	630.808	6.499	637.307
2016	612.199	3.301	615.500

Fonte: ABAF.

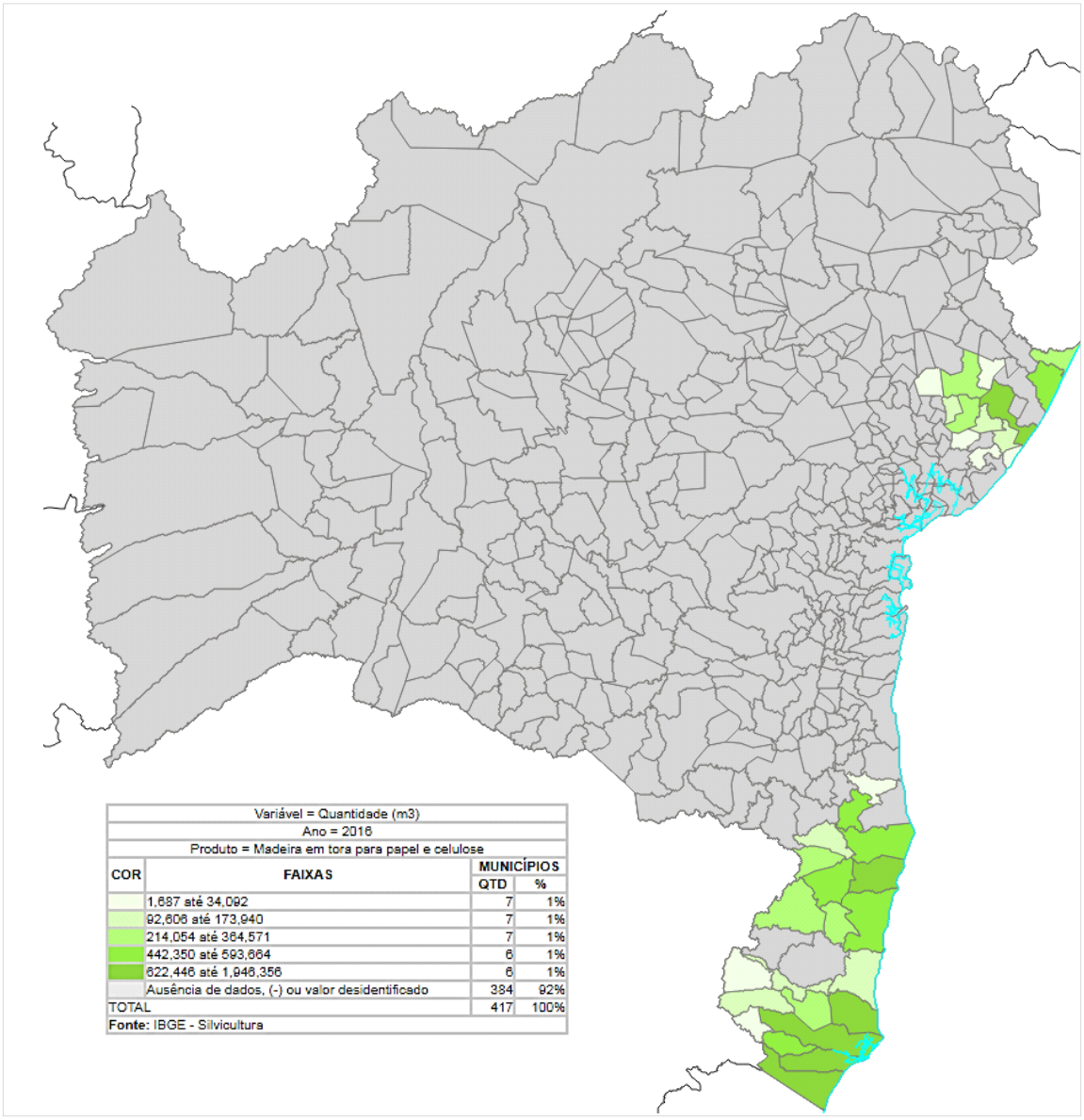
Quanto à posição do plantio das florestas na Bahia no ranking nacional, é possível observar na Ilustração 6.23 que o Estado posicionava-se, no ano de 2016, na sexta colocação, sendo que ocupava a quarta posição no plantio somente de eucaliptos.



Fonte e Elaboração: ABAF.

Ilustração 6.23 - Distribuição da Área de Plantio de Eucalipto e Pinus no Brasil em 2016

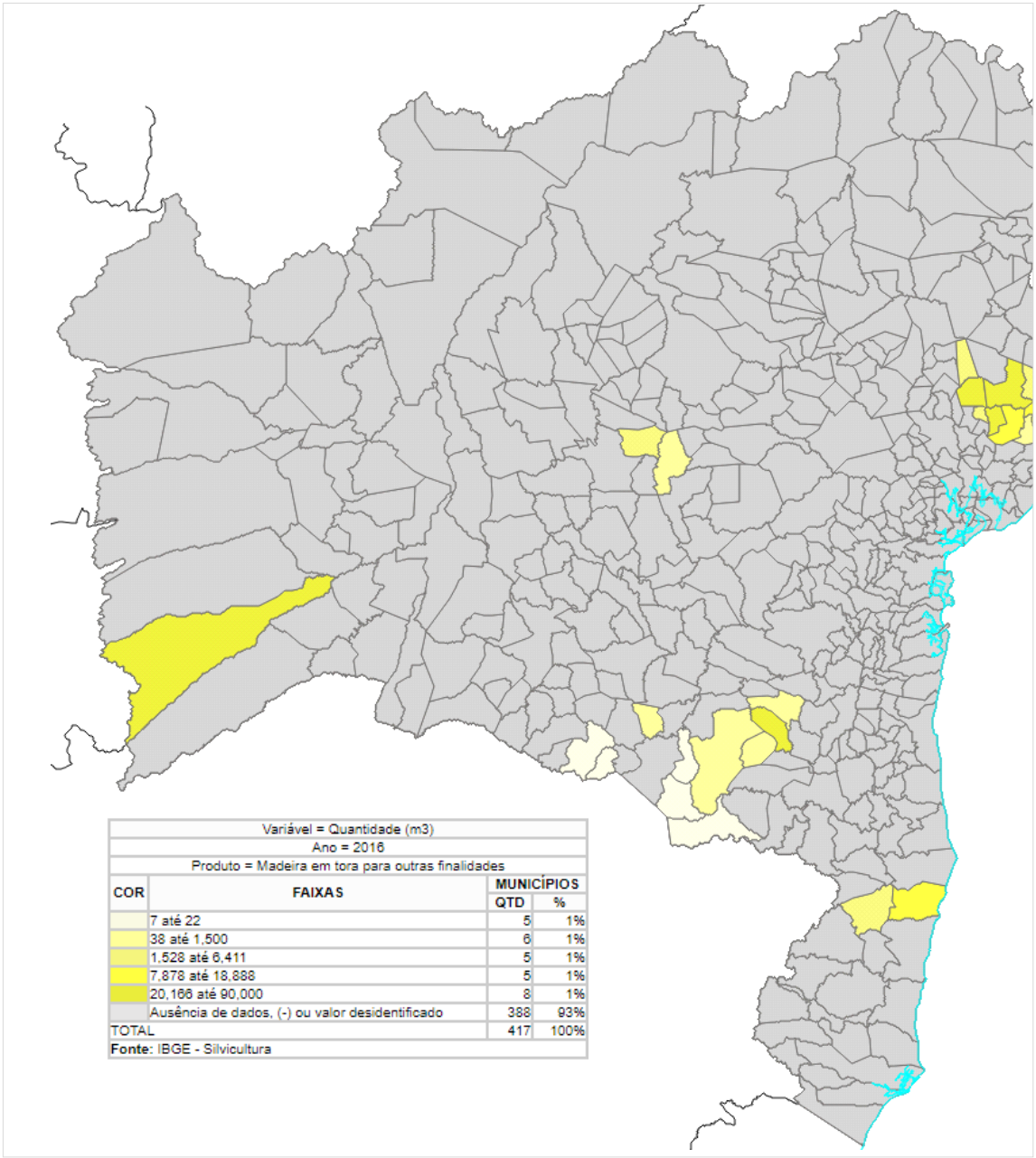
Produção na Silvicultura de Madeira em Toras para Papel e Celulose, para Outras Finalidades e Lenha (ver Ilustrações 6.25 a 6.27)



Variável = Quantidade (m3)			
Ano = 2016			
Produto = Madeira em tora para papel e celulose			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	1,687 até 34,092	7	1%
	92,606 até 173,940	7	1%
	214,054 até 364,571	7	1%
	442,350 até 593,664	6	1%
	622,446 até 1,946,356	6	1%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	384	92%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE - Silvicultura			

Fonte: IBGE/SEI.

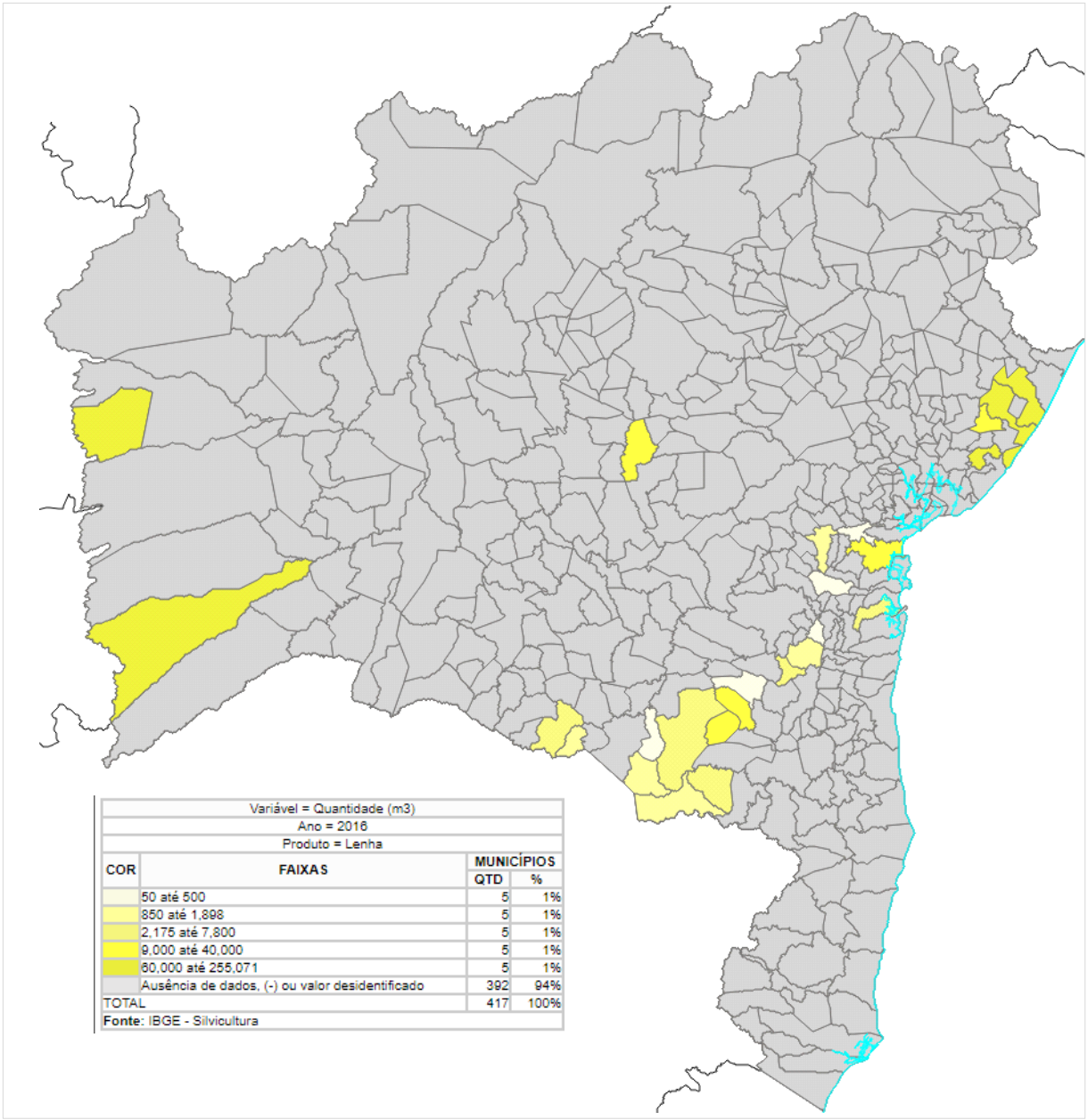
Ilustração 6.24 - Produção de Madeira em Tora para Papel e Celulose



Variável = Quantidade (m3)			
Ano = 2016			
Produto = Madeira em tora para outras finalidades			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	7 até 22	5	1%
	38 até 1,500	6	1%
	1,528 até 6,411	5	1%
	7,878 até 18,888	5	1%
	20,166 até 90,000	8	1%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	388	93%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE - Silvicultura			

Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.25 - Produção de Madeira em Tora para Outras Finalidades

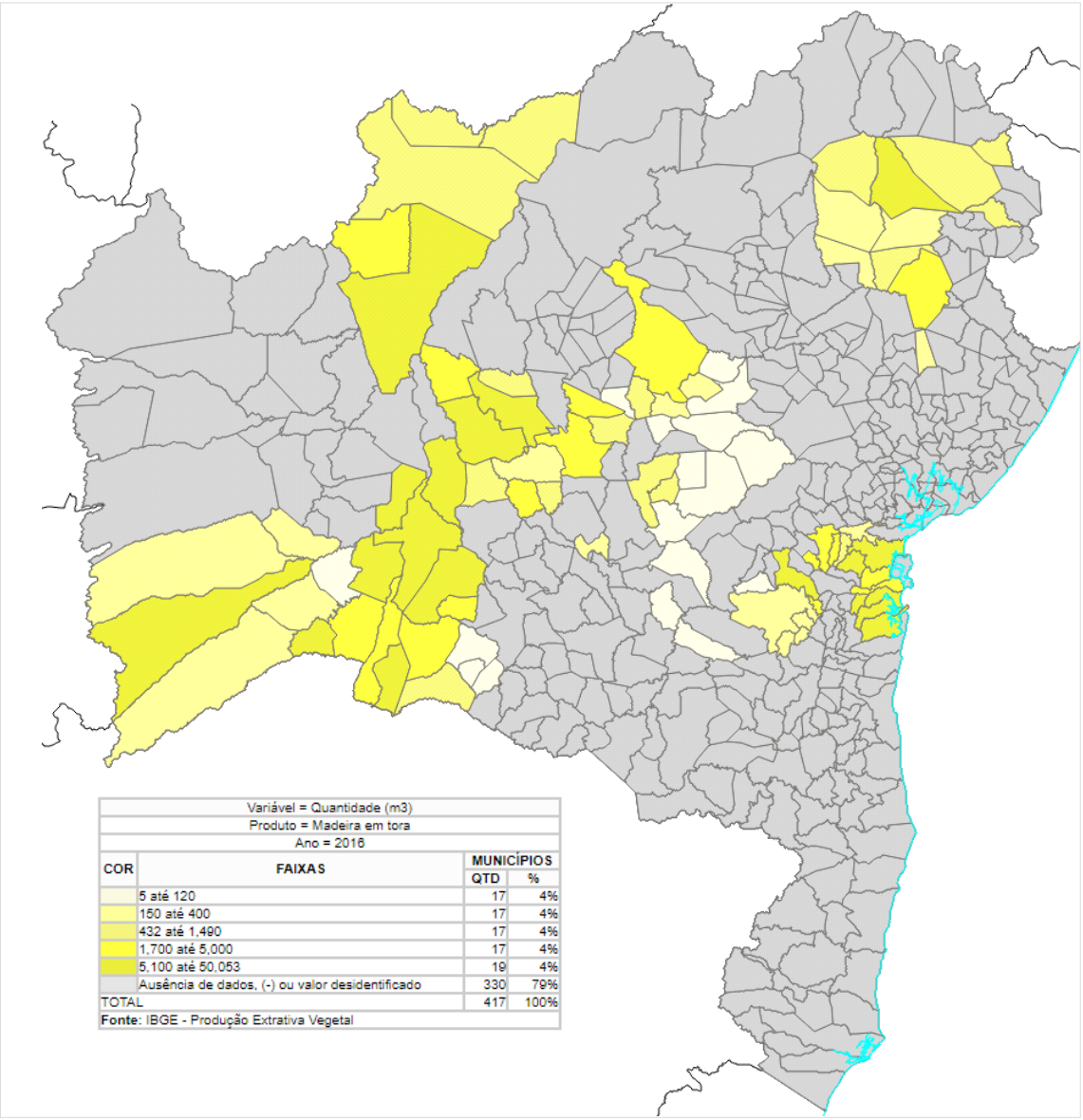


Variável = Quantidade (m3)			
Ano = 2016			
Produto = Lenha			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	50 até 500	5	1%
	850 até 1,898	5	1%
	2,175 até 7,800	5	1%
	9,000 até 40,000	5	1%
	60,000 até 255,071	5	1%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	392	94%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE - Silvicultura			

Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.26 - Produção de Lenha (Silvicultura)

Produção na Extração Vegetal de Madeira em Toras e Lenha (ver Ilustrações 6.28 e 6.29)

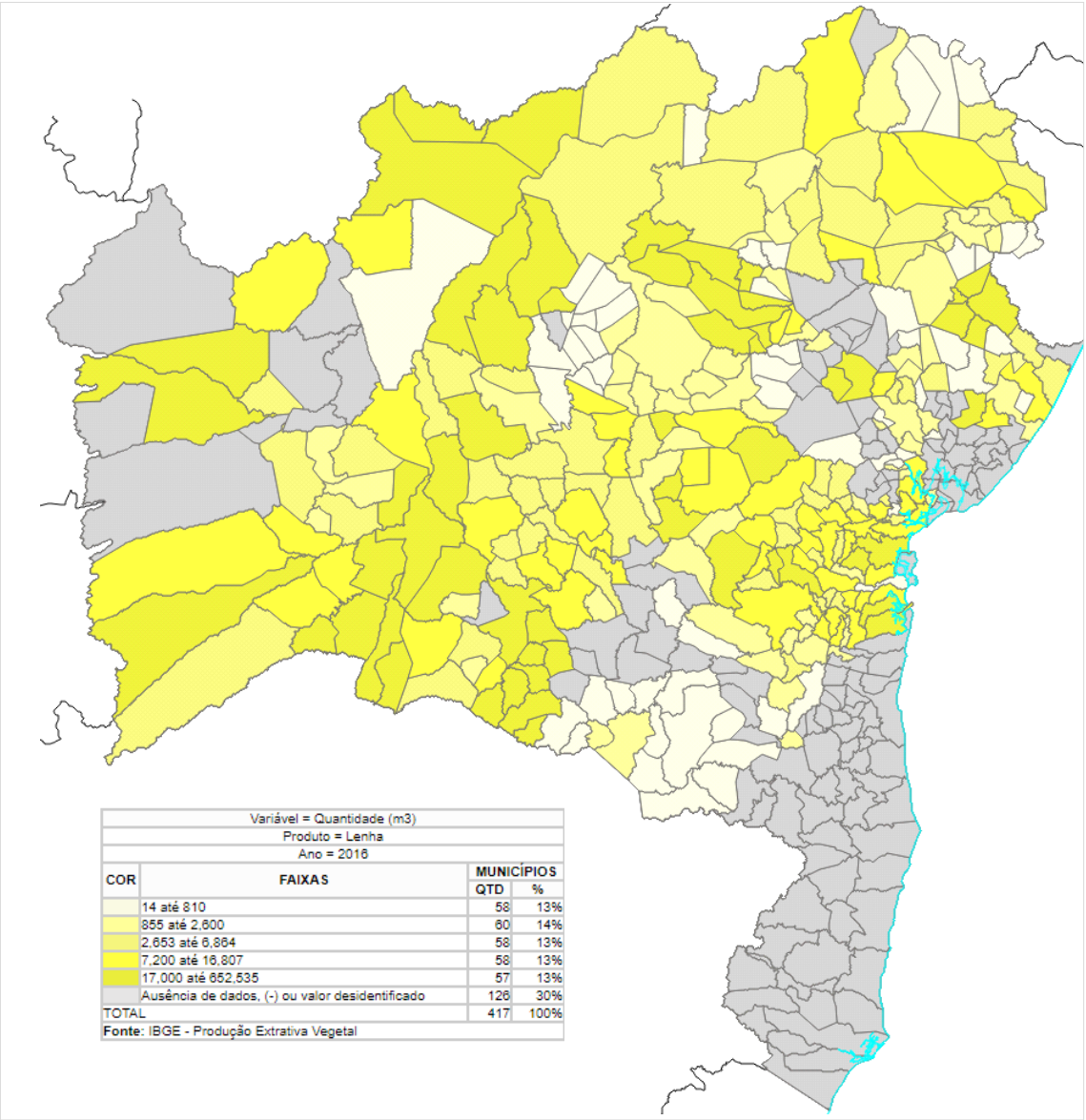


Variável = Quantidade (m3)			
Produto = Madeira em tora			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	5 até 120	17	4%
	150 até 400	17	4%
	432 até 1.490	17	4%
	1.700 até 5.000	17	4%
	5.100 até 50.053	19	4%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	330	79%
TOTAL		417	100%

Fonte: IBGE - Produção Extrativa Vegetal

Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.27 - Produção de Madeira em Tora na Extração Vegetal



Variável = Quantidade (m3)			
Produto = Lenha			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	14 até 810	58	13%
	855 até 2,600	60	14%
	2,653 até 6,864	58	13%
	7,200 até 16,807	58	13%
	17,000 até 652,535	57	13%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	126	30%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE - Produção Extrativa Vegetal			

Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.28 - Produção de Lenha na Extração Vegetal

Outro aspecto a ressaltar refere-se ao valor da produção das culturas agrícolas do Estado. Os Quadros 6.39 a 6.42 registram a evolução dos valores das lavouras temporárias e permanentes, bem como da extração vegetal e da silvicultura, em reais correntes, entre 2010 e 2016, com base nos dados do IBGE.

Quadro 6.39 - Lavoura Temporária

Valor da Produção (R$ Mil)

PRODUTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	6.081.014	7.844.371	8.340.511	7.795.781	10.954.542	10.707.546	9.363.130
Abacaxi	122.495	123.699	104.366	94.405	128.889	149.283	186.746
Algodão herbáceo (em caroço)	956.536	2.108.650	2.762.023	2.398.610	3.065.487	1.776.796	1.193.467
Alho	19.985	38.427	47.309	32.046	40.039	30.070	26.157
Amendoim (em casca)	7.349	7.768	5.491	4.673	6.839	7.326	10.234
Arroz (em casca)	17.508	18.621	14.862	10.562	7.692	6.384	6.035
Batata-doce	14.367	13.572	6.552	7.149	11.632	13.602	19.436
Batata-inglesa	223.245	295.521	117.134	178.099	360.947	311.209	457.111
Cana-de-açúcar	375.154	451.838	429.673	421.199	1.044.622	456.300	432.209
Cebola	249.573	177.385	185.082	101.237	282.497	304.545	369.462
Feijão (em grão)	576.614	327.773	235.254	459.228	424.405	627.609	608.492
Fumo (em folha)	34.093	22.985	19.283	19.448	21.562	22.399	29.253
Girassol (em grão)	304	260	1	14	-	-	-
Mamona (baga)	70.152	80.687	18.271	14.459	46.431	65.529	37.454
Mandioca	564.067	518.094	554.338	556.479	727.734	702.931	763.283
Melancia	113.142	101.796	93.000	78.974	122.320	134.764	120.622
Melão	29.841	27.978	24.231	19.585	41.789	40.300	71.503
Milho (em grão)	779.364	807.521	841.541	881.854	1.127.056	1.157.684	1.106.890
Soja (em grão)	1.650.571	2.382.223	2.682.367	2.301.354	3.097.332	4.452.439	3.492.057
Sorgo (em grão)	29.415	61.725	10.335	16.598	44.137	44.018	37.034
Tomate	247.239	277.848	189.398	199.808	353.132	402.108	381.825
Trigo (em grão)	-	-	-	-	-	2.250	13.860

Fonte: IBGE.

Como se observa, o valor da produção da lavoura temporária registrou crescimento nominal de 54% no período analisado, sendo que os crescimentos mais expressivos em relação ao período anterior ocorreram em 2011 e 2014.

Nos anos de 2013, 2015 e 2016 os valores da produção das lavouras temporárias registraram perdas em relação aos períodos imediatamente anteriores. Verifica-se, ainda, que as perdas do valor da produção em 2016 foram de 13% em relação ao ano de 2015.

Destaca-se que os principais itens de maior valor da produção são a soja, o algodão e o milho, produtos que, conforme já assinalado, apresentam-se com maior destaque na produção agrícola baiana. Em 2016, estes três itens representaram 62% do valor da produção das lavouras temporárias.

Com valores de produção inferiores, mas com elevada representatividade para o Estado, pode-se mencionar a mandioca e o feijão, com participações de 8% e 6%, respectivamente, no valor total da produção das lavouras temporárias em 2016.

Merecem também ser indicadas as produções de batata inglesa e cana-de-açúcar, cujos valores posicionaram os produtos na sexta e sétima posições, respectivamente, dentre os maiores valores da lavoura temporária, em 2016.

Quadro 6.40 - Lavoura Permanente

Valor da Produção (R$ Mil)

PRODUTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	4.512.084	5.005.708	4.303.331	4.568.177	5.214.656	5.831.508	6.327.025
Abacate	180	180	67	358	634	686	2.027
Banana (cacho)	613.373	777.926	734.725	797.503	798.387	887.820	1.419.067
Borracha (látex coagulado)	57.713	120.427	115.570	127.296	112.782	98.549	81.909
Cacau (em amêndoa)	781.302	823.412	805.378	773.474	873.545	1.310.915	1.108.581
Café (em grão)	560.097	838.350	694.602	695.462	919.456	1.087.590	887.578
Caqui	178	190	26	29	29	148	1.035
Castanha de caju	4.604	1.423	1.235	4.486	6.138	7.144	10.404
Coco-da-baía	221.656	225.116	236.571	259.137	333.889	261.650	262.112
Dendê (cacho de coco)	38.347	49.323	48.570	49.739	50.034	49.814	40.364
Goiaba	9.913	11.067	6.055	7.966	19.031	32.034	32.247
Guaraná (semente)	14.643	16.910	18.622	18.714	20.280	20.156	20.172
Laranja	296.324	325.938	323.045	331.002	311.280	328.336	413.285
Limão	22.150	23.777	22.973	57.638	45.620	77.096	98.497
Maçã	404	480	1.307	804	1.172	1.046	38
Mamão	821.431	748.621	557.663	574.852	602.708	576.212	659.668
Manga	214.624	227.345	182.867	242.280	284.545	172.770	233.159
Maracujá	400.352	322.072	262.494	273.771	344.212	312.557	377.356
Marmelo	400	90	41	41	41	45	38
Palmito	7.201	9.970	14.642	15.082	19.494	17.197	14.914
Pimenta-do-reino	15.959	18.378	20.111	19.825	36.402	55.401	130.548
Sisal ou agave (fibra)	212.540	255.838	88.898	179.998	246.275	343.661	344.052
Tangerina	5.812	6.096	5.597	4.726	5.221	6.582	5.431
Urucum (semente)	1.303	1.661	1.493	2.099	4.091	4.225	4.819
Uva	211.578	201.118	160.779	131.895	179.390	179.874	179.724

Fonte: IBGE.

O valor da produção das lavouras permanentes no Estado da Bahia acusou incremento nominal de 40% entre 2010 e 2016, crescimento este inferior àquele registrado para o valor da produção das lavouras temporárias.

Em ordem de importância, no ano de 2016, do valor mais relevante para os inferiores, aparece a banana, o cacau, o café, o mamão, a laranja, o maracujá, o sisal, o coco, a manga, todos eles com montantes superiores a R$ 200.000 mil.

Deve-se destacar, também, o expressivo crescimento experimentado pelos valores das produções de abacate e pimenta-do-reino, de cerca de 1026% e 718%, respectivamente, no período analisado. Da mesma forma, apesar de possuir valor de produção absoluta não tanto expressivo, deve-se mencionar o incremento de 481% verificado no valor da produção de caqui no Estado.

Quadro 6.41 - Extração Vegetal

Valor da Produção (R$ Mil)

PRODUTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	515.252	503.109	396.546	323.776	327.464	335.752	377.938
Castanha de caju	2.634	2.049	1.739	1.582	1.821	1.999	2.134
Mangaba (fruto)	198	200	189	218	200	215	292
Umbu (fruto)	6.622	6.700	6.615	6.933	7.556	8.650	8.652
Piaçava	114.535	120.340	106.105	80.003	91.174	92.653	99.074
Carvão vegetal	41.923	51.280	47.316	49.368	55.958	54.027	69.846
Lenha	107.011	134.130	123.504	115.383	104.743	104.968	125.695
Madeira em tora	237.908	183.434	106.284	64.658	61.286	68.317	67.621
Babaçu (amêndoa)	291	313	293	353	287	341	255
Licuri (coquilho)	3.571	4.052	3.952	4.675	3.920	3.959	3.705
Pequi (amêndoa)	498	549	483	543	460	549	575
Angico (casca)	61	62	66	60	59	74	89

Fonte: IBGE.

Quadro 6.42 - Silvicultura

Valor da Produção (R$ Mil)

PRODUTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	901.307	1.207.543	1.192.474	1.103.267	980.380	1.123.381	1.434.567
Carvão vegetal	76.704	68.228	93.063	73.620	67.410	61.788	68.630
Lenha	7.759	15.037	44.298	34.819	45.988	9.483	39.225
Madeira em tora para papel e celulose	781.747	1.095.133	1.028.260	968.376	847.265	1.033.522	1.305.736
Madeira em tora para outras finalidades	27.597	21.478	19.778	16.442	9.577	13.713	20.976
Resina	7.500	7.667	7.075	10.010	10.140	4.875	-

Fonte: IBGE.

Na extração vegetal a perda nominal do valor da produção entre 2010 e 2016 foi de 37%. O destaque atual nessa atividade, que no passado já foi a madeira em tora, tem sido a lenha, cujo valor da produção foi de R$ 125.695 mil, em 2016. Em termos de crescimento relativo, o produto mais expressivo foi a mangaba, cujo valor da produção cresceu 47% entre 2010 e 2016.

O crescimento do valor da produção da silvicultura entre 2010 e 2016 foi de 59%. A madeira em tora para papel e celulose é o produto de maior relevância nesse segmento. O valor da produção cresceu de R$ 781.747 mil em 2010, para R$ 1.305.736 mil em 2016, ou seja, 67%, representando, naquele ano, aproximadamente 91% do valor da silvicultura.

Efetivos de Rebanhos e Produção Animal

Os efetivos de animais e aves no Estado, entre 2010 e 2016, estão apresentados no Quadro 6.43. É possível verificar a predominância das aves em relação aos demais animais, com quantitativo superior a 44,7 milhões em 2016. Em segundo plano aparecem os bovinos.

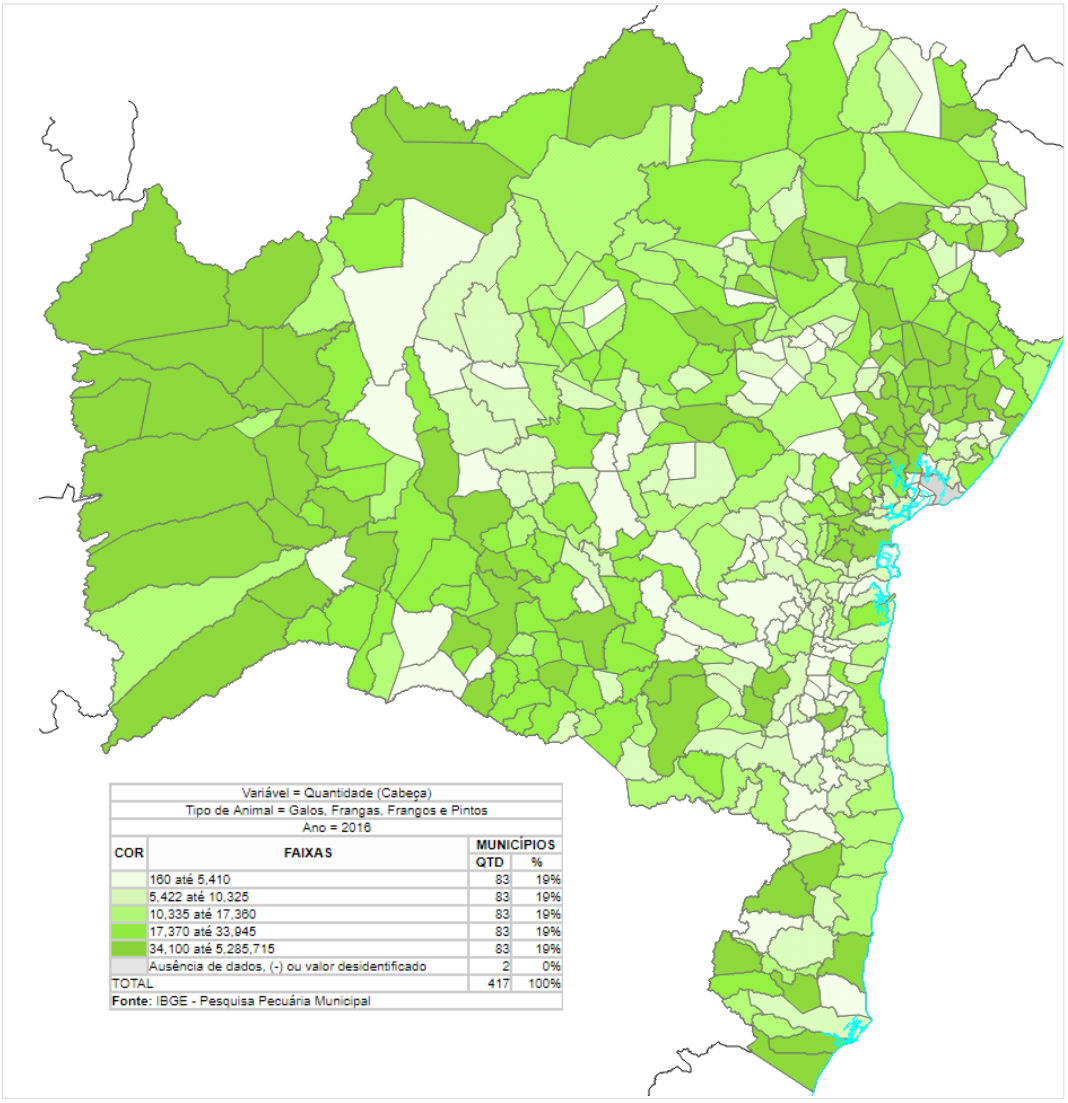
Quadro 6.43 - Efetivo dos Rebanhos e Aves

Em cabeças

REBANHOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Bovino	10.528.419	10.667.903	10.250.975	10.828.409	10.824.134	10.758.372	10.363.291
Equino	586.643	555.905	518.051	485.356	470.761	459.727	481.869
Bubalino	23.542	27.171	25.923	30.299	25.128	25.652	23.811
Suíno	1.768.305	1.620.697	1.513.425	1.389.113	1.286.880	1.216.322	1.126.310
Caprino	2.847.148	2.741.818	2.427.207	2.458.179	2.360.683	2.637.249	2.742.733
Ovino	3.125.766	3.072.176	2.812.360	2.926.601	2.815.438	3.168.650	3.497.190
Galináceos Total	34.059.736	32.674.978	32.015.057	30.287.629	33.827.337	42.141.497	44.732.807
Galinhas	10.551.996	10.026.766	9.645.753	9.365.848	9.114.525	7.386.067	5.546.645
Codornas	376.915	312.240	263.670	254.312	349.959	325.479	342.463

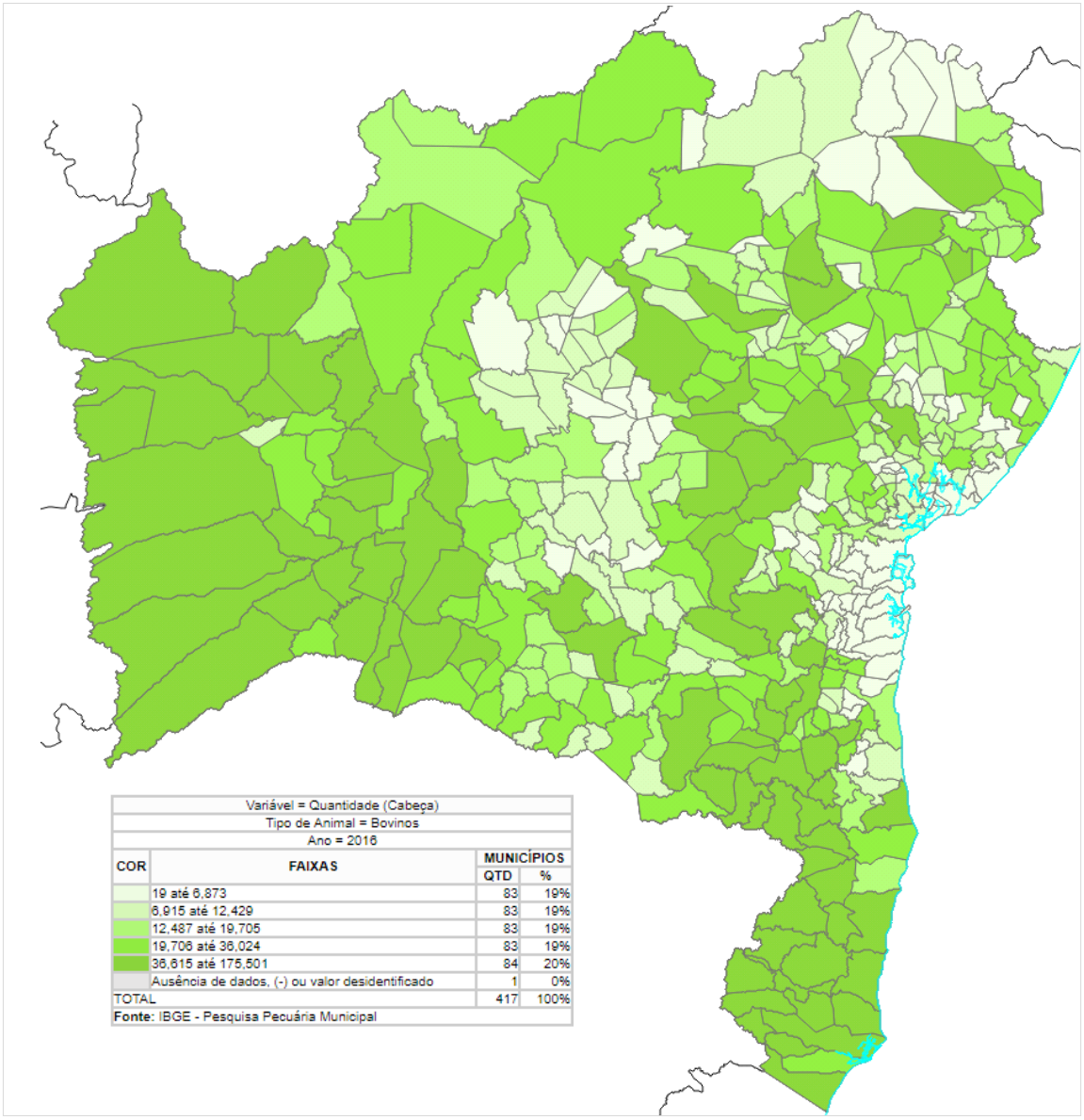
Fonte: IBGE.

A Ilustração 6.29 apresenta a distribuição espacial do efetivo do rebanho de galinhas, galos, frangos e pintos, enquanto que a Ilustração 6.30 indica a distribuição de bovinos.



Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.29 - Efetivo do Rebanho de Galos, Frangos, Frangas e Pintos



Variável = Quantidade (Cabeça)			
Tipo de Animal = Bovinos			
Ano = 2016			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	19 até 6.873	83	19%
	6.915 até 12.429	83	19%
	12.487 até 19.705	83	19%
	19.706 até 36.024	83	19%
	36.615 até 175.501	84	20%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	1	0%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal			

Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.30 - Efetivo do Rebanho de Bovinos

A produção de origem animal do Estado pode ser observada no Quadro 6.44. Interessante observar o elevado nível de produção de mel no Estado, com 3.579 toneladas em 2016, além da produção usual de ovos e leite.

Deve-se verificar que a produção estadual de leite decresceu 31% no período analisado. As perdas ocorridas na produção de ovos de galinha foram de 15% entre 2010 e 2016, enquanto que a produção de ovos de codorna também registrou perdas, de cerca de 18%, no mesmo período.

Quadro 6.44 - Produção de Origem Animal - Quantidade Produzida

PRODUTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Leite (mil litros)	1.238.547	1.181.339	1.079.097	1.162.598	1.212.091	984.014	858.408
Ovos de galinha (mil dúzias)	87.713	82.990	82.854	84.428	87.901	84.869	74.728
Ovos de codorna (mil dúzias)	4.630	3.745	2.944	2.881	3.863	4.764	3.778
Mel de abelha (quilogramas)	2.396.863	2.646.399	1.595.087	2.057.561	2.857.076	4.595.530	3.579.469

Fonte: IBGE.

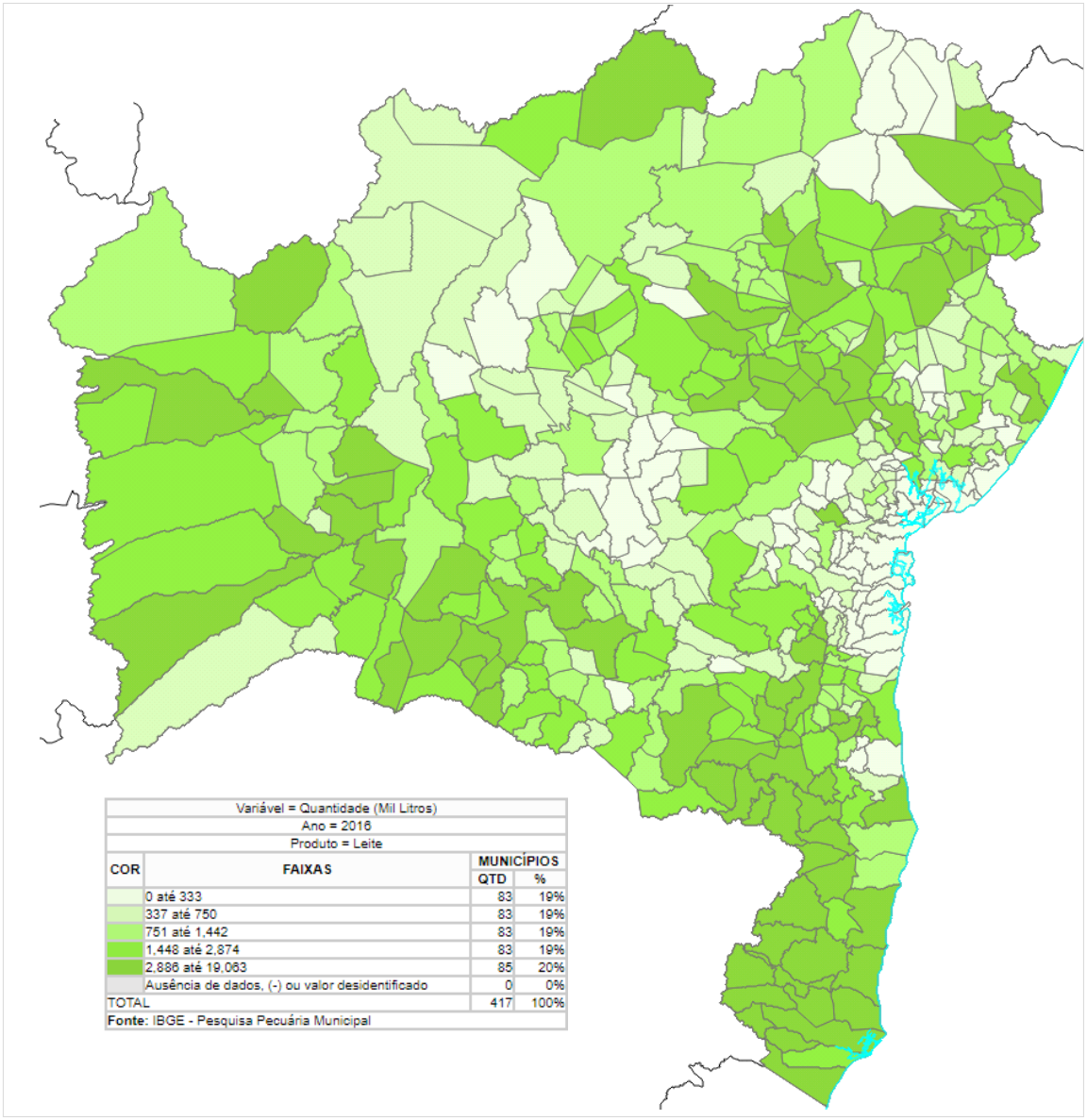
No Quadro 6.45 está apresentada a evolução do valor da produção animal entre 2010 e 2016. É possível verificar que o valor total nominal da produção aumentou em 12%, sendo que o valor da produção do mel de abelha foi o maior destaque no período, com crescimento de 167%, enquanto que a produção de ovos de codorna teve valor incrementado em aproximadamente 39%.

Quadro 6.45 - Produção de Origem Animal

VALOR DA PRODUÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	1.112.520	1.083.319	1.203.245	1.418.767	1.518.894	1.391.370	1.249.510
Leite	903.939	899.832	1.010.494	1.202.028	1.276.108	1.102.020	993.112
Ovos de galinha	191.441	169.599	181.022	201.243	218.665	245.711	215.139
Ovos de codorna	3.566	3.577	3.365	3.563	4.351	6.513	4.960
Mel de abelha	13.574	10.311	8.364	11.933	19.770	37.126	36.299

Fonte: IBGE.

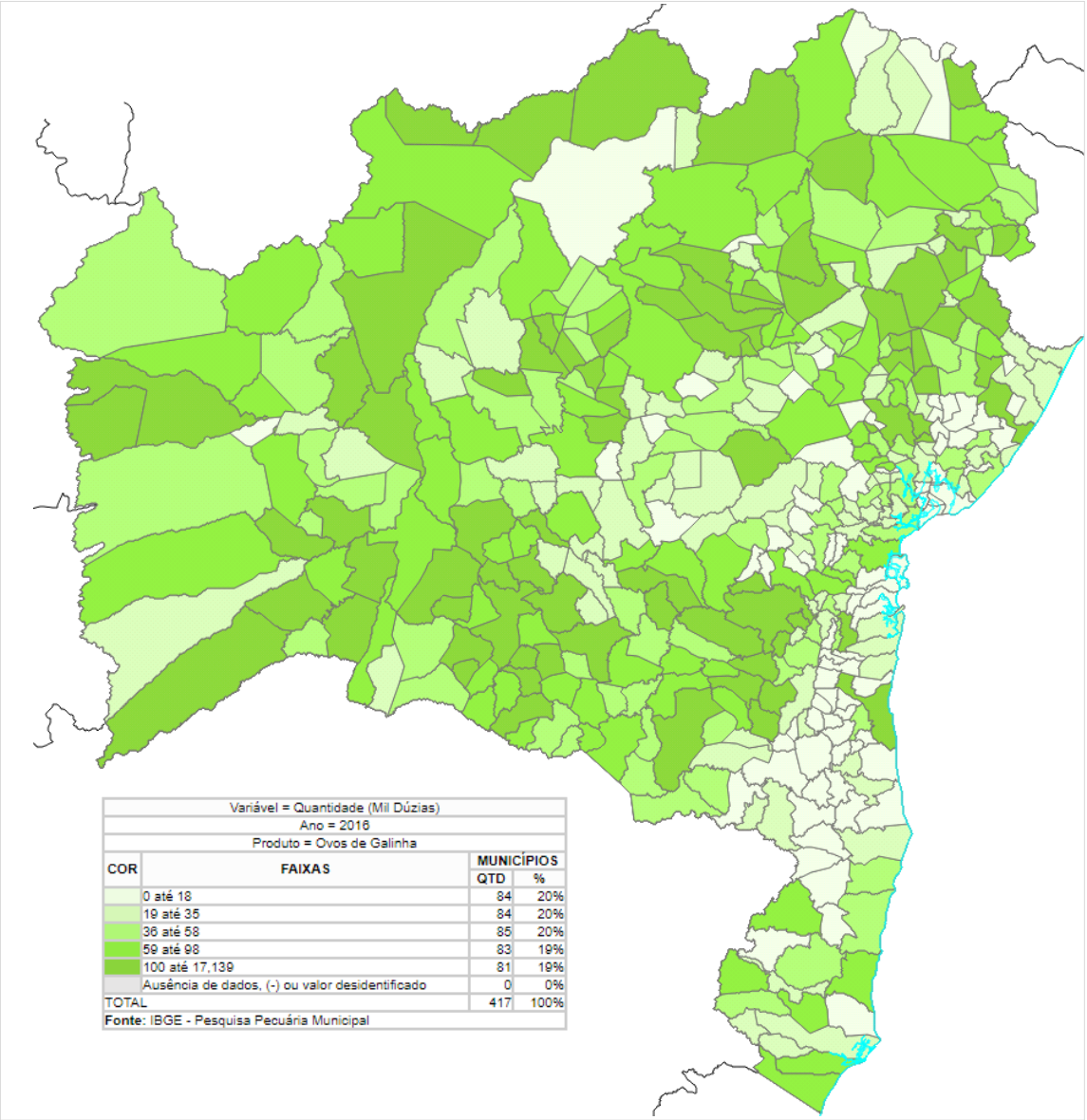
As Ilustrações 6.32 e 6.33 registram, respectivamente, a distribuição espacial da produção de leite e de ovos de galinha no Estado, em 2016.



Variável = Quantidade (Mil Litros)			
Ano = 2016			
Produto = Leite			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	0 até 333	83	19%
	337 até 750	83	19%
	751 até 1,442	83	19%
	1,448 até 2,874	83	19%
	2,886 até 19,063	85	20%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	0	0%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal			

Fonte: IBGE/SEI

Ilustração 6.31 - Distribuição Espacial da Produção de Leite



Variável = Quantidade (Mil Dúzias)			
Ano = 2016			
Produto = Ovos de Galinha			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	0 até 18	84	20%
	19 até 35	84	20%
	36 até 58	85	20%
	59 até 98	83	19%
	100 até 17,139	81	19%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	0	0%
TOTAL		417	100%
Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal			

Fonte: IBGE/SEI.

Ilustração 6.32 - Distribuição Espacial da Produção de Ovos de Galinha

6.3.2. O Setor Industrial

Deve-se, inicialmente, destacar que a modernização do setor industrial do Estado teve como marco principal a implantação da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe, após a descoberta de óleo e gás no Recôncavo baiano, nos anos 1950.

A inauguração do Polo de Camaçari nos anos 70 possibilitou a consolidação do novo segmento industrial da Bahia, posicionando o Estado como fornecedor de bens intermediários para as indústrias das Regiões Sul e Sudeste do país.

No sentido oposto, os anos 90 do final, trouxeram dificuldades substanciais ao desenvolvimento do setor petroquímico baiano. A redução das alíquotas de importação, conjugada com um ambiente internacional bastante competitivo, produziram obstáculos ao crescimento dessa atividade econômica.

Somava-se a essas dificuldades da economia local, a baixa diversificação da economia, bem como a sua expressiva concentração espacial e econômica, cenário que ainda permanecia na segunda década do século XXI.

O Quadro 6.46, elaborado com impostos inclusos, registra a inflexão positiva ocorrida no setor secundário da economia baiana ao final dos anos 70 e início dos anos 80 e a inflexão negativa verificada ao final dos anos 90 e que perdura até os dias atuais.

Quadro 6.46 - Evolução da Estrutura do PIB 1960 – 2017

Por Setor (%)

ANO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1980	16,4	31,6	52,0
1990	15,2	31,9	52,9
2000	8,8	28,9	62,3
2010	7,9	27,1	65,0
2017*	9,1	19,7	71,2

Fonte: IBGE/SEI.
*Dados sujeitos à retificação.

Dentro desse contexto, diversas ações governamentais foram sendo implementadas nos anos recentes, no sentido de buscar a redução da concentração produtiva, principalmente, a partir de uma política de interiorização de indústrias e diversificação dos parques produtivos, como, por exemplo: o polo de informática na região de Ilhéus e Itabuna, as indústrias calçadistas espalhadas por diversos municípios e o segmento de papel e celulose no extremo-sul.

Como se verifica, a indústria mantém-se atualmente com uma participação média próxima aos 20% na composição da economia estadual.

Tendo em vista a sua relevância para a economia baiana, deve-se analisar como se deu a sua composição nos últimos anos. Conforme classificação do IBGE, já apontada anteriormente, o setor é basicamente formado por quatro segmentos, a saber: indústria de transformação, indústria de construção, produção e distribuição de energia elétrica e gás, água, esgoto e limpeza urbana e indústria extrativa mineral. O Quadro 6.47 registra a evolução da participação desses segmentos.

Quadro 6.47 - Composição do Setor Industrial - 2002 – 2017

Por Segmento (%)

SETOR INDUSTRIAL	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016*	2017*
Indústria de Transformação	41,1	46,0	45,8	42,7	46,4	30,1	38,8	54,2	54,0
Indústria de Construção	31,3	24,8	24,2	25,1	29,8	36,9	40,3	31,0	31,3
Prod./Distr. el./gás/água/Limp.	18,2	17,9	16,8	17,4	13,7	15,4	12,0	10,2	9,9
Indústria extrativa/mineral	9,4	11,3	13,2	14,9	10,1	17,6	8,9	4,5	4,8
TOTAL	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: IBGE/SEI.
*Dados sujeitos à retificação. Cálculo com base no trimestral Bahia.

Apesar de não possuir o mesmo peso do setor de serviços, a indústria ainda mantém papel relevante na economia baiana, sendo a indústria de transformação aquela que tem registrado maior destaque, seguido da indústria de construção, conforme indicado no quadro anterior.

O maior crescimento acumulado no período em análise foi experimentado pela indústria de construção, seguida pela indústria de transformação.

Os resultados mais recentes do desempenho físico industrial apontam para perdas importantes em 2016 e 2017, principalmente dos segmentos de informática e eletrônicos; coque, derivados e combustíveis; e minerais não metálicos, nos dois anos, e metalúrgica básica em 2017. No mesmo ano, a indústria automotiva registrou importante reversão em seu desempenho, saindo de perdas acumuladas em 2016 para um crescimento de 31% em 2017. Já a indústria extrativa, depois de acusar redução expressiva em 2016, apresentou pequeno incremento em 2017, conforme pode ser verificado no Quadro 6.48, que também apresenta o desempenho das principais atividades da indústria de transformação para o acumulado de 12 meses em dezembro de 2016 e 2017.

Quadro 6.48 - Taxas de Crescimento na Indústria - Produção Física - Acumulado no Ano

Por Segmento e Atividade (%)

SETOR INDUSTRIAL	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2017
Indústria geral	-5,1	-1,7
Indústria de transformação	-4,0	-1,9
Indústria extrativa	-22,5	2,2
Coque, derivados e biocombustíveis	-11,0	-10,9
Outros produtos químicos	1,6	0,5
Minerais não metálicos	-14,1	-2,4
Celulose, papel e produtos de papel	1,9	-2,0
Borracha e plástico	-4,2	6,6
Metarlúgica básica	1,6	-26,6
Alimentos	4,4	2,8
Bebidas	-0,6	-0,1
Couros e Artefatos	7,9	5,4
Informática e Eletrônicos	-28,7	-60,6
Veículos automotores	-8,5	30,8

Fonte: IBGE/SEI.

A comparação da evolução do crescimento da indústria baiana com a evolução da produção nacional e nordestina, para o mesmo período, está apresentada no Quadro 6.49.

Quadro 6.49 - Taxas de Crescimento da Produção Física Industrial, Acumulado no Ano

Bahia x Nordeste e Brasil (%)

SETOR INDUSTRIAL	DEZEMBRO 2012		DEZEMBRO 2017	
	GERAL	TRANSFORMAÇÃO	GERAL	TRANSFORMAÇÃO
Brasil	-2,7	-2,8	2,5	2,2
Nordeste	1,7	1,9	-0,5	-0,2
Bahia	4,2	4,5	-1,7	-1,9

Fonte: IBGE/SEI.

Como se verifica, enquanto que a indústria geral e de transformação da Bahia registraram desempenho melhores do que as indústrias do Nordeste e do país no ano de 2012, os resultados se inverteram em 2017. Naquele ano, a indústria baiana acusou perdas superiores àquelas registradas pelas indústrias geral e de transformação, tanto nordestina quanto brasileira.

Na sequência são detalhados os diversos segmentos e arranjos da indústria da Bahia, de forma a complementar a análise do setor industrial do Estado.

Petróleo e Gás

Cabe registrar, preliminarmente, que a indústria do petróleo brasileira nasceu na Bahia. Apesar da existência de petróleo ser conhecida desde o período imperial, o primeiro poço produtivo só foi perfurado em 1938 em um subúrbio de Salvador. No ano de 1941, o governo brasileiro anunciou a criação do campo de exploração de petróleo em Candeias, na Bahia.

Em 1953 foi estabelecido o monopólio estatal sobre a atividade de petróleo e gás e formalizada a criação da PETROBRAS. Nos anos 60 ocorreu efetivamente a ampliação das atividades no segmento e, em 1968, a empresa iniciou o projeto de exploração de petróleo em águas profundas. Em 1974, foram então descobertas as maiores reservas de petróleo do país.

Posteriormente, mais precisamente no ano de 1997, foi aprovada a flexibilização do segmento, que permitiu que empresas do setor privado pudessem atuar na exploração do petróleo. Com a ampliação dos esforços, em 2006, o volume de produção atingiu níveis que, pela primeira vez superam a demanda total da economia brasileira. Finalmente, em 2007, foi anunciada a descoberta de petróleo na chamada camada pré-sal.

Em termos específicos, cabe destacar que a Bahia possui uma das maiores refinarias do país, cuja capacidade instalada alcança 320 mil barris/dia, representando cerca de 14,5% da capacidade de refino brasileira.

Ressalte-se, ainda, em termos de ativos do segmento, a presença do Campo de Manati, localizado na Baía de Camamu, que vem sendo operado pela PETROBRAS desde 2006, que transformou o Estado da Bahia de importador em exportador de gás. A capacidade de produção atual do Campo é de 6 a 8 milhões de m³/dia.

Outro aspecto a destacar, refere-se à instalação do Terminal de Regaseificação na Baía de Todos-os-Santos, com capacidade de processar 14 milhões de m³/dia de gás natural liquefeito. O terminal se interliga com a malha da Bahia, no município de Candeias, e com o Gasoduto Cacimbas-Catu (GASCAC), no trecho do Gasoduto de Integração Sudeste-Nordeste (GASENE).

Importante mencionar que o produto chega ao terminal compactado, na forma líquida, e passa pelo processo de regaseificação, retornando ao estado gasoso para ser distribuído e consumido.

Registre-se, ainda, a exploração dos chamados Campos Maduros de produção de petróleo, que atualmente vem sendo executada por pequenas e médias empresas desse segmento.

Quanto às estatísticas do segmento, nos quadros apresentados a seguir é possível observar a evolução dos volumes de extração, produção e vendas de petróleo, gás, derivados e álcool no Estado. Primeiramente, no Quadro 6.50, estão indicados os volumes de extração de petróleo e gás no Estado.

Quadro 6.50 - Extração de Petróleo e Gás

Quantidade (m³ ou 1.000 m³)

EXTRAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Gás Natural no Mar (1.000 m³)	2.261.061	1.500.249	2.245.924	2.183.048	2.162.624	2.043.564	1.793.069	1.778.634
Gás Natural na Terra (1.000 m³)	1.138.330	1.057.517	970.831	989.884	934.050	997.204	931.168	808.725
Petróleo Bruto no Mar (m³)	54.585	39.278	48.849	61.140	56.543	38.183	44.733	32.697
Petróleo Bruto na Terra (m³)	2.472.330	2.508.169	2.497.944	2.508.273	2.485.242	2.255.978	2.065.951	1.849.191

Fonte: PETROBRAS/ANP/SEI.

Como se observa, a produção de gás natural em mar registrou recuperação do nível de produção em 2012, após a queda bastante acentuada registrada em 2011, mantendo-se razoavelmente estável entre 2013 e 2015, para depois acusar perdas em 2016 e 2017.

Já a extração de gás natural em terra vem perdendo força contínua. As perdas ocorridas entre 2011 e 2017, apesar de ligeiras recuperações intermediárias em 2013 e 2015, alcançaram aproximadamente 29% no período. Por sua vez, a produção de petróleo bruto em terra se manteve estável entre 2010 e 2014, sendo que a partir de 2015 entraram em processo de declínio.

A evolução da produção de derivados de petróleo na Bahia está apresentada no Quadro 6.51.

Quadro 6.51 - Produção de Derivados do Petróleo

Quantidade (m³)

PRODUÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gasolina	2.352.963	2.223.528	2.903.415	3.312.157	3.450.057	3.020.251
Óleo Diesel	5.337.775	4.661.599	4.779.324	5.555.135	5.924.813	5.407.893
Óleo Combustível	4.267.895	4.370.352	4.286.750	5.066.421	5.173.744	4.220.106
Querosene	248.867	207.359	200.936	286.076	283.731	218.791
GLP	1.304.261	1.021.776	1.261.550	1.099.936	1.143.217	1.083.605
Nafta	1.713.661	1.530.470	1.380.203	1.369.053	1.183.561	785.185

Fonte: PETROBRAS/SEI.

As produções de gasolina e óleo diesel registram incrementos de 28% e 1%, respectivamente, entre 2010 e 2015, refletindo o crescimento no consumo desses derivados, que vem acontecendo nos últimos anos. Importante registrar que o incremento da produção de óleo diesel entre 2010 e 2014 havia sido de 11%, reduzindo-se em 2015. As produções de querosene, GLP e nafta, experimentaram, respectivamente, reduções de produção no período analisado, de 12%, 17% e 54%, respectivamente entre 2010 e 2015.

As vendas de derivados de petróleo e álcool estão indicadas no Quadro 6.52.

Quadro 6.52 - Venda de Derivados do Petróleo e Álcool

Quantidade (m³)

PRODUTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
GLP	823.261	848.409	852.195	867.325	914.969	889.655
Gasolina	1.273.406	1.588.826	1.842.730	1.956.480	2.145.017	2.050.793
Álcool Hidratado	498.360	254.229	197.612	246.332	271.187	508.118
Óleo Combustível	351.091	323.160	447.334	662.153	981.998	521.247
Óleo Diesel	2.729.302	2.904.608	3.165.971	3.371.498	3.447.345	3.207.214

Fonte: ANP/SEI.

Como se constata, as vendas de gasolina cresceram a uma taxa média anual de 4,9%, bastante superior à taxa de crescimento da sua produção local, de 2,5%. Da mesma forma, as vendas de óleo diesel experimentaram um acréscimo médio anual de 1,6%, também bem superior à taxa de crescimento da produção local, de 0,1% ao ano.

As vendas de GLP tiveram crescimento anual de 0,8% apesar da redução na produção local, enquanto que as vendas de óleo combustível cresceram, entre 2010 e 2015, a uma taxa anual de 4,0%.

Verifica-se que, em termos potenciais, a atual participação do Estado no segmento deverá resultar na ampliação da demanda por bens e serviços relacionados, incrementando as oportunidades de novos investimentos na cadeia estadual de suprimentos do setor de petróleo e gás.

Por outro lado, o aumento significativo da oferta de gás natural proporcionado pela operação do GASENE e a instalação do Terminal de Regaseificação, bem como a

expansão da rede de distribuição da BAHIAGÁS no sentido de sua interiorização, abrem também novas oportunidades de negócios no setor.

Etanol

Importante ressaltar, inicialmente, a manutenção do nível de vendas de álcool ocorrido nos anos de 2010 e 2015, no patamar de 500 mil m³ anuais, apesar da expressiva redução nas vendas do produto entre 2011 e 2014.

Deve-se destacar, entretanto, que a produção de etanol na Bahia durante o período apontado na Ilustração 6.33, registrou crescimento até a safra de 2014/2015, quando atingiu 240.389,4 mil litros, reduzindo-se, a partir daquele ano, para 116.715,5 mil litros na safra 2016/2017.

A queda da produção no período foi de 47,3%.

Região/UF	Ano safra							Var (%) (a/b)
	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	
Norte	58.839,0	206.820,0	206.807,2	254.915,1	232.445,0	276.973,4	216.684,5	-21,8
Nordeste	1.924.138,3	1.618.463,0	1.640.584,6	1.704.409,4	1.906.908,4	1.717.860,9	1.448.905,7	-15,7
MA	181.788,0	159.920,0	159.914,7	167.945,1	179.461,2	187.297,2	134.293,9	-28,3
PI	35.497,0	32.837,0	32.833,4	31.930,2	32.501,7	32.669,8	21.671,6	-33,7
CE	12.746,3	3.976,0	3.988,6	9.002,7	9.132,4	14.594,5	5.242,0	-64,1
RN	82.511,0	71.560,0	71.585,6	56.961,4	85.346,3	89.428,3	90.393,6	1,1
PB	295.798,0	302.060,0	305.619,1	343.587,2	390.350,5	339.748,6	300.959,3	-11,4
PE	377.929,0	267.980,0	270.031,2	295.439,0	342.007,0	347.727,3	356.396,9	2,5
AL	709.351,0	527.305,0	540.518,6	517.439,5	516.937,0	373.106,6	330.634,6	-11,4
SE	101.258,0	97.600,0	100.870,5	107.492,7	110.782,8	111.896,9	92.598,2	-17,2
BA	127.260,0	155.225,0	155.222,9	174.611,7	240.389,4	221.391,8	116.715,5	-47,3
Centro-Oeste	5.605.175,0	6.029.925,0	6.029.921,8	7.217.620,0	7.755.161,0	8.824.842,0	8.179.551,9	-7,3
Sudeste	18.381.934,0	14.266.433,0	14.458.339,3	17.283.391,0	17.144.826,9	18.061.102,5	16.418.909,6	-9,1
Sul	1.625.397,0	1.305.530,0	1.304.812,2	1.496.376,0	1.620.582,5	1.580.745,7	1.599.900,0	1,2
BRASIL	**27.595.483,3**	**23.427.171,0**	**23.640.465,1**	**27.956.711,5**	**28.659.923,7**	**30.461.524,5**	**27.863.951,7**	**-8,5**

Fonte: CONAB e Elaboração Etene.

Ilustração 6.33 - Produção Brasileira de Etanol (em mil litros) - 2010/2011 - 2016/2017

Petroquímica

O mais importante ativo do segmento petroquímico, o Polo de Camaçari, superou recentemente os 40 anos de existência. Conta atualmente com 35 unidades industriais químicas e petroquímicas instaladas, com predominância de empresas privadas nacionais e multinacionais, registra expressiva escala produtiva e atende a diferentes mercados interna e externamente. Sua capacidade instalada atual está próxima de 12 milhões de toneladas/ano.

A maioria das empresas do Polo está interligada por dutovias à Unidade de Insumos Básicos da Braskem. Maior indústria do Complexo de Camaçari e um dos cinco maiores empreendimentos privados do país, a Braskem recebe derivados de petróleo da PETROBRAS, principalmente a nafta, em sua Unidade de Insumos Básicos de Camaçari

e os transforma em petroquímicos básicos (eteno, propeno, benzeno, tolueno, butadieno, xilenos, solventes e outros).

Estes produtos e também utilidades como energia elétrica, vapor, água e ar de instrumento são fornecidos às unidades produtivas da própria Braskem e às indústrias vizinhas, de segunda geração, que, por sua vez, fabricam os petroquímicos intermediários e alguns produtos finais.

Um etenoduto com mais de 400 km de extensão interliga a unidade de insumos básicos da Braskem em Camaçari às suas fábricas de Cloro-soda e PVC em Alagoas, fazendo a conexão entre os polos Industrial de Camaçari e Cloroquímico daquele Estado. Estruturado para funcionar de maneira integrada, o Polo conta com serviços especializados em Manutenção Industrial e Proteção Ambiental (CETREL).

Conforme indicações da Secretaria de Desenvolvimento do Estado, o empreendimento proporcionou à Bahia um ciclo de profundas transformações, que resultou em mudanças, sobretudo na sua estrutura econômica, garantindo ao Estado um papel de liderança na Região Nordeste.

Inicialmente, foram investidos cerca de US$ 12 bilhões. Destaca-se, entretanto, que ao longo do tempo foram necessários muitos ajustes para acompanhar o processo de evolução do setor petroquímico. Cabe mencionar nesse contexto, a primeira grande transformação do Polo, que aconteceu no sentido de reformular o quadro societário das principais empresas componentes. Este fato veio a ocorrer no ano de 2001, com a reestruturação do controle acionário da antiga Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), que acabou deflagrando a reestruturação de toda a indústria petroquímica nacional.

Outro importante evento ocorrido foi o estabelecimento de um ambiente de negociação entre o governo estadual e as empresas do segmento no ano de 2008, que proporcionou a liberação gradativa dos créditos de ICMS acumulados pelas empresas do setor ao longo do tempo. Como contrapartida, essas empresas se comprometeram com a manutenção das atividades econômicas desenvolvidas, assim como, com a realização de investimentos em ampliação e modernização de suas plantas industriais instaladas na Bahia.

Mais recentemente, entre 2013 e 2015, o polo adensou sua cadeia com a chegada da Basf, que investiu R$ 1,5 bilhões em um complexo de produção em escala mundial de ácido acrílico, acrilato de butila e polímeros superabsorventes. São as primeiras fábricas de ácido acrílico e polímeros superabsorventes na América do Sul, com capacidade para 160 mil toneladas por ano.

Em 2013, a Kimberly Clark, fabricante de bens de consumo duráveis, especializada em artigos de higiene e usuária de componentes derivados do ácido acrílico para a fabricação de produtos como fraldas de bebês, tinha aberto uma unidade no polo.

Com investimentos de € 64 milhões, a Deten ampliou sua capacidade de produção da planta de Camaçari, o que permitiu incrementar a produção de LAB, matéria prima destinada à produção de detergentes biodegradáveis. O acréscimo mantém a empresa como única produtora no Brasil do material e maior produtora global, com capacidade total de 600 mil toneladas, 15% da demanda mundial. A planta pertence à *joint venture*, formada pela Cepsa e PETROBRAS.

Entretanto, o complexo petroquímico tem enfrentado grandes dificuldades. Nos últimos dez anos, 15 empresas fecharam, como uma fábrica da Dow de TDI (usado na produção de poliuretanos) e três unidades da Braskem, incluindo uma fábrica de PET. As razões apontadas foram a defasagem tecnológica, falta de escala e de competitividade.

As empresas que tem conseguido se manter fizeram investimentos em atualização tecnológica e expansão da produção, com é o caso da Deten Química, Unigel, Oxiteno e outras unidades da Braskem.

Por outro lado, recentemente, a PETROBRAS anunciou a intenção de fechar gradualmente a produção das suas fábricas de fertilizantes localizadas em Sergipe (FAFEN - SE) e na Bahia (FAFEN - BA). A estatal deverá abandonar a área e o governo da Bahia tenta reverter a decisão.

Alguns estudos estão sendo realizados pelas empresas petroquímicas do Polo no sentido de buscar soluções para o seu crescimento e adensamento das cadeias produtivas.

Estão sendo indicadas como medidas importantes o destravamento dos gargalos logísticos, ampliação do acesso à matéria-prima mais barata, com acréscimo da oferta de gás natural a preços mais baixos, além de se criar isonomia tributária em relação a outros Estados e manter estímulos à formação de mão de obra local.

Atualmente, as empresas do Polo Industrial de Camaçari, incluindo aquelas que fazem parte de outros segmentos produtivos, estão localizadas nas seguintes áreas:

- A Área do Complexo Básico (1.293 hectares) reúne a quase totalidade das indústrias químicas e petroquímicas: Acrinor - Acrilonitrila do Nordeste S/A, Aditya Birla - Birla Carbon All Efluentes do NE, Ambev - Companhia de Bebidas das Américas, Braskem S/A (Insumos Básicos), Braskem S/A (PE 1), Braskem S/A (PE 2), Braskem (PE 3), Braskem S/A (Unidade PVC), Braskem S/A (Cloro-Soda), Carbonor S/A, Copenor - Cia. Petroquímica do Nordeste, Daxoil Refino S/A, Deten Química S.A., Distribuidora de Águas Camaçari - DAC, Elekeiroz S/A, EMCA - Empresa Carioca de Produtos Químicos S/A, Knauf do Brasil, Kordsa Brasil S/A, Linde Gases Ltda., MGN Gestão e Serviços Monsanto Nordeste S/A, Netlog Logística e Serviços, Oleoquímica Ind. e Com. de Produtos Químicos Ltda., Oxiteno Nordeste S/A Indústria e Comércio, Peroxy Bahia Indústria Química Ltda., Petrobras/BACAM, Petrobras FAFEN - Fábrica de Fertilizantes, Petrobras/GÁS, Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO, Petrobras UTE - Rômulo Almeida, Petrobras - UTE Bahia I, Petrobras - Energética Camaçari Muricy S/A, Proquigel Indústria Química S/A, Salvador Logística e Transportes e White Martins Gases Industriais do Nordeste S.A.;
- A Área Industrial Leste (2.614 hectares) reúne indústrias de segunda e terceira gerações. É onde também está localizada a Empresa de Proteção Ambiental: BMD Têxteis Ltda., CETREL - Empresa de Proteção Ambiental, Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda., Ford Motor Company Brasil Ltda., Sansuy S.A. - Indústria de Plásticos, Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S/A, Tigre S/A - Tubos e Conexões e Torrebras - Torres Eólicas do Brasil;
- A Área Industrial Norte (451 hectares) concentra indústrias que não dependem diretamente do fluxo de matérias-primas produzidas no Complexo Básico: Bahia Speciality Cellulose, Basf S.A, Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes, ITF

Chemical Ltda., Log In Logística Intermodal S.A., Saint Gobain do Brasil Ltda., Sulfabras - Sulfatos do Brasil e Vamtec Bahia Insumos Siderúrgicos Ltda.;

- A Área Industrial Oeste (544 hectares) abriga: Paranapanema S/A, CHESF e Votorantim;
- A Área de usos Especiais reúne: BAHIAGÁS - Companhia de Gás da Bahia, Cofic - Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - Fortlev, Imbe - Indústria Mec Brasileira de Estampas, New Sul Pilkington Brasil Ltda.;
- Empresas localizadas fora do Complexo Industrial de Camaçari: Air Liquide Brasil Ltda., Bridgestone do Brasil, Ceramus, Cristal Brasil, Dow Brasil Nordeste Ltda. (Planta Aratu), Kimberly Clark Ind. e Com. Prod. Higiene Ltda., Petrobras UTE - Arembepe Energia, Prismapack Ltda., Tequimar - Terminal Químico de Aratu, Vopak Brasil S/A;
- O Setor de Transportes é uma área destinada às empresas de transporte de carga (produtos) e de passageiros (transbordo de funcionários do Polo).

A seguir apresenta-se, de forma resumida, o polo em números, considerando-se nesse contexto as demais empresas de outros segmentos que estão instaladas no Complexo Industrial:

- Investimento global atualizado superior a 16 bilhões de dólares;
- Capacidade instalada acima de 12 milhões de t/ano de produtos químicos e petroquímicos básicos, intermediários e finais;
- Capacidade instalada para 240.000 toneladas/ano de cobre eletrolítico, no segmento de metalurgia do cobre, e de 250 a 300 mil veículos/ano no segmento automotivo;
- Faturamento de aproximadamente US$ 15 bilhões/ano;
- Exportações: 30% do total exportado pelo Estado da Bahia. Destinam-se a praticamente todo o mundo;
- Contribuição anual acima de R$ 1 bilhão em ICMS para o Estado da Bahia;
- Responde por mais de 90% da arrecadação tributária de Camaçari;
- Emprega 15.000 pessoas diretamente e 30.000 pessoas através de empresas contratadas.
- Responde por 20% do PIB estadual.

Apresenta-se ainda na Ilustração 6.34, a título ilustrativo, o fluxograma de produção petroquímica do Polo de Camaçari, com a indicação das capacidades instaladas.

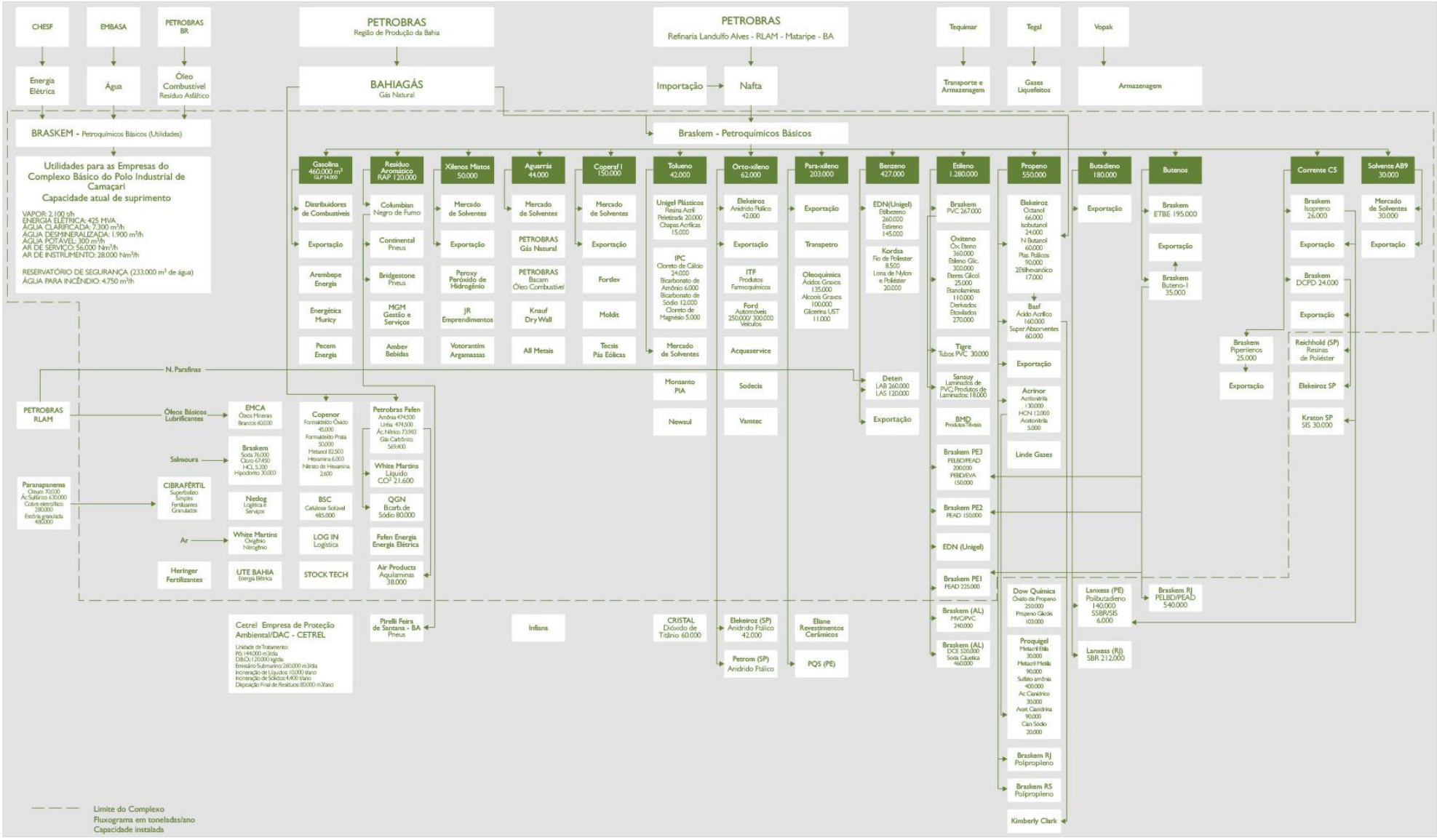


Ilustração 6.34 - Fluxograma de Produção Petroquímica do Polo de Camaçari (Comitê de Fomento Industrial de Camaçari)

Cabe ainda destacar, que o segmento da petroquímica baiana permanece contando com algumas vantagens comparativas, como, por exemplo: a proximidade de uma estrutura portuária de porte significativo e também da refinaria da PETROBRAS, em plena atividade produtiva.

Além disso, o Polo registra níveis de amortização elevados de grande parte do capital investido, bem como conta com um sistema coletivo integrado de segurança industrial e atendimento ambiental que são considerados como um dos melhores instalados no país.

Por outro lado, a atividade petroquímica da Bahia convive com um nível expressivo de concorrência interna e externa. Este fato conduz à necessidade de uma maior integração com a Refinaria Landulpho Alves, com o objetivo de incrementar sua competitividade e ampliar as possibilidades de diversificação na produção. Além disso, a melhoria na qualidade das infraestruturas do Estado apresenta-se, também, como forma de aumentar seus níveis de competitividade.

Da mesma forma, faz-se necessária uma maior integração logística com o mercado interno, particularmente a Região Sudeste, e com o mercado externo, a partir de um melhor equacionamento na área portuária, no transporte de cabotagem e ferroviário.

Mineração

O subsolo brasileiro possui importantes depósitos minerais e destaca-se na produção de bauxita, cobre, cromo, estanho, ferro, grafita, manganês, níquel, ouro, potássio, rocha fosfática, zinco, entre outros.

A Bahia possui um vasto potencial mineral, com mais de 40 bens minerais em exploração. É um dos Estados mais bem estudado geologicamente, com seu território totalmente coberto por mapeamento geológico na escala 1:250.000; 50% mapeado em escala 1:100.000 e 100% mapeado em escala 1:1.000.000. Possui também 100% de sua superfície coberta por levantamento aerogeofísico, o que faz do Estado um dos alvos mais procurados para pesquisa e prospecção do país.

Neste contexto, destaca-se a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), empresa governamental, dedicada à divulgação das oportunidades de aproveitamento econômico dos prospectos, depósitos e jazidas minerais por ela descobertas e estudadas.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) divulga em seu site algumas informações importantes sobre o setor:

- Posição da Bahia no ranking nacional do setor, segundo o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral: 5º produtor nacional (4%), atrás de MG (41%), PA (23%), SP (7%) e GO (6%);
- Posição do Estado em relação ao Nordeste: 1º lugar, com 40% da produção mineral da Região Nordeste;
- Único produtor nacional de urânio, vanádio, cromo e diamantes em kimberlitos;
- Primeiro produtor nacional de urânio, vanádio, cromo, magnesita, diatomita, quartzo e talco;
- Segundo maior produtor de bentonita, grafita e salgema;

- Terceiro produtor de cobre, água mineral, pedras preciosas (esmeralda, ametista, diamante, etc.), prata, feldspato e rochas ornamentais, sendo o único produtor mundial de granitos azuis e único produtor nacional de mármore travertino - Bege Bahia;
- Destaque nacional na produção de ouro e na comercialização e exportação de molibdênio (produzido a partir dos rejeitos do garimpo de esmeralda).

Importante mencionar que em 2016 entrou em produção, no município de Nordestina, a primeira mina de diamantes da América do Sul desenvolvida em rocha kimberlítica – a principal fonte primária do mineral, o que aumentará em mais de dez vezes a produção brasileira de diamantes e colocará o Brasil no grupo de produtores de diamantes diretamente da origem, quais sejam o Canadá, Rússia e África do Sul.

Os principais números do setor em 2017, também segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, estão apresentados na sequência.

- Produção Mineral Baiana Comercializada (PMBC): R$ 2,6 bilhões, participando com cerca de 1,4% do PIB baiano;
- Produtores: 367 dos quais cerca de 10 empresas são responsáveis por 76% da PMBC;
- Empregos: gerou 15,4 mil empregos diretos (IBGE), 85% no semiárido baiano;
- Municípios produtores: registrou exploração em 175 municípios, sendo 10 deles responsáveis por 79% da PMBC – Jacobina (ouro, prata, areia, arenito e brita), Jaguarari (cobre), Andorinha (cromo), Barrocas (ouro), Brumado (magnesita, talco, rocha ornamental, areia, argila, brita), Maracás (vanádio e rocha ornamental), Nordestina (diamantes), Dias D'Ávila (água mineral), Salvador (agregados para construção civil), e Campo Formoso (cromo, esmeralda e rochas ornamental);
- Comércio Exterior: ouro é o principal produto de exportação da Bahia, com destaque ainda para as vendas externas de vanádio, outros metais preciosos, magnesita, diamantes, cobre e rochas ornamentais. Já as importações concentram-se em mais de 90% nas entradas de cobre para atender à demanda da metalurgia da Paranapanema, que consome também o cobre produzido na Bahia, conforme a Ilustração 6.35 apresentada na sequência;
- Principais empresas e respectivos bens minerais produzidos: Yamana Gold (ouro), Mineração Caraíba S.A. (cobre), Ferbasa (cromo, quartzo), Brio Gold (ouro), Vanádio de Maracás (vanádio), Lípari Mineração Ltda. (diamantes), Magnesita S/A (magnesita, talco e cromo), Xilolite S.A. (talco), Indaiá Brasil Águas Minerais (água mineral), Corcovado Granitos Ltda. (granitos).

Bem Mineral	US$ Dez/17	US$ Jan-Dez17	Principais Destinos
Ouro	23.239.057	241.836.926,00	Estados Unidos, Bélgica, Suiça
Vanádio	13.319.516	135.086.024,00	Canadá, Coréia do Sul, Estados Unidos, Holanda, India, Japão
Outros Metais Preciosos	10.460.936	110.908.059,00	Bélgica, Canadá, Estados Unidos
Magnesita	9.178.131	102.019.062,00	Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Bolívia, China, Colômbia, Coréia do Sul, Costa Rica, El Salvador, Equador, Espanha, Estados Unidos, Taiwan, França, Holanda, Índia, Irlanda, Japão, México, Paraguai, Peru, Polônia, Reino Unido, Romênia, Rússia, Tailândia, Trindade e Tobago, Turquia, Uruguai, Venezuela
Diamante	6.644.866	45.418.417,00	Emirados Árabes Unidos
Cobre	-	23.926.007,00	China, Índia
Rocha Ornamental	1.279.778	14.747.228,00	África do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, China, Espanha, Estados Unidos, Taiwan, França, Hong Kong, Índia, Indonésia, Itália, Nova Zelândia, Paraguai, Polônia, Turquia
Cromita	-	11.351.817,00	Alemanha, China
Talco	417.412	6.361.257,00	Argentina, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Itália, México, Paraguai
Quartzo	216.632	2.550.563,00	Canadá, China, Espanha, Estados Unidos, Hong Kong
Pedras Preciosas	66.760	2.364.121,00	Alemanha, China, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Hong Kong, Índia, Tailândia
Outros	597	992.515,00	Angola, Argentina, Bélgica, China, Estados Unidos, França, Irlanda, Japão, Uruguai
TOTAL	**64.823.685**	**697.561.996**	

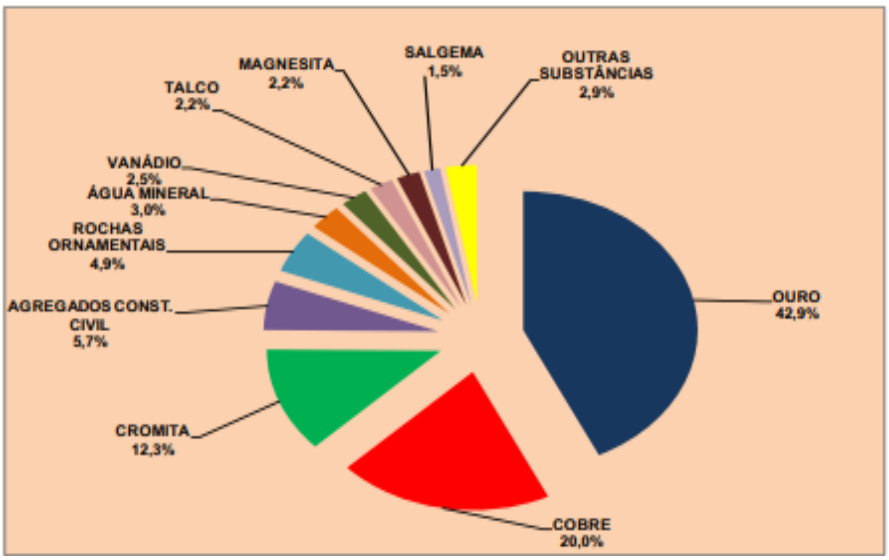
Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: CBPM.

Ilustração 6.35 - Principais Bens Minerais Exportados em 2017

As estatísticas realtivas aos direitos minerários no ano de 2017 no Estado da Bahia, conforme informa o DNPM, foram as seguintes:

- Requerimentos de Pesquisa: 1.952;
- Requerimento de Lavra Garimpeira: 32;
- Requerimentos de Licenciamentos e Registros 247;
- Requerimentos de Lavra Protocolados: 141;
- Alvarás de Pesquisa: 1.899;
- Guias de Utilização: 152;
- Relatórios de Pesquisa Aprovados: 140;
- Portarias de Lavra: 09;
- Licenciamentos e Registros Outorgados: 124;
- Permissão de Lavra Garimpeira: 07.

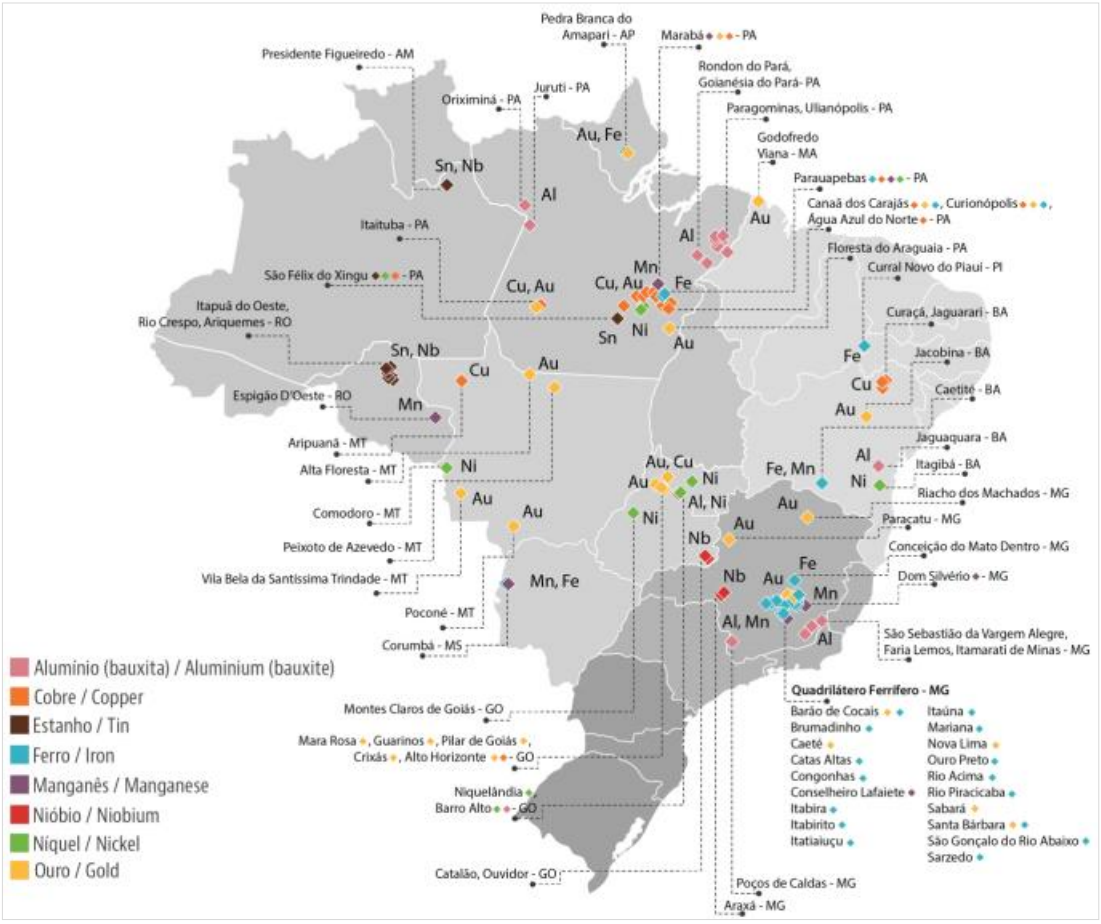
Quanto às informações de comercialização dos principais minerais do Estado, apresenta-se a Ilustração 6.36, com a participação no valor das vendas ocorrida em 12/2017, que indica a relevâncias de cada um dos minerais no quadro baiano.



Fonte: DNPM. Elaboração: CBPM.

Ilustração 6.36 - Principais Bens Minerais Comercializados em 12/2017

As reservas minerais baianas das principais substâncias metálicas, no ano de 2016, estão apresentadas na Ilustração 6.37, que apresenta a distribuição dessas reservas no país. É possível verificar que a Bahia aparece com destaque com o ferro e manganês em Caetité, níquel em Itagibá, alumínio em Jaguaquara, ouro em Jacobina e cobre em Curaçá e Jaguarari.



Fonte: DNPM - AMB Principais Substâncias Metálicas, 2016.

Ilustração 6.37 - Reservas Minerais Brasileiras das Principais Substâncias Metálicas - 2016

Por sua vez, a produção bruta das principais substâncias metálicas da Bahia, em 2016, está apresentada no Quadro 6.53, enquanto a produção de minério beneficiado, do mesmo ano, encontra-se no Quadro 6.54.

Quadro 6.53 - Produção Bruta das Principais Substâncias Metálicas da Bahia - 2016

CLASSE/SUBSTÂNCIA	QUANTIDADE (ROM - toneladas)	CONTIDO (toneladas)	TEOR MÉDIO
Metálicos			
Cobre	807.739	5.701	0,71% Cu
Ferro	70.474	36.557	51,87% Fe
Manganês	5.786	1.881	32,51% Mn
Níquel	966.406	4.928	0,51% Ni
Ouro (primário) - t - kg	3.018.890	6.281	2,08 g/t Au

Fonte: DNPM - AMB Principais Substâncias Metálicas, 2016.

Quadro 6.54 - Produção Beneficiada das Principais Substâncias Metálicas da Bahia - 2016

CLASSE/SUBSTÂNCIA	QUANTIDADE (toneladas)	CONTIDO (toneladas)	TEOR MÉDIO
Metálicos			
Cobre	14.355	4.895	34,1% Cu
Manganês	300	99	33,0% Mn
Níquel	27.025	3.876	14,34% Ni
Ouro - kg - kg	6.210	6.210	100,0g/t Au

Fonte: DNPM - AMB Principais Substâncias Metálicas, 2016.

Deve-se observar, entretanto, que o principal empreendimento atual na área de mineração no Estado está relacionado ao minério de ferro, localizado na região oeste do Estado. O projeto vem sendo desenvolvido pela Bahia Mineração (BAMIN) e prevê exportações de até 34 milhões toneladas/ano no quarto ano de operação.

Verifica-se que o seu canal de escoamento compreenderá a Ferrovia de Integração Oeste-Leste e o Porto Sul, que, por sua vez, estão sendo viabilizados pelo empreendimento.

Ainda em relação às perspectivas para a produção de minério de ferro, deve-se destacar o projeto da Colomi Iron, uma empresa privada que possui autorização de lavra de minas de ferro localizadas nos municípios de Sento Sé e Remanso da Bahia, situados, respectivamente, no lado sul e norte da represa de Sobradinho. A Colomi tem como objetivo explorar em primeira etapa as jazidas de minério de ferro do município de Sento Sé, Colomi South, para exportação de 25 milhões de toneladas por ano.

Deve-se mencionar, também, a parceria entre a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) e a mineradora Arc Alfa para o transporte de cerca de 4 milhões de toneladas de minério de ferro da região de Iaçu (BA) para o Porto de Aratu. As jazidas de minério de ferro da mineradora Arc Alfa apontam para uma reserva de 2,7 bilhões de toneladas.

Registre-se, ainda, o projeto da Sul Americana de Metais (SAM), empresa originalmente constituída pela Votorantim Novos Negócios (VNN) e hoje pertencente à companhia

chinesa Honbridge Holdings Ltd, que possuía em sua carteira o Projeto Vale do Rio Pardo. Tal projeto contemplava a construção de um mineroduto, percorrendo o norte de Minas Gerais e atravessando o sudeste da Bahia até atingir o Porto Sul, no município de Ilhéus. Este projeto foi avaliado diversas vezes pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que o reprovou em março de 2016 por inviabilidade ambiental.

Papel e Celulose

Espacialmente as florestas plantadas distribuem-se por 47 municípios do território baiano. O Estado também abriga o maior parque industrial com matéria prima proveniente do eucalipto do mundo, localizado no extremo sul. A presença do segmento está também em outras localidades, como a Região Metropolitana de Salvador, onde possui importantes indústrias.

A expectativa para o setor é de que os investimentos que serão realizados na área de papel e celulose nos próximos cinco anos sejam ampliados em cerca de 11%.

Importante destacar que a presença desta indústria na Bahia, com o seu alto nível de produtividade, é justificada pelo fato do Estado possuir excelentes condições de clima e solo extremamente favoráveis ao plantio de florestas, aliado a um setor organizado e com mão de obra qualificada.

O Estado produziu 13,6 milhões de m³ de madeira para celulose em 2016. Além disso, com uma produção total de celulose de 3.108.600, incluindo a celulose especial (solúvel), a Bahia respondeu, naquele ano, por 16% da produção nacional. Especificamente em relação à celulose especial, a Bahia contribuiu, em 2016, com 77% da produção nacional, segundo dados da Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (ABAF).

O Estado também se destaca na produção de papel, chegando a 283 mil toneladas em 2016, 3% da produção nacional. Deve-se registrar que o país se apresenta atualmente como o nono produtor de papéis no mundo.

A China continua se apresentando como o maior mercado para as exportações de papel e celulose da Bahia. Dois municípios, Eunápolis e Mucuri, no sul do Estado, se destacam na produção e são sedes de grandes empresas do segmento - a Veracel, instalada em Eunápolis, e a Suzano, localizada em Mucuri. Considerada uma das indústrias mais avançadas do mundo no setor, a Veracel é especializada na produção de celulose. Já a Suzano produz de forma integrada (papel e celulose) e possui a maior unidade produtora de celulose e papel do Brasil.

Especificamente em relação à Veracel, destaca-se que é um empreendimento agroindustrial que integra operações florestais, industriais e de logística, que resultam numa produção anual média de 1,1 milhões de toneladas de celulose, gerando em torno de 2.900 empregos próprios e de terceiros. A empresa é fruto de uma parceria entre a brasileira Fibria e a sueca finlandesa Estora Enso, cada uma com 50% do capital da empresa.

Quanto à Suzano Papel e Celulose, verifica-se ser uma empresa com mais de 90 anos de atuação. É uma empresa com 100% de capital nacional, que está entre as maiores

produtoras verticalmente integradas de papel e celulose de eucalipto da América Latina. A Suzano ocupa o segundo lugar no ranking dos produtores globais de celulose de eucalipto.

Além destas duas empresas, destaca-se também a Bahia Specialty Cellulose, com uma área total de 150 mil hectares dedicados às operações florestais, sendo 84 mil hectares destinados ao plantio de eucaliptos. Sua unidade industrial está localizada no Complexo Industrial de Camaçari, possuindo cerca de 1.400 pessoas lotadas nas áreas administrativas, florestais e industriais.

A Klabin também faz parte deste segmento na Bahia. Empresa produtora e exportadora de papéis no país, líder na produção de insumos para embalagens. A empresa possui 17 unidades industriais, sendo 16 no país, localizadas em oito estados. Na Bahia, sua unidade está instalada em Feira de Santana e produz embalagens e chapas de papelão ondulado, com capacidade instalada de 49 mil toneladas/ano.

Compõe ainda a área de produção de embalagens, a Penha Papeis e Embalagens. Possui seis unidades localizadas em São Paulo, Paraná e Bahia, que atuam na produção de chapas e embalagens de papelão ondulado. Atualmente são também comercializados papeis reciclados na sua unidade baiana, em Santo Amaro.

Completa o segmento, a Kimberly-Clark, empresa norte americana, que no Brasil apresenta uma linha de produtos de higiene pessoal e doméstica. A fábrica de Camaçari foi inaugurada em 2013, com investimentos iniciais de R$ 100 milhões numa área de 200 mil m² no Polo Petroquímico, gerando 430 empregos diretos e cerca de 1.300 indiretos.

Finalmente, destaca-se que o maior avanço desse segmento no Estado pressupõe, eventualmente, um aperfeiçoamento da logística de exportação da celulose produzida no extremo sul para o Porto de Ilhéus, agregada a um sistema otimizado de cabotagem entre este e os terminais das fábricas.

Cimento

Inicialmente, apresenta-se no Quadro 6.55 a descrição das unidades industriais de cimento instaladas na Região Nordeste do país, no qual é possível verificar a existência de quatro unidades na Bahia, nos municípios de Campo Formoso, Brumado e Candeias.

Quadro 6.55 - Fábricas de Cimento no Nordeste em 2011

GRUPO INDUSTRIAL	LOCALIZAÇÃO	
	MUNICÍPIO	ESTADO
João Santos	Codó	MA
Votorantim	São Luis	MA
Verde do Brasil	Açailândia	MA
Cimento Bravo	São Luis	MA
Icibra	Bacabeira	MA
João Santos	Fronteiras	PI
Votorantim	Sobral	CE
Votorantim	Caucaia	CE
Apodi	Pecém	CE
Apodi	Quixeré	CE
João Santos	Barbalha	CE
João Santos	Mossoró	RN
Mizú	Baraúna	RN
Elo	Currais Novos	RN
InterCement	João Pessoa	PB
Lafarge	Caaporã	PB
Brennand	Pitimbu	PB
Elisabeth	Alhandra	PB
João Santos	Goiana	PE
Cimento Forte	Cabo de Santo Agostinho	PE
Votorantim	Poty Paulista	PE
InterCement	Cabo de Santo Agostinho	PE
Petribu	Carnaíba	PE
InterCement	São Miguel dos Campos	AL
Cimento Zumbi	Marechal Deodoro	AL
Votorantim	Laranjeiras	SE
João Santos	Nossa Senhora do Socorro	SE
Mizu	Pacatuba	SE
InterCement	Campo Formoso	BA
InterCement	Brumado	BA
Lafarge	Candeias	BA
João Santos	Ituaçu	BA

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.

Observa-se que, dentre os estados nordestinos, o Maranhão, o Ceará e Pernambuco possuem cinco unidades. Além da Bahia, o Estado da Paraíba também possui quatro unidades instaladas.

Conforme destacado pelo Sindicato Nacional das Indústrias de Cimento (SNIC) a indústria do cimento, no ano de 2017, registrou queda de 6,4% nas vendas. As vendas internas no país totalizaram 53,8 milhões de toneladas. Importante registrar, também, que as vendas de cimento no período 2015 – 2017 acumularam perdas de 24,2%.

Em 2017 foram exportadas 46 mil toneladas e importadas 399 mil toneladas. O consumo aparente de cimento no país naquele ano totalizou 54,2 milhões de toneladas, registrando uma retração de 6,3% em relação a 2016.

Em 2018, as perdas nas vendas entre janeiro e julho alcançaram uma queda de 1,7% frente ao mesmo período de 2016.

Verifica-se que o setor projetava um crescimento de 1 a 2% para 2018. Entretanto, os resultados obtidos nesses sete meses reverteram estas expectativas. A indústria deve acusar no ano uma perda entre 1 e 2%. Estes resultados vêm aumentando a ociosidade da indústria, já próxima dos 50%.

O Quadro 6.56 apresentado na sequência, descreve a evolução da produção, entre 2011 e 2017, no qual é possível observar que tanto num como no outro, a participação da Bahia ficou próxima de 11% do volume total do Nordeste. Deve-se destacar que a produção de cimento do Estado representou aproximadamente 2% da produção total do país, tanto em 2011 como em 2017.

Quadro 6.56 - Evolução da Produção de Cimento na Região Nordeste (mil t)

ESTADO	2011	2017*
Maranhão	425	471
Piauí	609	291
Ceará	1.985	2.429
Rio Grande do Norte	658	1.040
Paraíba	2.025	2.290
Pernambuco	1.079	396
Alagoas	706	143
Sergipe	3.181	1.902
Bahia	1.270	1.106
TOTAL	**11.938**	**10.069**

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.
*Anualizada com real até novembro (sem ajustes).

Entre janeiro e novembro de 2017, o perfil da distribuição do cimento no Estado foi o seguinte: 145 mil toneladas para as concreteiras, 655 mil toneladas para os revendedores e 205 mil toneladas para outros clientes. Quanto ao comércio exterior, não há registros de exportação de cimento com origem na Bahia em 2017.

A evolução do consumo aparente dos Estados da Região Nordeste pode ser observada no Quadro 6.67, no qual é possível observar que a Região Nordeste como um todo registrou queda importante entre 2011 e 2017.

Quadro 6.57 - Evolução do Consumo Aparente de Cimento na Região Nordeste (mil t)

ESTADO	2011	2017*
Maranhão	1.282	893
Piauí	625	757
Ceará	1.718	1.835
Rio Grande do Norte	837	599
Paraíba	946	719
Pernambuco	2.496	1.663
Alagoas	743	330
Sergipe	579	431
Bahia	3.616	2.808
TOTAL	**12.842**	**10.035**

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.
*Anualizada com real até novembro (sem ajustes).

Na Bahia, da mesma forma como ocorreu em relação aos volumes produzidos, houve queda no consumo aparente entre 2011 e 2017.

Indústria Automotiva

Deve-se observar que a indústria automotiva na Bahia teve como etapa inicial a implantação da unidade industrial da Ford no Complexo Industrial de Camaçari, em 2001. A empresa realizou no Estado, em anos recentes, investimentos expressivos com o objetivo de ampliar a sua capacidade de produção.

No Estado, o setor de veículos automotores tem se configurado como um dos setores mais importantes da economia baiana. A Bahia tem ocupado a quarta posição no ranking brasileiro em produção, com uma participação de 8,0% em relação ao total, evidenciando ganhos significativos para a economia local.

O Estado sedia um dos cincos centros de design, e possui uma das mais modernas fábricas de automóveis do mundo, a Ford Nordeste, que possui um modelo de produção utilizando tecnologia de última geração e com alto nível de automação da produção.

A Ford inaugurou recentemente um novo centro de distribuição de peças, com destino à exportação, em Simões Filho, sendo responsável por receber, consolidar e enviar material de 20 fornecedores da região.

Vale destacar que com a instalação do Complexo Automotivo na Bahia, as fabricantes de pneus já investiram mais de US$ 680 milhões no Estado.

Também estão presentes no Polo Industrial de Camaçari e Região Metropolitana, alguns fornecedores automotivos.

Na sequência, apresentam-se alguns dados do setor automotivo baiano divulgados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado:

- A Ford tem capacidade de produzir 250 mil veículos e 250 mil motores por ano;
- A Ford teve participação de 7,9% no valor da transformação industrial (VTI) do Estado em 2015;
- A Ford foi o quarto maior produtor de automóveis do país em 2016, com uma produção de 174.023 veículos;
- Foi o sexto estado da federação em valor exportado no seguimento automotivo em 2016, com o montante de US$ 462,6 milhões (FOB), totalizando 44 mil automóveis exportados;
- Foi o quinto estado da federação em valor importado no seguimento automotivo em 2016, com o montante de US$ 740,5 milhões (FOB), totalizando 33 mil veículos.

Construção Civil

No Estado, o setor de construção civil teve uma participação na estrutura do PIB, em 2017, de cerca de 6,2%. Em 2016 o setor empregou 126.374 pessoas.

Na Bahia, o setor de construção civil foi responsável pela abertura de 902 novas empresas em 2016, o que representou 3,7% do total de empresas abertas no Estado naquele ano, com um saldo positivo ao final do ano de 477 empresas. De janeiro a agosto de 2017, o setor abriu cerca de 4,0% do total de empresas abertas no Estado, o equivalente a 690 novas empresas de Construção Civil, com saldo de 405 empresas, segundo dados da JUCEB.

Cabe destacar ainda a evolução da participação da construção civil na formação do PIB da Bahia no período 2008 - 2017, conforme apresentado no Quadro 6.58.

Quadro 6.58 - Participação do PIB da Construção Civil no PIB da Bahia 2008 – 2017

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)
2008	6,2
2009	6,8
2010	8,1
2011	8,3
2012	8,1
2013	8,4
2014	8,4
2015	7,3
2016	6,5
2017	6,2

Fonte: IBGE/SEI.

O Quadro 6.59 registra a evolução do emprego formal na construção civil entre 2008 e 2017.

Quadro 6.59 - Evolução do Emprego Formal na Construção Civil da Bahia 2008 – 2017

ANO	NÚMERO DE EMPREGOS
2008	95.826,0
2009	124.795,0
2010	153.474,0
2011	156.249,0
2012	160.901,0
2013	171.521,0
2014	174.688,0
2015	140.874,0
2016	126.374,0

Fonte: MTE/RAIS.

Verifica-se que a redução do número de empregos formais a partir de 2015, acompanhou a redução da participação da construção civil na formação do PIB estadual, também em queda a partir daquele ano.

Complementarmente, apresentam-se informações referentes aos lançamentos imobiliários no Estado. O segmento teve sua dimensão reduzida, principalmente a partir de 2011. O Quadro 6.60 apresenta o número de lançamentos e de vendas imobiliárias verificados na Bahia entre 2008 e 2016. Observa-se redução expressiva e contínua nas vendas a partir daquele ano, sendo que a maior perda ocorreu entre 2010 e 2011.

Quadro 6.60 - Desempenho Anual do Mercado Imobiliário Na Bahia 2008 – 2016

ANO	LANÇAMENTOS	VARIAÇÃO (%)	VENDAS	VARIAÇÃO (%)
2008	17.376	92	14.130	99
2009	8.157	-53	12.170	-14
2010	14.619	79	12.879	6
2011	13.241	-9	9.931	-23
2012	5.199	-61	8.253	-17
2013	3.257	-37	7.466	-10
2014	4.312	32	7.372	-1
2015	4.285	-1	6.819	-8
2016	3.459	-19	5.956	-13

Fonte: ADEMI - BA.

Compõem ainda o segmento industrial do Estado, as seguintes cadeias produtivas mais relevantes:

- Informática (em especial o Polo de Informática de Ilhéus);
- Polo Calçadista (espalhado por quase 30 municípios e reúne marcas nacionalmente conhecidas);
- Indústria Têxtil e Confecções (formado por milhares de empresas, predominantemente de pequeno porte, distribuídas em Polos, sendo os principais: Salvador, Feira de Santana, Jequié, Lauro de Freitas e Itabuna);

- Perfumaria e Cosméticos (a maioria das empresas está localizada na Região Metropolitana de Salvador, Feira de Santana e em Teixeira de Freitas. Vale citar os Centros de Distribuição da Avon e da Natura em Simões Filho e do O Boticário em Feira de Santana, além da fábrica do O Boticário em Camaçari);
- Indústria de Bebidas (a indústria de bebidas da Bahia tem sido alavancada pela presença do Aquífero São Sebastião, principalmente em Dias D'Ávila);
- Indústria de Trigo (com destaque para as instalações dos moinhos: Moinho Salvador e Moinho Bahia, hoje Canuelas).

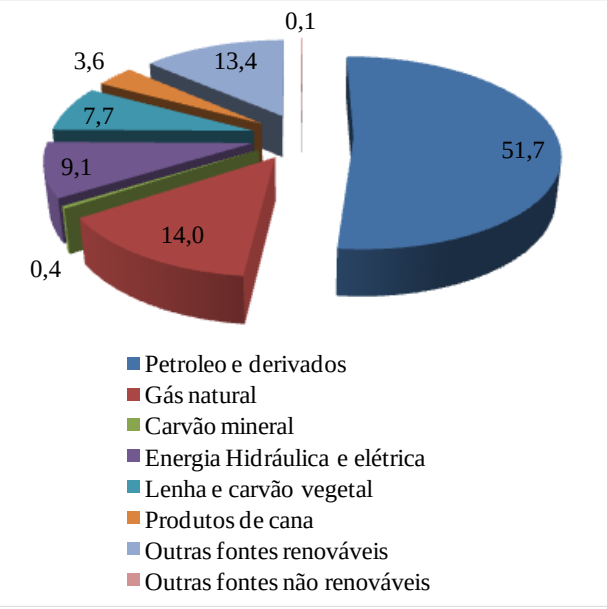
Energia Renovável e Não Renovável

Conforme assinala a SEINFRA no seu Balanço Energético do Estado, a Bahia experimentou um processo de transformação econômica contínuo, a partir dos anos 1970, com a entrada em operação do Centro Industrial de Aratu, do Complexo Petroquímico de Camaçari e do Polo de Papel e Celulose, este último a partir de 1992, que resultou em mudanças importantes na sua matriz energética.

A demanda energética estadual deslocou-se particularmente para as indústrias metalúrgica, química e de papel e celulose. No lado das fontes de energia, destaca-se o crescimento expressivo na participação relativa dos derivados de petróleo, gás natural e energia elétrica, no período compreendido entre 1992 e o final dos anos 2000.

Em termos atuais, observa-se que a Oferta Interna de Energia (OIE) alcançou 18,0 Mtep em 2016, refletindo a participação preponderante das energias não renováveis, com 11,9 Mtep, sendo seus principais itens o petróleo e derivados, registrando 51,7%, e o gás natural com 14,0%, perfazendo o total de 65,7%.

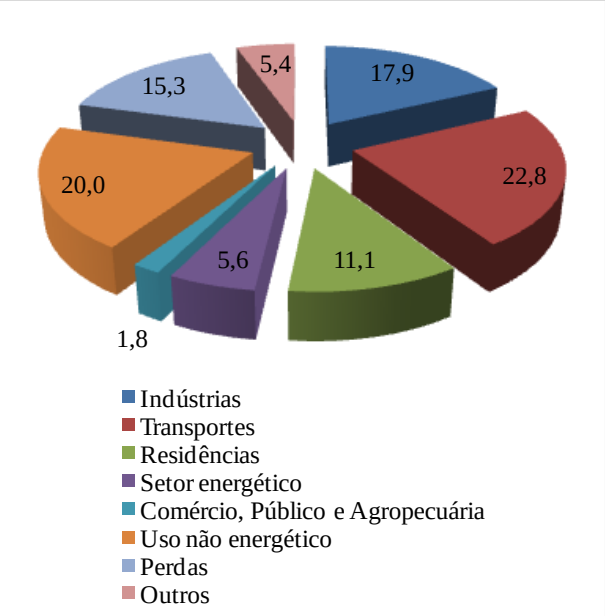
Em relação às energias renováveis, cabe destacar a participação da energia hidráulica e elétrica, de 9,1%, seguida pela lenha e carvão vegetal com 7,7% de participação. A Ilustração 6.38 registra as participações das fontes de energia na OIE estadual de 2016.



Fonte: SEINFRA.

Ilustração 6.38 - Oferta Interna de Energia por Fonte - 2016 (%)

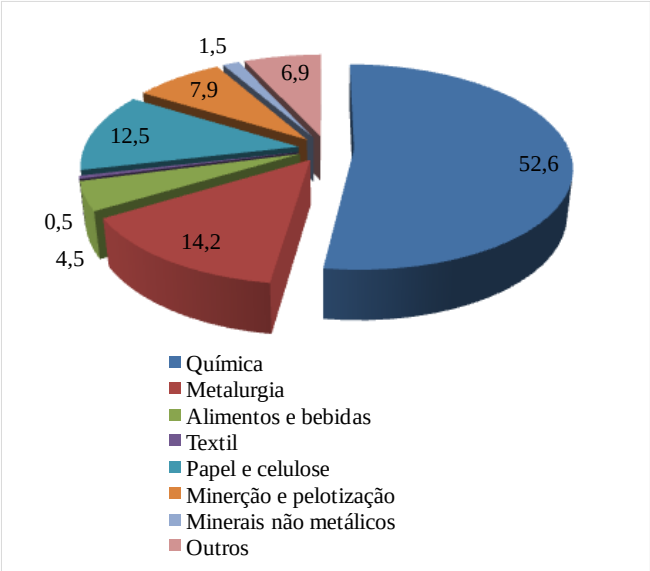
No tocante ao atendimento da demanda, verifica-se que 64,6% tiveram como destinação o consumo final energético em 2016, enquanto que 20% foram destinados ao consumo não energético. As perdas na transmissão, distribuição e armazenamento foram de 15,3% naquele ano, conforme pode ser observado na Ilustração 6.39.



Fonte: MME/EPE e SEINFRA.

Ilustração 6.39 - Consumo Final de Energia por Setor - 2016 (%)

A participação no consumo de energia de cada um dos setores industriais na Bahia pode ser observada na Ilustração 6.40, na qual é possível verificar a grande predominância da indústria química no consumo industrial de energia do Estado.



Fonte: SEINFRA.

Ilustração 6.40 - Consumo Final de Energia do Segmento Industrial - 2016 (%)

Especificamente em relação às Energias Renováveis, o site da Secretaria de Desenvolvimento Econômico destaca:

- Energia Eólica

O setor de energia renovável está se consolidando no Estado. Atualmente, a Bahia possui 182 projetos comercializados nos leilões de energia realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entretanto, quando adicionados a este número o mercado livre, que são os contratos privados de energia eólica, o número de empreendimentos chega a 234.

Atualmente, o Estado conta com 102 projetos em operação, totalizando uma capacidade instalada de 2.525.841 kW, o que coloca o Estado como segundo maior estado brasileiro em produção de energia eólica, atrás somente do Rio Grande do Norte, com 136 usinas e 3.678.856 kW de potência instalada. Há ainda outros 71 empreendimentos em construção e 61 projetos que iniciarão as obras nos próximos anos. Estes conjuntos de parques estão sendo desenvolvidos em 23 municípios espalhados em todo o eixo central do Estado, do sudoeste até o norte do Vale do São Francisco.

O volume de investimentos que o setor deverá investir no Estado, considerando apenas os leilões de eólica, é de cerca de R$ 20 bilhões. Além disso, os parques eólicos são responsáveis pela injeção de milhões de reais anualmente nas economias dos municípios em que se instalam. Isto decorre dos empreendimentos se implantarem utilizando contratos de arrendamentos com os proprietários das terras em que estão localizados. Desta forma, além de produzir eletricidade e empregos, os parques eólicos ainda contribuem de maneira significativa, introduzindo recursos financeiros nas comunidades em que se situam, tornando-se indutores de desenvolvimento.

Além dos parques de geração de energia espalhados pelo sertão, onde se localiza grande parte do potencial do estado, a Bahia organizou um parque industrial voltado para a produção de equipamentos, consolidando-se como principal polo nacional na fabricação de componentes. A cadeia produtiva já conta com sete grandes empreendimentos instalados: GE/Alstom, Gamesa, Torrebras, Acciona, Torres Eólicas do Nordeste (TEN), Wobben Windpower e Tecsis.

Além dos projetos de geração de energia eólica, a Bahia vem atraindo empreendimentos industriais da cadeia do setor. São fábricas de componentes e equipamentos, a exemplo de torres eólicas, pás, nacelles (caixa do rotor do aerogerador) e montagem de turbinas. Em 2015 foi inaugurada no município de Jacobina, distante 340 km de Salvador, a TEN (Torres Eólicas do Nordeste). A unidade é resultado de um investimento de cerca de 30 milhões de euros da brasileira Andrade Gutierrez e do grupo francês Alstom.

Instalada em uma área de 140 mil m², a unidade tem capacidade para produzir 200 torres de aço para aerogeradores por ano, e proporcionou a geração de 250 empregos diretos e outros 600 indiretos na região. A Alstom e seu sócio escolheram o município por estar próximo das regiões onde estão alguns dos principais projetos eólicos do Estado, reduzindo, desta forma, o custo logístico e a segurança do transporte.

A Alstom já conta com uma fábrica de nacelles em Camaçari, inaugurada em 2011, e que triplicou sua produção desde então. No final de 2015, a GE concluiu a aquisição da unidade de energia e grid (rede) da Alstom. A transação – o maior acordo industrial

da história da GE – une duas empresas renomadas, com raízes que remontam ao início do setor de energia.

Também no município da Região Metropolitana de Salvador (RMS) estão outras quatro plantas industriais da cadeia de energia eólica: a espanhola Gamesa, inaugurou em 2015, uma linha de produção de nacelles – compartimento que abriga todos os componentes essenciais para a produção da energia gerada pelos ventos: o gerador, a caixa de velocidades e o sistema de transmissão – no Polo Industrial de Camaçari. A nova linha de produção conclui a segunda etapa do projeto de implantação da companhia na Bahia. A primeira se deu com a inauguração, em 2011, da fábrica de motores, com capacidade para produzir 150 unidades/ano.

A Torrebras, primeira fábrica de torres eólicas da Bahia, foi inaugurada em 2013 e aumentou em 50% sua produção no ano seguinte e a Tecsis, que teve suas operações iniciadas em 2016, com investimentos de R$ 220 milhões. Já a espanhola Acciona Windpower fabrica cubos de hélices e nacelles em Simões Filho, na RMS.

- Energia Solar

O Estado apresenta a maior quantidade de kits fotovoltaicos instalados do Brasil, com mais de 45 mil unidades implantadas em parceria com a concessionária de distribuição.

Em Salvador, o Governo do Estado e a Neoenergia foram responsáveis pela usina solar do Estádio Pituaçu, o primeiro na América Latina a ser totalmente iluminado por esta fonte de energia, desde 2012. Além da implantação de painéis fotovoltaicos na Arena Fonte Nova, que transformam a radiação solar em energia elétrica.
A Bahia tem 27 empreendimentos em energia solar, com previsão de entrada em operação em 2018. O Estado foi o principal destaque do leilão desta energia em outubro de 2014, realizado pela ANEEL e terá uma capacidade instalada de 690,05 MW.

Cabe finalmente destacar que a energia eólica se tornou um dos segmentos de maior desenvolvimento do Estado nos últimos anos. A Bahia se posiciona como o maior polo brasileiro de investimentos em energia eólica e o Estado apresenta um significativo potencial no segmento.

Ainda em relação ao segmento industrial, apresentam-se no Quadro 6.61 informações consolidadas relativas aos contingentes de mão de obra, salários médios pagos e sobre o número de estabelecimentos industriais instalados no Estado, referentes aos principais setores de atividade.

Quadro 6.61 - Dados Consolidados do Setor Industrial da Bahia - 2011

SEGMENTO	EMPRESAS		PESSOAL OCUPADO		SALÁRIO MÉDIO	
	2011	2016	2011	2016	2011	2016
					(SALÁRIO MÍNIMO)	
Indústria Extrativa	563	836	13.072	14.257	5,2	6,7
Indútria de Transformação	14.071	14.404	211.641	217.898	2,7	2,8
Construção	8.358	9.556	175.596	129.486	2,4	2,2
Eletricidade e Gás	64	243	3.820	nd	7,8	nd
Água e Esgoto	430	546	17.644	18.207	4,0	3,2
TOTAL	**23.486**	**25.585**	**421.773**	**379.848**	-	-

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.
nd: não disponível.

Verifica-se que a indústria de transformação participa com o maior número de estabelecimentos e com o maior contingente do setor industrial baiano, seguida pelas atividades de construção e indústria extrativa. Em termos de salários pagos, as atividades de eletricidade e gás e a indústria extrativa se posicionam nas primeiras posições do ranking.

6.3.3. O Setor de Serviços

Inicialmente, a fim de caracterizar a gênese e a consolidação do setor de serviços da economia baiana, merecem destaque alguns pontos relativos a este setor apresentados no documento Política de Comércio e Serviço - Estado da Bahia 2012, elaborado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) conjuntamente com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (FECOMERCIO-BA), apresentados a seguir:

- O expressivo ritmo de crescimento industrial de 1965 a 1985, já assinalado anteriormente, acarretou o surgimento de um significativo setor de comércio e serviços, especialmente na Região Metropolitana de Salvador, no qual se destacaram os serviços relacionados à metalmecânica, desencadeados pela implantação dos projetos industriais, especialmente petróleo e petroquímica;
- Ainda em decorrência desse crescimento industrial, formou-se na Bahia um polo de engenharia consultiva e de projetos, um conjunto de empreiteiras na área de montagem industrial e um parque metalmecânico de construção de plataformas e componentes para produção de petróleo;
- Os serviços decorrentes da construção civil foram acelerados pelas obras públicas e pela urbanização, também nas décadas de 1960 e 1970, quando cresceram grupos econômicos do Estado no setor de construção, que depois se diversificaram e internacionalizaram-se;
- No contexto do incremento da massa salarial, cresceram as redes de lojas de varejo. No entanto, houve um encolhimento relativo do comércio atacadista e uma substituição de empresas comerciais locais por redes comerciais nacionais;
- Os serviços pessoais urbanos foram expandidos também na proporção do crescimento da massa salarial, estendendo-se por segmentos em que o setor público não apresenta maior vigor para atender à demanda dos assalariados, a exemplo de educação e saúde privadas.

Cumprida a etapa de apresentação sumária da gênese do setor de serviços e de sua consolidação, deve-se dirigir a atenção para a sua atual configuração e para os seus aspectos mais relevantes.

Como já assinalado anteriormente, o setor de serviços tem participado com, aproximadamente, 62% a 63% na formação da economia do Estado da Bahia, quando os impostos líquidos são excluídos e 72% a 73% quando eles são agregados aos três setores da economia. Conforme pode ser observado no Quadro 6.62, dentre as atividades que compõem o setor, o maior destaque cabe ao comércio.

As atividades agrupadas nas rubricas outras e administrativa são as que se apresentavam, em 2016, na segunda e terceira posições no ranking do quantitativo de unidades locais e organizações do setor. As atividades relacionadas à alojamento e à alimentação e saúde humana e serviços sociais, bem como a atividade educação aparecem também com algum destaque. O mesmo acontece com as atividades ligadas ao transporte, à armazenagem e ao correio.

Em termos de crescimento entre 2010 e 2016, as atividades imobiliárias foram as que mais se destacaram, no qual o quantitativo de estabelecimentos nesse segmento registrou incremento de 72%. Em seguida, se destacaram as atividades relacionadas à saúde humana e serviços sociais, com acréscimo de 33%.

Cabe mencionar, ainda, que o comércio registrou perdas de 11% no quantitativo de estabelecimentos neste período.

Quadro 6.62 - Quantitativo de Unidades Locais de Empresas e Organizações do Setor de Serviços da Bahia - 2010 – 2016

SEGMENTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Comércio, reparação de veículos automotores	133.469	129.882	128.719	132.274	121.092	120.931	118.492
Transporte, armazenagem e correio	7.927	8.163	8.566	9.060	8.925	8.974	8.912
Alojamento e alimentação	14.083	14.199	14.081	14.871	14.379	14.564	14.602
Informação e comunicação	3.360	3.299	3.431	3.646	3.393	3.367	3.505
Atividades financeiras	3.180	2.011	3.393	3.598	3.074	3.272	3.302
Atividades imobiliárias	1.559	1.727	1.984	2.378	2.277	2.589	2.681
Atividades profissionais, científicas e técnicas	8.358	8.539	8.966	9.935	9.311	9.663	10.387
Atividades administrativas	16.343	16.577	16.978	18.119	17.487	17.697	17.691
Administração pública, defesa e seguridade	1.097	1.182	1.187	1.212	1.025	1.194	1.202
Educação	9.776	8.960	9.232	9.604	9.860	11.454	11.386
Saúde humana e serviços sociais	9.262	9.109	9.630	10.665	10.232	11.291	12.305
Artes, cultura, esporte e recreação	3.002	2.946	2.971	3.181	2.775	2.887	2.879
Outras atividades de serviços	25.084	24.268	23.841	24.983	18.461	18.346	17.739
Organismos internacionais	3	2	2	2	2	2	3
TOTAL	**236.503**	**230.864**	**232.981**	**243.528**	**222.293**	**226.231**	**225.086**

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

No Quadro 6.63 está indicada a evolução do pessoal ocupado nas atividades do setor de serviços entre 2010 e 2016.

Quadro 6.63 - Pessoal Ocupado nas Empresas e Organizações do Setor de Serviços da Bahia - 2010 – 2016

SEGMENTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Comércio, reparação de veículos automotores	527.465	570.480	568.564	588.528	592.634	583.578	563.014
Transporte, armazenagem e correio	102.148	112.619	117.259	114.755	118.019	116.141	110.778
Alojamento e alimentação	96.952	102.294	106.517	109.726	114.423	113.097	110.627
Informação e comunicação	23.496	30.876	35.446	35.664	33.449	29.475	28.475
Atividades financeiras	27.598	28.206	29.913	30.594	29.665	30.274	28.816
Atividades imobiliárias	6.567	7.392	8.630	9.406	9.847	9.673	9.684
Atividades profissionais, científicas e técnicas	48.497	50.276	49.866	53.343	56.833	53.798	50.123
Atividades administrativas	200.108	203.516	219.150	238.036	239.415	242.146	220.441
Administração pública, defesa e seguridade	519.547	545.630	491.996	543.151	509.375	520.854	464.358
Educação	137.899	136.144	138.330	96.998	156.372	157.806	163.371
Saúde humana e serviços sociais	115.865	118.442	126.687	136.899	142.815	150.368	159.781
Artes, cultura, esporte e recreação	10.528	11.007	11.916	12.362	12.457	12.567	12.424
Outras atividades de serviços	70.236	72.313	72.516	70.135	62.876	60.814	51.203
TOTAL	**1.886.906**	**1.989.195**	**1.976.790**	**2.039.597**	**2.078.180**	**2.080.591**	**1.973.095**

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

É possível observar que o comércio era a atividade que mais concentrava o pessoal ocupado no setor de serviços, cerca de 29% do total em 2016, seguida pela administração pública com aproximadamente 24%, no mesmo ano.

Os serviços de educação e saúde reuniam, em 2016, cerca de 8% cada, enquanto as atividades relativas a alojamento e alimentação e transporte, armazenagem e correio absorviam, cada uma delas, aproximadamente, 6% do pessoal ocupado no setor.

Quanto ao crescimento do pessoal verificado entre 2010 e 2016 em cada atividade, deve-se destacar a atividade imobiliária com um incremento de 47%, seguida da atividade saúde humana e serviços sociais com crescimento de 38% do pessoal ocupado, no período.

Outras atividades que experimentaram acréscimos importantes em seus quadros no período analisado foram a educação com 18%, arte e cultura também com 18% e alojamento e alimentação com 14%. Importante ressaltar que o aumento de pessoal ocupado no setor como um todo foi de 5%, entre 2010 e 2016.

No Quadro 6.64 está apresentada a evolução dos salários médios pagos no setor de serviços, onde se verifica uma predominância da remuneração próxima aos dois salários mínimos em grande parte das atividades. Isto ocorre nas atividades de comércio e imobiliária e nas atividades reunidas nas rubricas administrativas, arte e cultura e outras atividades.

Aconteceu também, conforme o mesmo quadro, embora um pouco acima dos dois salários mínimos, em praticamente todo o período analisado, na atividade de transporte, armazenagem e correio.

As atividades financeiras são aquelas que registraram, no período, os maiores salários médios, entre 6,4 e 6,9 salários mínimos.

O grupo de atividades da área de educação, com um salário médio entre 3,4 e 3,9 salários mínimos, foi aquele melhor posicionado após as atividades financeiras. Muito próximo dele, ficaram as atividades profissionais e científicas e de informação e comunicação.

A administração pública manteve-se um pouco acima dos três salários mínimos ao longo do período.

Quadro 6.64 - Salário Médio nas Empresas e Organizações do Setor de Serviços da Bahia – 2011

Em Salários Mínimos

SEGMENTO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Transporte, armazenagem e correio	2,5	2,7	2,4	2,4	2,4	2,5	2,4
Alojamento e alimentação	1,4	1,4	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4
Informação e comunicação	4,0	3,4	2,9	2,7	2,7	3,0	2,9
Atividades financeiras	6,5	6,9	6,4	6,4	6,7	6,8	6,4
Atividades imobiliárias	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,9	1,7
Atividades profissionais, científicas e técnicas	3,2	3,1	3,0	3,1	3,0	2,8	2,7
Atividades administrativas	1,7	1,9	1,6	1,6	1,5	1,6	1,6
Administração pública	3,0	3,2	3,1	3,2	3,2	3,3	3,2
Educação	3,6	3,7	3,4	3,4	3,9	3,9	3,7
Saúde humana e serviços sociais	3,3	3,2	3,1	3,2	3,2	3,1	2,8
Artes, cultura, esporte e recreação	2,3	2,3	2,3	2,4	2,4	2,1	2,2
Outras atividades de serviços	2,0	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9	1,7

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Por ser a atividade de maior relevância do setor, cabem algumas considerações específicas sobre a evolução do desempenho do comércio. Conforme pode ser observado no Quadro 6.65, o Índice do Volume de Vendas no Varejo em abril de 2018 era de 74,4 quando comparado à base 100 em 2011, indicando uma queda acentuada no volume das vendas, principalmente no ano de 2018. Em 2017 e 2016 já haviam sido registradas perdas em relação a 2015.

Quadro 6.65 - Índice de Volume de Vendas no Varejo, por Atividades Principais - Bahia

Base Fixa (2011 = 100)

MÊS	COMÉRCIO VAREJISTA	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	HIPERMERCADOS, SUPERMERCADOS, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, BEBIDAS E FUMO	TECIDOS, VESTUÁRIO E CALÇADOS	MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICO	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO	OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	VEÍCULOS, MOTOS, PARTES E PEÇAS	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO
dez/11	117,1	100,4	114,9	177,7	129,1	103,3	96,5	114,2	106,6	99,2
dez/12	122,9	92,5	122,8	207,8	129,2	150,5	117,9	122,1	128,0	92,6
dez/13	128,3	101,9	122,4	211,5	139,6	102,5	130,6	124,3	120,0	102,9
dez/14	129,1	105,8	125,0	199,2	125,1	98,8	155,1	122,6	112,5	98,5
dez/15	111,9	83,0	115,4	161,3	105,3	73,8	129,9	104,9	89,8	96,7
dez/16	102,7	80,2	107,5	144,6	84,3	71,4	126,4	97,9	85,9	97,4
dez/17	106,3	71,7	103,5	140,6	117,5	87,7	141,3	101,3	88,6	95,8
abr/18	74,4	63,8	71,5	58,5	80,6	88,6	92,1	78,2	86,6	85,6

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas.

Em 2017, os grupos de comércio varejista baiano registraram, conforme o Quadro 6.66, o seguinte comportamento da Receita de Vendas em relação à base 100 em 2011:

Quadro 6.66 - Índice de Receita Nominal de Vendas no Varejo, por Atividades Principais - Bahia

Em Número de Turistas

MUNICÍPIOS	VIA AÉREA		VIA MARÍTIMA		TOTAL	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
África	466	185	10	18	476	203
América Central e Caribe	868	120	0	8	868	128
América do Norte	9.029	5.260	19	2.518	9.048	7.778
América do Sul	27.301	75.903	119	1.828	27.420	77.731
Ásia	1.614	781	39	272	1.653	1.053
Europa	102.921	59.907	2.873	4.375	105.794	64.282
Oceania	302	90	99	392	401	482
Não Identificados	0	3	0	0	0	3
TOTAL	**142.501**	**142.249**	**3.159**	**9.411**	**145.660**	**151.660**

Fonte: EMBRATUR/SEI.

Verifica-se que o grupo que mais avançou em relação a 2011 foi o de outros artigos de uso pessoal seguido do grupo de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios bebida e fumo.

De qualquer forma, o número índice do Comércio Varejista como um todo variou de 102,2 em dezembro de 2011 para 127,0 em dezembro de 2017. Por sua vez, o número índice do Comércio Varejista Ampliado variou de 102,3 em dezembro de 2011 para 116,2 em dezembro de 2017. Dados mais recentes da Receita Nominal de Vendas, relativos ao ano de 2018, indicam perdas expressivas até abril de 2018 em todos os segmentos, com exceção para outros artigos de uso pessoal e doméstico.

Outra importante atividade que demanda fortemente a oferta de serviços é o turismo. Um importante indicador desse segmento refere-se à Revpar (indicador ponderado de taxa de ocupação e diária média).

A rede hoteleira de Salvador apresentou em julho de 2018 uma taxa de ocupação de 62,11% e diária média de R$ 218,50, resultando em um Revpar de R$ 135,71. Comparando-se com os resultados do mesmo período do ano anterior, verifica-se um incremento na taxa de ocupação de 5,26% (56,85% em julho de 2017) e estabilidade na diária média, que passou de R$ 215,76 em julho de 2017 para R$ 218,50 em julho de 2018.

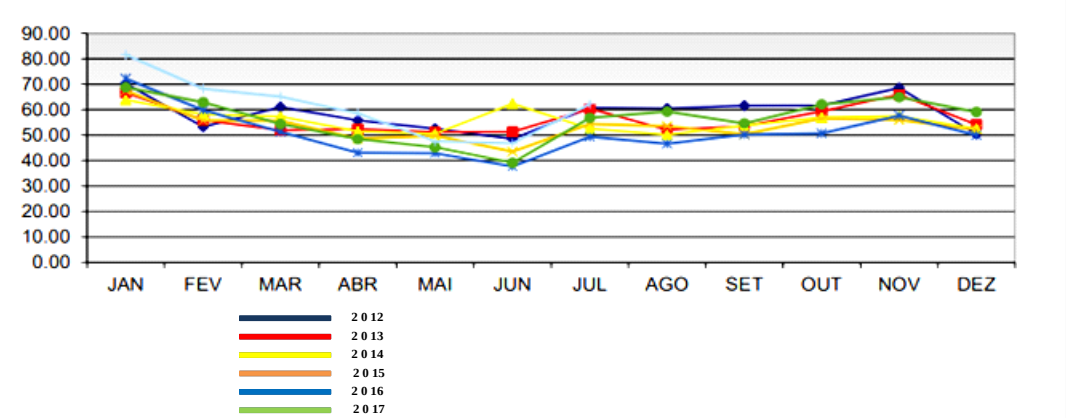
Os dados revelam a tendência de crescimento da hotelaria em 2018 em relação a 2017. No acumulado do ano, de janeiro a julho, a taxa de ocupação passou de 53,72% para 61,45% e a diária média permaneceu praticamente estável, sendo R$ 233,27 em 2018 e R$ 234,95 em 2017.

O movimento de passageiros no aeroporto de Salvador também apresentou crescimento de 2,1% entre janeiro e maio de 2018, se comparado a igual período do ano anterior, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Deve-se destacar que o mês de julho na hotelaria é impactado positivamente pelas férias nas Regiões Sul/Sudeste e, com isso, há uma procura muito grande por Salvador.

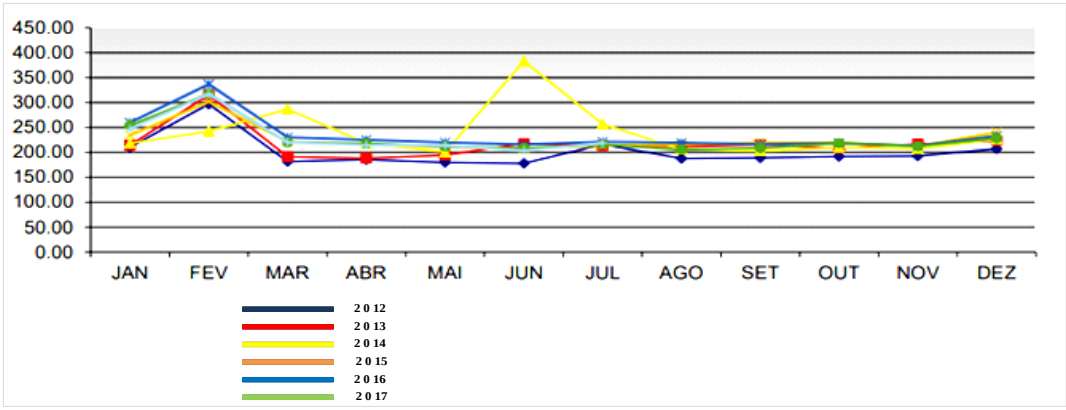
Importante mencionar que estes dados são apurados pela Pesquisa Conjuntural de Desempenho (Taxinfo), realizada pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – seção Bahia. Os dados são fornecidos diariamente pelos próprios hotéis ao Portal Cesta Competitiva e a média resultante constitui indicador para avaliar a evolução da atividade de hospedagem em nossa capital.

A seguir está apresentada a evolução das estatísticas do setor entre 2012 e 2017.



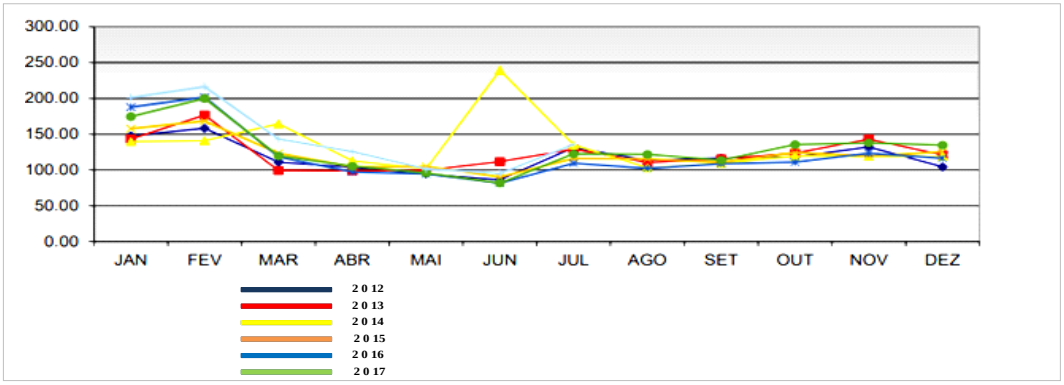
Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – seção Bahia.

Ilustração 6.41 - Taxa de Ocupação da Rede Hoteleira (%) - Bahia



Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – seção Bahia.

Ilustração 6.42 - Diária Média da Rede Hoteleira (R$) – Bahia



Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – seção Bahia.

Ilustração 6.43 - Revpar da Rede Hoteleira (R$) - Bahia

Quanto ao fluxo do turismo doméstico, as estatísticas apuradas na primeira metade da década de 2010 pela Secretaria de Turismo (SETUR) com base nas informações referentes aos meios de hospedagem, indicam que o próprio Estado é o principal emissor de hóspedes domésticos em Salvador, com participação de cerca de 31%, seguido pelo Estado de São Paulo, com 19%.

Entretanto, no turismo realizado no interior da Bahia, São Paulo é o principal emissor de hóspedes, com participação de 32%, seguido pela Bahia com 19% dos hóspedes domésticos.

Verifica-se, ainda, que em Salvador, o Rio de Janeiro aparece como o terceiro maior emissor de hóspedes domésticos, com 10% do total, enquanto que no interior do Estado da Bahia aparece nessa posição o Estado de Minas Gerais.

Para finalizar, apresenta-se no Quadro 6.67 a evolução do fluxo de turistas estrangeiros em 2014 e 2015, considerando-se a origem e a via de acesso utilizada.

No referido quadro é possível verificar a predominância acentuada da origem europeia e do uso da via aérea como principal meio de chegada, seguida pelas origens na América do Sul e América do Norte.

Quadro 6.67 - Fluxo de Turistas Estrangeiros, Segundo Origem e Via de Acesso - 2014 - 2015

Em Número de Turistas

MUNICÍPIOS	VIA AÉREA		VIA MARÍTIMA		TOTAL	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
África	466	185	10	18	476	203
América Central e Caribe	868	120	0	8	868	128
América do Norte	9.029	5.260	19	2.518	9.048	7.778
América do Sul	27.301	75.903	119	1.828	27.420	77.731
Ásia	1.614	781	39	272	1.653	1.053
Europa	102.921	59.907	2.873	4.375	105.794	64.282
Oceania	302	90	99	392	401	482
Não Identificados	0	3	0	0	0	3
TOTAL	**142.501**	**142.249**	**3.159**	**9.411**	**145.660**	**151.660**

Fonte: EMBRATUR/SEI.

7. ESTRUTURAS DE ARMAZENAGEM NO ESTADO

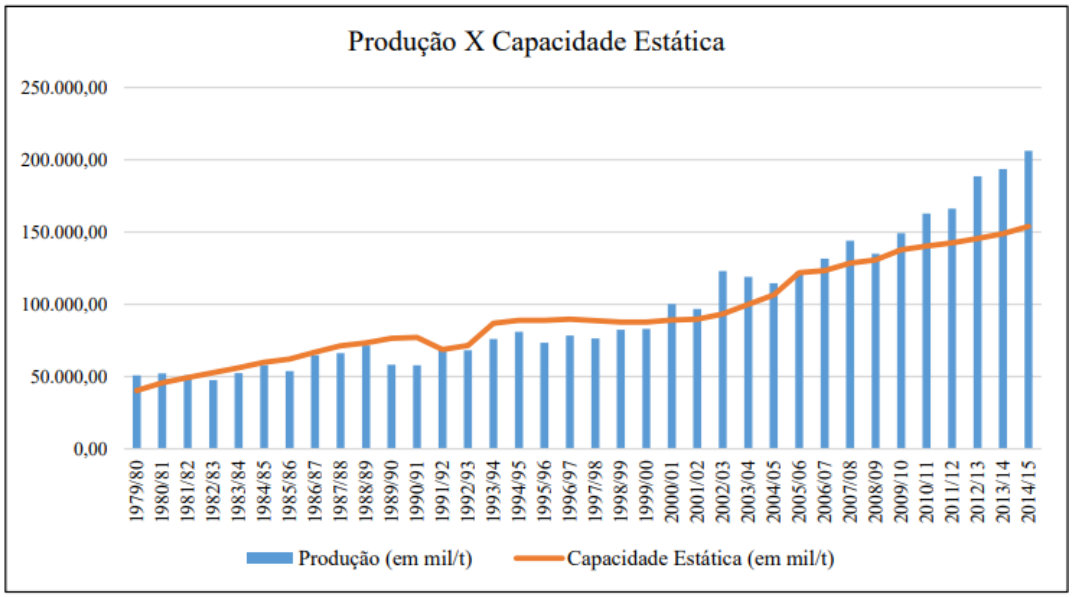
7.1. Armazenagem da Produção Agrícola

A capacidade de armazenagem no Brasil não tem sido suficientemente adequada ao ritmo de crescimento das safras em determinadas regiões do país, principalmente naquelas de incorporação recente ao processo produtivo.

Para atender à demanda crescente por alimentos, o setor produtivo passou a ocupar regiões cada vez mais distantes dos grandes centros consumidores, exigindo-se, portanto, uma infraestrutura relativamente dispersa e onerosa, criando dificuldades crescentes nas formas de comercialização.

O complexo armazenador brasileiro apresenta problemas decorrentes de sua estrutura arcaica e obsoleta. Atualmente, ainda é reduzida a parcela da capacidade armazenadora que está localizada nas unidades de produção. Embora tenham ocorrido avanços consideráveis, ainda é bastante baixa a capacidade de armazenagem nas unidades de produção quando comparada aos padrões internacionais.

A seguir apresenta-se a Ilustração 7.1, que indica a evolução da capacidade de armazenamento no país vis-à-vis à evolução da produção nacional de grãos, na qual é possível verificar que nas safras de 2009/2010 a 2014/2015 ocorreram defasagens acentuadas entre a produção de grãos e a capacidade estática de armazenamento.



Fonte: Elaboração Universidade Federal de Goiás com dados da CONAB.

Ilustração 7.1 - Produção de Grãos e Capacidade Estática de Armazenamento no Brasil 2000-2011*

Importante mencionar que a partir do ano de 2001, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) passou a registrar no Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (SICARM) as unidades de estocagem do país. Assim, todas as empresas prestadoras desse tipo de serviço estão obrigadas a manter atualizados os dados de seus armazéns no cadastro administrado pela CONAB.

Observa-se ainda que, a partir de 2006, a CONAB determinou que todos os produtos agrícolas que venham a ser beneficiados por qualquer instrumento de comercialização do governo federal deveriam ser armazenados em unidades cadastradas em seu sistema.

Verifica-se que, com a necessidade do cadastramento, muitas unidades sofreram impedimentos. Assim, são muitas as unidades armazenadoras com veto, ou seja, não atendem ao padrão de exigências da CONAB estabelecido para a manutenção dos grãos. As unidades consideradas aptas, que efetivamente obtiveram o cadastramento sem qualquer impedimento, representam pequena parcela em relação ao quantitativo da capacidade de armazenagem cadastrada no país, conforme pode ser constatado no Quadro 7.1.

Quadro 7.1 - Capacidade de Armazenagem Apta por Região (Avaliação CONAB) - 2018

Em %

REGIÃO	CREDENCIAMENTO SEM IMPEDIMENTO
Norte	3,79
Nordeste	4,43
Centro-Oeste	1,79
Sudeste	1,17
Sul	0,43

Fonte: CONAB.

A distribuição regional da capacidade estática cadastrada de armazenagem está indicada no Quadro 7.2. É possível constatar que 39,8% da capacidade estão instaladas na Região Sul, 36,0% na Região Centro-Oeste, 14,7% na Região Sudeste, 6,5% na Região Nordeste e 3,0% no Norte.

Quadro 7.2 - Distribuição Regional da Capacidade Estática Cadastrada de Armazenagem - 2018

Em Toneladas

REGIÃO	CONVENCIONAL		GRANEL		TOTAL	
	NÚMERO	CAPACIDADE	NÚMERO	CAPACIDADE	NÚMERO	CAPACIDADE
Norte	309	822.152	266	4.161.691	575	4.983.843
Nordeste	603	1.752.183	623	9.050.123	1.226	10.802.306
Centro-Oeste	745	3.223.114	3.356	56.365.750	4.101	59.588.864
Sudeste	1.682	8.604.660	992	15.685.823	2.674	24.290.483
Sul	2.025	6.589.623	6.527	59.301.584	8.552	65.891.207
TOTAL	**5.364**	**20.991.732**	**11.764**	**144.564.971**	**17.128**	**165.556.703**

Fonte: CONAB.

As diferenças no porte das unidades armazenadoras podem ser verificadas no Quadro 7.3.

Quadro 7.3 - Capacidade Estática Média Cadastrada de Armazenagem por Região - 2018

Em Toneladas

REGIÃO	CONVENCIONAL	GRANEL
Brasil	3.913	12.289
Norte	2.661	15.645
Nordeste	2.906	14.527
Centro-Oeste	4.326	16.796
Sudeste	5.116	15.812
Sul	3.254	9.086

Fonte: CONAB.

Neste contexto, estudos recentes elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) destacam os seguintes gargalos e constrangimentos da armazenagem agrícola no país:

- Em determinados períodos de grandes safras tem ocorrido o agravamento da situação de descompasso entre a oferta e a demanda de armazenagem, acarretando problemas na logística de movimentação das safras e congestionamentos nos portos;
- O crescimento da produção de mercadorias diferenciadas, como, por exemplo, os transgênicos, orgânicos e novos grãos, tais como a canola, o milheto e o triticale, tem requerido maior demanda por células de armazenamento específicas;
- A falta e a inadequação das unidades armazenadoras, tanto nos aspectos de qualidade como de localização geográfica, acaba por produzir verdadeiros vazios logísticos. Como consequência da migração de lavouras, muitas regiões do país tem registrado baixa oferta de armazenagem, enquanto outras até apresentam superávits;
- O cadastro de armazéns elaborado pela CONAB aponta um grande número de unidades armazenadoras com algum tipo de impedimento. Embora aparentemente não haja veto, a situação de funcionamento de muitas destas unidades não se apresenta em plena conformidade para a prestação de serviços e diminuição das perdas pós-colheita;
- No país, parcela representativa dos agricultores continua com elevado nível de endividamentos, resultando na baixa capacidade de investimento na ampliação e modernização da oferta de armazenagem. Para os pequenos produtores a contratação dos financiamentos é difícil por exigir um volume de produção compensatório;
- Como já assinalado, a baixa capacidade de armazenamento nas propriedades rurais leva o produtor a comercializar prontamente as suas safras, independentemente da melhor ou pior condição comercial existente;
- Em algumas regiões os grandes volumes de açúcar e de fertilizantes concorrem com o espaço armazenador de grãos. Estes produtos não têm sido normalmente considerados nas estatísticas de demanda de estocagem, o que tem mascarado as análises econômicas;
- A matriz de transporte centrada em caminhões provoca congestionamentos e demora na descarga nos armazéns/silos e nos portos.

Quanto à armazenagem no Estado da Bahia, o cadastro da CONAB se apresenta com a configuração indicada no Quadro 7.4.

Quadro 7.4 - Situação Atual dos Armazéns da Bahia no Cadastro CONAB - 2018

Em Toneladas

SITUAÇÃO CADASTRAL	CONVENCIONAL		GRANEL		TOTAL	
	NÚMERO	CAPACIDADE	NÚMERO	CAPACIDADE	NÚMERO	CAPACIDADE
Aptos						
Credenciado sem impedimento	10	33.830			10	33.830
Subtotal	**10**	**33.830**			**10**	**33.830**
Inaptos						
Cadastro efetivado com impedimento	252	640.531	287	2.536.247	539	3.176.778
Cadastro efetivado sem impedimento	4	23.880	16	147.140	20	171.020
Credenciado com impedimento						
SICAF - impedido e cadastro efetivado	26	72.444	46	1.620.029	72	1.692.473
SICAF - impedido e credenciado	1	2.500	0	0	1	2.500
Descredenciado	3	6.682	1	3.140	4	9.822
Subtotal	**286**	**746.037**	**350**	**4.306.556**	**636**	**5.052.593**
TOTAL	**296**	**779.867**	**350**	**4.306.556**	**646**	**5.086.423**

Fonte: CONAB.

É possível observar que da capacidade estática total de 5.086.423 toneladas, apenas 35.543 toneladas estão sendo consideradas pela CONAB como aptas, ou seja, possuem o credenciamento sem qualquer impedimento. Com se constata são apenas 10 dos 646 armazéns existentes no Estado.

Do total da capacidade de armazenagem considerada inapta pela CONAB, 5.052.593 toneladas, os maiores quantitativos estão classificados como: i) com impedimento, que totaliza uma capacidade de armazenagem de 3.176.778 toneladas; e ii) SICAF - impedido e cadastro efetivado, que totaliza uma capacidade de armazenagem de 1.692.473 toneladas.

A distribuição pelo Estado dessa capacidade estática de armazenagem cadastrada na CONAB pode ser observada no Quadro 7.5.

Quadro 7.5 - Capacidade Estática dos Armazéns Cadastrados da Bahia na CONAB - 2018

Em Toneladas

MUNICÍPIO	CONVENCIONAL		GRANEL		TOTAL	
	NÚMERO	CAPACIDADE	NÚMERO	CAPACIDADE	NÚMERO	CAPACIDADE
Barra do Choça	1	210			1	210
Barreiras	41	87.617	54	547.407	95	635.024
Barrocas	1				1	0
Brejões	3	4.990			3	4.990
Brumado	3	1.910			3	1.910
Cansanção	1				1	0
Conceição do Coité	8	12.940			8	12.940
Correntina	26	75.691	43	509.658	69	585.349
Dias d'Ávila	6	60.700			6	60.700
Entre Rios	1	2.000			1	2.000
Eunápolis	0		1	8.670	1	8.670
Feira de Santana	4	14.367			4	14.367
Formosa do Rio Preto	18	20.190	45	685.594	63	705.784
Guanambi	13	13.240	1	800	14	14.040
Ibicoara			1	23.140	1	23.140
Irecê	6	23.400			6	23.400
Itabela	2	9.910			2	9.910
Itaberaba	1	2.030			1	2.030
Itabuna	1	2.410			1	2.410
Itamaraju	4	12.090			4	12.090
Ituberá	1	594			1	594
Jaborandi			8	86.369	8	86.369
Jacobina	1	5.400			1	5.400
Jequié	2	3.850			2	3.850
Juazeiro	1	100			1	100
Jussara	1	117			1	117
Luís Eduardo Magalhães	35	133.979	72	1.122.867	107	1.256.846
Monte Santo	2				2	0
Pintadas	1	25			1	25
Retirolândia	5	1.014			5	1.014
Riachão das Neves	4	1.498	20	318.470	24	319.968
Ribeira do Pombal	1	4.400			1	4.400
Salvador	20	49.096			20	49.096
Santa Cruz Cabrália	1	950			1	950
Santaluz	6	4.170			6	4.170
Santa Maria da Vitória	1	2.000			1	2.000
São Desidério	57	180.239	102	999.621	159	1.179.860
São Domingos	3				3	0
São Félix do Coribe	1				1	0
Serra do Ramalho	2		1	1.310	3	1.310
Teixeira de Freitas	1	7.570			1	7.570
Várzea Nova	1	1.730			1	1.730
Vera Cruz	0		2	2.650	2	2.650
Vitória da Conquista	9	39.440			9	39.440
TOTAL	**296**	**779.867**	**350**	**4.306.556**	**646**	**5.086.423**

Fonte: CONAB.

O município de Luís Eduardo Magalhães é aquele que se destaca com a maior capacidade estática disponível, com 1.256.846 toneladas, distribuídas por 107 unidades de armazenagem, sendo 72 armazéns graneleiros, com um total de 1.122.867 toneladas de capacidade. Em seguida aparecem os municípios de São Desidério, Formosa do Rio Preto e Barreiras, também na região oeste, produtora de grãos do Estado, com

1.179.860 toneladas, 705.784 toneladas e 635.024 toneladas de capacidade disponível, respectivamente, sendo 999.621 toneladas, 685.594 toneladas e 547.407 toneladas de armazéns graneleiros.

Existem ainda outros dois municípios, também da região oeste, que devem ser destacados, Correntina e Riachão das Neves, cujas capacidades estáticas de armazenagem alcançam 585.349 toneladas e 319.968 toneladas, respectivamente, sendo a maior parte disponível em armazéns graneleiros.

Verifica-se, ainda, que a maior disponibilidade de armazéns convencionais também acontece no município de Luís Eduardo Magalhães, com 35 unidades de armazenagem, totalizando 133.979 toneladas de capacidade estática. Importante ressaltar que o município de Luís Eduardo Magalhães concentra, aproximadamente, 25% da capacidade estática de armazenagem total do Estado.

Nesse sentido, deve-se mencionar que os seis municípios citados anteriormente, ou seja, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Correntina e Riachão das Neves reúnem 92% da capacidade estática de armazenagem cadastrada na CONAB no Estado da Bahia.

No Quadro 7.6 estão apresentados os armazéns credenciados e habilitados pela CONAB na Bahia. Como se observa, não há nenhum armazém graneleiro considerado apto pela CONAB.

Quadro 7.6 - Armazéns CONAB na Bahia Credenciados e Habilitados no SICARM - 2018

Em Toneladas

ARMAZENADOR	MUNICÍPIO	TIPO	CAPACIDADE
CONAB	Entre Rios	Convencional	2.000
CONAB	Irecê	Convencional	2.700
CONAB	Irecê	Convencional	2.700
CONAB	Irecê	Convencional	2.700
CONAB	Irecê	Convencional	2.700
CONAB	Irecê	Convencional	6.300
CONAB	Irecê	Convencional	6.300
CONAB	Itaberaba	Convencional	2.030
CONAB	Ribeira do Pombal	Convencional	4.400
CONAB	Santa Maria da Vitória	Convencional	2.000
TOTAL			**33.830**

Fonte: CONAB.

Na condição de certificadas, são oito unidades de armazenagem, localizadas nos municípios de Itaberaba, Itamaraju, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e Vitória da Conquista, que somam 131.565 toneladas, conforme pode ser observado no Quadro 7.7.

Quadro 7.7 - Armazéns na Bahia Certificados no SICARM da CONAB - 2018

Em Toneladas

ARMAZENADOR	MUNICÍPIO	TIPO	CAPACIDADE
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB	Itaberaba	Convencional	2.030
BLENDCOFFEE COMERCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA	Itamaraju	Convencional	2.820
BLENDCOFFEE COMERCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA	Itamaraju	Convencional	2.280
EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/AÂ	Luís Eduardo Magalhães	Estrutural	63.300
COOPERATIVA AGROPECUARIA DO OESTE DA BAHIA	São Desidério	Bateria de silos	25.505
SEMENTEC COM. DESENENVOLVIMENTO LTDA.	São Desidério	Bateria de silos	18.120
SEMENTEC COM. DESENENVOLVIMENTO LTDA.	São Desidério	Convencional	6.750
ARMS GERAIS BAHIA LTDA	Vitória da Conquista	Convencional	10.760
TOTAL			**131.565**

Fonte: CONAB.

7.2. Instalações de Armazenagem nos Portos da Bahia

O Porto de Salvador dispõe das instalações de armazenagem apresentadas no Quadro 7.8. Importante destacar que os armazéns 1 e 2 não foram apresentados, pois já foram demolidos para dar lugar à nova estação de passageiros.

Quadro 7.8 - Instalações de Armazenagem no Porto de Salvador

ARMAZÉM	DIMENSÕES (m)	ÁREA (m²)	USO
Armazém nº 3	100 x 20	2.000	Celulose
Armazém nº 4	90 x 20	1.800	Celulose
Armazém nº 5	150 x 20	3.000	Trigo
Armazém nº 6	100 x 20	2.000	Trigo
Armazém nº 7	70 x 20	1.400	Uso Múltiplo
Armazém nº 8	80 x 20	1.600	Trigo
TOTAL		**11.800**	

Fonte: CODEBA.

Um armazém no Cais de Ligação e que faz parte do Terminal de Contêiner (TECON) foi reformado e lá foi instalado um armazém alfandegado de 4.000 m².

O Porto de Salvador dispõe também de pátios para estocagem, sendo que a maior parte foi arrendada ao TECON, que absorveu cerca de 118.000 m², à Intermarítima, com 20.000 m², e para a Contermas (Terminal de Passageiros).

Deve-se assinalar, ainda, que uma vasta área na retaguarda portuária foi dedicada a um centro de triagem que atende essencialmente aos caminhões que usam a Via Expressa. Além deste polo de retenção, deve-se citar o DEPOT do TECON, com 83.000 m², que é destinado essencialmente a contêineres vazios e à sua manutenção.

Existem ainda as instalações dos moinhos que, embora fora da Área do Porto Organizado, completam o sistema de armazenagem de cargas do porto, são elas:

- Moinho Salvador: apresenta capacidade estática para 20.000 t de trigo;
- Moinho Bahia, hoje Moinho Canuelas: apresenta capacidade estática para 13.000 t de trigo.

Na área portuária de Aratu estão instaladas diversas unidades de armazenamento para granéis sólidos, líquidos e gasosos, sendo a maioria explorada por arrendatários ou por operadores portuários. A única instalação explorada pela própria CODEBA é o pátio de granéis sólidos, localizado na retroárea do Terminal de Granéis Sólidos, com área total de 90.500 m².

As instalações arrendadas estão indicadas no Quadro 7.9, no qual estão apresentadas as respectivas empresas arrendatárias.

Quadro 7.9 - Instalações de Armazenagem Arrendadas no Porto de Aratu

ARRENDATÁRIO - USUÁRIO	ÁREA (m²)	USO
Braskem S/A	26.947	Líquidos a granel
Vopak do Brasil S/A	16.461	Líquidos a granel
Tequimar - Terminal Químico de Aratu	10.109	Líquidos a granel
Tequimar - Terminal Químico de Aratu	84.421	Líquidos a granel
Vopak do Brasil S/A	22.646	Líquidos a granel
Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN	45.402	Sólidos a granel
Magnesita Refratários S/A	12.686	Sólidos a granel
Paranapanema	31.304	Sólidos a granel
TOTAL	**249.975**	

Fonte: CODEBA.

O Porto de Ilhéus dispõe das seguintes instalações de armazenagem:

- Dois armazéns, A1 e A2, com 150 m x 50 m, com área de 8.000 m² cada um. Um dos armazéns é usado para produtos vegetais e o outro para produtos minerais;
- Dois pátios de estocagem, um com 8.000 m² e o outro com 12.500 m².

Os Terminais Privativos da Baía de Todos-os-Santos que possuem ativos de armazenagem relevantes são: o Terminal Almirante Alves Câmara (TEMADRE), o Terminal Portuário de Cotegipe (TPC) e o Terminal da Ford.

O TEMADRE, localizado no município de Madre de Deus, tem capacidade de estocagem de petróleo e de derivados de cerca de 700.000 m³ e faz parte do sistema logístico da Refinaria Landulpho Alves, da PETROBRAS.

Já o TPC, que tem por finalidade atual a movimentação de grãos, especialmente, trigo, soja em grãos e em farelo, e milho, dispõe das seguintes instalações de armazenagem:

- Um armazém para grãos e farelo com capacidade de 100.000 t;
- Um armazém para grãos e farelo com capacidade de 140.000 t;
- Quatro silos verticais com capacidade estática de 7.500 t cada;

- Sete silos verticais com capacidade estática de 18.000 t cada.

O Terminal da Ford possui uma área de armazenagem de 122.545 m² para estocagem de cerca de 6.024 veículos.

Quanto aos terminais privativos do sul do Estado, deve-se destacar o Terminal Marítimo de Belmonte, ligado à operação da empresa Veracel, com 30.000 m² de área para estocagem de madeira e um armazém para estocagem de cerca de 12.000 t estáticas de fardos de celulose, e o Terminal de Barcaças Luciano Villas Boas Machado, localizado em Caravelas, com área para armazenagem de madeira em pátio de 1.700 m².

7.3. Instalações Ferroviárias de Movimentação de Cargas na Bahia

O pátio de maior capacidade de movimentação de vagões da Ferrovia Centro-Atlântica – FCA/VLI na Bahia é o Candeias. Esse pátio é responsável pela movimentação de gasolina e óleo diesel, com capacidade de 40 vagões/dia.

O segundo e o terceiro pátios de maior capacidade no Estado, com 31 e 30 vagões/dia, respectivamente, são o de Itiúba e Irapui, que movimentam cromita. Nos demais pátios, as capacidades variam em uma faixa de oito vagões/dia a 26 vagões/dia.

As características básicas dos pátios/terminais da FCA/VLI na Malha da Bahia estão indicadas no Quadro 7.10.

Quadro 7.10 - Terminais de Carga e Descarga da FCA/VLI

PÁTIO	TERMINAL	MERCADORIA	CAPACIDADE (Vagão/dia)	CAPACIDADE (TU/DIA)
Brumado	Intercement Brumado	Clínquer	18	972
Campo Formoso	Ferbasa	Cromita	15	825
Candeias	Candeias	Gasolina	40	1.720
Candeias	Candeias	Óleo diesel	40	1.980
Catiboaba	Magnesita	Contêiner carregados 20 pés	26	104
Catiboaba	Magnesita	Sinter	20	1.110
Copec	Camaçari	Produto siderúrgico	13	650
Copec	Deten	Linear alquibenzeno	8	368
Irapui	Ferbasa	Cromita	30	1.650
Itiúba	Ferbasa	Cromita	31	1.705
Porto de Aratu	Dow Química	Cal	14	728
Porto de Aratu	Porto de Aratu	Sinter	10	510

Fonte: ANTT.

Estão em desenvolvimento projetos de terminais para captação de cargas, a saber:

- Terminal Intermodal de Camaçari (TERCAM), que tem como objetivo a promoção da consolidação de granéis sólidos produzidos em Camaçari, para o qual se estima o potencial de 400 mil t/ano;
- Centro de Distribuição de Candeias (CDCAN), que tem como objetivo o abastecimento de cloreto de potássio das misturadoras instaladas em Candeias, para o qual se estima o potencial de 200 mil t/ano;

- Terminal Intermodal da Bahia - Simões Filho (TIBA), que tem como objetivo o atendimento da demanda de carga geral, para o qual se estima o potencial de 540 mil t/ano.

Devem ser destacados, ainda, os pátios de carregamento previstos para serem implementados ao longo da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, atualmente em construção:

- Terminal do complexo portuário do Porto Sul em Ilhéus (BA), que se ligará ao grande pátio localizado no km 1.527 da ferrovia;
- Polo de Cargas de Tanhaçu: pátio regulador dos trens de minério de ferro e de transbordo de cargas com a FCA/VLI;
- Polo de Caetité: pátio dos trens de minério de ferro;
- Polo de cargas de Barreiras: pátio de carregamento de produtos agrícolas;
- Polo de cargas de São Desidério: pátio de carregamento de produtos agrícolas.
- Polo de cargas do Sudeste do Tocantins (TO): pátio de carregamento de produtos agrícolas;
- Pátio de Figueirópolis (TO): de intercâmbio com a Ferrovia Norte-Sul.

Estão, ainda, em fase de planejamento os seguintes terminais:

- Terminal de Jequié;
- Terminal de Guanambi;
- Terminal de Bom Jesus da Lapa.

7.4. Instalações Aeroviárias de Movimentação de Cargas na Bahia

A movimentação principal de carga aérea no Estado é realizada pelo Terminal de Logística de Carga (TECA) do aeroporto internacional de Salvador. A configuração atual do TECA é composta de uma área total de 12.020 m², sendo 5.716 m² de área construída, o que permite ao equipamento uma capacidade de movimentação de 1.122 t.

A estrutura do complexo de terminais está organizada em dois grandes componentes:

- Terminal internacional: área de importação, área de exportação, áreas de apoio operacional, plataformas e áreas externas;
- Terminal de cargas nacional.

Importante destacar que, em termos de abrangência das operações realizadas nesse terminal de cargas, na exportação os principais municípios beneficiados pelo TECA tem sido: Juazeiro, Barreiras, Camaçari, Simões Filho e a própria região metropolitana de Salvador. Já na importação, as empresas de Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Feira de Santana, Ilhéus e Candeias são atendidas, principalmente, pelo terminal de Salvador.

As características do TECA de Salvador estão apresentadas na Ilustração 7.2, na qual é possível verificar a diferenciação entre o terminal de cargas nacionais e o terminal de cargas internacionais.

COMPLEXO DE TERMINAIS	
Descrição	m²
Área total dos lotes	12.020,00
Área construída	5.715,80
TERMINAL NACIONAL	
Descrição	m²
Área total	2.800,00
Área construída	730,80
TERMINAL INTERNACIONAL	
Importação	
Descrição	m²
Lado terrestre	2.540,00
Área de armazenagem	1.150,00
Câmaras frigoríficas	117,98
Cargas perigosas	117,98
Recebimento de importação	326,30
Área de conferência	269,69
Corredor de liberação de importação	145,25
Cargas em trânsito	223,70
Cargas perdidas	112,00
Lado AR	823,71
EXPORTAÇÃO	
Descrição	m²
Lado terrestre (área de armazenagem)	888,45
Lado AR	312,29
ÁREAS COMPLEMENTARES	
Áreas de apoio operacional (térreo)	140,51
Plataforma (docas)	218,92
Área externa (estacionamento)	2.232,25

Fonte: Infraero.

Ilustração 7.2 - Características do Terminal de Carga do Aeroporto Internacional de Salvador

7.5. Instalações de Armazenagem nas Instalações Aduaneiras Interiores

A Bahia possui três Estações Aduaneiras Interiores (EADI), especializadas na guarda de mercadorias alfandegadas, todas localizadas na Região Metropolitana de Salvador, a saber:

- EADI Empório, administrada pela empresa Companhia Empório de Armazéns Gerais Alfandegados, localizada na área urbana de Salvador, que até recentemente era classificada como Porto Seco e a partir de 2013 foi elevada à categoria de Centro Logístico Industrial Aduaneiro (CLIA), sendo a primeira empresa nas Regiões Norte e Nordeste a obter este tipo de permissão operacional do governo federal. A CLIA é especializada na armazenagem de maquinários, peças para montagem, alimentos e eletrodomésticos;
- EADI Salvador, situada em Simões Filho, administrada pela Columbia do Nordeste, destina-se à armazenagem de carga geral e produtos químicos, farmacêuticos e perigosos. Possui uma infraestrutura de armazenagem que contempla 20.000 m² de área de armazéns, 12.500 m² de área coberta de armazenagem alfandegada e

125.000 m² de área de pátio. O grupo adquiriu recentemente a CEFRINOR S.A., empresa de armazenagem de carga frigorificada, em especial de gêneros alimentícios, localizada ao lado da EADI Salvador. A empresa possui área de armazenagem de mais de 53.000 m³;

- EADI Intermarítima, localizada na zona portuária contígua ao TECON, sendo administrada pela empresa Intermarítima Portos e Logística S/A. Possui três centros de distribuição e exportação localizados no Centro Industrial de Aratu. A EADI é especializada, principalmente, no armazenamento de cargas conteinerizadas, que abrangem cargas gerais, químicas e perigosas, resfriadas, congeladas e alimentos.

7.6. Distritos Industriais - Áreas de Potencial Armazenagem Própria

A seguir apresenta-se a relação dos polos e distritos industriais e de logística da Bahia, especificando-se a sua área e o número de empresas que os compõem:

- PIC - Camaçari: área de 49.020.000 m², com 90 empresas;
- CIA - Aratu: área de 250.433.947 m², com 150 empresas;
- Alagoinhas: área de 1.224.160 m², com 24 empresas;
- Barreiras: área de 1.174.953 m², com nove empresas;
- Eunápolis: área de 500.000 m², com 17 empresas;
- Feira de Santana: localizado no maior entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste, que interliga três rodovias federais (BR-101, BR-116 e BR-324), com 150 empresas;
- Ilhéus: área de 3.490.000 m², com 49 empresas;
- Itapetinga: área de 445.010 m², com nove empresas;
- Jequié: área de 2.130.000 m², com 35 empresas;
- Juazeiro: área de 3.626.012 m², com 75 empresas;
- Luís Eduardo Magalhães: área de 2.400.000 m², com 34 empresas;
- Santo Antônio de Jesus: área de 118.000 m², com 13 empresas;
- Teixeira de Freitas: área de 1.820.000 m², com 18 empresas;
- Vitória da Conquista: área de 6.070.000 m², com 63 empresas.

7.7. Condomínios Logísticos

O mercado de condomínios logísticos no país tem avançado a cada ano. As mudanças foram progressivas em busca de especificações técnicas que elevassem a qualidade dos galpões e atendessem a demanda, que, ao longo dos anos, também passou por transformações.

Se há 20 anos o mercado de condomínios logísticos era voltado para a estocagem do produto, para manter a qualidade da fabricação e minimizar possíveis danos, há dez anos, a competitividade entre os mercados era quem ditava as regras e impunha agilidade e profissionalismo aos operadores logísticos. O mercado passou a exigir galpões cada vez mais modernos e eficientes.

Recentemente a questão da logística mais uma vez se modificou. O produto passou a ser o coadjuvante e o cliente a prioridade. Assim, as empresas passaram a focar em

atendimento e personalização, o que gerou a necessidade de instalarem seus centros de distribuição dentro de condomínios logísticos, principalmente próximo a rodovias.

Atualmente, com o aumento da parcela de atuação no mercado de e-commerce, as empresas têm buscado mais eficiência operacional na distribuição, atrelada à diminuição dos custos operacionais. Destaca-se que no período de 2014 a 2015, o e-commerce foi responsável por 25% nas locações em condomínios logísticos.

Atualmente esse mercado possui mais de 40 milhões de consumidores ativos. As expectativas do segmento para o e-commerce no Brasil, em 2020, são de que o mercado interno se manterá em crescimento, em conjunto com a China, Índia e México e deverá alcançar um estoque per capita de 0,05 m².

As estatísticas das empresas imobiliárias nacionais apontam para a existência de um estoque de 11.988.914 m² de área útil construída em condomínios logísticos de alto padrão no país em 2016, com uma taxa de vacância de 23%. No mesmo ano, estavam em construção 1.313.807 m² de novas áreas e outros 10.659.741 m² de projetos de novas áreas de condomínios logísticos. O preço médio nacional de locação praticado era de R$ 20,00/m².

Deve-se ressaltar, entretanto, que em função da retração da economia de um modo geral, vários estados têm sido impactados por devoluções de áreas de armazenagem.

Em relação à distribuição regional desses novos projetos, verifica-se que a região Sudeste do país continuará sendo a mais representativa no Brasil, absorvendo, aproximadamente, 72% das novas entregas, impulsionada principalmente por São Paulo. A região Sul concentrava, em 2016, 11% dos novos projetos de condomínios logísticos de alto padrão, enquanto que o Nordeste, Norte e Centro-Oeste incorporavam 16%, 0,43% e 0,35%, respectivamente.

A região Nordeste do país possuía, em 2016, um inventário de área útil construída de condomínios logísticos de alto padrão de 1.179.041 m², com uma taxa de vacância de apenas 11% e um preço médio de locação de R$ 16,40/m². Além disso, no mesmo ano, as novas áreas em construção e os novos projetos alcançavam 30.706 m² e 1.755.884 m², respectivamente. Na região, o Estado de Pernambuco aparecia como principal destaque, com 980.000 m² de inventário de áreas.

A disponibilidade de áreas de condomínios logísticos de alto padrão na Bahia ainda era bastante reduzida em 2016, porém com perspectivas de crescimento futuro expressivo em função dos novos projetos em desenvolvimento. O Estado, naquele ano, tinha um estoque de área útil construída de condomínios logísticos de alto padrão de 45.475 m², com uma taxa de vacância de 24% e um preço médio de locação de R$ 16,00/m². As áreas em construção e os novos projetos em análise, naquele ano, atingiam 27.556 m² e 602.349 m², respectivamente.

Finalmente, deve-se chamar a atenção para o fato de que, quando se considera todos os tipos de galpões de armazenamento industrial, independentemente de seu padrão de qualidade e, considerando também os projetos próprios desenvolvidos nas áreas dos Portos Secos, a Bahia possuía, no ano de 2013, aproximadamente 2,5 milhões m² de área construída, ficando atrás apenas de São Paulo com 35,5 milhões de m² e Rio de Janeiro com 5,5 milhões m².

7.8. ZPE Ilhéus - Área de Potencial Armazenagem Própria

Localizada na Rodovia Ilhéus-Uruçuca, km 12 (BA-262), com um terreno de 2.250 mil m², tendo projeto com 9.500 m² de área construída, tendo sido foi aprovado o projeto arquitetônico, alvará de construção e licença ambiental. A ZPE Ilhéus também contará com o fácil acesso ao futuro Complexo Industrial de Ilhéus.

8. NÍVEL DE MOTORIZAÇÃO

Inicialmente, está apresentada no Quadro 8.1 a classificação adotada pelo DENATRAN - RENAVAN - SINET, em todo o território nacional, para a diferenciação dos diversos tipos de veículos que compõem a frota nacional.

Quadro 8.1 - Classificação dos Tipos de Veículos Segundo o DENATRAN

Automóvel	veículo automotor destinado ao transporte de passageiros, com capacidade para até oito pessoas, exclusive o condutor
Caminhão	veículo automotor destinado ao transporte de carga, com carroçaria, e peso bruto total superior a 3.500 kg
Caminhão Trator	veículo automotor destinado a tracionar ou arrastar outro
Caminhonete	veículo automotor destinado ao transporte de carga, com peso bruto total de até 3.500 kg
Camioneta	veículo automotor, misto, com quatro rodas, com carroçaria, destinado ao transporte simultâneo ou alternativo de pessoas e carga no mesmo compartimento
Chassi Plataforma	veículo inacabado, com equipamento que permita seu deslocamento em vias de rolamento, preparado para receber carroçaria de ônibus
Ciclomotor	veículo de duas ou três rodas, provido de um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a 50 cm^3
Micro-ônibus	veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para até 20 passageiros
Motocicleta	veículo automotor de duas rodas, com ou sem sidecar, dirigido em posição montada
Motoneta	veículo automotor de duas rodas, dirigido por condutor em posição sentada
Ônibus	veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para mais de 20 passageiros
Reboque	veículo destinado a ser engatado atrás de um veículo automotor
Semirreboque	veículo de um ou mais eixos que se apóia na sua unidade tratora ou é a ela ligado por meio de articulação
Sidecar	carro ou caçamba provido de uma roda acoplada na lateral da motocicleta
Trator com rodas	trator que se movimenta sobre rodas, podendo ter chassi rígido ou articulado
Triciclo	veículo rodoviário automotor de estrutura mecânica igual à motocicleta dotado de três rodas
Utilitários	veículo misto caracterizado pela versatilidade do seu uso, inclusive fora da estrada
Outros	argumento que não se enquadra em nenhuma definição estabelecida

Fonte: DENATRAN.

As informações disponíveis sobra a frota total de veículos do Estado da Bahia indicam que ela cresceu, no período de 2001 a 2012, cerca de 226%.

Verifica-se que no ano de 2001, os cinco municípios que possuíam os maiores quantitativos de veículos eram, em ordem decrescente, Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna e Juazeiro, com 352.606, 60.050, 29.751, 21.003, 19.665, respectivamente, representando aproximadamente 54,8% da frota estadual.

Em 2017, com uma única alteração em relação ao ano de 2001, os cinco municípios que possuíam as maiores frotas de veículos foram, também em ordem decrescente, Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro e Camaçari, com 886.703, 265.617, 132.582, 94.656, 87.551, respectivamente, reunindo cerca de 37,0% da frota estadual.

Em termos de representatividade de cada um dos tipos de veículos, considerando-se o primeiro e o último ano da série analisada, podem ser indicadas as seguintes participações em relação à frota total de veículos do Estado:

Quadro 8.2 - Participação dos Tipos de Veículos na Frota Estadual (%)

PÁTIO	2001	2017
Automóvel	60,78	44,26
Caminhão	5,54	2,94
Caminhão Trator	0,51	0,51
Caminhonete e Camioneta	13,66	11,33
Ônibus e Micro-ônibus	2,20	1,71
Motocicleta e Motoneta	15,69	36,08
Reboque e Semirreboque	1,46	2,01
Outros	0,16	1,16
TOTAL	**100,00**	**100,00**

Fonte: DENATRAN.

A frota de automóveis, que em 2001 registrava a maior participação na composição da frota, manteve esta posição em 2017, porém, com significativa redução de sua representatividade sobre a frota total, devido, principalmente, ao crescimento da participação das motocicletas na frota estadual.

Em 2017, a frota de automóveis registrou a maior concentração de veículos no município de Salvador, com 583.805 veículos, seguido por Feira de Santana com 117.978 veículos, Vitória da Conquista com 59.970 veículos, Lauro de Freitas com 43.366 veículos e Camaçari com 42.843 veículos. Juntos estes cinco municípios registraram uma participação de 48,3% na frota estadual de automóveis, que alcançou naquele ano 1.754.967 veículos.

Em relação à frota de caminhões, apenas três municípios registravam uma frota superior a 3.000 veículos em 2017, a saber: Salvador com 17.796 veículos, Feira de Santana com 9.062 veículos e Vitória da Conquista com 4.769 veículos. Naquele ano a frota estadual de caminhões era de 116.551 veículos.

A frota estadual de caminhões tratores em 2017 limitou-se a 20.213 veículos, localizada predominantemente em Salvador, Feira de Santana, Luíz Eduardo Magalhães, Simões Filho e Camaçari, com 2.799, 2.148, 1.690, 1.166 e 1.014 veículos, respectivamente.

Além destes, nenhum outro município possuía, naquele ano, frota de caminhões tratores superior a 1.000 veículos.

Quanto à frota de Caminhonetes, cujo quantitativo era de 338.113 veículos em 2017, verifica-se que se apresentou, em conjunto com as camionetas (111.050 em 2017), na terceira colocação em termos de representatividade na frota estadual, comparativamente aos demais tipos de veículos, sendo superada apenas pelos automóveis e motocicletas. Os municípios de maior concentração deste tipo de veículo, naquele ano, foram: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro e Barreiras, com frotas de 62.485, 19.787, 12.735, 9.100 e 8.100 veículos, respectivamente.

No ano de 2017, a frota estadual de micro-ônibus somava 28.552 veículos, sendo que apenas os municípios de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Juazeiro, com 4.280, 1.447, 1.084 e 1.062 veículos, respectivamente, possuíam frota de micro-ônibus superior a 1.000 veículos.

Por sua vez, a frota estadual de ônibus, no mesmo ano, reunia 39.167 veículos, sendo que Salvador possuía 22,6% dessa frota, com 8.846 veículos, seguido pelos municípios de Vitória da Conquista, Feira de Santana, Camaçari e Juazeiro, com 1.595, 1.428, 1.154 e 1.083 veículos respectivamente, sendo que nenhum outro município possuía frota superior a 1.000 veículos.

Deve-se ressaltar o crescimento expressivo ocorrido na frota de motocicletas entre 2001 (125.699 veículos) e 2017 (1.248.065 veículos), cuja participação, em conjunto com as motonetas (182.345 veículos) na frota total de veículos do Estado cresceu de 15,7% para 36,1%. Importante registrar que os municípios de Salvador, Feira de Santana, Juazeiro, Vitória da Conquista e Jequié, primeiros no ranking, possuíam frotas de 127.230, 74.448, 38.130, 37.144 e 25.098 veículos, respectivamente.

A frota desses cinco municípios reunida representou 24,2% da frota estadual de motocicletas.

A frota de reboques e semirreboques em 2017 era de 79.681 veículos, sendo que mais uma vez os maiores quantitativos estavam concentrados em Salvador e Feira de Santana, com 11.313 e 7.039 veículos, respectivamente.

Nos Quadros 8.3 a 8.11 estão apresentadas as frotas de veículos no Estado da Bahia com base na classificação realizada pelo DENATRAN, segundo cada um dos 27 Territórios de Identidade, para o período de 2006 a 2017. Importante destacar que não foram indicados os bondes, quadriciclos e tratores de esteira, cujas frotas somavam sete veículos em 2017.

Nos Quadros 7.A a 19.A do Anexo são apresentadas também as frotas dos principais tipos de veículos de todos os 417 municípios do Estado da Bahia, individualmente, para o período de 2006 a 2017.

Quadro 8.3 - Frota Total de Veículos da Bahia

TERRITÓRIO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bacia do Jacuípe	18.652	20.914	23.675	27.478	32.432	37.717	43.492	49.296	54.733	59.277	62.777	65.997
Bacia do Paramirim	7.333	8.404	9.546	10.843	17.124	20.054	22.923	26.690	31.682	35.199	37.621	39.831
Bacia do Rio Corrente	13.412	15.770	19.159	22.166	25.469	29.329	33.584	37.647	41.628	45.161	47.711	50.028
Bacia do Rio Grande	41.257	48.276	57.681	67.925	78.552	91.956	105.656	117.524	128.468	137.535	143.961	150.798
Baixo Sul	17.662	19.927	23.643	28.117	32.928	38.295	44.000	49.832	56.695	62.163	67.151	71.469
Chapada Diamantina	21.463	24.538	28.367	33.345	38.959	45.495	52.008	59.152	66.249	72.847	78.614	84.024
Costa do Descobrimento	35.613	39.705	45.771	52.494	59.781	66.936	74.703	82.484	91.326	98.984	105.439	111.252
Extremo Sul	34.491	39.687	48.275	56.652	66.729	76.893	85.653	94.368	102.828	110.464	115.967	121.544
Irecê	21.939	24.277	27.386	32.083	37.913	45.346	52.643	61.445	69.638	77.290	83.147	88.058
Itaparica	25.509	28.786	32.179	36.515	39.010	43.098	47.292	51.559	54.849	57.040	58.784	61.172
Litoral Norte e Agreste Baiano	40.035	45.498	52.424	61.099	70.814	80.353	90.521	100.892	110.278	117.681	123.071	128.476
Litoral Sul	62.726	69.646	79.773	89.968	101.006	111.526	122.411	132.750	142.872	152.197	159.779	167.804
Médio Rio de Contas	32.170	36.227	42.104	48.768	56.209	63.185	69.848	76.989	84.577	90.778	94.829	98.782
Médio Sudoeste da Bahia	15.994	18.203	21.286	24.862	25.201	28.807	31.945	35.087	37.890	40.261	42.017	43.757
Metropolitano de Salvador	565.338	617.701	676.003	740.374	815.186	883.931	958.046	1.022.039	1.079.901	1.121.992	1.151.927	1.181.560
Piemonte da Diamantina	16.032	17.845	20.050	23.005	26.263	29.784	33.770	37.593	41.212	44.675	47.149	49.797
Piemonte do Paraguaçu	16.978	19.207	22.229	25.586	28.976	32.862	37.202	41.455	45.668	49.234	51.903	54.554
Piemonte Norte do Itapicuru	17.866	20.089	23.004	27.024	31.326	35.916	40.871	45.845	50.846	55.278	58.428	61.855
Portal do Sertão	116.113	133.057	152.334	172.240	196.098	218.274	243.134	266.958	289.362	307.816	320.916	337.342
Recôncavo	49.850	56.886	64.119	72.923	82.516	93.104	104.399	116.163	127.165	135.424	141.978	149.491
Semiárido Nordeste II	22.062	24.818	28.328	33.194	38.958	45.294	51.176	57.109	63.022	67.001	70.016	73.204
Sertão do São Francisco	43.694	48.841	57.001	67.227	78.873	89.916	100.296	110.770	119.183	126.413	131.723	138.240
Sertão Produtivo	53.494	60.021	68.429	78.197	89.445	101.590	115.217	128.683	141.289	150.778	158.221	164.409
Sisal	37.283	41.940	46.930	54.483	63.794	75.138	87.097	99.287	110.456	119.670	126.860	133.293
Vale do Jequiriçá	20.199	22.531	25.946	30.200	34.972	39.859	44.842	50.607	56.365	60.971	64.769	68.641
Velho Chico	19.007	22.237	26.873	31.583	37.116	42.756	48.742	55.232	61.757	67.669	71.677	75.297
Vitória da Conquista	58.811	67.589	78.021	89.825	103.328	118.241	135.800	150.870	164.803	175.610	184.655	194.145
TOTAL	**1.424.983**	**1.592.620**	**1.800.536**	**2.038.176**	**2.308.978**	**2.585.655**	**2.877.271**	**3.158.326**	**3.424.742**	**3.639.408**	**3.801.090**	**3.964.820**

Fonte: DENATRAN

Quadro 8.4 - Frota de Automóveis da Bahia

Por Territórios de Identidade (número de veículos)

TERRITÓRIO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bacia do Jacuípe	5.644	6.207	6.808	7.766	9.411	10.807	12.569	14.610	16.621	18.376	19.719	20.911
Bacia do Paramirim	2.005	2.232	2.493	2.847	4.350	5.285	6.375	7.643	9.013	10.275	11.300	12.257
Bacia do Rio Corrente	2.613	2.941	3.363	3.770	4.232	4.898	5.835	6.818	7.989	9.173	10.123	11.042
Bacia do Rio Grande	13.924	16.140	18.408	21.150	24.278	28.562	33.363	37.241	41.245	44.521	47.220	49.992
Baixo Sul	6.998	7.577	8.342	9.442	10.756	12.291	14.008	15.704	17.689	19.207	20.723	22.301
Chapada Diamantina	7.016	7.820	8.751	10.138	11.801	13.854	16.590	19.632	22.786	25.644	28.301	30.818
Costa do Descobrimento	13.339	14.976	16.732	18.749	21.189	23.408	26.057	28.806	31.811	34.275	36.489	38.581
Extremo Sul	13.750	15.849	18.327	20.988	24.243	27.375	30.524	33.496	36.448	38.891	40.768	42.915
Irecê	8.160	8.871	9.849	11.398	13.379	16.043	19.107	22.578	25.855	28.977	31.650	33.843
Itaparica	12.114	13.451	14.766	16.431	17.186	18.772	20.539	22.232	23.349	23.971	24.605	25.428
Litoral Norte e Agreste Baiano	18.664	20.834	23.156	25.909	28.933	31.805	35.392	39.002	42.596	45.358	47.487	49.586
Litoral Sul	33.546	36.505	39.699	43.622	47.986	51.757	56.444	60.396	64.404	68.125	71.127	74.484
Médio Rio de Contas	12.951	14.112	15.327	17.487	19.580	21.634	23.946	26.284	28.973	31.088	32.547	33.976
Médio Sudoeste da Bahia	6.267	6.868	7.528	8.600	8.728	9.798	11.143	12.389	13.596	14.658	15.379	16.194
Metropolitano de Salvador	404.555	435.067	464.566	501.189	540.466	575.135	614.824	648.289	679.552	700.347	714.156	729.670
Piemonte da Diamantina	6.581	7.101	7.665	8.555	9.527	10.681	12.220	13.514	14.869	16.169	17.199	18.283
Piemonte do Paraguaçu	5.646	6.092	6.734	7.715	8.609	9.833	11.449	13.030	14.737	16.229	17.517	18.815
Piemonte Norte do Itapicuru	7.932	8.728	9.613	10.966	12.296	13.660	15.400	17.327	19.167	20.691	21.899	23.116
Portal do Sertão	58.279	64.535	70.046	76.750	84.673	92.487	102.870	112.713	122.144	130.394	136.306	142.832
Recôncavo	21.349	23.305	25.205	28.306	31.200	34.633	39.015	43.325	47.598	51.091	53.780	56.257
Semiárido Nordeste II	5.901	6.481	7.267	8.333	9.573	11.076	12.931	14.969	17.070	18.720	20.217	21.711
Sertão do São Francisco	17.082	18.202	19.620	22.064	25.205	28.164	31.883	35.619	38.677	41.170	43.494	46.230
Sertão Produtivo	15.914	17.504	19.296	21.922	24.868	28.731	33.877	39.121	44.561	48.731	51.936	54.716
Sisal	15.072	16.638	18.269	20.730	23.579	27.117	31.549	36.220	41.111	45.148	48.353	51.123
Vale do Jequiriçá	7.875	8.557	9.381	10.568	11.960	13.545	15.408	17.571	20.025	22.032	23.620	25.113
Velho Chico	4.577	5.000	5.665	6.649	7.737	9.012	10.851	12.899	15.103	17.175	18.796	20.219
Vitória da Conquista	27.982	30.818	33.847	38.378	43.413	48.938	56.896	63.914	70.381	75.716	80.008	84.554
TOTAL	**755.736**	**822.411**	**890.723**	**980.422**	**1.079.158**	**1.179.301**	**1.301.065**	**1.415.342**	**1.527.370**	**1.616.152**	**1.684.719**	**1.754.967**

Fonte: DENATRAN

Quadro 8.5 - Frota de Caminhões da Bahia

Por Territórios de Identidade (número de veículos)

TERRITÓRIO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bacia do Jacuípe	1.156	1.200	1.251	1.360	1.484	1.612	1.780	2.006	2.164	2.253	2.353	2.459
Bacia do Paramirim	491	521	562	618	860	957	1.031	1.097	1.146	1.197	1.217	1.274
Bacia do Rio Corrente	665	709	790	892	951	1.036	1.135	1.239	1.300	1.323	1.325	1.341
Bacia do Rio Grande	2.733	2.997	3.353	3.633	3.922	4.386	4.883	5.171	5.341	5.429	5.360	5.361
Baixo Sul	1.264	1.337	1.453	1.566	1.737	1.912	2.078	2.214	2.437	2.528	2.569	2.670
Chapada Diamantina	1.264	1.343	1.437	1.640	1.778	1.968	2.162	2.350	2.512	2.692	2.807	2.947
Costa do Descobrimento	1.761	1.844	1.923	2.002	2.114	2.273	2.450	2.570	2.686	2.792	2.889	2.960
Extremo Sul	1.487	1.667	1.813	1.931	2.146	2.394	2.611	2.784	2.869	2.912	2.928	2.971
Irecê	1.233	1.299	1.375	1.506	1.665	1.906	2.043	2.316	2.454	2.580	2.718	2.823
Itaparica	824	853	874	949	939	987	1.071	1.126	1.124	1.107	1.128	1.134
Litoral Norte e Agreste Baiano	1.908	2.019	2.106	2.226	2.426	2.586	2.732	3.118	3.251	3.308	3.372	3.391
Litoral Sul	2.792	2.896	3.018	3.183	3.436	3.761	3.997	4.180	4.343	4.444	4.553	4.537
Médio Rio de Contas	1.852	1.906	1.971	2.073	2.206	2.344	2.519	2.671	2.795	2.882	2.936	3.004
Médio Sudoeste da Bahia	930	946	980	1.025	1.016	1.109	1.138	1.189	1.218	1.238	1.271	1.281
Metropolitano de Salvador	17.094	18.269	19.560	21.051	23.633	25.506	26.680	27.759	28.488	28.837	28.751	28.421
Piemonte da Diamantina	820	863	885	912	965	1.028	1.101	1.184	1.229	1.278	1.316	1.367
Piemonte do Paraguaçu	803	834	898	976	1.046	1.143	1.247	1.377	1.484	1.564	1.632	1.662
Piemonte Norte do Itapicuru	903	930	977	1.042	1.124	1.225	1.351	1.510	1.604	1.676	1.733	1.776
Portal do Sertão	6.603	7.036	7.362	7.883	8.767	9.257	9.851	10.161	10.655	10.889	10.962	11.113
Recôncavo	3.769	3.929	4.005	4.051	4.239	4.529	4.828	5.096	5.425	5.614	5.725	5.814
Semiárido Nordeste II	763	764	796	817	922	1.048	1.122	1.206	1.230	1.231	1.248	1.299
Sertão do São Francisco	2.760	2.926	3.147	3.381	3.658	3.969	4.285	4.506	4.332	4.217	4.189	4.206
Sertão Produtivo	3.160	3.280	3.492	3.716	4.138	4.623	5.105	5.614	5.921	6.137	6.340	6.481
Sisal	1.805	1.898	1.993	2.143	2.371	2.660	2.928	3.381	3.649	3.857	4.030	4.137
Vale do Jequiriçá	1.397	1.476	1.562	1.646	1.807	1.985	2.104	2.249	2.414	2.527	2.618	2.688
Velho Chico	987	1.060	1.146	1.211	1.329	1.469	1.560	1.681	1.798	1.893	1.958	2.021
Vitória da Conquista	3.831	4.033	4.344	4.752	5.151	5.650	6.113	6.458	6.789	7.052	7.236	7.413
TOTAL	**65.055**	**68.835**	**73.073**	**78.185**	**85.830**	**93.323**	**99.905**	**106.213**	**110.658**	**113.457**	**115.164**	**116.551**

Quadro 8.6 - Frota de Caminhões Tratores da Bahia

Por Territórios de Identidade (número de veículos)

TERRITÓRIO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bacia do Jacuípe	69	74	76	90	119	139	172	214	247	271	284	299
Bacia do Paramirim	97	108	130	142	173	177	179	194	194	207	216	227
Bacia do Rio Corrente	32	31	37	42	51	58	79	97	104	103	113	110
Bacia do Rio Grande	696	814	1.019	1.141	1.368	1.688	1.924	2.191	2.389	2.502	2.569	2.638
Baixo Sul	26	25	26	31	39	43	50	62	78	85	83	85
Chapada Diamantina	71	78	94	103	129	156	169	199	215	244	255	272
Costa do Descobrimento	72	85	95	110	161	204	244	269	332	314	298	300
Extremo Sul	210	208	264	299	364	483	543	588	679	678	676	678
Irecê	68	65	61	69	79	97	111	143	161	173	181	204
Itaparica	69	69	71	83	52	53	61	71	73	73	75	77
Litoral Norte e Agreste Baiano	154	153	171	203	273	314	332	394	450	489	526	540
Litoral Sul	130	145	188	215	246	303	340	337	345	348	360	385
Médio Rio de Contas	137	173	206	221	305	344	352	379	385	392	402	395
Médio Sudoeste da Bahia	21	30	37	42	28	30	30	38	42	46	50	54
Metropolitano de Salvador	2.906	3.361	3.940	4.317	4.977	5.718	6.316	6.884	7.266	7.350	7.270	7.045
Piemonte da Diamantina	35	34	33	33	35	42	49	55	52	52	53	59
Piemonte do Paraguaçu	40	44	45	49	58	70	77	90	106	110	117	130
Piemonte Norte do Itapicuru	113	132	162	174	210	254	274	289	319	329	329	332
Portal do Sertão	897	1.035	1.236	1.398	1.648	1.859	1.919	2.191	2.411	2.476	2.513	2.608
Recôncavo	184	207	211	211	258	281	311	369	403	426	440	438
Semiárido Nordeste II	13	16	23	26	39	50	100	113	119	123	131	130
Sertão do São Francisco	105	119	133	139	166	179	201	241	269	273	276	271
Sertão Produtivo	409	429	498	529	596	670	776	831	924	936	963	1.021
Sisal	90	98	103	119	150	176	202	235	256	289	307	349
Vale do Jequiriçá	59	68	71	77	79	83	98	100	108	121	134	144
Velho Chico	81	74	85	100	121	143	158	182	187	204	205	230
Vitória da Conquista	323	356	412	456	547	667	753	912	991	1.075	1.137	1.192
TOTAL	**7.107**	**8.031**	**9.427**	**10.419**	**12.271**	**14.281**	**15.820**	**17.668**	**19.105**	**19.689**	**19.963**	**20.213**

Fonte: DENATRAN

Quadro 8.7 - Frota de Caminhonetes e Camionetas da Bahia

Por Territórios de Identidade (número de veículos)

TERRITÓRIO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bacia do Jacuípe	2.167	2.338	2.521	2.764	3.162	3.569	4.060	4.639	5.218	5.723	6.152	6.611
Bacia do Paramirim	1.234	1.367	1.495	1.633	2.343	2.749	3.140	3.623	4.129	4.569	4.902	5.198
Bacia do Rio Corrente	1.767	1.932	2.178	2.460	2.736	3.108	3.578	4.012	4.532	5.016	5.400	5.826
Bacia do Rio Grande	6.217	6.813	7.865	9.103	10.610	12.428	14.492	16.253	17.732	18.931	19.813	20.971
Baixo Sul	3.060	3.227	3.414	3.819	4.349	4.896	5.449	6.130	7.037	7.717	8.369	9.021
Chapada Diamantina	3.669	3.932	4.300	4.818	5.344	6.100	6.897	7.875	8.925	10.023	11.056	12.021
Costa do Descobrimento	4.149	4.466	4.931	5.507	6.209	6.885	7.705	8.498	9.638	10.528	11.358	12.182
Extremo Sul	4.057	4.551	5.216	5.945	6.861	7.891	8.858	9.809	10.772	11.341	11.989	12.870
Irecê	3.051	3.279	3.551	4.091	4.765	5.532	6.364	7.244	8.157	9.058	9.858	10.533
Itaparica	2.355	2.599	2.855	3.169	3.317	3.641	4.061	4.530	4.881	5.171	5.445	5.772
Litoral Norte e Agreste Baiano	3.990	4.377	4.820	5.362	6.039	6.758	7.468	8.364	9.253	9.906	10.534	11.326
Litoral Sul	8.561	9.088	9.666	10.483	11.633	12.781	13.874	15.122	16.587	17.847	18.971	20.066
Médio Rio de Contas	4.153	4.415	4.700	5.170	5.885	6.471	6.957	7.616	8.488	9.104	9.541	9.947
Médio Sudoeste da Bahia	2.363	2.515	2.725	3.032	2.861	3.303	3.717	4.104	4.528	4.807	5.014	5.296
Metropolitano de Salvador	58.789	63.066	68.277	74.597	84.195	93.337	103.928	113.010	121.681	128.136	133.939	139.111
Piemonte da Diamantina	2.376	2.510	2.668	2.853	3.127	3.417	3.796	4.257	4.782	5.185	5.487	5.916
Piemonte do Paraguaçu	1.953	2.063	2.220	2.467	2.708	3.057	3.461	3.864	4.325	4.661	4.978	5.365
Piemonte Norte do Itapicuru	2.305	2.479	2.726	3.042	3.410	3.902	4.428	5.010	5.702	6.258	6.662	7.200
Portal do Sertão	12.428	13.644	14.842	16.178	18.013	19.836	22.101	24.301	26.951	28.834	30.324	32.294
Recôncavo	4.983	5.319	5.690	6.238	6.958	7.758	8.587	9.761	11.141	12.017	12.769	13.594
Semiárido Nordeste II	1.839	1.946	2.138	2.404	2.756	3.152	3.516	3.948	4.542	4.991	5.382	5.676
Sertão do São Francisco	7.054	7.445	8.006	8.824	9.906	10.919	11.866	12.944	14.022	15.012	15.875	16.806
Sertão Produtivo	7.634	8.198	8.992	9.883	10.964	12.354	13.861	15.534	17.519	19.033	20.315	21.322
Sisal	4.133	4.431	4.761	5.200	5.900	6.789	7.731	8.858	10.033	11.107	11.913	12.688
Vale do Jequiriçá	2.832	3.054	3.265	3.655	4.110	4.538	5.001	5.623	6.406	7.004	7.563	8.031
Velho Chico	2.789	3.029	3.310	3.712	4.224	4.784	5.435	6.227	7.091	7.865	8.497	9.106
Vitória da Conquista	9.171	9.928	10.705	11.928	13.405	15.037	16.859	18.575	20.341	21.809	23.009	24.414
TOTAL	**169.079**	**182.011**	**197.837**	**218.337**	**245.790**	**274.992**	**307.190**	**339.731**	**374.413**	**401.653**	**425.115**	**449.163**

Fonte: DENATRAN

Quadro 8.8 - Frota de Ônibus e Micro-ônibus da Bahia

Por Territórios de Identidade (número de veículos)

TERRITÓRIO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bacia do Jacuípe		412	452	508	645	756	855	980	1.041	1.079	1.140	1.211
Bacia do Paramirim	199	211	236	279	524	567	595	656	716	745	779	838
Bacia do Rio Corrente	284	316	345	394	434	493	524	615	647	666	682	711
Bacia do Rio Grande	512	583	651	728	860	1.005	1.116	1.286	1.349	1.477	1.543	1.664
Baixo Sul	343	395	464	558	645	763	908	1.111	1.256	1.379	1.480	1.601
Chapada Diamantina	522	597	658	835	961	1.124	1.229	1.443	1.539	1.614	1.734	1.949
Costa do Descobrimento	944	1.020	1.028	1.052	1.118	1.257	1.340	1.437	1.512	1.608	1.690	1.739
Extremo Sul	555	604	681	748	828	959	1.170	1.298	1.347	1.352	1.368	1.409
Irecê	244	262	294	354	481	612	740	973	1.075	1.226	1.294	1.371
Itaparica	471	525	572	640	684	753	806	875	885	894	912	971
Litoral Norte e Agreste Baiano	1.055	1.149	1.332	1.488	1.657	1.871	2.023	2.232	2.337	2.463	2.555	2.668
Litoral Sul	1.143	1.197	1.305	1.486	1.587	1.635	1.719	1.853	1.949	2.022	2.040	2.108
Médio Rio de Contas	435	438	505	603	688	811	891	1.017	1.087	1.126	1.194	1.270
Médio Sudoeste da Bahia	453	481	525	580	439	484	535	595	614	629	639	670
Metropolitano de Salvador	11.806	12.832	13.794	14.477	15.874	17.144	18.020	19.093	20.141	20.788	20.678	20.285
Piemonte da Diamantina	305	334	359	409	460	513	573	675	716	777	825	889
Piemonte do Paraguaçu	286	319	363	436	508	586	643	778	838	884	905	956
Piemonte Norte do Itapicuru	438	464	516	578	633	703	754	843	906	950	977	1.068
Portal do Sertão	2.074	2.287	2.538	2.755	3.021	3.342	3.543	3.887	4.099	4.319	4.552	4.518
Recôncavo	1.245	1.407	1.527	1.676	1.819	2.040	2.167	2.354	2.485	2.565	2.611	2.727
Semiárido Nordeste II	440	477	516	604	707	831	903	1.040	1.049	1.110	1.156	1.282
Sertão do São Francisco	1.310	1.434	1.595	1.909	2.195	2.466	2.669	2.908	2.934	3.017	3.098	3.187
Sertão Produtivo	804	887	966	1.161	1.358	1.558	1.735	2.046	2.193	2.278	2.354	2.563
Sisal	795	853	958	1.099	1.248	1.478	1.624	1.888	2.015	2.120	2.194	2.404
Vale do Jequiriçá	413	443	489	570	669	773	854	1.016	1.077	1.128	1.182	1.290
Velho Chico	420	482	548	671	739	865	958	1.149	1.200	1.320	1.338	1.476
Vitória da Conquista	1.811	1.960	2.202	2.496	2.784	3.128	3.522	4.012	4.245	4.450	4.625	4.894
TOTAL	**29.692**	**32.369**	**35.419**	**39.094**	**43.566**	**48.517**	**52.416**	**58.060**	**61.252**	**63.986**	**65.545**	**67.719**

Quadro 8.9 - Frota de Motocicletas e Motonetas da Bahia

Por Territórios de Identidade (número de veículos)

TERRITÓRIO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bacia do Jacuípe	8.971	10.388	12.236	14.617	17.143	20.259	23.381	26.014	28.469	30.452	31.884	33.084
Bacia do Paramirim	3.175	3.808	4.425	5.103	8.584	9.992	11.252	13.083	16.033	17.695	18.655	19.418
Bacia do Rio Corrente	7.937	9.712	12.302	14.430	16.850	19.451	22.062	24.407	26.508	28.236	29.332	30.173
Bacia do Rio Grande	15.362	18.731	23.681	29.000	33.696	39.161	44.142	48.703	52.838	56.405	58.471	60.206
Baixo Sul	5.824	7.198	9.749	12.475	15.128	18.047	21.085	24.117	27.637	30.617	33.203	34.833
Chapada Diamantina	8.680	10.491	12.797	15.428	18.505	21.752	24.330	26.890	29.379	31.567	33.281	34.641
Costa do Descobrimento	14.517	16.308	19.865	23.738	27.404	31.019	34.643	38.411	42.452	46.208	49.097	51.559
Extremo Sul	13.517	15.805	20.732	25.262	30.441	35.451	39.175	43.242	47.237	50.992	53.547	55.520
Irecê	9.004	10.293	12.010	14.373	17.180	20.696	23.712	27.494	31.132	34.326	36.276	37.870
Itaparica	9.460	11.052	12.769	14.905	16.513	18.506	20.270	22.106	23.782	24.970	25.582	26.550
Litoral Norte e Agreste Baiano	13.359	15.960	19.668	24.544	29.892	35.163	40.436	45.359	49.556	52.937	55.044	56.892
Litoral Sul	15.122	18.191	24.041	28.828	33.601	38.480	42.898	47.367	51.329	55.150	57.992	60.237
Médio Rio de Contas	12.097	14.571	18.679	22.432	26.630	30.577	34.095	37.827	41.551	44.767	46.656	48.464
Médio Sudoeste da Bahia	5.739	7.107	9.190	11.256	11.815	13.704	14.948	16.281	17.317	18.268	18.946	19.485
Metropolitano de Salvador	58.427	70.767	88.368	105.120	123.176	140.473	157.267	172.390	185.278	196.163	203.961	211.188
Piemonte da Diamantina	5.686	6.760	8.173	9.951	11.826	13.713	15.579	17.371	18.980	20.568	21.539	22.452
Piemonte do Paraguaçu	8.078	9.658	11.743	13.685	15.739	17.814	19.901	21.815	23.625	25.145	26.029	26.678
Piemonte Norte do Itapicuru	5.884	6.999	8.595	10.743	13.101	15.515	17.923	20.031	22.211	24.329	25.657	26.845
Portal do Sertão	32.584	40.842	51.993	62.474	74.367	85.117	95.840	105.713	114.313	121.339	125.924	129.319
Recôncavo	17.342	21.608	26.216	30.995	36.361	41.977	47.345	52.829	57.416	60.752	63.394	65.626
Semiárido Nordeste II	12.910	14.914	17.326	20.689	24.561	28.634	31.952	35.063	38.072	39.746	40.654	41.720
Sertão do São Francisco	14.896	18.144	23.814	30.105	36.826	43.149	48.108	53.073	57.261	60.754	62.510	65.009
Sertão Produtivo	24.740	28.788	34.074	39.752	46.111	51.991	57.958	63.343	67.654	70.917	73.354	75.029
Sisal	14.890	17.468	20.246	24.518	29.732	35.911	41.898	47.296	51.770	55.329	58.028	60.210
Vale do Jequiriçá	7.410	8.701	10.924	13.394	16.025	18.558	20.958	23.565	25.774	27.513	28.925	30.116
Velho Chico	9.961	12.366	15.836	18.916	22.554	25.971	29.160	32.354	35.504	38.195	39.675	40.878
Vitória da Conquista	14.621	19.251	25.023	30.078	35.971	42.350	48.594	53.529	58.136	61.205	63.886	66.408
TOTAL	**370.193**	**445.881**	**554.475**	**666.811**	**789.732**	**913.431**	**1.028.912**	**1.139.673**	**1.241.214**	**1.324.545**	**1.381.502**	**1.430.410**

Fonte: DENATRAN

Quadro 8.10 - Frota de Reboques e Semirreboques da Bahia

Por Territórios de Identidade (número de veículos)

TERRITÓRIO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bacia do Jacuípe	256	288	320	357	447	527	610	739	861	989	1.087	1.212
Bacia do Paramirim	127	147	188	202	259	280	291	319	356	396	422	465
Bacia do Rio Corrente	106	118	132	164	189	232	299	362	440	519	596	666
Bacia do Rio Grande	1.666	1.999	2.388	2.738	3.229	3.905	4.695	5.458	6.204	6.776	7.362	8.162
Baixo Sul	132	146	163	179	198	243	302	343	389	424	472	533
Chapada Diamantina	224	253	294	340	374	435	487	568	659	771	840	923
Costa do Descobrimento	727	873	1.000	1.109	1.270	1.498	1.802	1.970	2.306	2.595	2.788	2.890
Extremo Sul	864	924	1.132	1.315	1.579	1.956	2.305	2.603	2.865	3.641	3.919	4.224
Irecê	162	179	194	217	261	305	360	452	534	646	733	821
Itaparica	198	214	242	290	264	311	393	496	602	689	751	825
Litoral Norte e Agreste Baiano	847	907	1.016	1.150	1.323	1.490	1.689	1.911	2.243	2.542	2.772	2.971
Litoral Sul	1.274	1.442	1.628	1.839	2.103	2.310	2.544	2.817	3.071	3.281	3.541	3.795
Médio Rio de Contas	440	496	566	613	709	761	810	874	910	994	1.088	1.163
Médio Sudoeste da Bahia	190	208	238	267	246	288	324	369	440	473	550	594
Metropolitano de Salvador	9.510	11.115	13.002	14.046	15.740	17.360	18.819	20.550	21.850	23.123	24.071	24.938
Piemonte da Diamantina	214	220	231	248	278	326	371	433	467	511	567	623
Piemonte do Paraguaçu	138	157	178	200	236	263	305	361	418	481	536	606
Piemonte Norte do Itapicuru	232	291	330	372	439	530	580	663	742	828	895	974
Portal do Sertão	2.826	3.121	3.609	3.987	4.607	5.150	5.609	6.378	6.902	7.427	7.913	8.367
Recôncavo	894	1.000	1.119	1.264	1.424	1.566	1.723	1.934	2.122	2.298	2.459	2.601
Semiárido Nordeste II	182	202	236	285	345	421	544	627	771	878	990	1.101
Sertão do São Francisco	410	476	549	628	696	805	962	1.123	1.266	1.368	1.480	1.606
Sertão Produtivo	789	889	1.016	1.107	1.239	1.412	1.580	1.770	2.011	2.192	2.338	2.542
Sisal	470	519	562	624	739	879	988	1.172	1.334	1.491	1.644	1.793
Vale do Jequiriçá	200	216	231	253	276	309	339	382	430	494	536	616
Velho Chico	167	200	237	266	323	385	447	538	627	741	827	942
Vitória da Conquista	921	1.040	1.178	1.366	1.595	1.891	2.175	2.513	2.848	3.093	3.335	3.570
TOTAL	**24.166**	**27.640**	**31.979**	**35.426**	**40.388**	**45.838**	**51.353**	**57.725**	**63.668**	**69.661**	**74.512**	**79.523**

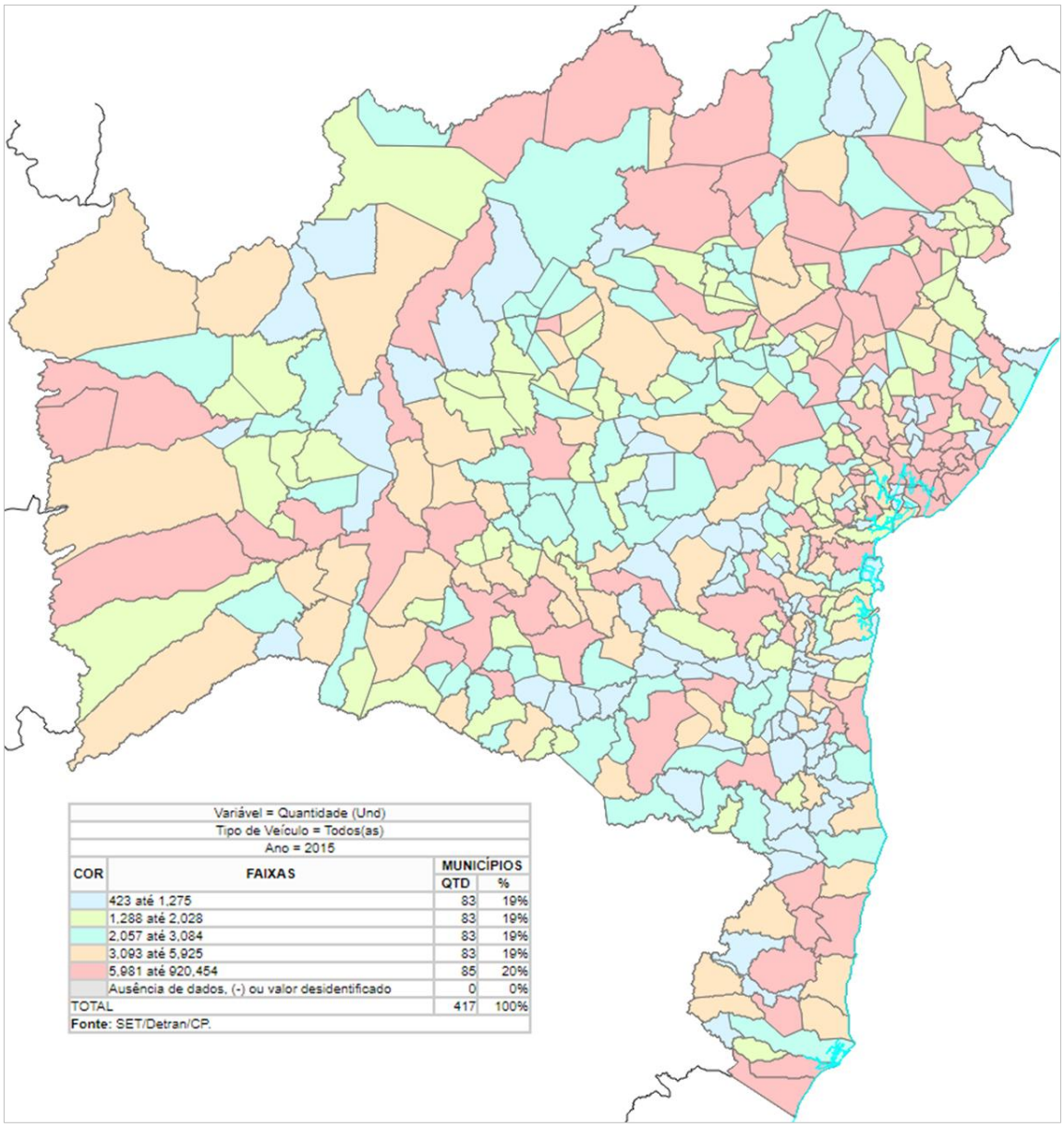
Quadro 8.11 - Frota de Outros Veículos da Bahia (Inclui Chassi Plataforma, Ciclomotor, Sidecar, Trator com Rodas, Triciclo, Utilitário e Outros)

Por Territórios de Identidade (número de veículos)

TERRITÓRIO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bacia do Jacuípe	4	6	10	15	20	46	61	90	106	128	152	204
Bacia do Paramirim	5	10	17	19	31	47	60	75	95	115	130	154
Bacia do Rio Corrente	8	11	12	14	26	53	72	97	108	125	140	159
Bacia do Rio Grande	147	199	316	432	589	821	1.041	1.221	1.370	1.494	1.623	1.804
Baixo Sul	15	22	32	47	76	100	120	151	172	206	252	425
Chapada Diamantina	12	18	29	37	53	85	122	171	208	269	318	430
Costa do Descobrimento	104	133	197	227	316	392	462	523	589	664	830	1.041
Extremo Sul	36	57	83	137	238	352	426	501	557	587	705	885
Irecê	17	29	52	75	103	155	206	244	269	302	435	591
Itaparica	18	23	30	48	55	75	91	123	153	165	286	415
Litoral Norte e Agreste Baiano	58	99	155	217	271	365	448	511	591	677	780	1.101
Litoral Sul	153	177	224	308	410	497	595	678	844	980	1.195	2.192
Médio Rio de Contas	105	116	150	169	206	243	278	321	388	425	465	563
Médio Sudoeste da Bahia	31	48	63	60	68	91	110	122	135	141	167	182
Metropolitano de Salvador	2.243	3.216	4.489	5.574	7.123	9.256	12.190	14.062	15.643	17.246	19.099	20.900
Piemonte da Diamantina	15	23	36	44	45	64	81	104	117	135	163	208
Piemonte do Paraguaçu	6	11	16	26	40	64	83	104	99	122	148	299
Piemonte Norte do Itapicuru	59	66	85	107	113	127	161	172	195	217	276	544
Portal do Sertão	422	557	708	815	1.002	1.226	1.401	1.614	1.887	2.138	2.422	6.291
Recôncavo	84	111	146	182	257	320	423	495	575	661	800	2.434
Semiárido Nordeste II	14	18	26	36	55	82	108	143	169	202	238	285
Sertão do São Francisco	75	93	135	175	219	263	320	354	419	600	799	923
Sertão Produtivo	44	46	95	127	171	251	324	422	504	554	621	735
Sisal	21	29	33	45	73	127	171	229	280	320	380	577
Vale do Jequiriçá	13	16	23	37	46	68	80	101	131	152	191	643
Velho Chico	24	25	45	57	88	126	172	201	246	275	380	424
Vitória da Conquista	151	203	310	371	462	580	888	957	1.072	1.210	1.419	1.700
TOTAL	**3.884**	**5.362**	**7.517**	**9.401**	**12.156**	**15.876**	**20.494**	**23.786**	**26.922**	**30.110**	**34.414**	**46.109**

Fonte: DENATRAN

A Ilustração 8.1 apresenta a distribuição espacial da frota de veículos no Estado, em 2015.



Variável = Quantidade (Und)			
Tipo de Veículo = Todos(as)			
Ano = 2015			
COR	FAIXAS	MUNICÍPIOS	
		QTD	%
	423 até 1.275	83	19%
	1.288 até 2.028	83	19%
	2.057 até 3.084	83	19%
	3.093 até 5.925	83	19%
	5.981 até 920.454	85	20%
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	0	0%
TOTAL		417	100%
Fonte: SET/Detran/CP.			

Fonte: SET/DETRAN.

Ilustração 8.1 - Distribuição Espacial da Frota Total de Veículos da Bahia em 2015

9. MOVIMENTOS DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

O movimento de importação e exportação nacional, no período de 2006 a 2017, está expresso no Quadro 9.1.

Quadro 9.1 - Exportação e Importação do Brasil (2006 - 2017)

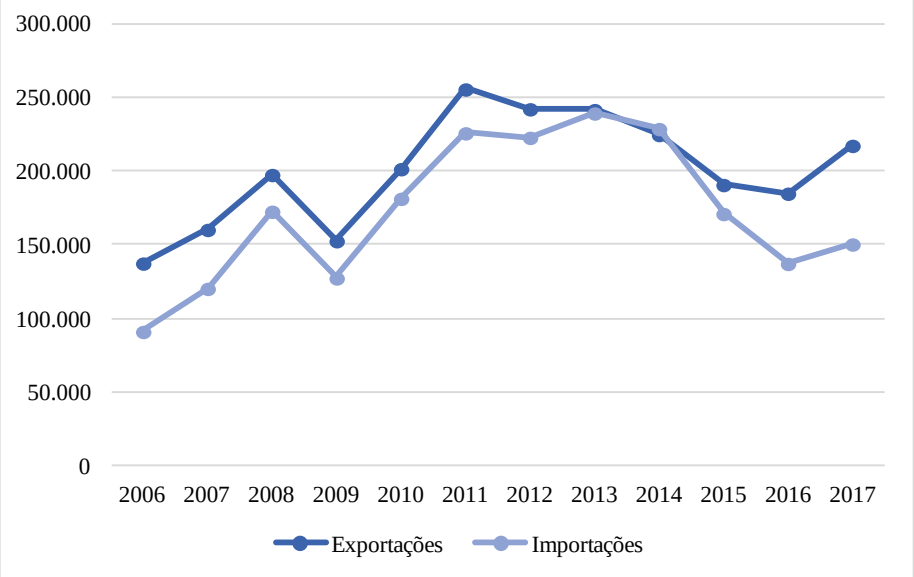
Valor em USD Milhões FOB

ANOS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO	CORRENTE DE COMÉRCIO
2006	137.807	91.351	46.457	229.158
2007	160.649	120.617	40.032	281.267
2008	197.942	172.985	24.958	370.927
2009	152.995	127.722	25.272	280.717
2010	201.915	181.768	20.147	383.684
2011	256.040	226.247	29.793	482.286
2012	242.578	223.183	19.395	465.761
2013	242.034	239.748	2.286	481.781
2014	225.101	229.150	-4.049	454.251
2015	191.134	171.449	19.685	362.583
2016	185.235	137.552	47.683	322.787
2017	217.739	150.749	66.990	368.488

Fonte: MIDIC/SECEX.

É possível observar que as exportações brasileiras alcançaram seu maior valor no ano de 2011, conforme o Quadro 9.1. Os anos de 2012 e 2013 se mantiveram estáveis e posteriormente ocorreu uma queda nos valores de exportação.

As importações brasileiras tiveram o seu melhor período entre 2012 e 2014, quando atingiu o ápice em 2013 (também ápice da corrente de comércio). Nos anos de 2015 e 2016 ocorreu um encolhimento nas importações, entretanto em 2017 ocorreu um avanço, tais movimentos ficam nítidos na Ilustração 9.1.



Fonte: MIDIC/SECEX.

Ilustração 9.1 - Exportações e Importações Brasileiras Durante os Anos de 2006 a 2017

Diante da ilustração é possível constatar que o saldo da balança comercial se manteve positivo, isto é, as exportações estiveram acima das importações ao longo do período, apenas em 2014 ocorreu de outro modo. O ano de 2017 marcou a maior distância entre as retas dos gráficos, portanto, ocorreu o melhor valor para o saldo brasileiro.

Os valores e participações dos Estados brasileiros na exportação e importação, nos anos de 2016 e 2017, estão disponíveis nos Quadros 9.2 e 9.3, por essa ordem.

Quadro 9.2 - Exportação dos Principais Estados Brasileiros (2016 - 2017)

Valor em USD Mil FOB

ESTADO	2016	PARTICIPAÇÃO	2017	PARTICIPAÇÃO
São Paulo	46.205.989	25%	50.662.278	23%
Minas Gerais	21.920.658	12%	25.349.874	12%
Rio de Janeiro	17.185.662	9%	21.711.784	10%
Paraná	15.171.100	8%	18.082.394	8%
Rio Grande do Sul	16.578.206	9%	17.787.568	8%
Mato Grosso	12.588.620	7%	14.728.003	7%
Pará	10.511.328	6%	14.484.464	7%
Santa Catarina	7.593.442	4%	8.510.969	4%
Bahia	6.776.509	4%	8.066.299	4%
Espírito Santo	6.530.792	4%	8.038.649	4%
Goiás	5.930.087	3%	6.905.342	3%
Mato Grosso do Sul	4.071.270	2%	4.785.479	2%
Demais estados	14.171.738	8%	18.626.073	9%
TOTAL	**185.235.401**	**100%**	**217.739.176**	**100%**

Fonte: MIDIC/SECEX.

O Estado da Bahia se manteve estável nos dois anos analisados em sua participação nas exportações brasileiras, representando 4% do total exportado, ficando em nono lugar no ranking nacional das exportações.

O cenário baiano nas importações teve um acréscimo de 1% nas participações no comparativo entre os anos de 2016 e 2017. A Bahia ficou em oitavo lugar no ranking do país.

Quadro 9.3 - Importação dos Principais Estados Brasileiros (2016 e 2017)

Valor em USD Mil FOB

ESTADO	2016	PARTICIPAÇÃO	2017	PARTICIPAÇÃO
São Paulo	51.764.149	38%	55.294.998	37%
Santa Catarina	10.367.838	8%	12.584.945	8%
Paraná	11.092.307	8%	11.518.546	8%
Rio de janeiro	12.552.121	9%	11.086.918	7%
Rio Grande do Sul	8.313.446	6%	9.923.282	7%
Amazonas	6.250.416	5%	8.717.978	6%
Minas Gerais	6.554.845	5%	7.346.531	5%
Bahia	6.151.450	4%	7.199.182	5%
Pernambuco	4.449.306	3%	5.703.995	4%
Espírito Santo	3.698.509	3%	4.607.138	3%
Goiás	2.641.535	2%	3.237.280	2%
Maranhão	2.101.599	2%	2.559.415	2%
Demais estados	11.614.478	8%	10.969.245	7%
TOTAL	**137.551.999**	**100%**	**150.749.453**	**100%**

Fonte: MIDIC/SECEX.

As importações brasileiras também podem ser divididas quanto às regiões, os valores de importação e participação de cada região estão descritos nos Quadros 9.4 e 9.5.

A Região Nordeste é responsável pela maior variação percentual no período analisado, 36%. A Região Sul, por sua vez, apresenta a menor variação no intervalo.

A participação da Região Sudeste em valores é predominante sobre as demais, representando quase 50% do total em valores das importações brasileiras. O Nordeste aparece em quarto lugar, com 8% de participação em valores nas importações do país.

Quadro 9.4 - Exportações Brasileiras por Região (2016 - 2017)

Valor em US$ Mil FOB

REGIÃO	2016	PARTICIPAÇÃO	2017	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Sudeste	91.843.101	50%	105.762.586	49%	15%
Sul	39.342.749	21%	44.380.932	20%	13%
Centro-Oeste	22.754.526	12%	26.670.121	12%	17%
Nordeste	12.887.983	7%	17.536.708	8%	36%
Norte	12.813.681	7%	16.761.270	8%	31%
Não declarada	5.593.362	3%	6.627.561	3%	18%
TOTAL	**185.235.402**	**100%**	**217.739.178**	**100%**	**18%**

Fonte: MIDIC/SECEX.

A Região Sudeste é responsável por metade das exportações brasileiras, pode-se observar que apesar de ter ocorrido uma variação de 15% nos valores exportados entre 2016 e 2017, a participação no cenário das exportações alterou apenas 1%.

A Região Nordeste aparece em quarto lugar no ranking das exportações brasileiras por regiões, onde representa 8% das exportações. Entretanto, o crescimento das exportações

na Região é evidente, a variação de valores entre os anos analisados é superior aos demais, indicando, um avanço nos valores de exportação.

Quadro 9.5 - Importações Brasileiras por Região (2016 - 2017)

Valor em US$ 100 FOB

REGIÃO	2016	PARTICIPAÇÃO	2017	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Sudeste	74.569.625	54%	78.335.585	52%	5%
Sul	29.773.592	22%	34.026.773	23%	14%
Nordeste	17.539.671	13%	19.419.961	13%	11%
Norte	8.048.436	6%	10.732.237	7%	33%
Centro-oeste	7.620.575	6%	8.233.368	5%	8%
Não declarada	104	0%	1.529	0%	-
TOTAL	**137.552.003**	**100%**	**150.749.453**	**100%**	**10%**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 04/01/2017.

O Sudeste é responsável por mais da metade das importações brasileiras, com 52% de participação em 2017. Em segundo lugar, aparece o Sul do país com 23% de participação nas importações.

A Região Nordeste por sua vez é a terceira colocada em valores, representando 13% das importações brasileiras. Assim como nas exportações, a variação nas importações é superior às demais, resultando em 33% de aumento de 2016 para 2017.

Os Quadros 9.6 e 9.7 expressam as exportações e importações da Região Nordeste por Estado, nos anos de 2016 e 2017.

Quadro 9.6 - Exportações da Região Nordeste por Estado (2016 - 2017)

Valor em USD Mil FOB

ESTADO	2016	PARTICIPAÇÃO	2017	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Bahia	6.776.509	53%	8.066.299	48%	19%
Maranhão	2.209.830	17%	3.032.287	18%	37%
Pernambuco	1.294.136	10%	2.102.683	13%	62%
Ceará	1.417.817	11%	1.961.882	12%	38%
Alagoas	420.860	3%	665.015	4%	58%
Rio Grande do Norte	175.002	1%	396.981	2%	127%
Paraíba	284.680	2%	304.511	2%	7%
Piauí	121.472	1%	140.725	1%	16%
Sergipe	113.375	1%	90.888	1%	-20%
TOTAL	**12.813.681**	**100%**	**16.761.271**	**100%**	**31%**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 04/01/2018.

Quadro 9.7 - Importação da Região Nordeste por Estado (2016 - 2017)

Valor em USD Mil FOB

ESTADO	2016	PARTICIPAÇÃO	2017	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Bahia	6.151.450	35%	7.199.182	37%	17%
Pernambuco	4.449.306	25%	5.703.995	29%	28%
Maranhão	2.101.599	12%	2.559.415	13%	22%
Ceará	3.489.877	20%	2.243.181	12%	-36%
Alagoas	612.019	3%	644.488	3%	5%
Paraíba	312.845	2%	406.231	2%	30%
Piauí	92.922	1%	348.473	2%	275%
Rio Grande do Norte	184.556	1%	177.082	1%	-4%
Sergipe	145.097	1%	137.914	1%	-5%
TOTAL	**17.539.671**	**100%**	**19.419.961**	**100%**	**11%**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 04/01/2018.

A Bahia apresenta-se como o Estado do Nordeste mais integrado ao comércio exterior, com os mais elevados valores de importação e exportação. O Estado exportou cerca de metade das exportações do Nordeste: em 2016 com 53% e em 2017 com 48%. Verifica-se que apesar de ter aumento no valor de exportado, ocorreu um pequeno recuo na participação das exportações da região. Vale ressaltar que o segundo Estado no ranking das exportações, o Maranhão, não tem a metade da participação da Bahia na composição das exportações do Nordeste.

As importações da Região Nordeste tiveram maior participação do Estado da Bahia, com 35%, em 2016, e 37% em 2017, seguido por Pernambuco com 25% de participação em 2016 e, 29% em 2017.

Os maiores saltos na exportação foram do Rio Grande do Norte, com 127% e Pernambuco com 62% de variação positiva nos anos analisados. Na importação, podemos destacar o avanço do Piauí com 275% de crescimento de 2016 para 2017.

O Quadro 9.8 apresenta os valores da balança comercial do Estado da Bahia nos anos de 2016 e 2017. A balança comercial baiana é positiva nos dois anos analisados e a corrente de comércio também apresenta crescimento, nos anos avaliados, o que reforça o potencial do Estado como rota do comércio internacional.

Quadro 9.8 - Balança Comercial do Estado da Bahia (2016 - 2017)

Valor em US$ 1.000 FOB

DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	VARIAÇÃO
Exportações	6.776.509	8.066.299	19%
Importações	6.151.450	7.199.182	17%
Saldo	625.059	867.118	39%
Corrente de comércio	12.927.959	15.265.481	18%

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 04/01/2018.

Os principais municípios exportadores e importadores da Bahia, nos anos de 2016 e 2017, estão listados nos Quadros 9.9 e 9.10, por essa ordem.

Quadro 9.9 - Principais Municípios Exportadores do Estado da Bahia (2016 - 2017)

Valor em USD Mil FOB

MUNICÍPIO	2016	PARTICIPAÇÃO	2017	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Camaçari	1.580.680	24,34%	1.988.683	25,30%	25,81%
Luís Eduardo Magalhães	501.163	7,72%	858.346	10,92%	71,27%
Mucuri	646.518	9,96%	668.112	8,50%	3,34%
São Francisco do Conde	400.871	6,17%	537.433	6,84%	34,07%
Dias D'Ávila	792.000	12,20%	526.860	6,70%	-33,48%
Candeias	240.939	3,71%	391.164	4,98%	62,35%
Eunápolis	279.339	4,30%	336.380	4,28%	20,42%
Barreiras	161.354	2,48%	265.874	3,38%	64,78%
Ilhéus	250.190	3,85%	233.146	2,97%	-6,81%
Formosa do Rio Preto	81.433	1,25%	207.208	2,64%	154,45%
Correntina	98.380	1,51%	168.094	2,14%	70,86%
Jacobina	142.865	2,20%	166.083	2,11%	16,25%
Maracas	55.189	0,85%	135.086	1,72%	144,77%
Brumado	80.240	1,24%	121.449	1,55%	51,36%
Cachoeira	94.873	1,46%	106.281	1,35%	12,02%
Salvador	127.270	1,96%	100.951	1,28%	-20,68%
Pojuca	109.730	1,69%	100.556	1,28%	-8,36%
Feira de Santana	99.904	1,54%	95.601	1,22%	-4,31%
São Desidério	73.342	1,13%	94.123	1,20%	28,33%
Juazeiro	58.156	0,90%	76.591	0,97%	31,70%
Demais Municípios	619.454	9,54%	682.584	8,68%	10,19%
TOTAL	**6.493.900**	**100%**	**7.860.613**	**100%**	**21,05%**

Fonte: MDIC/SECEX.

O município de Camaçari se destaca como maior participante nas exportações baianas. Camaçari está dentro do Polo Industrial de Camaçari que se estende até Dias D'Ávila. Trata-se do maior polo industrial do Estado, responsável por abrigar indústrias químicas, petroquímicas e automobilísticas. Nos anos de 2016 e 2017 foi o município que mais importou e exportou.

Luís Eduardo Magalhães que aparece em segundo lugar nas exportações baianas, com uma média de 10% de participação, é uma das regiões com maior produção de grãos do Estado. Trata-se de uma agricultura diversificada com alta produtividade.

A Região de Mucuri, terceira no ranking das exportações, é responsável pela produção de celulose, papel e mamão. A Região de São Francisco do Conde, segunda colocada no ranking das importações, abriga a Refinaria Landulpho Alves.

Quadro 9.10 - Principais Municípios Importadores do Estado da Bahia (2016 - 2017)

Valor em USD Mil FOB

MUNICÍPIO	2016	PARTICIPAÇÃO	2017	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Camaçari	2.529.839	41,12%	3.031.255	42,11%	19,82%
São Francisco do Conde	563.550	9,16%	1.021.335	14,19%	81,23%
Dias D'Ávila	779.603	12,67%	878.697	12,21%	12,71%
Salvador	803.269	13,06%	668.190	9,28%	-16,82%
Candeias	247.040	4,02%	477.053	6,63%	93,11%
Ilhéus	263.745	4,29%	262.204	3,64%	-0,58%
Simões Filho	181.675	2,95%	188.972	2,62%	4,02%
Feira de Santana	92.021	1,50%	131.195	1,82%	42,57%
Conceição do Jacuípe	100.253	1,63%	121.616	1,69%	21,31%
Alagoinhas	38.842	0,63%	54.263	0,75%	39,70%
Lauro de Freitas	44.514	0,72%	52.735	0,73%	18,47%
Bom Jeusus da Lapa	65.004	1,06%	29.776	0,41%	-54,19%
Itabuna	51.010	0,83%	29.243	0,41%	-42,67%
Juazeiro	13.511	0,22%	26.147	0,36%	93,53%
Tabocas do Velho Brejo	243.811	3,96%	20.951	0,29%	-91,41%
Cachoeira	12.206	0,20%	20.349	0,28%	66,71%
Luís Eduardo Magalhães	13.916	0,23%	19.948	0,28%	43,34%
Mucuri	8.438	0,14%	17.095	0,24%	102,60%
Santo Antônio de Jesus	8.889	0,14%	15.544	0,22%	74,86%
Vitória da Conquista	12.362	0,20%	14.508	0,20%	17,36%
Demais Municípios	78.223	1,27%	118.106	1,64%	50,99%
TOTAL	**6.151.720**	**100,00%**	**7.199.182**	**100,00%**	**17,03%**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 04/01/2018.

A indústria do Polo Industrial de Camaçari é responsável pela exportação de produtos químicos e petroquímicos. Em 2016 esta participação representou 17% das exportações, e em 2017 a participação aumentou, chegando a 19,1% do total das exportações baianas.

O segundo produto mais exportado pelo estado, em 2017, foi a soja, proveniente da nova fronteira agrícola do país, no estado a região de concentração está centralizada em Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, Correntina e Formosa do Rio Preto.

Quadro 9.11 - Exportações Baianas por Segmento (2016 - 2017)

Valor em US$ 100 FOB

SEGMENTOS	2016	PARTICIPAÇÃO	2017	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Químicos e Petroquímicos	1.153.366	17,02%	1.540.569	19,10%	33,57%
Soja e Derivados	808.176	11,93%	1.466.832	18,18%	81,50%
Papel e Celulose	1.148.776	16,95%	1.266.986	15,71%	10,29%
Automotivo	462.593	6,83%	620.003	7,69%	34,03%
Metalúrgicos	833.618	12,30%	576.324	7,14%	-30,86%
Petróleo e Derivados	434.599	6,41%	539.150	6,68%	24,06%
Metais Preciosos	362.300	5,35%	400.531	4,97%	10,55%
Algodão e Seus Subprodutos	243.967	3,60%	304.735	3,78%	24,91%
Cacau e Derivados	289.402	4,27%	260.720	3,23%	-9,91%
Frutas e Suas Preparações	135.721	2,00%	165.624	2,05%	22,03%
Borracha e Suas Obras	200.262	2,96%	164.189	2,04%	-18,01%
Minerais	127.579	1,88%	160.446	1,99%	25,76%
Couros e Peles	104.919	1,55%	124.105	1,54%	18,29%
Sisal e Derivados	94.735	1,40%	81.082	1,01%	-14,41%
Calçados e Suas Partes	70.860	1,05%	79.330	0,98%	11,95%
Café e Especiarias	95.939	1,42%	77.380	0,96%	-19,34%
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	43.215	0,64%	55.117	0,68%	27,54%
Fumo e Derivados	25.280	0,37%	27.078	0,34%	7,11%
Carnes e Miudezas	12.224	0,18%	16.031	0,20%	31,15%
Milho e Derivados	4.023	0,06%	3.537	0,04%	-12,07%
Demais Segmentos	124.955	1,84%	136.530	1,69%	9,26%
TOTAL	**6.776.509**	**100%**	**8.066.299**	**100%**	**19%**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 04/01/2018.

As importações baianas por categoria de uso nos anos de 2016 e 2017 são apresentadas no Quadro 9.12.

Quadro 9.12 - Importações da Bahia por Categoria de Uso (2016 - 2017)

Valor em US$ 1.000 FOB

DISCRIMINAÇÃO	2016	PARTICIPAÇÃO	2017	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Bens intermediários	2.431.610	39,53%	3.060.871	42,52%	25,88%
Combustíveis e lubrificantes	1.914.678	31,13%	2.483.929	34,50%	29,73%
Bens de capital	1.330.439	21,63%	1.193.513	16,58%	-10,29%
Bens de consumo duráveis	374.954	6,10%	366.006	5,08%	-2,39%
Bens de consumo não duráveis	99.768	1,62%	94.862	1,32%	-4,92%
TOTAL	**6.151.450**	**100,00%**	**7.199.182**	**100,00%**	**17,03%**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 04/01/2018.

Nota-se que os bens intermediários, isto é, insumos para a indústria apresentam como o principal segmento de importação do Estado, com uma média de 40% nos dois anos analisados. Na sequência das participações há combustíveis e lubrificantes, responsáveis por uma média de 32%.

Descrevendo-se um pouco mais as importações e exportações, podemos caracterizá-las quanto aos tipos de produto, conforme os Quadros 9.13 e 9.14.

Quadro 9.13 - Importações do Estado da Bahia – Principais Produtos (2016 - 2017)

PRODUTOS	PESO (ton)		VARIAÇÃO	(US$ 1000 FOB)		VARIAÇÃO
	2016	2017	%	2016	2017	%
Naftas para petroquímica	3.113.179	3.885.455	24,81	1.241.759	1.800.055	44,96
Sulfetos de minérios de cobre e seus concentrados	554.956	562.541	1,37	688.661	851.047	23,58
Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	27.346	35.201	28,72	295.822	370.210	25,15
Gasóleo (óleo diesel)	205.919	500.849	143,23	96.104	258.810	169,30
Automóveis com motor explosão, 1.500 < cm³ <= 3000, até 6 passageiros	23.339	21.291	-8,77	290.847	246.308	-15,31
Gás natural liquefeito	1.226.142	591.143	-51,79	432.881	221.393	-48,86
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	57.500	61.000	6,09	181.592	159.484	-12,17
Outros cloretos de potássio	270.505	544.253	101,20	58.975	133.116	125,72
Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	620.429	647.876	4,42	116.158	120.849	4,04
Outros querosenes	98.074	129.642	32,19	75.145	106.797	42,12
Outros óleos de "palmiste"	80.446	80.049	-0,49	89.203	99.629	11,69
Diidrogeno-ortofosfato de amônio (fosfato monoamônico ou monoamoniacal), mesmo misturado com hidrogeno-ortofosfato de diamônio (fosfato diamônico ou diamoniacal)	129.739	264.460	103,84	50.079	97.292	94,28
Redutores, multiplicadores, caixas de transmissão e variadores de velocidade, incluindo os conversores de torque	5.907	10.036	69,89	48.697	84.334	73,18
Outros motores de explosão, para veículos do capítulo 87, de cilindrada superior a 1.000 cm³	929	4.239	356,43	7.727	62.046	702,95
Borracha natural tecnicamente especificada (TSNR), em outras formas	35.515	31.138	-12,32	49.618	56.811	14,50
Células solares em módulos ou painéis	36.584	12.302	-66,37	205.180	55.979	-72,72
Outros reagentes de diagnóstico ou de laboratório	9	89	884,11	6.585	52.360	695,10
Partes de outros motores/geradores/grupos eletrogeradores, etc.	23.943	9.654	-59,68	129.904	43.371	-66,61
Metanol (álcool metílico)	87.457	131.894	50,81	18.624	42.358	127,44
Fósforo branco	13.691	11.688	-14,63	54.825	41.286	-24,69
Outros controladores eletrônicos automáticos para veículos automóveis	230	304	32,07	28.401	39.379	38,66
Outras naftas, exceto para petroquímica	9.240	69.664	653,97	4.413	36.874	735,65
Malte não torrado, inteiro ou partido	70.010	81.916	17,01	36.033	36.477	1,23
Outras caixas de marchas	1.656	2.435	47,07	29.124	35.904	23,28
Outras gasolinas, exceto para aviação	18.450,60	66.155	258,55	9.420	35.859	280,66
Fios de alta tenacidade, de náilon	9.634	10.319	7,11	31.598	35.615	12,71
Grafita artificial	15.631	17.361	11,07	33.145	35.386	6,76
Moldes para borracha ou plásticos, para moldagem por injeção ou por compressão	587,81	1.063	80,85	20.724,35	30.204	45,74
Acetonas que não contenham outras funções oxigenadas	14.809	36.446	146,11	9.055	28.730	217,28
Outros veículos automóveis com motor à explosão, carga <= 5 toneladas	4.333	2.697	-37,75	45.566	28.320	-37,85
Geradores de corrente alternada, potência > 750 kva	1.854	3.751	102,31	13.179	27.931	111,94
Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico, em volume, igual ou superior a 80% vol, com um teor de água igual ou inferior a 1% vol	15.935	35.930	125,48	9.359	25.118	168,39
Borracha de butadieno (br), em chapas, folhas, tiras, etc.	11.005	12.501	13,60	16.164	24.948	54,34
Outros hidrocarbonetos acíclicos não saturados	18.366	21.090	14,83	18.853	24.328	29,04
Partes para assentos, de outras matérias	3.292	3.809	15,72	19.746	23.249	17,74
Outros catalisadores em suporte	177	180	1,70	10.530	21.048	99,90
Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	2.724	2.614	-4,03	17.698	21.004	18,68
Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm³, mas não superior a 1.500 cm³, com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a seis, incluindo o motorista	2.008	4.450	121,62	8.892	20.884	134,86
Mistura de isômeros de diisocianatos de tolueno	8.363	7.940	-5,05	12.620	20.855	65,26
Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	2.591	1.696	-34,53	14.610	20.499	40,31
Demais Produtos	1.268.935	1.643.025	29,48	1.623.932	1.723.034	6,10
TOTAL	**8.091.437**	**9.560.148**	**18,15**	**6.151.450**	**7.199.182**	**17,03**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 04/01/2018.
Obs.: importações efetivas, dados preliminares.

Quando é feita uma análise por produto, vê-se que a importação de nafta foi a mais expressiva, tanto em peso como em valor, e aumentou 24,81% em quantidade e 44,96% em valor total, de 2016 a 2017. O segundo produto em volume, em 2016, foi o gás natural liquefeito, porém houve uma queda de 51,79% em sua importação, de modo que, em 2017, o trigo ficou no segundo lugar em termos de toneladas importadas. Em relação ao valor total importado, tanto em 2016 como em 2017, os sulfetos de minérios de cobre e seus concentrados ficaram com a segunda posição, apresentando um crescimento de 23,58% em valor total acrescentado durante este período.

No Quadro 9.14 é demonstrado que os produtos com maior volume e maior valor de exportação na Bahia eram, em 2016, as pastas químicas de madeira, porém, em 2017, a soja tomou a liderança deste ranking devido ao aumento de 120% nas suas exportações, tanto em valor como em quantidade.

Quadro 9.14 - Exportações do Estado da Bahia – Principais Produtos (2016 e 2017)

PRODUTOS	PESO (ton)		VARIAÇÃO	(US$ 1000 FOB)		VARIAÇÃO
	2016	2017	%	2016	2017	%
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	1.402.068	3.096.844	120,88	523.460	1.168.577	123,24
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução, semibranqueadas ou branqueadas, de não coníferas	2.480.541	2.470.163	-0,42	859.878	961.987	11,87
Fuel oil	1.322.022	1.567.681	18,58	244.056	477.468	95,64
Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm³, mas não superior a 1.500 cm³, com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a seis, incluindo o motorista	16.257	48.408	197,77	128.434	410.858	219,90
Algodão não cardado nem penteado, simplesmente debulhado	162.187	187.939	15,88	240.684	300.397	24,81
Cátodos e seus elementos de cobre refinado, em formas brutas	98.714	43.120	-56,32	471.628	270.292	-42,69
Pasta química de madeira, para dissolução	458.608	463.025	0,96	226.706	265.595	17,15
Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	1.020.307	766.966	-24,83	284.704	242.460	-14,84
Bulhão dourado (bullion doré), em formas brutas, para uso não monetário	6	6	3,43	231.788	241.837	4,34
Automóveis com motor explosão, 1500 < cm³ <= 3.000, até 6 passageiros	34.635	21.187	-38,83	312.709	192.596	-38,41
Manteiga, gordura e óleo, de cacau	29.865	29.682	-0,61	194.922	172.101	-11,71
Outros éteres acíclicos e seus derivados halogenados, etc.	156.908	188.925	20,40	93.990	137.989	46,81
Pentóxido de divanádio	7.960	9.220	15,83	55.189	135.086	144,77
Pneumáticos novos, de borracha, dos tipos utilizados em automóveis de passageiros (incluindo os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida)	41.449	33.608	-18,92	170.288	130.432	-23,41
Buta-1, 3-dieno não saturado	86.103	111.503	29,50	54.892	114.500	108,59
Polietileno linear, densidade < 0.94, em forma primária	104.068	87.595	-15,83	134.796	113.593	-15,73
Benzeno	121.723	149.026	22,43	74.066	112.616	52,05
Outros resíduos/desperdícios, de outros metais preciosos, etc.	888	815	-8,22	105.975	110.908	4,65
Acrilonitrila	81.345	77.977	-4,14	80.034	110.830	38,48
Magnésia calcinada a fundo e outros óxidos de magnésio	184.458	266.013	44,21	61.902	102.019	64,81
Ésteres de metila do ácido metacrílico	30.237	45.388	50,11	43.593	100.219	129,90
Mangas frescas ou secas	75.822	88.945	17,31	83.035	98.718	18,89
Outros couros e peles inteiros, de bovinos (incluindo os búfalos), divididos, com o lado flor	4.744	5.355	12,88	84.912	96.795	14,00
Outros fios de cobre refinado	12.166	12.976	6,66	63.264	84.238	33,15
Fios de cobre refinado, com a maior dimensão da seção transversal superior a 6 mm	30.213	11.174	-63,01	150.962	70.131	-53,54
Cacau em pó, sem adição de açúcar ou outros edulcorantes	21.818	21.836	0,08	65.349	60.706	-7,11
Metiloxirano (óxido de propileno)	42942	50.782	-	41638	59.162	-
Ferro-silício, que contenham, em peso, mais de 55 % de silício	64.708	42.778	-33,89	66.241	57.888	-12,61
Farinhas e pellets, da extração do óleo de soja	-	178.672	-	-	55.795	-
Consumo de bordo - combustíveis e lubrificantes para embarcações	190.505	143.297	-24,78	53.319	52.526	-1,49
Poli(cloreto de vinila), não misturado com outras substâncias, obtido por processo de suspensão	59.243	60.110	1,46	43.144	50.546	17,16
Café não torrado, não descafeinado, em grão	23.114	17.328	-25,03	62.555	48.613	-22,29
Diamantes, mesmo trabalhados, mas não montados nem engastados, não selecionados	-	-	-	18.880	45.418	140,57
Propeno (propileno) não saturado	91.106	62.393	-31,52	50.173	43.795	-12,71
Outras chapas de polímeros de etileno, não reforçadas nem estratificadas, sem suporte, nem associadas de forma semelhante a outras matérias	12.705	21.068,73	65,84	21.793	40.327	85,04
Agentes orgânicos de superfície, não iônicos	21.454	21.201	-1,18	36.493	38.443	5,34
Outros tubos de plásticos	4.925	3.797	-22,91	46.975	37.238	-20,73
Outras gasolinas, exceto para aviação	290.204	68.833	-76,28	127.462	37.042	-70,94
Outros polietilenos sem carga, densidade >= 0,94, em formas primárias	25.290	33.506	32,49	27.309	35.666	30,60
Cordéis para atadeiras ou enfardadeiras, de sisal ou de outras fibras têxteis do gênero Agave	16.439	16.825	2,34	32.200	34.416	6,88
Demais produtos	1.174.728	957.232	-18,51	1.107.110	1.146.476	3,56
TOTAL	**10.002.477**	**11.483.198**	**14,80**	**6.776.509**	**8.066.299**	**19,03**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 04/01/2018.
Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

O Quadro 9.15 especifica as exportações agrupadas por fator agregado do Estado da Bahia.

Quadro 9.15 - Exportações por Fator Agregado (2016 - 2017)

Valor em USD Mil FOB

PRODUTO	2016	PARTICIPAÇÃO	2017	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Básicos	1.605.497	24%	2.403.656	30%	50%
Produtos Industrializados	5.097.813	75%	5.587.033	69%	10%
Semimanufaturados	2.318.489		2.247.003		-3%
Manufaturados	2.779.325		3.340.030		20%
Operações Especiais	73.199	1%	75.610	1%	3%
TOTAL	**6.776.509**	**100%**	**8.066.299**	**100%**	**19%**

Fonte: MIDIC/SECEX.

Os produtos industrializados, subdivididos em semimanufaturados e manufaturados, tiveram a maior participação nas exportações e cresceram 10%, de 2016 para 2017. Na sequência os produtos básicos, aqueles de baixo valor agregado, participaram com 30%

do total, 6% a mais do que em 2016, isso ocorreu devido ao aumento significativo de 50%, em suas exportações.

A participação do comércio exterior no PIB baiano está descriminada no Quadro 9.16.

Quadro 9.16 - Participação do Comércio Exterior no PIB (2016 - 2017)

Valores em Milhões

ANO	PIB		COMÉRCIO EXTERIOR			PARTICIPAÇÃO NO PIB (%)		
	R$	US$*	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	CORRENTE COMERCIAL	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	CORRENTE COMERCIAL
2010	154.420	87.723	8.886	6.706	15.592	10,13	7,64	17,77
2011	166.603	99.464	11.016	7.744	18.760	11,08	7,79	18,86
2012	182.573	93.407	11.268	7.765	19.032	12,06	8,31	20,38
2013	204.844	94.941	10.092	8.889	18.980	10,63	9,36	19,99
2014	223.930	95.152	9.310	9.281	18.591	9,78	9,75	19,54
2015	233.707	70.151	7.883	8.287	16.170	11,24	11,81	23,05

Fonte: SEI/IBGE.
(*)Média Anual - Taxa de câmbio comercial para venda: real (R$)/dólar americano (US$) - BCB.

As importações e exportações baianas no ano de 2015 foram responsáveis por 23% do PIB do Estado, representando não só um aumento em relação aos anos anteriores como o maior valor desde 2010.

No Quadro 9.17 são apresentados os principais parceiros comerciais da Bahia em 2016. A China é a maior importadora de produtos da Bahia, seguida dos Estados Unidos e da Argentina. A Bahia possui um saldo positivo com os três países (exportando mais do que importa), com destaque para o saldo com a China que é confortavelmente maior do que com qualquer outro país.

Quadro 9.17 - Principais Parceiros Comerciais da Bahia em 2016

Valores em US$ 1.000 FOB

PAÍSES	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO	CORRENTE COMERCIAL
China	1.503.031	640.364	862.668	2.143.395
Estados Unidos	932.057	626.921	305.135	1.558.978
Argentina	763.272	713.661	49.611	1.476.933
Argélia	2.882	691.507	-688.625	694.388
Chile	113.269	472.502	-359.233	585.771
Países Baixos (Holanda)	474.160	26.751	447.409	500.911
Alemanha	214.922	202.028	12.894	416.950
Peru	55.612	356.974	-301.361	412.586
México	144.639	250.956	-106.316	395.595
Espanha	95.047	295.155	-200.108	390.201
Bélgica	280.364	84.208	196.155	364.572
Itália	102.638	139.825	-37.187	242.463
Indonésia	70.589	152.858	-82.269	223.446
Coreia do Sul	187.556	34.639	152.916	222.195
Canadá	152.439	62.115	90.324	214.555
Gana	1.564	184.207	-182.643	185.771
Catar	16.066	167.773	-151.707	183.839
Índia	134.046	46.526	87.520	180.572
França	148.986	21.057	127.929	170.042
Japão	119.931	35.262	84.669	155.193
Nigéria	4.552	123.091	-118.539	127.643
Colômbia	93.596	17.536	76.060	111.132
Venezuela	21.105	83.179	-62.074	104.284
Taiwan (Formosa)	62.390	36.795	25.596	99.185
Suíça	81.791	2.990	78.801	84.782
Antilhas Holandesas	75.810	7.716	68.093	83.526
Cingapura	76.114	6.093	70.020	82.207
Turquia	68.082	6.948	61.134	75.029
Hong Kong	66.337	7.135	59.201	73.472
Rússia	6.545	61.894	-55.348	68.439
Demais países	707.088	592.786	114.302	1.299.874
TOTAL	**6.776.479**	**6.151.450**	**625.029**	**12.927.929**

Fonte: MDIC/SECEX.

O Quadro 9.18 representa os valores de exportação do Estado da Bahia em relação aos blocos econômicos globais, em 2016 e 2017. A Ásia, em 2016, já era o maior importador de produtos da Bahia e, em 2017, aumentou ainda mais o valor dessas importações (em 31,39%) e consome 38,41% das exportações do Estado. A União Europeia é a segunda maior compradora, consumindo 21,39% dessas exportações (em relação ao valor total).

Quadro 9.18 - Exportações do Estado da Bahia para Blocos Econômicos (2016 - 2017)

BLOCOS ECONÔMICOS	PESO (ton) 2016	PESO (ton) 2017	VARIAÇÃO	(US$ 1000 FOB) 2016	PARTICIPAÇÃO	(US$ 1000 FOB) 2017	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Ásia (exclusive ORIENTE MÉDIO)	3.868.467	5.621.527	45,32%	2.357.899	34,80%	3.098.009	38,41%	31,39%
União Europeia (UE)	3.177.519	3.325.743	4,66%	1.441.050	21,27%	1.725.143	21,39%	19,71%
Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)	1.290.241	1.087.610	-15,70%	1.229.710	18,15%	1.280.774	15,88%	4,15%
Mercado Comum do Sul (Mercosul)	314.633	334.282	6,25%	819.286	12,09%	1.051.547	13,04%	28,35%
América Latina e Caribe (exceto Mercosul)	1.028.392	819.700	-20,29%	633.890	9,35%	683.154	8,47%	7,77%
Outros	323.226	294.336	-8,94%	294.675	4,35%	227.673	2,82%	-22,74%
TOTAL	**10.002.477**	**11.483.198**	**14,80%**	**6.776.509**	**100%**	**8.066.299**	**100%**	**19,03%**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 04/01/2018.

As importações baianas como já anteriormente indicado são diversificadas, os blocos econômicos nos anos de 2016 e 2017 tiveram participações muito próximas. Em 2017, a América Latina forneceu cerca de 19% ao Estado, ao passo que o NAFTA proveu 16,14% dos produtos. A Ásia, União Europeia e o Mercosul, oscilaram entre 15% e 10% de participação nas importações baianas.

Quadro 9.19 - Importações do Estado da Bahia para Blocos Econômicos (2016 - 2017)

BLOCOS ECONÔMICOS	PESO (ton) 2016	PESO (ton) 2017	VARIAÇÃO	(US$ 1000 FOB) 2016	PARTICIPAÇÃO	(US$ 1000 FOB) 2017	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
América Latina e Caribe (exceto Mercosul)	1.313.162	1.492.709	13,67%	1.164.732	18,93%	1.372.664	19,07%	17,85%
Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)	1.289.394	1.523.850	18,18%	939.993	15,28%	1.162.296	16,14%	23,65%
Ásia (exclusive ORIENTE MÉDIO)	371.321	396.508	6,78%	1.013.118	16,47%	1.110.740	15,43%	9,64%
União Europeia (UE)	905.979	1.287.010	42,06%	942.703	15,32%	1.052.458	14,62%	11,64%
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	595.805	670.453	12,53%	735.460	11,96%	740.937	10,29%	0,74%
Outros	3.615.775	4.189.618	15,87%	1.355.445	22,03%	1.760.087	24,45%	29,85%
TOTAL	**8.091.437**	**9.560.148**	**18,15%**	**6.151.451**	**100%**	**7.199.182**	**100%**	**17,03%**

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 04/01/2018.
Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Os Quadros 9.20 e 9.21 apresentam as principais empresas exportadoras e importadoras do Estado da Bahia, em ordem decrescente de participação.

Quadro 9.20 - Principais Empresas Exportadoras (2009 - 2010)

Valor em USD Mil FOB

EMPRESAS	2009	PARTICIPAÇÃO	2010	PARTICIPAÇÃO
Petróleo Brasileiro S/A	1.421.328	16,00%	2.060.382	18,70%
Braskem S/A	980.034	11,03%	1.008.201	9,15%
Bahia Sul Celulose S/A	921.119	10,37%	936.128	8,50%
Paranapanema S/A	606.456	6,82%	872.261	7,92%
Ford Motor Company Brasil Ltda.	554.716	6,24%	506.969	4,60%
Veracel Celulose S/A	441.277	4,97%	491.527	4,46%
Bunge Alimentos S/A	309.734	3,49%	473.588	4,30%
Bahia Specialty Cellulose S/A	311.866	3,51%	374.978	3,40%
Cargill Agrícola S/A	280.764	3,16%	289.777	2,63%
Multigrain S/A	137.080	1,54%	241.931	2,20%
ADM do Brasil Ltda.	171.000	1,92%	180.590	1,64%
Jacobina Mineração e Comércio Ltda.	145.401	1,64%	164.294	1,49%
Amaggi & Ld Commodities S/A	0	0,00%	155.480	1,41%
Companhia Brasileira de Estireno	119.361	1,34%	151.904	1,38%
Pirelli Pneus Ltda.	117.486	1,32%	148.645	1,35%
Sem Cadastro	85.832	0,97%	143.131	1,30%
Dow Brasil S/A	98.605	1,11%	113.920	1,03%
Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda.	82.789	0,93%	111.134	1,01%
Mastrotto Brasil S/A	78.122	0,88%	107.951	0,98%
Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa	95.615	1,08%	107.438	0,98%
Mirabela Mineração do Brasil Ltda.	0	0,00%	103.722	0,94%
Agrícola Xingu S/A	46.719	0,53%	89.908	0,82%
Mineração Fazenda Brasileiro S/A	76.149	0,86%	88.908	0,81%
MFX do Brasil Equipamentos de Petróleo Ltda.	18.647	0,21%	78.243	0,71%
Oxiteno Nordeste S/A Indústria e Comércio	92.892	1,05%	77.368	0,70%
Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A	89.947	1,01%	76.426	0,69%
EISA - Empresa Interagrícola S/A	31.107	0,35%	75.066	0,68%
Noble Brasil S/A	13.962	0,16%	73.766	0,67%
SLC Agrícola Ltda.	53.190	0,60%	66.803	0,61%
Proquigel Química S/A	46.495	0,52%	62.420	0,57%
Joanes Industrial S/A Produtos Químicos e Vegetais	76.053	0,86%	62.380	0,57%
Chadler Industrial da Bahia S/A	67.068	0,75%	57.017	0,52%
Elekeiroz S.A.	80.114	0,90%	46.713	0,42%
Borrachas Vipal S/A	22.109	0,25%	43.929	0,40%
Unicafé Companhia de Comércio Exterior	25.993	0,29%	38.982	0,35%
Xerox Comércio e Indústria Ltda.	47.774	0,54%	38.823	0,35%
Magnesita Refratários S/A	13.306	0,15%	36.999	0,34%
Ituiutaba Bioenergia Ltda.	0	0,00%	30.639	0,28%
Deten Química S/A	25.848	0,29%	30.493	0,28%
Cromex S/A	20.041	0,23%	30.137	0,27%
Outras empresas	1.080.025	12,15%	1.167.329	10,60%
TOTAL	**8.886.017**	**100%**	**11.016.299**	**100,00%**

Fonte: MIDIC/SECEX.

Quadro 9.21 - Principais Empresas Importadoras (2009 - 2010)

Valor em USD Mil FOB

EMPRESAS	2009	PARTICIPAÇÃO	2010	PARTICIPAÇÃO
Ford Motor Company Brasil Ltda.	1.334.156	19,90%	1.545.824	19,90%
Paranapanema S/A	1.094.960	16,33%	1.217.515	15,67%
Petróleo Brasileiro S/A	716.842	10,69%	956.758	12,32%
Braskem S/A	702.932	10,48%	586.590	7,55%
Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda.	90.792	1,35%	171.241	2,20%
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos	89.154	1,33%	149.046	1,92%
Deten Química S/A	85.494	1,27%	147.159	1,89%
Kordsa Brasil S.A	42.421	0,63%	91.504	1,18%
M. Dias Branco S/A Indústria e Comércio	67.051	1,00%	89.270	1,15%
Fertipar Fertilizantes do Nordeste Ltda.	57.659	0,86%	84.468	1,09%
Semp Toshiba Informática Ltda.	107.117	1,60%	80.719	1,04%
Mosaic Fertilizantes do Brasil S/A	47.190	0,70%	77.908	1,00%
MK Eletrodomésticos Ltda.	51.116	0,76%	69.740	0,90%
Cargill Agrícola S/A	101.673	1,52%	68.241	0,88%
DuPont do Brasil S.A.	7.915	0,12%	66.620	0,86%
Handytech Informática e Eletrônica Ltda.	68.971	1,03%	63.856	0,82%
Pirelli Pneus Ltda.	45.424	0,68%	57.404	0,74%
Oxiteno Nordeste S/A Indústria e Comércio	70.278	1,05%	55.616	0,72%
Graftech Brasil Participações Ltda.	6.690	0,10%	48.707	0,63%
Gamesa Eólica Brasil Ltda.	131	0,00%	48.443	0,62%
Proquigel Química S/A	34.769	0,52%	48.108	0,62%
Monsanto Nordeste Indústria e Comércio	48.324	0,72%	47.834	0,62%
Águia S/A	54.602	0,81%	46.264	0,60%
Cromex S/A	34.830	0,52%	46.143	0,59%
Roullier Brasil Ltda.	30.745	0,46%	43.198	0,56%
Renco Equipamentos S/A	25.312	0,38%	39.335	0,51%
Aulik Indústria e Comércio Ltda.	35.858	0,53%	39.008	0,50%
Kuka Systems do Brasil Ltda.	0	0,00%	38.921	0,50%
ADM do Brasil Ltda.	17.503	0,26%	38.870	0,50%
Fertilizantes Heringer S/A	26.333	0,39%	38.694	0,50%
Yara Brasil Fertilizantes S/A	11.627	0,17%	36.445	0,47%
SQM Vitas Brasil Agroindústria, Importação e Exportação Ltda.	0	0,00%	34.354	0,44%
Qbex Computadores Ltda.	27.382	0,41%	34.237	0,44%
Dax Oil Refino S/A	7.464	0,11%	31.928	0,41%
Bridgestone do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	22.062	0,33%	31.003	0,40%
Bunge Fertilizantes S/A	2.764	0,04%	29.943	0,39%
Moinho Canuelas Ltda.	23.127	0,34%	29.198	0,38%
Mirabela Mineração do Brasil Ltda.	31.495	0,47%	26.833	0,35%
Latapack-Ball Embalagens Ltda.	23.100	0,34%	26.817	0,35%
Primo Schincariol Ind. de Cervejas e Refrigerantes	6.566	0,10%	25.946	0,33%
Demais Empresas	1.454.108	21,68%	1.357.547	17,48%
TOTAL	**6.705.937**	**100%**	**7.767.257**	**100,00%**

Fonte: MIDIC/SECEX.

10. INDICADORES SOCIAIS DE DESENVOLVIMENTO

O Quadro 10.1 especifica a quantidade de estabelecimentos de saúde no ano de 2012, por Territórios de Identidade.

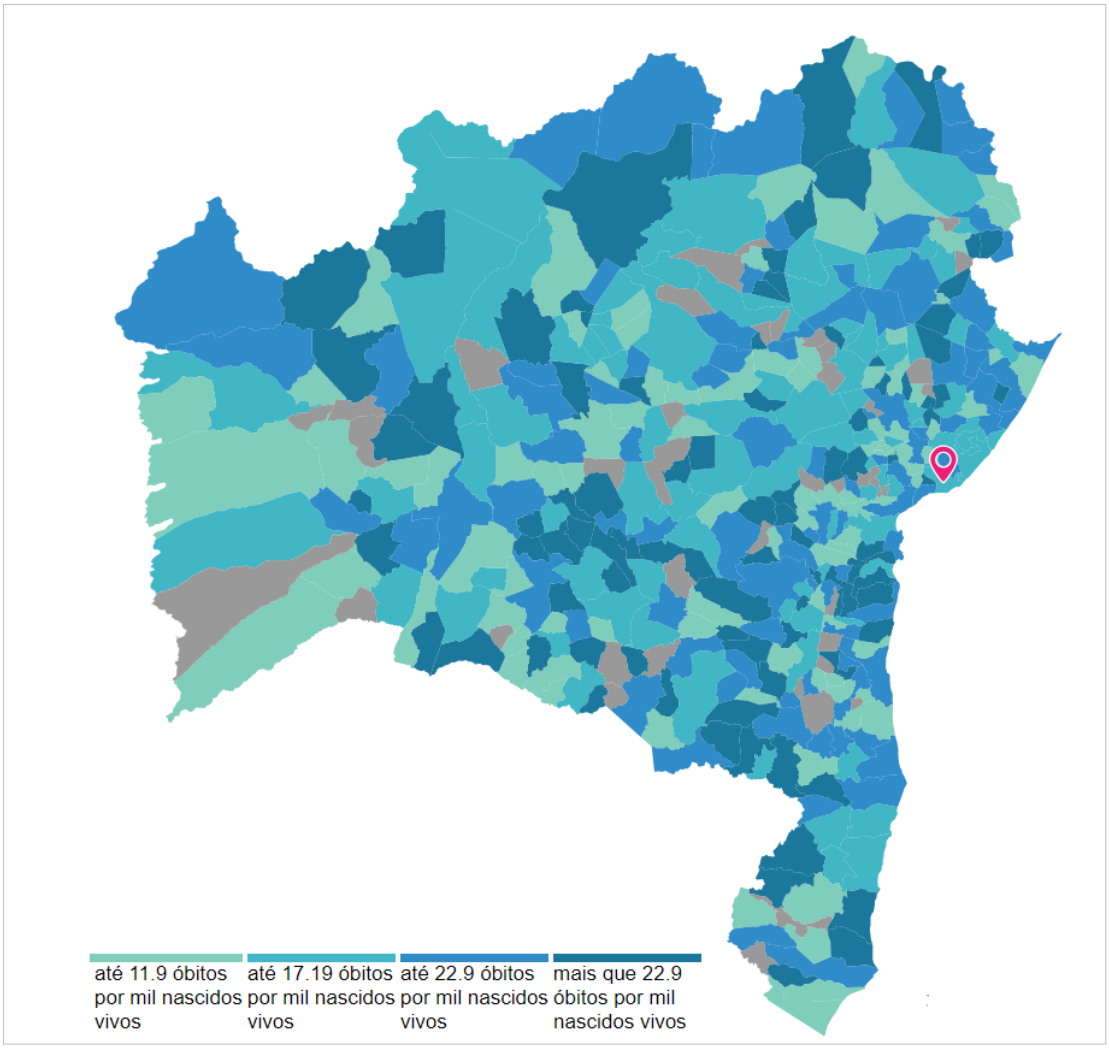
Salvador registrou a maior quantidade de estabelecimentos, seguido por Litoral Sul, Portal do Sertão, o que não condiz com a quantidade de habitantes dos territórios de identidade, uma vez que na Tabela 2 o número de habitantes por território seguiu a ordem decrescente: Salvador, Portal do Sertão e Sudoeste Baiano.

Quadro 10.1 - Estabelecimentos de Saúde nos Territórios de Identidade no Ano de 2012

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE
Estado da Bahia	**13.966**
Irecê	369
Velho Chico	313
Chapada Diamantina	354
Sisal	481
Litoral Sul	886
Baixo Sul	271
Extremo Sul	499
Médio Sudoeste da Bahia	267
Vale de Jequiriçá	288
Sertão do São Francisco	343
Bacia do Rio Grande	430
Bacia do Paramirim	187
Sertão Produtivo	529
Piemonte do Paraguaçu	225
Bacia do Jacuípe	212
Piemonte da Diamantina	235
Semiárido Nordeste II	275
Litoral Norte e Agreste Baiano	565
Portal do Sertão	835
Vitória da Conquista	725
Recôncavo	592
Médio Rio de Contas	381
Bacia do Rio Corrente	170
Itaparica	290
Piemonte Norte do Itapicuru	249
Metropolitana de Salvador	3.590
Costa do Descobrimento	405

Fonte: SESAB/SEPLAN/IBGE.

A Ilustração 10.1 esclarece a taxa de mortalidade de cada município do Estado. As tonalidades de azul mais escuro referem-se às maiores taxas. Não há predominância de uma região para altos valores de mortalidade. O indicativo da ilustração está na capital baiana Salvador, que tem uma taxa de até 17,19 mortos por mil nascidos.



Fonte: IBGE.

Ilustração 10.1 - Taxa de Mortalidade Infantil na Bahia em 2014

Os índices de educação do Estado da Bahia estão descritos nos Quadros a seguir. A educação infantil baiana se mostrou mais eficiente comparativamente com o Nordeste e com o Brasil. No ano de 2015, a taxa de matriculados até cinco anos de idade, superou a taxa nacional e da Região Nordeste. Entre os seis e 17 anos, a taxa baiana ficou aquém da média brasileira. Os concluintes do Ensino Fundamental no ano apurado foram de 53%, isto é, 16% a menos que o registrado para o Brasil. Essas informações estão descritas no Quadro 10.2.

Quadro 10.2 - Porcentagem de Alunos Matriculados no Ano de 2015

	0 a 3 ANOS	4 a 5 ANOS	4 a 5 ANOS COM IDADE ADEQUADA	6 a 14 ANOS	6 a 14 ANOS COM IDADE ADEQUADA	15 a 17 ANOS	15 a 17 ANOS COM IDADE ADEQUADA	CONCLUINTES DO ENSINO FUNDAMENTAL
Brasil	16%	84%	63%	99%	95%	85%	59%	69%
Nordeste	19%	89%	70%	98%	94%	83%	50%	59%
Bahia	26%	88%	68%	98%	94%	85%	47%	53%

Fonte: SEI.

A porcentagem de analfabetos na população baiana vem caindo ao longo dos anos para as faixas etárias de 7 a 14 aos e 15 ou mais. Entre 15 e 17 anos, houve uma queda brusca de 2010 para 2011, entretanto, no ano de 2012 ocorreu um aumento na taxa de analfabetos, conforme o Quadro 10.3.

Quadro 10.3 - Histórico da Taxa de Analfabetismo na Bahia (2000 - 2015)

ANO	FAIXA ETÁRIA		
	7 a 14 ANOS	15 a 17 ANOS	15 ANOS E MAIS
2000	22,80%	7,80%	23,10%
2006	13,50%	2,30%	18,60%
2010	12,50%	3,10%	16,60%
2011	8,25%	0,84%	14,45%
2012	8,60%	1,75%	15,89%
2013	8,48%	1,29%	14,91%
2014	8,79%	1,81%	14,74%
2015	7,50%	1,60%	13,50%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico/PNAD.

Os alunos matriculados em 2015 no ensino fundamental baiano, tanto em escola federal, estadual, municipal e privada, estão descritos no Quadro 10.4 e os alunos matriculados no Ensino Médio neste mesmo ano, estão representados no Quadro 10.5.

Quadro 10.4 - Matriculados no Ensino Fundamental - Bahia 2015

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	1ª a 4ª SÉRIE		5ª a 8ª SÉRIE		TOTAL	
	ESCOLAS	MATRÍCULAS	ESCOLAS	MATRÍCULAS	ESCOLAS	MATRÍCULAS
Federal			1	444	1	444
Estadual	53	7.782	649	209.144	661	216.926
Municipal	11.884	965.478	2.868	634.498	12.857	1.599.976
Privada	1.967	197.982	869	109.986	2.059	307.968
TOTAL	**13.904**	**1.171.242**	**4.387**	**954.072**	**15.578**	**2.125.314**

Fonte: SEC, MEC/INEP.

Quadro 10.5 - Matriculados Ensino Médio - 2015

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ESCOLAS	MATRÍCULAS
Federal	26	10.601
Estadual	1.088	486.028
Municipal	41	5.127
Privada	420	51.716
TOTAL	**1.575**	**553.472**

Fonte: SEC, MEC/INEP.

Percebe-se que as escolas municipais predominam no atendimento aos alunos de ensino fundamental, ao passo que para os alunos de ensino médio há maior quantidade de escolas estaduais.

Os indicadores de saneamento do ano de 2010 por Território de Identidade estão expostos no Quadro 10.6. Pouco mais da metade da população baiana teve acesso ao esgotamento sanitário e dois terços tiveram acesso à coleta de lixo.

Quadro 10.6 - Indicadores de Saneamento em 2010

Por Território de Identidade

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	COM ACESSO AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	PARTICIPAÇÃO	COM ACESSO A COLETA DE LIXO	PARTICIPAÇÃO
Estado da Bahia	4.094.405	2.119.343	52%	3.120.364	76%
Irecê	114.004	14.366	13%	78.173	69%
Velho Chico	95.337	15.683	16%	47.678	50%
Chapada Diamantina	102.324	14.939	15%	56.379	55%
Sisal	163.413	54.463	33%	89.135	55%
Litoral Sul	231.981	153.514	66%	191.043	82%
Baixo Sul	101.430	42.237	42%	65.288	64%
Extremo Sul	122.906	61.813	50%	99.796	81%
Médio Sudoeste da Bahia	70.604	53.076	75%	56.781	80%
Vale de Jequiriçá	88.536	24.586	28%	57.600	65%
Sertão do São Francisco	133.716	59.896	45%	86.627	65%
Bacia do Rio Grande	108.803	21.599	20%	76.019	70%
Bacia do Paramirim	42.942	7.285	17%	18.578	43%
Sertão Produtivo	121.960	37.454	31%	70.748	58%
Piemonte do Paraguaçu	75.351	27.133	36%	51.967	69%
Bacia do Jacuípe	70.704	28.162	40%	46.521	66%
Piemonte da Diamantina	69.122	22.537	33%	51.310	74%
Semiárido Nordeste II	115.891	28.955	25%	64.598	56%
Litoral Norte e Agreste Baiano	178.618	63.672	36%	123.484	69%
Portal do Sertão	250.739	108.755	43%	204.103	81%
Vitória da Conquista	193.280	71.423	37%	132.173	68%
Recôncavo	167.122	73.167	44%	121.864	73%
Médio Rio de Contas	106.238	68.054	64%	85.381	80%
Bacia do Rio Corrente	56.050	6.459	12%	28.684	51%
Itaparica	46.666	31.290	67%	33.784	72%
Piemonte Norte do Itapicuru	75.744	25.842	34%	52.627	69%
Metropolitana de Salvador	1.089.188	952.550	87%	1.040.728	96%
Costa do Descobrimento	101.736	50.433	50%	89.295	88%

Fonte: SEPLAN/IBGE.

Os três territórios que tiveram taxas maiores de acesso ao esgoto sanitário foram em ordem: Metropolitana de Salvador, 87,5%, Itaparica, 67,1% e Baixo Sul, 66,2%. A coleta de lixo esteve mais presente na região Metropolitana de Salvador, 95,6%, seguido por Costa do Descobrimento, 87,8% e Litoral Sul, 82,4%.

Quadro 10.7 - Abastecimento de Água no Estado (2001 e 2010)

Em mil m³

CLASSE	2001		2010		2010/2001
	VOLUME	PARTICIPAÇÃO	VOLUME	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Comercial	20.453	8%	35.271	8%	72%
Industrial	1.965	1%	2.469	1%	26%
Pública	10.521	4%	14.425	3%	37%
Residencial	228.250	87%	400.087	88%	75%
TOTAL	**261.189**	**100%**	**452.252**	**100%**	**73%**

Fonte: EMBASA.

Quanto ao abastecimento de água no Estado, podemos destacar que, no ano de 2010, o maior consumo registrado pela Empresa Baiana de Água e Saneamento foi o residencial, responsável por consumir 88% do volume total distribuído.

Segundo dados da Embasa, o crescimento no abastecimento de água no Estado da Bahia teria alcançado 73%, entre 2001 e 2010, com destaque para os abastecimentos das classes Comercial e Residencial, cujos crescimentos teriam atingido 72% e 75%, respectivamente.

O panorama de abastecimento de água durante os anos de 2001 e 2009 pode ser observado no Quadro 10.8, destacando-se o aumento de 27% no número de imóveis abastecidos com água no Estado, durante o período.

Quadro 10.8 - Abastecimento de Água no Estado de acordo com o meio (2001 - 2009)

Em Mil Unidades

SITUAÇÃO DO IMÓVEL		2001		2009		2009/2001
		QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Rural	Outra forma com canalização	117	3%	312	7%	167%
	Outra forma sem canalização	679	20%	453	11%	-33%
	Rede geral com canalização	164	5%	424	10%	159%
	Rede geral sem canalização	107	3%	70	2%	-35%
Urbano	Outra forma com canalização	31	1%	56	1%	81%
	Outra forma sem canalização	147	4%	57	1%	-61%
	Rede geral com canalização	1.935	57%	2.891	67%	49%
	Rede geral sem canalização	206	6%	36	1%	-83%
TOTAL		**3.386**	**100%**	**4.299**	**100%**	**27%**

Fonte: PNAD/IBGE.

Os indicadores de moradia dos Territórios de Identidade estão enunciados no Quadro 10.9, onde também é possível notar a quantidade de domicílios que foram atendidos com energia elétrica e acesso à rede de água no ano de 2010.

Quadro 10.9 - Indicadores de Moradia em 2010

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	DÉFICIT HABITACIONAL	DÉFICIT HABITACIONAL RELATIVO	DOMICÍLIO COM ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA	DOMICÍLIO COM ACESSO À REDE DE ÁGUA
Estado da Bahia	394.670	10%	96,4	80%
Irecê	6.800	6%	96,9	86%
Velho Chico	13.580	14%	91,9	70%
Chapada Diamantina	8.020	8%	94,5	76%
Sisal	13.035	8%	94,2	65%
Litoral Sul	29.990	13%	95,0	81%
Baixo Sul	16.430	16%	91,0	62%
Extremo Sul	13.123	11%	96,1	72%
Médio Sudoeste da Bahia	7.393	10%	95,5	81%
Vale de Jequiriçá	6.676	8%	96,1	67%
Sertão do São Francisco	12.946	10%	91,1	71%
Bacia do Rio Grande	12.556	12%	94,7	76%
Bacia do Paramirim	2.654	6%	91,2	72%
Sertão Produtivo	9.512	8%	95,3	68%
Piemonte do Paraguaçu	11.066	15%	91,5	75%
Bacia do Jacuípe	5.818	8%	92,3	66%
Piemonte da Diamantina	8.670	13%	96,4	78%
Semiárido Nordeste II	7.249	6%	92,6	71%
Litoral Norte e Agreste Baiano	18.490	10%	97,2	81%
Portal do Sertão	19.549	8%	99,0	77%
Vitória da Conquista	14.588	8%	95,9	69%
Recôncavo	16.257	10%	98,7	72%
Médio Rio de Contas	9.593	9%	95,1	80%
Bacia do Rio Corrente	5.868	10%	93,8	73%
Itaparica	4.274	9%	96,7	81%
Piemonte Norte do Itapicuru	11.613	15%	96,5	77%
Metropolitana de Salvador	96.514	9%	99,7	98%
Costa do Descobrimento	12.406	12%	96,2	74%

Fonte: SEPLAN/IBGE.

O maior déficit habitacional registrado foi de 16% no Território Baixo Sul que também é responsável pelo menor índice de acesso à rede de água, apenas 62% das residências foram abastecidas.

Os melhores índices de déficit habitacional foram apontados nas regiões da Bacia do Paramirim, Semiárido Nordeste II e Irecê, com 6% apenas. As maiores defasagens de habitação estão nos territórios do Baixo Sul, 16%, subsequente a Piemonte do Paraguaçu e Piemonte Norte do Itapicuru, ambas com 15%.

Todos os Territórios apresentaram mais de 60% das residências com acesso à água. Os destaques positivos foram a Região Metropolitana de Salvador (98%) e Irecê (86%).

O consumo de energia no Estado da Bahia está clarificado nos Quadros 10.10 e 10.11.

No comparativo entre os anos de 2012 e 2017, ocorreu um avanço no volume de energia distribuído para as residências, sendo que tal avanço representou quase 3 mil GWH, resultando em 54% de incremento. Cabe realçar também o aumento de 46% no volume destinado à classe comercial.

Quadro 10.10 - Evolução do Consumo de Energia Elétrica no Estado (2012 - 2017)

Em GWH

CLASSE	2012		2017		2017/2012
	VOLUME	PARTICIPAÇÃO	VOLUME	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Comercial	2.830	19%	4.118	21%	46%
Industrial	2.816	19%	2.079	11%	-26%
Outros	14	0%	9	0%	-37%
Pública	2.231	15%	2.981	15%	34%
Residencial	5.503	37%	8.492	43%	54%
Rural	1.356	9%	1.941	10%	43%
TOTAL	**14.750**	**100%**	**19.620**	**100%**	**133%**

Fonte: Neoenergia, Relatório da Sustentabilidade, 2017.

O aumento no número de consumidores de energia elétrica, rurais e comerciais foram os grandes responsáveis pelo acréscimo de 13% nas unidades atendidas pela concessionária. Nota-se um recuo de 11% nas unidades industriais atendidas durante o período de 2010 a 2016, como demonstrado no Quadro 10.11.

Quadro 10.11 - Número de Consumidores de Energia Elétrica no Estado (2010 - 2016)

Em Unidades

CLASSE	2010		2016		2016/2010
	VOLUME	PARTICIPAÇÃO	VOLUME	PARTICIPAÇÃO	VARIAÇÃO
Comercial	318.491	6,12%	389.433	6,60%	22%
Industrial	19.968	0,38%	17.702	0,30%	-11%
Pública	72.517	1,39%	70.806	1,20%	-2%
Residencial	4.589.586	88,17%	5.168.842	87,60%	13%
Rural	205.094	3,94%	253.722	4,30%	24%
TOTAL	**5.205.656**	**100%**	**5.900.504**	**100%**	**13%**

Fonte: Neoenergia, Relatório da Sustentabilidade, 2017.

A Região Metropolitana de Salvador foi a maior consumidora de energia elétrica do Estado, com 40,4% do total do consumo estadual. Em relação às classes de consumo no próprio território, no ano de 2010, os Territórios com as maiores participações de consumo de energia elétrica comercial foram a Costa do Descobrimento e Metropolitana de Salvador.

O consumo de energia elétrica industrial registrou os valores mais altos para Piemonte Norte do Itapicuru e Piemonte da Diamantina, enquanto que as maiores participações de consumo de energia elétrica residencial foram dos Territórios da Bacia do Paramirim e Bacia do Jacuípe.

Os Territórios com as maiores participações de consumo de energia elétrica rural foram Sertão do São Francisco e Bacia do Rio Corrente e, por fim, os Territórios com as maiores participações de consumo de energia elétrica de outros tipos foram o Semiárido Nordeste II e Recôncavo.

Quadro 10.12 - Indicadores de Energia Elétrica por Território de Identidade (2010)

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA TOTAL (KWH)	% NO CONSUMO DE ENERGIA DO ESTADO	% ENERGIA ELÉTRICA COMERCIAL	% ENERGIA ELÉTRICA INDUSTRIAL	% ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL	% ENERGIA ELÉTRICA RURAL	% ENERGIA ELÉTRICA OUTROS TIPOS
Irecê	275.180.150	1,8	9,0	3,7	39,2	23,2	24,9
Velho Chico	228.201.122	1,5	9,8	5,2	39,2	29,1	16,7
Chapada Diamantina	231.385.638	1,5	8,3	3,4	40,5	29,9	17,9
Sisal	342.542.273	2,3	8,6	24,1	39,8	4,1	23,4
Litoral Sul	730.665.013	4,8	19,7	21,3	40,0	4,0	15,0
Baixo Sul	188.580.917	1,3	18,0	5,8	50,9	10,5	14,8
Extremo Sul	376.273.985	2,5	16,7	18,6	42,2	9,3	13,2
Médio Sudoeste da Bahia	224.328.155	1,5	7,5	43,0	33,4	5,0	11,1
Vale de Jequiriçá	154.800.394	1,0	11,0	3,1	51,8	11,4	22,7
Sertão do São Francisco	512.448.658	3,4	9,4	6,1	28,1	45,7	10,7
Bacia do Rio Grande	637.107.217	4,2	10,9	26,8	23,3	31,0	8,0
Bacia do Paramirim	64.930.915	0,4	10,1	3,3	55,9	5,0	25,7
Sertão Produtivo	405.022.606	2,7	9,2	35,3	30,7	12,0	12,8
Piemonte do Paraguaçu	153.849.522	1,0	11,8	7,2	44,0	11,5	25,5
Bacia do Jacuípe	108.173.931	0,7	10,4	6,2	54,4	5,5	23,5
Piemonte da Diamantina	219.259.637	1,5	8,1	47,2	30,5	2,9	11,3
Semiárido Nordeste II	193.808.638	1,3	10,3	3,0	51,1	6,4	29,2
Litoral Norte e Agreste Baiano	563.791.667	3,7	21,5	19,1	36,7	6,4	16,3
Portal do Sertão	1.029.577.461	6,8	17,4	31,5	33,2	4,0	13,9
Vitória da Conquista	500.124.088	3,3	16,5	13,7	46,2	8,1	15,5
Recôncavo	625.787.990	4,2	10,8	28,0	30,9	4,3	26,0
Médio Rio de Contas	261.107.146	1,7	16,5	15,0	46,7	6,3	15,5
Bacia do Rio Corrente	170.599.647	1,1	7,6	6,0	30,2	41,1	15,1
Itaparica	142.290.366	0,9	16,1	4,5	42,9	18,3	18,2
Piemonte Norte do Itapicuru	266.539.937	1,8	6,8	49,2	27,4	4,3	12,3
Metropolitana de Salvador	6.091.389.449	40,4	26,1	28,4	33,8	0,1	11,6
Costa do Descobrimento	374.361.962	2,5	27,9	14,8	39,6	5,0	12,7

Fonte: SEI/SEPLAN.

O Quadro 10.13 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Os municípios de Salvador e Lauro de Freitas se apresentam com valores acima da média brasileira e do Estado para o IDHM, assim como para o IDHM de Renda e de Longevidade.

A Bahia situa-se na 22ª posição no ranking nacional do IDHM - 2010, com um índice de 0,660, valor este inferior ao índice nacional, de 0,727.

Quadro 10.13 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – 2010

20 Maiores IDHM

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	IDHM	IDHM		
		RENDA	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Estado da Bahia	0,660	0,663	0,783	0,555
Salvador	0,759	0,772	0,835	0,679
Lauro de Freitas	0,754	0,781	0,827	0,663
Barreiras	0,721	0,695	0,807	0,668
Luís Eduardo Magalhães	0,716	0,754	0,826	0,590
Feira de Santana	0,712	0,710	0,820	0,619
Itabuna	0,712	0,695	0,807	0,643
Madre de Deus	0,708	0,670	0,794	0,667
Santo Antônio de Jesus	0,700	0,677	0,815	0,622
Cruz das Almas	0,699	0,659	0,796	0,650
Camaçari	0,694	0,681	0,798	0,616
Candeias	0,691	0,652	0,823	0,616
Irecê	0,691	0,661	0,776	0,643
Ilhéus	0,690	0,688	0,808	0,590
Teixeira de Freitas	0,685	0,683	0,800	0,588
Alagoinhas	0,683	0,681	0,790	0,592
Vitória da Conquista	0,678	0,681	0,788	0,581
Catu	0,677	0,660	0,814	0,578
Eunápolis	0,677	0,687	0,791	0,572
Juazeiro	0,677	0,657	0,796	0,594
Dias d'Ávila	0,676	0,651	0,811	0,584

Fonte: PNUD.

11. OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE

O Estado da Bahia tem se destacado por ser um dos pioneiros nos estudos relativos à sua capacidade de infraestrutura de logística, sendo o primeiro Estado a desenvolver um Programa de Logística Estadual.

Nesse sentido, é importante apresentar os programas de infraestrutura logística previstos no Plano Plurianual Estadual - PPA 2016 - 2019 – Revisão de 17/07/2018, de forma a identificar as prioridades estabelecidas pelo governo estadual para essa área.

Programa: Infraestrutura para o Desenvolvimento

Ementa: Logística de transportes (construção e recuperação de ferrovias, implantação de sistemas viários, construção e modernização de portos e aeroportos, implantação de plataformas logísticas, construção, pavimentação e recuperação de estradas e revitalização da Hidrovia do São Francisco); Telecomunicações (ampliação e melhoria da qualidade da rede de banda larga, TV digital); Energia (aumento da produção de energias renováveis: eólicas, solar, biomassa energética, ampliação e modernização da rede de transmissão de energia elétrica) e Urbanização (melhoria de acessos e pavimentação de estradas, subestações, rede e iluminação pública).

Metas:

- Implantar o Sistema Metroviário Salvador - Lauro de Freitas;
- Implantar Linha de Veículo Leve sobre Trilho (VLT);
- Assegurar o funcionamento do sistema de transporte ferroviário, atendendo à demanda de passageiros, oferecendo maior mobilidade, conforto e segurança;
- Implantar contornos viários do Sistema Viário Oeste (SVO);
- Implantar Trem Metropolitano;
- Elaborar projetos de requalificação viária em municípios impactados pelo Sistema Viário Oeste (SVO);
- Executar obras de infraestrutura viária;
- Requalificar trechos de orlas nos destinos turísticos estratégicos;
- Diversificar a matriz de transportes do estado aumentando a integração entre os modais;
- Restaurar rodovias;
- Recuperar rodovias;
- Conservar rodovias;
- Construir pontes, viadutos e passarelas;
- Recuperar pontes, viadutos e passarelas;
- Implantar acessos viários;
- Construir terminais hidroviários;
- Recuperar terminais hidroviários;
- Ampliar terminais aeroviários;

- Recuperar terminais aeroviários;
- Construir terminais aeroviários;
- Elaborar estudos, planos e projetos de infraestrutura e logística de transportes;
- Realizar supressões de pontos críticos em estradas vicinais;
- Implantar vias de acessos a destinos turísticos;
- Requalificar acessos a destinos turísticos;
- Requalificar terminais hidroviários Baía de Todos-os-Santos;
- Implantar terminal rodoviário em roteiro turístico;
- Apoiar técnica e financeiramente as intervenções na infraestrutura de transportes;
- Supervisionar a execução das obras de infraestrutura de transportes;
- Recuperar acessos rodoviários;
- Conservar Terminais de Transporte;
- Ampliar a capacidade de resposta ao atendimento aos usuários dos sistemas de transportes, terminais e rodovias com pedágios;

Iniciativas:

- Implantar e monitorar a operação do Sistema Metroviário Salvador - Lauro de Freitas;
- Implantar o Tramo 3 da Linha 1 do Sistema Metroviário Salvador - Lauro de Freitas;
- Implantar o VLT Comércio - São Luiz;
- Estruturar a operação do VLT Comércio - São Luiz;
- Elaborar estudo de alternativa para interligação Metrô x VLT;
- Assegurar o funcionamento do sistema de transporte ferroviário, atendendo à demanda de passageiros, oferecendo maior mobilidade, conforto e segurança;
- Implantar contornos viários do Sistema Viário Oeste (SVO);
- Implantar Trem Metropolitano;
- Elaborar projetos de requalificação viária em municípios impactados pelo Sistema Viário Oeste (SVO);
- Executar obras de infraestrutura viária;
- Requalificar trechos de orlas nos destinos turísticos estratégicos;
- Implantar rodovias;
- Restaurar rodovias;
- Recuperar rodovias;
- Conservar rodovias;
- Construir pontes, viadutos e passarelas;
- Construir ponte interligando os Territórios do Velho Chico e Irecê, pelos municípios de Barra a Xique-Xique;
- Recuperar pontes, viadutos e passarelas;
- Implantar acessos viários;
- Construir terminais hidroviários;
- Recuperar terminais hidroviários;
- Ampliar terminais aeroviários;
- Recuperar terminais aeroviários;
- Construir terminais aeroviários;

- Elaborar estudos para o modelo de avaliação dos impactos dos investimentos em transportes;
- Elaborar estudos sobre o financiamento do setor rodoviário;
- Requalificar o sistema estadual de planejamento rodoviário;
- Implantar sistemas e bancos de dados para planejamento e monitoramento das políticas de transportes;
- Elaborar estudos para aumento da eficiência da logística e infraestrutura de transportes baiana;
- Apoiar tecnicamente estudos dos fluxos da matriz de todos os modais de transporte;
- Apoiar tecnicamente estudos de expansão e recuperação dos terminais de todos os modais de transporte;
- Realizar supressões de pontos críticos em estradas vicinais;
- Implantar a rodovia BA-001, trecho Belmonte - Canavieiras;
- Implantar a ligação BA-685 com BA-001 (Santa Cruz Cabrália - Santo André);
- Requalificar o acesso entre a BA-001 e Cacha Pregos - Vera Cruz;
- Requalificar o acesso entre a BA-099 e Massarandupió - Entre Rios;
- Requalificar terminais hidroviários na Baía de Todos-os-Santos;
- Ampliar o balizamento da Baía de Todos-os-Santos;
- Implantar terminal rodoviário em roteiro turístico;
- Supervisionar a execução das obras de infraestrutura de transportes;
- Recuperar acessos rodoviários;
- Conservar Terminais de Transporte.

Valor do Programa: R$ 6.014.514.300.

Investimentos em transportes programados pelo governo federal através do PAC para o Estado da Bahia

Os dados relativos do programa foram atualizados em 31 de dezembro de 2017, conta com sete empreendimentos de aeroportos, um empreendimento de hidrovia, oito empreendimentos de portos, nove empreendimentos para ferrovias e 26 para rodovias.

Aeroportos

- Barreiras: Reforma, melhoria e ampliações
  Município: Barreiras;
  Previsto: Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC);
  Estágio: ação preparatória.
- Ilhéus: projeto de infraestrutura e ampliação do MOP
  Município: Ilhéus;
  Previsto: R$ 2.088.177,00;
  Estágio: em obras.

- Vitória da Conquista: TPS e serviços complementares
  Município: Vitória da Conquista;
  Previsto: R$45.000.000,00;
  Estágio: em obras.
- Internacional de Salvador: Recapeamento das pistas de pouso e decolagem, reforma na área de movimentação de aeronaves
  Município: Salvador;
  Previsto: R$ 4.168.860,56
  Estágio: concluído.
- Internacional de Salvador: Reforma e adequação do terminal de passageiros
  Município: Salvador;
  Previsto: R$ 128.842.422,00;
  Estágio: em obras.
- Vitória da Conquista: Construção de novo aeroporto
  Município: Vitória da Conquista;
  Previsto: R$ 53.073.758,75;
  Estágio: concluído.

Hidrovias

- Corredor do São Francisco: BA, MG e PE
  Municípios: Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Ibotirama, Juazeiro, Malhada, Paratinga, Pilão Arcado, Remanso, Santo Sé, Sítio do Mato, Sobradinho e Xique-Xique - Bahia; Buritizeiro, Itacarambi, Januário, Manga, Matias Cardoso, Pedras de Maria da Cruz, Pirapora e São Francisco - Minas Gerais; Petrolina - Pernambuco;
  Previsto: R$ 91.950.000,00;
  Estágio: em obras.

Portos

- Porto Sem Papel: Concentrador de dados e portal de informações portuárias
  Municípios: Angra dos Reis, Arraial do Cabo, Itaguaí e Niterói – Rio de Janeiro; Antonina, Paranaguá – Paraná; Aracruz – Espírito Santo; Areia Branca e Natal – Rio Grande do Norte; Barcarena, Santarém e Belém – Pará; Cabedelo – Paraíba; Cabo de Santo Agostinho e Recife – Pernambuco; Cadeias, Ilhéus e Salvador – Bahia; Fortaleza e São Gonçalo do Amarante – Ceará; Imbituba, Itajaí, Lagunas e São Francisco do Sul – Santa Catarina; Macapá – Amapá; Maceió – Alagoas; Manaus – Amazonas; São Luís – Maranhão; São Sebastião e Santos – São Paulo;
  Previsto: R$ 153.220.000,00;
  Estágio: em obras.
- Cadeia Logística Portuária Inteligente (PORTLOG)
  Municípios: Belém – Pará; Cabo de Santo Agostinho – Pernambuco; Fortaleza – Ceará; Itaguaí e Rio de Janeiro – Rio de Janeiro; Paranaguá – Paraná; Rio Grande – Rio Grande do Sul; Santos – São Paulo; São Gonçalo do Amarante – Ceará; São Luís – Maranhão; Vitória – Espírito Santo;
  Previsto: R$ 69.700.000,00;
  Estágio: em obras.

- Elaboração de Estudos, projetos e documentação de apoio necessários à implementação de 16 áreas de apoio logístico portuário – AALPS no Entorno de portos organizados (Ação 20B9)
  Municípios: Barcarena e Santarém – Pará; Candeias – Bahia; Fortaleza – Ceará; Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul – Santa Catarina; Itaguaí e Rio de Janeiro – Rio de Janeiro; Rio Grande – Rio Grande do Sul; Salvador – Bahia; Santos – São Paulo; São Gonçalo do Amarante – Ceará; São Luís – Maranhão; Vitória – Espírito Santo;
  Previsto: R$ 5.540.000,00;
  Estágio: concluído.
- Modernização da Gestão Portuária (Ação 10B9) – CDC, CODESA, CODERN, CODEBA (Fase II)
  Municípios: Belém – Pará; Fortaleza – Ceará; Natal – Rio Grande do Norte; Rio de janeiro – Rio de janeiro; Salvador – Bahia; Santos – São Paulo; Vitória – Espírito Santo.
  Previsto: Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC).
  Estágio: ação preparatória
- Porto de Salvador: Ampliação do quebra-mar
  Município: Salvador;
  Previsto: R$ 120.000.000,00;
  Estágio: em obras.
- Programa de Conformidade do gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos dos portos marítimos brasileiros
  Municípios: Barbacena e Belém – Pará; Cabedelo – Paraíba; Candeias, Ilhéus e Salvador – Bahia; Imbituba e São Francisco do Sul – Santa Catarina; Ipojuca e Recife – Pernambuco; Itaguaí e Rio de Janeiro – Rio de Janeiro; Itajaí – Santa Catarina; Maceió – Alagoas; Natal – Rio Grande do Norte; Paranaguá – Paraná; Rio Grande – Rio Grande do Sul; Salvador – Bahia; Santos e São Sebastião – São Paulo; São Luís – Maranhão; Vitória – Espírito Santo;
  Previsto: R$105.290.000,00;
  Estágio: em obras.
- Programa de Gerenciamento de Tráfego Marítimo - VTMIS (Fase I)
  Municípios: Candeia, Madre de Deus e Salvador – Bahia; Itaguaí e Rio de Janeiro – Rio de Janeiro; Santos – São Paulo; Vitória - Espírito Santo;
  Previsto: R$ 164.300.000,00;
  Estágio: em obras.

Ferrovias

- Trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste: Construção Lote I
  Municípios: Aurelino Leal, Gongogi, Ubaitaba e Uruçuca;
  Previsto: R$ 1.407.220.656,98;
  Estágio: em obras.
- Trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste: Construção Lote II
  Municípios: Aiquara, Itagi e Jequié
  Previsto: R$ 810.165.984,96;
  Estágio: em obras;

- Trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste: Construção Lote IIA – Túnel
Município: Caetité;
Previsto: R$ 176.940.000,00;
Estágio: concluído.
- Trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste: Construção Lote III
Municípios: Manoel Vitorino, Mirante, Tanhaçu;
Previsto: R$ 621.848.746,03;
Estágio: em obras.
- Trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste: Construção Lote IV
Municípios: Brumado, Ibiassucê e Lagoa Real;
Previsto: R$ 1.297.526.599,99;
Estágio: em obras.
- Trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste: Construção Lote V
Municípios: Bom Jesus da Lapa, Caetité, Guanambi, Palmas de Monte Alto e Riacho de Santana;
Previsto: R$ 622.283.648,89;
Estágio: em obras.
- Trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste: Construção Lote VA
Município: Bom Jesus da Lapa;
Previsto: R$ 134.976.550,64;
Estágio: em obras.
- Trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste: Construção Lote VI
Municípios: Jaborandi, Santa Maria da Vitória, São Félix do Coribe e Serra do Ramalho;
Previsto: R$ 505.700.315,65;
Estágio: em obras.
- Trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste: Construção Lote VII
Municípios: Santa Maria da Vitória;
Previsto: R$ 489.085.456,74;
Estágio: em obras.

Rodovias

- BR-020: Projeto e obra, duplicação ENTR. BR-242
Município: Barreiras;
Previsto: Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC);
Estagio: Ação Preparatória.
- BR-030: Implementação e Pavimentação, acesso Carinhanha
Municípios: Carinhana;
Previsto: Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC);
Estagio: ação preparatória.
- BR-030: Projeto de pavimentação
Municípios: Boa Nova e Maraú;
Previsto: Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC);
Estagio: ação preparatória.

- BR-101: Duplicação Eunápolis, entroncamento BR-418

Municípios: Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa;
Previsto: Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC);
Estagio: ação preparatória.

- BR-101: Duplicação Divisa SE/BA

Municípios: Alagoinhas, Amélia Rodrigues, Araçás, Entre Rios, Esplanada, Feira de Santana, Rio Real, Teodoro Sampaio;
Previsto: R$ 997.000.000,00;
Estágio: em obras.

- BR-161: Adequação, Divisa PE/BA

Municípios: Abaré, Araci, Canudos, Chorrochó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Quijingue, Santa Bárbara, Serrinha, Teofilândia e Tucano;
Previsto: R$ 1.342.000.628,42;
Estágio: execução de projetos.

- BR-116: Contorno Norte Feira de Santana

Município: Feira de Santana;
Previsto: Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC);
Estagio: ação preparatória.

- BR-135: Trecho de construção

Município: Angical, Barreiras, Cocos, Coribe, Correntina, Feira da Mata, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério;
Previsto: R$ 550.800.000,00;
Estágio: em obras.

- BR-235: Construção divisa SE/BA, BA/PI e PE/BA

Município: Barragem;
Previsto: R$ 135.509.382,96;
Estágio: em obras.

- BR-235: Construção divisa SE/BA, BA/PI e PE/BA

Município: Canché
Previsto: R$ 210.512.333,62;
Estágio: em obras.

- BR-235: Construção divisa SE/BA, BA/PI

Município: Nova Remanso;
Previsto: R$ 142.700.000,00;
Estágio: em obras.

- BR-235: Construção divisa SE/BA, BA/PI

Município: Uauá e Curuçá;
Previsto: R$ 62.976.911,32;
Estágio: concluído.

- BR-235: Construção divisa SE/BA, BA/PI

Município: Juazeiro;
Previsto: R$ 101.705.242,50;
Estágio: em obras.

- BR-242: Adequação da travessia urbana

Município: Luís Eduardo Magalhães;
Previsto: R$ 63.200.000,00;
Estágio: concluído.

- BR-242: Construção ENTR BA-460

Municípios: Barreiras;
Previsto: R$ 103.220.000,00;
Estágio: concluído.

- BR-324: Duplicação do acesso ao Porto de Aratu

Municípios: Candeias;
Previsto: Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC);
Estagio: ação preparatória.

- BR-367: Adequação do km0 ao km31,4

Municípios: Santa Cruz Cabrália e Eunápolis;
Previsto: Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC);
Estagio: ação preparatória.

- BR-407: Adequação da travessia urbana

Munícipios: Juazeiro;
Previsto: R$ 76.600.000,00;
Estágio: em obras.

- BR-415: Duplicação Ilhéus

Municípios: Ilhéus e Itabuna;
Previsto: R$ 270.000.000,00;
Estágio: em obras.

- BR-418: Construção Caravelas

Municípios: Alcobaça e Caravelas;
Previsto: R$118.620.000,00;
Estágio: concluído.

- Estudos e Projetos

Executor: DNIT;
Previsto: R$ 89.782.478,64;
Estágio: concluído.

- Estudos e Projetos

Executor: DNIT;
Previsto: R$46.636.825,70;
Estágio: em obras.

- Estudos e Projetos

Executor: DNIT;
Previsto: Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC);
Estagio: ação preparatória.

- Manutenção e Sinalização da Malha Rodoviária

Executor: DNIT;
Previsto: R$1.170.030.867,77;
Estágio: concluído.

- Manutenção e Sinalização da Malha Rodoviária

Executor: DNIT;
Previsto: R$ 276.840.541,86;
Estágio: em obras.

- Manutenção e Sinalização da Malha Rodoviária

Executor: DNIT;

Previsto: Valor não divulgado em razão da possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC);
Estagio: ação preparatória.

12. CENÁRIOS ECONÔMICOS TENDENCIAIS E ALTERNATIVOS DE POLÍTICAS PARA A ECONOMIA BAIANA – SEPLAN/SDE

A Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia estão desenvolvendo um processo de Planejamento Estratégico para o Estado. Inicialmente, foram realizados diversos estudos e um Workshop que resultaram na produção de um 1º Relatório Parcial, publicado em fevereiro de 2018, chamado de Análise Tendencial e Estrutural da Economia Baiana, constituído das seguintes análises e avaliações:

- Tendências Internacionais no Início do Milênio;
- A Bahia nos Contextos Regional e Nacional;
- Análise da Estrutura Produtiva da Economia Baiana;
- Análise das Relações Intersetoriais da Economia Baiana;
- Cenários de Política para a Economia;
- Simulações, a partir da Modelagem de Equilíbrio Geral Computável.

Assim, o Relatório serviu de base para o levantamento de políticas a serem simuladas para a economia baiana e, ao mesmo tempo, apresentar a metodologia referente à modelagem das simulações de política que seriam apresentadas no 2º Relatório Parcial.

Em março de 2018, as referidas Secretarias publicaram o 2º Relatório Parcial, intitulado de Resultados das Simulações de Política.

O Relatório apresentou os resultados de longo prazo das simulações planejadas e apresentadas no 1º Relatório Parcial, que foram:

- Cenário Tendencial 2035 para a Economia Baiana;
- Regionalização de Cenários Macroeconômicos Nacional e Internacional;
- Investimentos (intenções) Privados Planejados;
- Investimentos (intenções) Públicos Planejados ou em Fase de Execução;
- Investimentos (intenções) Públicos devido à Construção da Ferrovia FIOL;
- Ampliação da Agroindustrialização no Estado;
- Aumento da Produtividade do Trabalho.

Os principais resultados obtidos em cada simulação estão relatados na sequência.

Simulação 1 - Cenário Tendencial 2035 para a Economia Baiana

- Para a construção do cenário tendencial foi considerado o crescimento real observado, extraído das Contas Regionais do IBGE, referente ao PIB do Brasil e da economia baiana de 2003 a 2015. Segundo o estudo, nesse período o PIB do Brasil cresceu a uma taxa média anual de 3,2%, enquanto que a economia baiana cresceu 3,3% ao ano.
- Assim, o estudo assumiu que no cenário tendencial, no período de 2017 a 2035, a economia baiana cresceria 0,1% além do esperado para o país. A composição do

crescimento acumulado no período seria a seguinte: consumo das famílias (71,48%), investimento (67,69%), exportações (29,04%), importações (42,05%), emprego (56,06%) e impostos (65,5%). Isto resultaria num crescimento acumulado para o PIB entre 2017 e 2035 de 78,59%, resultando em uma taxa média geométrica de incremento anual de aproximadamente 3,3% ao ano.

Simulação 2 - Regionalização de Cenários Macroeconômicos Nacional e Internacional

- O objetivo dessa simulação foi o de avaliar os impactos de eventuais políticas nacionais e internacionais sobre a trajetória de crescimento da economia baiana. A política selecionada foi a implementação do ajuste fiscal dos gastos públicos no país, com a redução de 0,6% em 2017 e um corte anual de 1% no período de 2018 a 2020 no país. Após esse período assume-se a recuperação do gasto público. Para o cenário externo assumiu-se que tanto as exportações como as importações seriam determinadas endogenamente.
- Nestas condições, o resultado acumulado do PIB baiano para o período de 2017 a 2035 seria 27,78% inferior ao PIB acumulado no cenário tendencial, ou seja, um crescimento anual do PIB da ordem de 2,03%. O consumo das famílias seria 28,07% menor do que no cenário tendencial, o investimento 37,37% menor do que no cenário tendencial, o volume de exportações seria 0,75% menor do que no cenário tendencial, o volume de importações seria 23,47% menor do que no cenário tendencial, o emprego seria 27,84% menor do que no cenário tendencial e os impostos 24,50% menor do que no cenário tendencial.

Simulação 3 - Investimentos (intenções) Privados Planejados

- O estudo considerou as informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado que indicam que entre 2016 e 2022 o montante de investimentos privados planejados e implantados somariam aproximadamente R$ 31,1 bilhões. Os dados levantados indicam que apenas oito das 45 atividades econômicas classificadas concentrariam 93% dos investimentos, sendo que o setor de energia elétrica, gás natural e outras utilidades acumularia 71% desses investimentos privados planejados.
- O Estudo aponta para o fato de que os investimentos privados aumentariam o PIB acumulado entre 2017 e 2035 no cenário tendencial em 6,63%, o que representaria uma taxa média geométrica de crescimento anual de 3,6%. O consumo das famílias teria um incremento acumulado de 5,02% em relação ao cenário tendencial e, da mesma forma, o investimento de 6,86%, o volume de exportações de 1,32%, o volume de importações de 5,41%, o emprego de 4,75% e os impostos de 5,60%.

Simulação 4 - Investimentos (intenções) Públicos Planejados ou em Fase de Execução

- Também para esta simulação foram consideradas as informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico que indicam que entre 2014 e 2020 o montante de investimentos públicos implantados e planejados para o Estado somariam R$ 18,9 bilhões. As principais intervenções se referem às grandes obras de infraestrutura, como rodovias e ferrovias. O estudo informa que adicionalmente, em decorrência da

utilização do setor de transportes como margem em todos os demais setores, o restante da economia tenderia a ser beneficiado, através da redução do custo de transação para qualquer produto.

- Da mesma forma que os investimentos privados simulados anteriormente, segundo o estudo em questão, os investimentos públicos causariam impactos positivos em todas as variáveis macroeconômicas do Estado. O PIB real acumulado no período de 2017 a 2018 registraria um incremento de 3,22% em relação ao PIB acumulado no cenário tendencial, implicando numa taxa média geométrica de crescimento anual de 3,5% ao ano. O consumo das famílias teria um incremento acumulado de 2,88% em relação ao cenário tendencial e, da mesma forma, o investimento de 3,16%, o volume de exportações de 0,68%, o volume de importações de 2,32%, o emprego de 2,75% e os impostos de 2,50%.

Simulação 5 - Investimentos (intenções) Públicos devido à Construção da Ferrovia FIOL

- O estudo indica que o objetivo desta simulação foi o de dimensionar o impacto econômico de longo prazo da implantação da FIOL. Estes investimentos representariam 40,2% dos investimentos públicos das grandes obras do Estado, ou seja, R$ 7,6 bilhões. Nesta hipótese o incremento no PIB acumulado do cenário tendencial no período de 2017 a 2035 seria de 1,18%. O consumo das famílias teria um incremento acumulado de 1,03% em relação ao cenário tendencial e, da mesma forma, o investimento de 1,12%, o volume de exportações de 0,26%, o volume de importações de 0,81%, o emprego de 0,97% e os impostos de 0,90%.

Simulação 6 - Ampliação da Agroindustrialização no Estado

- O 2º Relatório Parcial do estudo informa que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado identificou aproximadamente R$ 2,8 bilhões de investimentos destinados aos setores relacionados à agroindústria durante o período de 2016 a 2022, a saber: abate e produtos de carne, produtos alimentares, fabricação de bebidas, fabricação de produtos de fumo, fabricação de calçados e artefatos de couro, fabricação de produtos de madeiras, fabricação de papel e celulose e fabricação de biocombustíveis. Considerou-se que a média anual prevista para aquele período seria mantida no mesmo nível entre 2018 e 2027.
- Mais uma vez se verificou os impactos positivos nas principais variáveis macroeconômicas do Estado. O PIB real acumulado no período de 2017 a 2035 registraria um acréscimo de 8,04% em relação ao PIB acumulado no cenário tendencial, o que resultaria numa taxa média geométrica de crescimento anual de 3,7% ao ano. O consumo das famílias teria um incremento acumulado no período de 6,34% em relação ao cenário tendencial e, da mesma forma, o investimento de 10,60%, o volume de exportações de 2,12%, o volume de importações de 5,23%, o emprego de 5,54% e os impostos de 5,40%.

Simulação 7 - Aumento da Produtividade do Trabalho

- O estudo apresenta a produtividade do trabalho na Bahia comparativamente à produtividade média brasileira para o ano de 2013. Enquanto que no país ela alcançou R$ 46.894 de valor adicionado por trabalhador, na Bahia a produtividade média ficou em R$ 26.916 de valor adicionado por trabalhador no ano. Ou seja, há muito espaço para melhorias. Na simulação foi projetado um aumento na qualificação da mão de obra local, que resultaria no aumento de produtividade no trabalho, em todos os setores e de forma homogênea, se esta crescesse 10% entre 2018 e 2035.
- O aumento da produtividade resultaria em impactos positivos nas principais variáveis macroeconômicas do Estado. O PIB real acumulado no período de 2017 a 2035 registraria um acréscimo de 18,58% em relação ao PIB acumulado no cenário tendencial, sendo este o melhor resultado apurado entre as simulações realizadas. A taxa média geométrica de crescimento anual seria incrementada para 4,3% ao ano. O consumo das famílias teria um incremento acumulado no período de 2017 a 2035 de 12,55% em relação ao cenário tendencial e, da mesma forma, o investimento de 21,83%, o volume de exportações de 3,28%, o volume de importações de 12,5%, o emprego de 11,51% e os impostos de 12,10%.

13. CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO ESTADO DA BAHIA E SUPERAÇÃO DOS GARGALOS CÍCLICOS E ESTRUTURAIS

13.1. Contextualização

A Constituição de 1988 trouxe uma importante mudança na reorganização das competências tributárias e das transferências entre os entes federativos. Os municípios foram especialmente beneficiados; incrementaram a participação na receita tributária do setor público consolidado, em detrimento dos Estados e do Governo Federal.

Desde então, a carga tributária brasileira vem crescendo, e de um patamar, em 1988, de pouco mais de 22% do Produto Interno Bruto (PIB), supera, hoje, 33% do PIB (IBGE). A carga tributária daqui é muito similar a de algumas nações desenvolvidas. Nos anos de 2005 e 2008 chegou a mais de 34% do PIB (IBGE). Contudo, há países mais avançados do que o Brasil com carga tributária menor, como é o caso dos Estados Unidos e da Suíça, com carga inferior aos 30% do PIB (OCDE).

As mudanças na carga tributária brasileira, ao longo dos anos, se deram principalmente por meio da ampliação das contribuições, não repartidas com outros entes da federação, revelando, dessa forma, o caráter centralizador da receita tributária no âmbito do governo federal. Os Estados, que já não tinham sido favorecidos na Constituição de 1988, viram os seus gastos correntes, sobretudo de pessoal e previdência, avançarem rapidamente para um patamar dramático em relação às suas receitas tributárias.

A elevação da carga tributária brasileira não foi acompanhada na mesma proporção pela ampliação dos investimentos públicos.

Nos anos 2015 e 2016, o Brasil viveu a maior recessão de sua história afetando toda a vida econômica, social e política do país. A evolução recente do PIB nacional desenhou a pior série histórica desde o início das estatísticas, provocando abalos nas finanças públicas do governo federal.

A situação dos Estados também não ficou diferente, suas finanças seguiram o mesmo caminho, chegando a um estágio de extrema vulnerabilidade. Alguns, porém, sofreram mais do que outros, em função das políticas adotadas no passado remoto e/ou recente. Verifica-se, hoje, alguns Estados em situação pré-falimentar e, a grande maioria, com baixíssima ou nenhuma capacidade de investimento.

A gravidade da situação é ainda mais acentuada, visto que os Estados representam cerca de 40% de todo o investimento governamental. Nos últimos anos, “os governos municipais e estaduais responderam, respectivamente, por 40% e 37% do investimento do governo geral, na média do período 2002 - 2015. O governo federal executou, no pior ano (2003), apenas 11% do investido, e no melhor (2011), chegou a 29% do total investido pelo setor público. As prefeituras, mesmo com ciclo eleitoral, sempre investiram mais que a União, em cada um dos últimos 15 anos (em apenas quatro anos perderam dos governos estaduais). “Isso evidencia quão descentralizado é o investimento no país e, ao mesmo tempo, quão dependente se torna da saúde e do equilíbrio federativo” (José Roberto Afonso Investimento Públicos, Keynes, Lições Ignoradas – Maio/2018 Conjuntura Econômica – FGV).

Ainda do estudo apresentado pelo economista José Roberto Afonso depreende-se que, embora a carga tributária brasileira esteja acima de 30% do PIB, como visto próximo da média das economias avançadas, a taxa média de investimento governamental, entre 2002 e 2015, atingiu apenas 2,05% do PIB. Oscilando entre um piso de 1,53%, em 2003, e o pico de 2,63%, em 2010. Comparado ao resto do orçamento, foi 6,4% da despesa primária e 5,2% da receita líquida, na média dos mesmos 15 anos.

Pretende-se, neste capítulo, examinar a capacidade de investimento do Estado da Bahia para os próximos anos. O exame do comportamento das receitas e despesas do Estado e a comparação com o desempenho de outros estados da federação, bem como, as expectativas para o crescimento do PIB nacional, do regional e dos investimentos, serão as bases que sustentarão as conclusões apresentadas neste estudo.

É sabido que as mesmas restrições, obstáculos e dificuldades, porque passou e vem passando, o Governo Federal, para realizar os investimentos necessários para a urgente e vital melhoria da qualidade da infraestrutura econômica com vistas a reduzir as desigualdades regionais e sociais, e, impulsionar o desenvolvimento equilibrado de todo o país, também se verificam para os entes subnacionais.

As turbulências de ordem política vividas, nos últimos anos, apresentam-se como uma barreira que impede as decisões de investimento do setor privado, por um lado e, do lado do setor público, agregam-se a este quadro, os constrangimentos das finanças governamentais, que comprimem as despesas com o investimento, ao mesmo tempo, que disparam as despesas com o custeio da máquina.

Além disto, ainda como mais um fator de instabilidade, em maio do presente ano (2018), o movimento de paralisação dos caminhoneiros provocou uma queda brusca na produção brasileira, além de revelar a situação dramática da infraestrutura de transportes de carga e de passageiros, e a excessiva dependência do país ao transporte rodoviário.

A saída imediatista adotada pelo governo federal para pôr fim ao movimento de paralisação, apenas trouxe a elevação do custo de transporte de cargas, por meio do tabelamento dos serviços a serem praticados pelas transportadoras. Não foi possível e a urgência que a situação demandava, não permitiu haver condições para o debate e para a discussão que viesse no sentido de apontar um caminho, mesmo que mais a longo prazo, para a mudança da matriz de transporte de carga do país, a melhoria da logística e de todo o setor transporte com vistas à redução do chamado Custo Brasil.

Todos os grandes setores da economia sofreram com a paralisação do transporte rodoviário de carga nas últimas semanas de maio de 2018. Os efeitos negativos, entretanto, não foram sentidos da mesma forma. A indústria foi quem mais perdeu, registrando um recuo da produção física de nada menos do que 10,9% frente a abril de 2018, já descontados os efeitos sazonais. O comércio caiu 4,9%, em seu conceito ampliado, e os serviços 3,8% (CARTA IEDI, Edição 865, www.iedi.org.br).

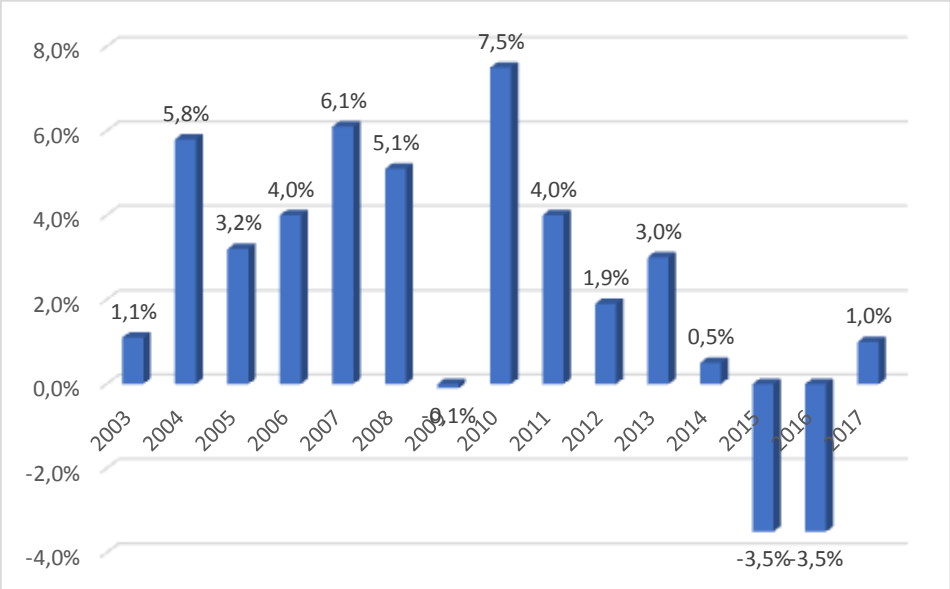
Mesmo com a recuperação industrial da ordem de 13%, em junho, permanece, entre empresários e especialistas, o ceticismo em relação ao desempenho industrial neste ano de 2018.

Deste modo, como poderá ser visto no item seguinte, o nível de atividade econômica, que parecia se desvencilhar do baixo dinamismo do primeiro trimestre do ano de 2018 com um crescimento um pouco mais substancial em abril, sofreu forte deterioração em maio e, mesmo com a recuperação de junho, indica uma redução nas expectativas de crescimento do PIB e dos investimentos.

13.2. Evolução Recente do PIB, Investimentos e Perspectivas

Nas últimas duas décadas, um forte crescimento baseado na elevação histórica dos preços de *commodities*, produzidas no país, fez do Brasil umas das principais economias do mundo. Entretanto, a partir de 2014, o país passou a conviver com a pior e mais longa recessão de sua história. Há sinais recentes de uma recuperação lenta, porém sem muita perspectiva de uma retomada mais vigorosa, pelo menos antes do processo eleitoral de outubro de 2018. As contas públicas deterioraram-se, substancialmente, nestes anos de recessão, limitando e reduzindo as expectativas sobre os investimentos públicos e postergando a tomada de decisões por parte dos investidores privados.

Observando a Ilustração 13.1 percebe-se nitidamente a trajetória de ascensão e queda da taxa de crescimento do PIB brasileiro nos últimos 15 anos.

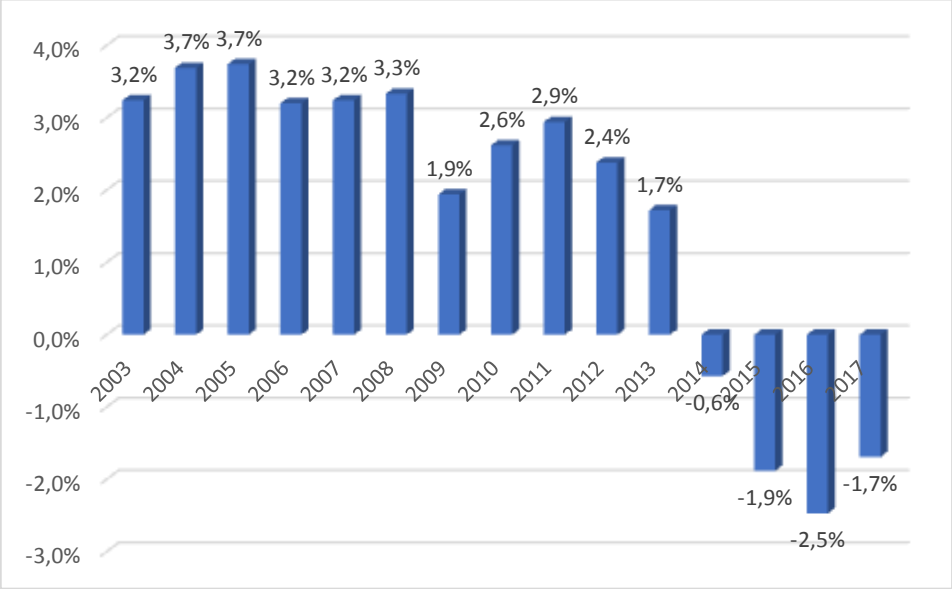


Fonte: IBGE.

Ilustração 13.1 - Taxa de Crescimento do PIB Brasileiro

O primeiro período, que vai de 2003 até a crise internacional de 2009, foi marcado por um forte crescimento econômico que veio na esteira do extraordinário crescimento da China que, por sua vez, provocou uma elevada alta nas *commodities*, beneficiando vários países exportadores, incluindo o Brasil.

Destaca-se também, neste período, a manutenção da política de geração de superávit primário, conforme pode ser visualizado na Ilustração 13.2.



Fonte: Banco Central do Brasil.

Ilustração 13.2 - Resultado Primário do Setor Público (% PIB)

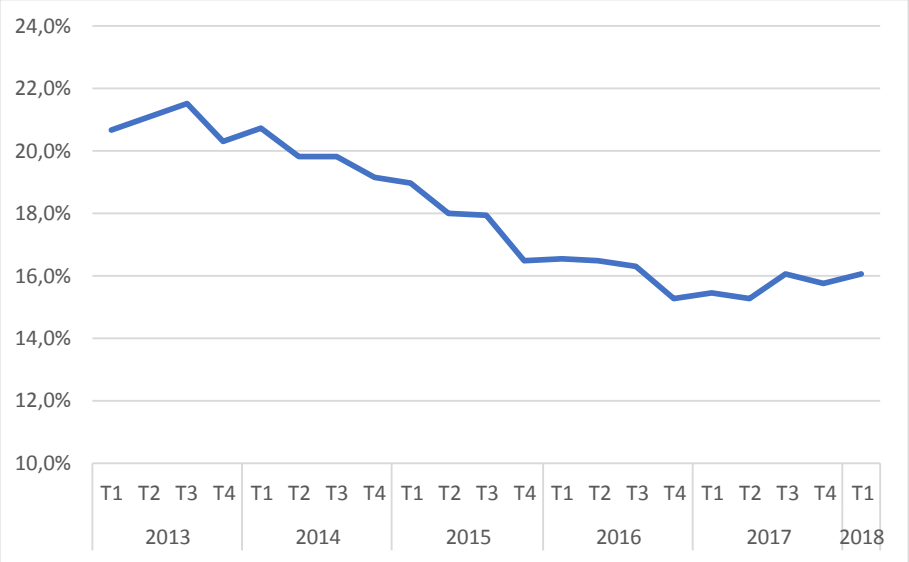
A partir da crise internacional de 2009, um conjunto de medidas foi adotado no sentido de amenizar o quadro econômico negativo que acabou por levar a uma série de desequilíbrios na economia nacional. Algumas medidas foram no sentido de impulsionar a demanda, dentre as quais destacam-se, a ampliação das linhas de crédito público ao consumo, as desonerações fiscais, o congelamento de preços administrados que, em conjunto, levou à elevação da taxa inflacionária e à deterioração das finanças públicas.

A taxa anual de inflação situou-se, durante os anos de 2010 até 2016, acima das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. O superávit primário entrou em trajetória descendente até a realização de déficits, nos anos de 2014 a 2017. Para 2018, está previsto um déficit um pouco menor do que o verificado no ano de 2017.

Os problemas na economia nacional foram se avolumando e com a crise política desencadeada, a partir de manifestações populares em junho de 2013, o quadro geral foi se agravando até levar o país a uma recessão até então inédita. Os recuos foram de 3,5%, tanto em 2015 como em 2016. Em termos trimestrais, houve queda em todos, com destaque negativo para o segundo trimestre de 2015, quando a economia contraiu 1,9%.

A inflação se manteve persistentemente elevada, o déficit em conta corrente chegou a 4,2% do PIB e os dados fiscais se deterioraram progressivamente.

Neste quadro é importante examinar o que ocorreu com o investimento. Na Ilustração 13.3, apresenta-se para o período recente, a evolução da taxa trimestral de investimento, obtida a partir da relação entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o PIB.



Fonte: IPEA.

Ilustração 13.3 - Taxa de Investimento (% PIB)

Verifica-se uma trajetória de queda brusca da taxa de investimento por quatro anos seguidos, assim como ocorreu com o crescimento do PIB. Além dos fatores institucionais e políticos, os investimentos foram influenciados por todo o quadro de deterioração das finanças públicas, com o aumento acelerado da dívida pública e a realização de déficits primários, que culminou com a perda do Grau de Investimento do Brasil, em setembro de 2015. A aceleração no processo de elevação da taxa de juros, desde 2013, visando ao combate à inflação, também influenciou de forma negativa no crescimento da atividade econômica e do investimento.

Não se pretende fazer, neste item, uma longa e substantiva análise do desempenho da economia nacional nos últimos anos. O objetivo é realçar a interdependência direta entre o nível de investimento público e/ou privado e o ambiente econômico. Assim, a alteração no quadro político com a mudança na Presidência da República, em maio de 2016, influenciou os aspectos macroeconômicos, provocando a queda da inflação, a redução na taxa de juros e o crescimento do produto e do investimento.

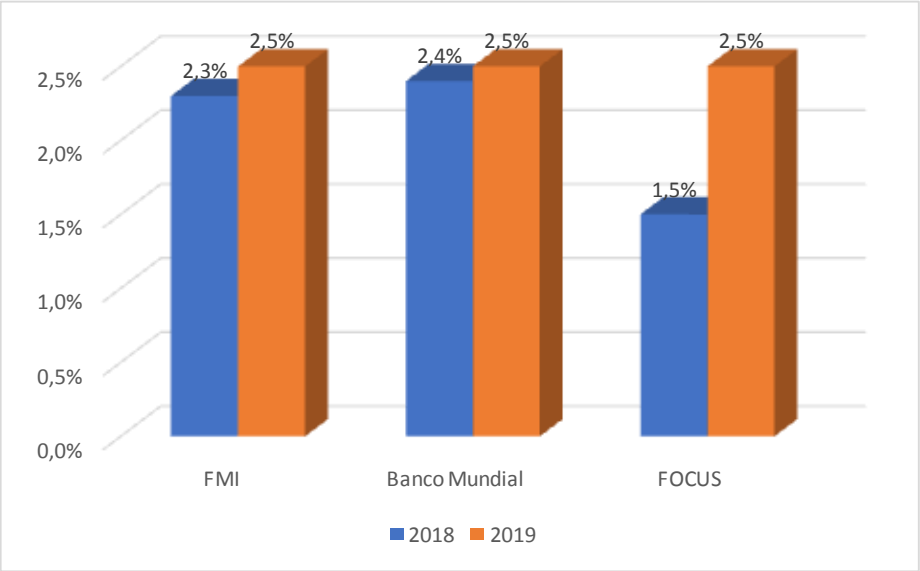
No entanto, ainda é bastante lenta a recuperação da economia brasileira. A economia está gradualmente saindo da recessão. Após cair por oito trimestres consecutivos, o crescimento voltou no início de 2017. Aos poucos vai se conseguindo sair da recessão, embora não seja razoável esperar um impulso significativo em função da situação política. Não há, na história recente, nada paralelo ao que o país vive atualmente. Os quadros institucional e político mantêm-se nebuloso, sem clareza para o rumo que irá tomar. Aguarda-se com muita ansiedade o que virá das próximas eleições, em outubro de 2018. O ineditismo desta crise exponencia a difusão de soluções as mais variadas. A tradição da sociedade brasileira aponta para soluções negociadas, sem opções muito radicais. No entanto, mesmo assim, a expectativa pelo que virá, acaba por paralisar as decisões de investimento. Até que se realizem as eleições, espera-se um nível baixo de crescimento de investimento e de produto.

Cabe destacar os recentes trabalhos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial que apresentam as perspectivas para a economia brasileira e mundial.

De acordo com o FMI, o Brasil deverá crescer 2,3%, neste ano de 2018, e 2,5% em 2019, mas o ritmo de expansão do PIB deverá estabilizar-se em 2,2%, em médio prazo, se a produtividade continuar baixa. O Banco Mundial apresentou estimativas muito parecidas para o desempenho brasileiro: 2,4% em 2018 e 2,5% em 2019.

No Brasil, o mercado é mais pessimista, sobretudo em função das turbulências políticas e do impacto da paralisação dos caminhoneiros, descritas anteriormente. O Boletim Focus (03/08/2018), contendo as expectativas do mercado e publicado no portal do Banco Central do Brasil, estima um crescimento de 1,5% para o ano de 2018 e 2,5% para o ano de 2019.

A Ilustração 13.4 ilustra as taxas esperadas para o crescimento da economia brasileira pelos estudos citados. Para 2019, todos esperam um crescimento do produto da ordem de 2,5%.



Fonte: FMI, Banco Mundial, Boletim FOCUS (Banco Central do Brasil).

Ilustração 13.4 - Taxas Esperadas para o Crescimento do PIB

Os estudos apresentados pelo FMI e pelo Banco Mundial também abordaram as expectativas para o desempenho da economia mundial. Para o FMI, o produto mundial deve crescer no ritmo anual de 3,9%, neste biênio. A liderança continuará com a China (6,6% e 6,4%) e a Índia (7,4% e 7,8%).

Tais projeções incorporam as ameaças de guerra comercial por parte dos Estados Unidos e as possíveis e esperadas reações.

O cenário de médio prazo não é muito alentador, na medida em que a guerra comercial, além de outras medidas protecionistas, significam um choque de oferta negativo que, combinado com as medidas de estímulo à demanda, como a redução de impostos em um ambiente de expansão da atividade econômica, provocará, certamente, um desequilíbrio de preços, impulsionando a inflação, com o consequente aumento na taxa de juros pelo Banco Central dos EUA.

Os efeitos das guerras comerciais se assemelham, em muito, às guerras fiscais que se praticam entre os entes da Federação aqui no Brasil, das quais se pode dizer que, há alguns ganhadores no início do processo, mas ao final, todos perdem. Portanto, se algum benefício o país tiver nesse processo será passageiro.

No cenário da América Latina, explorado mais amplamente no relatório do Banco Mundial, o desajuste fiscal, as deficiências estruturais e a crescente dívida pública são as principais preocupações. De acordo com o estudo, o crescimento da economia estará diretamente vinculado à superação desses problemas. Há uma pauta que deverá ser cumprida visando à melhoria do ambiente de negócios, sob pena dos países perderem atratividade perante os capitais externos.

Concluindo, há uma boa perspectiva para o desempenho da economia mundial, pelo menos para os próximos dois anos, que a economia brasileira poderá explorar. Para tanto, é importante que o país insista na implementação de reformas estruturais e que seja rápido, tendo em vista que, o quadro deverá se complicar bastante no médio prazo em consequência do processo de guerra comercial desencadeado pelos EUA.

Um novo governo no Brasil que apresente, de forma ligeira e consistente, diversas medidas que sinalizem no sentido de favorecer a estabilidade macroeconômica e o quadro jurídico-institucional, terá melhores condições para atrair investimentos privados nacionais e estrangeiros, além de criar espaço para o retorno dos investimentos públicos.

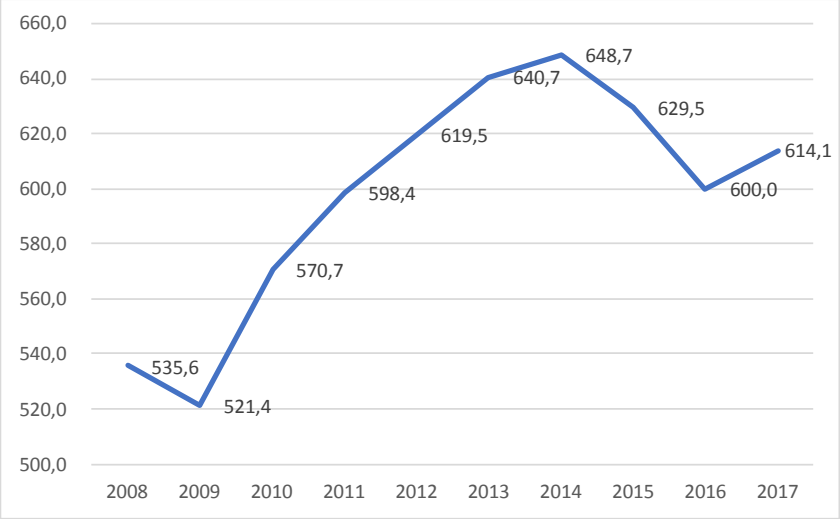
13.3. Finanças Públicas Estaduais

Em 2017, os estados brasileiros implementaram um conjunto de ações e políticas visando à superação da grave situação das finanças públicas, como decorrência de dois anos consecutivos de queda do nível de atividade da economia brasileira.

Verificou-se uma pequena melhora, porém, ainda insuficiente, para sobrepujar as dificuldades do cenário atual. “As finanças estaduais defrontam-se com dois grandes desafios, a saber: (i) há clara necessidade de se restabelecer a capacidade de arrecadação; e (ii) é preciso reverter o quadro de aumento persistente dos gastos de pessoal, notadamente os com inativos”. (IPEA Carta de Conjuntura 39 - 2o. Trimestre de 2018).

As ações dos governos estaduais, em 2017, foram direcionadas para aumentar o espaço fiscal por meio da renegociação da dívida e para recuperar a capacidade de arrecadação, que foi auxiliada pela recuperação da atividade econômica.

De fato, a Receita Corrente Líquida (RCL) dos Estados obteve aumento real, em relação ao ano de 2016, porém ainda distante do auge verificado em 2014, conforme pode ser visualizado na Ilustração 13.5.



Fonte: IPEA (Carta de Conjuntura, nº 39 – 2º Trimestre de 2018).

Ilustração 13.5 - Evolução da Receita Corrente Líquida dos Estados (em R$ bilhões em dez./2017)

13.3.1. Resultado Primário

O resultado primário consolidado de todos os estados caiu em 2017, embora, em seu conjunto, os estados conseguissem realizar superávit primário. As receitas primárias cresceram, porém, as despesas reais cresceram mais do que proporcionalmente, em termos reais, especialmente com pessoal e encargos, como pode ser visualizado no Quadro 13.1.

Quadro 13.1 - Resultado Primário dos Estados

Valores em R$ bilhões, dez./2017

RECEITAS E DESPESAS	2016	2017	VARIAÇÃO REAL (%)
Receita Primária Total	788,6	803,8	1,9%
Receita Tributária	443,8	457,5	3,1%
Transferências Correntes	170,5	156,0	-8,5%
Demais Receitas	174,3	190,3	9,2%
Despesa Primária Total	772,8	795,3	2,9%
Pessoal e Encargos	436,0	459,3	5,3%
Investimentos	31,3	32,0	2,2%
Transferências Constitucionais e Legais	95,6	98,4	2,9%
Demais Despesas	209,9	205,6	-2,0%
Resultado Primário	15,8	8,5	-46,3%

Fonte: IPEA (Carta de Conjuntura 39 - 2o. Trimestre de 2018).

O ajuste usual nas finanças públicas, quando há queda de receita, é o corte das despesas discricionárias, notadamente os investimentos, em contraposição à adoção de medidas que reduzam o crescimento real e acelerado do gasto público obrigatório.

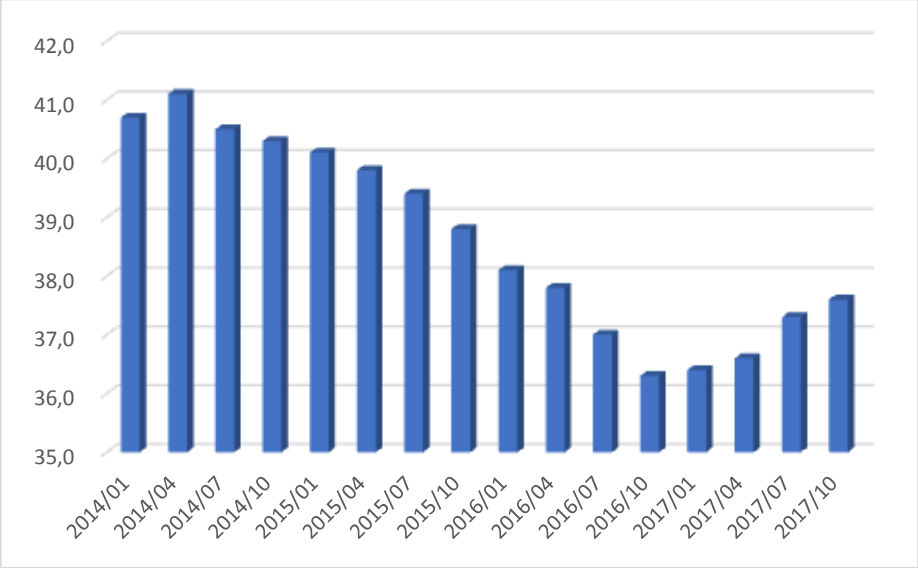
Verificou-se, entretanto, o crescimento dos investimentos, no ano de 2017, em relação a 2016 (2,2%), em termos reais, em proporção maior que o crescimento da receita (1,9%). Grande parte desses investimentos foi financiado por meio da elevação do endividamento.

Tal crescimento não se deu de forma disseminada em todo o país, por exemplo, no Estado da Bahia houve uma queda de 20% nos investimentos em 2017, em relação a 2016, como poderá ser visto mais à frente.

Os aumentos nas despesas com pessoal e encargos, resultado de reajustes concedidos por pressão política de fortes corporações – incluindo, muitas vezes, acordos realizados por gestões anteriores –, dada a relevância dos gastos com pessoal ativo e inativo no conjunto das despesas públicas, impedem a adoção de um ajuste mais efetivo nas contas dos estados.

13.3.2. Desempenho da Arrecadação

As receitas estaduais tributárias voltaram a crescer, embaladas pela melhoria do nível da atividade econômica em 2017. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de receita dos Estados, cobrado em operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, cresceu, em termos reais, se comparado aos últimos dados referentes ao final de 2016 e o início de 2017, conforme Ilustração 13.6 apresentada a seguir.



Fonte: CONFAZ em IPEA (Carta de Conjuntura, nº 39 – 2º Trimestre de 2018).

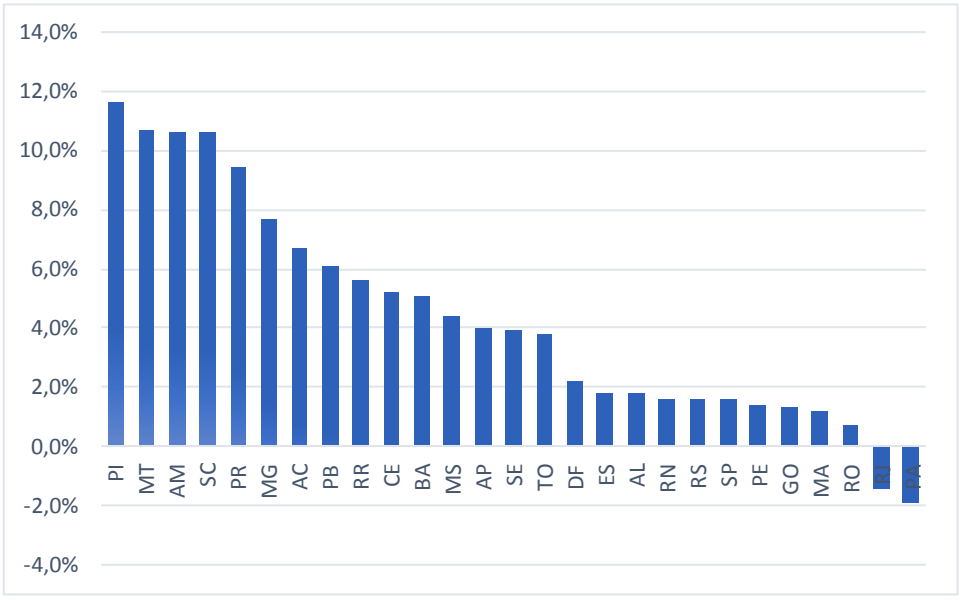
Ilustração 13.6 - Evolução do ICMS (em R$ bilhões de dez/2017)

Vários estados procuraram ampliar as suas receitas seja por meio de alteração de legislação, envolvendo o aumento de alíquotas e cancelamentos de desonerações, seja por meio da busca por receitas extraordinárias, como programa de incentivo ao pagamento de créditos tributários e não tributários.

No entanto, o crescimento não se verificou de forma generalizada e uniforme em todos os estados. Alguns estados sequer conseguiram obter ganhos reais, enquanto outros alcançaram resultados expressivos. Os únicos estados que apresentaram queda no crescimento foram o Rio de Janeiro e o Pará. O resultado negativo do Rio de Janeiro pode

ser atribuído ao desempenho do setor de petróleo e, em particular, da PETROBRAS, principal contribuinte do Estado do Rio de Janeiro.

O desempenho do Estado da Bahia situou-se no bloco intermediário, com um crescimento na faixa média (5,1%) dos estados brasileiros, conforme demonstra a Ilustração 13.7.



Fonte: CONFAZ em IPEA (Carta de Conjuntura, nº 39 – 2º Trimestre de 2018).

Ilustração 13.7 - Taxa de Crescimento do ICMS por Estado – Variação Real 2017/2016

As receitas federais também verificaram crescimento real no ano de 2017, em relação a 2016. De fato, o crescimento expressivo do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tributos federais que compõem a base sobre a qual parcela desta arrecadação é repartida com os estados, por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), acabou por beneficiá-los. Ademais, considerando a característica *"Robin Hood"* da regra de distribuição do FPE, que visa a "promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados", tem-se que o FPE favoreceu inclusive os estados com menor capacidade de arrecadação.

Observou-se, também, a elevação da receita de royalties em função do aumento do preço do petróleo, sobretudo no último trimestre de 2017, quando o preço médio do barril de petróleo subiu mais de 20%, em relação ao ano de 2016.

13.3.3. Gastos em Investimento

Como dito anteriormente, o investimento é um dos primeiros itens a sofrer quando se verifica um processo de frustração das receitas públicas. A Ilustração 13.8 mostra com clareza a queda vertiginosa dos investimentos nos estados no período mais agudo da recessão, em 2015 e 2016. Em 2017, embora modesto, verificou-se um crescimento real dos investimentos, em relação a 2016, muito em função da base de comparação extremamente deprimida.



Fonte: CONFAZ em IPEA (Carta de Conjuntura 39 - 2o. Trimestre de 2018).

Ilustração 13.8 - Evolução dos Investimentos nos Estados (em R$ bilhões dez./2017)

Considerando o período de 2008 a 2017, nota-se que os investimentos dos anos recentes se mantêm em nível bastante reduzido. A recessão teve papel decisivo na redução das receitas nos últimos anos, sendo que os estados mais industrializados perderam mais receita, proporcionalmente e em valores, porque a crise afetou mais duramente, e por mais tempo, a produção de bens industriais.

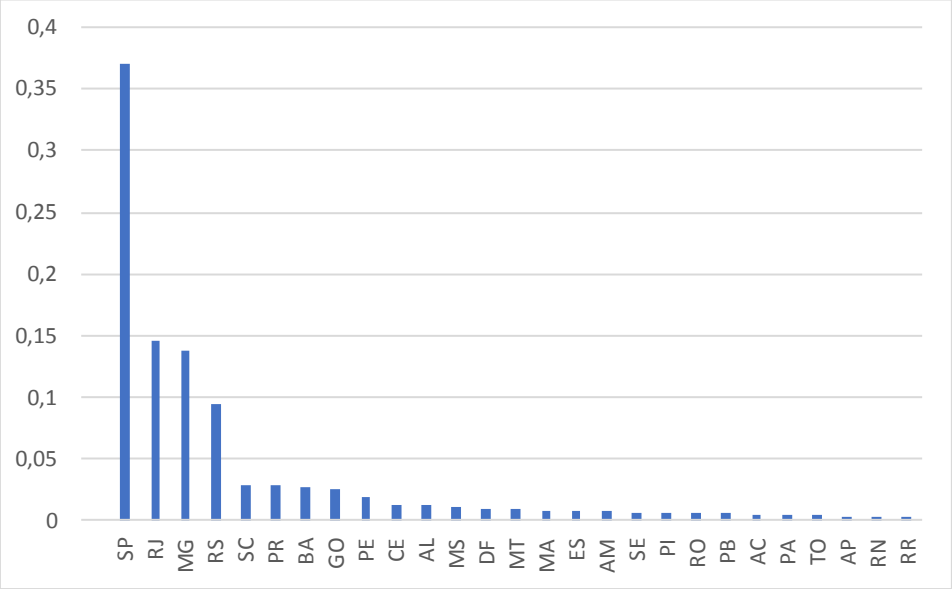
No Rio de Janeiro, por exemplo, verificou-se uma queda nas receitas e nos investimentos, em valores nominais. Parte importante dos recursos próprios, que seria destinada aos investimentos, foi utilizada nos gastos com pessoal, sobretudo com os inativos, que vem crescendo ano a ano e, sobre os quais, é restrita a ingerência dos governos.

13.3.4. O Endividamento dos Estados

A combinação de gastos correntes em crescimento e arrecadação em queda, resultou no crescimento da dívida dos Estados, que no segundo semestre do ano de 2017 somava R$ 781 bilhões, distribuindo-se de modo muito desigual entre as unidades da federação.

Renegociadas em 1997 e assumidas pelo Governo Federal com regras rigorosas para evitar seu crescimento - por meio de um programa de reestruturação e ajuste fiscal com acompanhamento permanente -, as dívidas estaduais voltaram a crescer a partir de 2009, principalmente pela pressão dos estados para firmarem contratos de financiamentos concedidos por instituições federais – notadamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelo Banco do Brasil (BB), pela Caixa Econômica Federal (CEF) e por organismos multilaterais (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)).

Os estados mais endividados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) respondem por cerca de 75% do total da dívida consolidada dos estados, conforme pode ser observado na Ilustração 13.9.



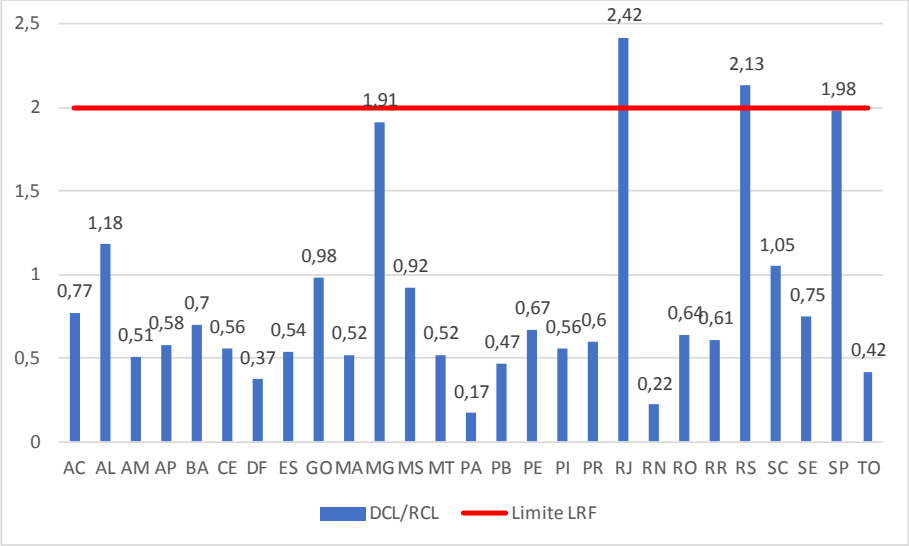
Fonte: STN.

Ilustração 13.9 - Dívida Consolidada – Distribuição entre os Estados (%)

Os limites percentuais da relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão previstos na Resolução do Senado Federal nº 40, de 20/12/2001, e são os seguintes:

- No caso dos Estados e do Distrito Federal: < 2,0;
- No caso dos Municípios: < 1,2.

Os Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul ultrapassaram o limite estabelecido na LRF, enquanto que os Estados de São Paulo e de Minas Gerais estão chegando muito próximos, como pode ser visto na Ilustração 13.10.



Fonte: STN.

Ilustração 13.10 - Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida (DCL/RCL)

O comprometimento do limite permitido pela Lei é relevante, na medida em que o endividamento é uma das alternativas para o financiamento dos investimentos dos Estados. Com o aprofundamento da recessão econômica houve queda da receita e os Estados procuram algum espaço fiscal, pressionando o governo federal para renegociar as dívidas e suspender temporariamente os pagamentos devidos.

Assim, foi promulgada a Lei Complementar nº 156, de 2016, que estabeleceu um "Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal...". Foi permitido o alongamento da dívida estadual referente à Lei nº 9.496, de 1997, entre outras. Estabeleceu-se na LC nº 156, um programa de acompanhamento com metas rígidas para os indicadores da responsabilidade fiscal, limitando, na prática, a alternativa de endividamento como forma de financiamento dos investimentos necessários ao desenvolvimento dos Estados.

Conclui-se, portanto, que a situação das finanças públicas dos Estados é muito frágil e não permite revelar, pelo menos no curto prazo, e a se manter o cenário atual, um ambiente sobre o qual investimentos públicos e privados avançarão em um ritmo exigido pela premência de se dar um salto na qualidade da infraestrutura econômica em geral e, especialmente, na logística e no transporte de cargas. A seguir, apresenta-se de forma mais detalhada os principais indicadores fiscais do Estado da Bahia, buscando identificar algum espaço para impulsionar os investimentos requeridos.

Como poderá ser observado, embora haja um espaço legal para o financiamento de projetos por meio de endividamento e pela contratação de projetos em Parcerias Público-Privadas (PPP), não há espaço fiscal para tanto. O Estado da Bahia, há três anos consecutivos, não consegue gerar superávit primário em suas contas. Os projetos em parcerias com o Governo Federal – por meio de recursos não exigíveis - também não são factíveis no curto prazo, dado o igualmente grave quadro fiscal federal. É essencial que o Estado da Bahia crie as condições para que outras formas de financiamento de projetos se viabilizem. Diante de tais restrições a participação do setor privado é imprescindível.

13.4. Finanças Públicas do Estado da Bahia

Os dados aqui apresentados tomaram por base as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado (Com Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal), referentes aos Exercícios de 2017, 2016 e 2015, de responsabilidade do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN). A economia baiana encerrou o ano de 2017 com crescimento de 0,4%, um pouco abaixo do crescimento verificado em âmbito nacional.

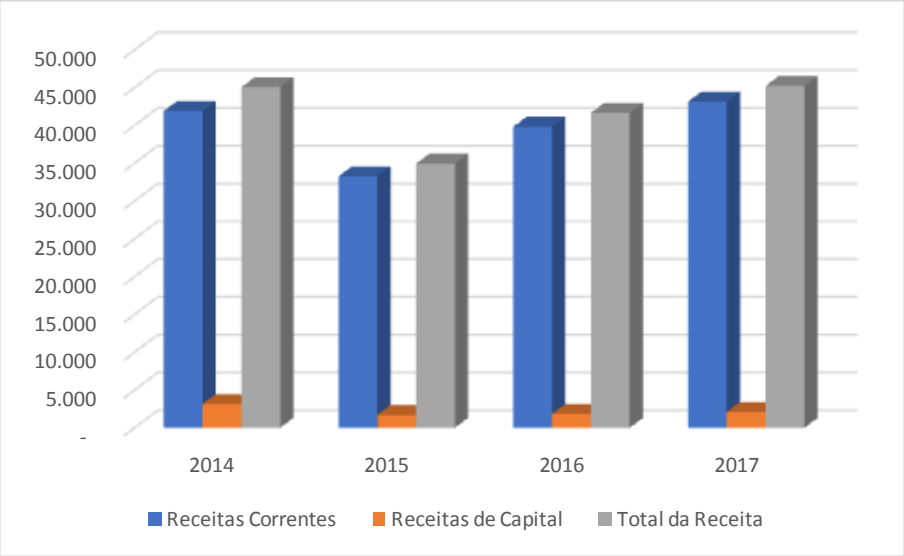
De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a agropecuária baiana foi o principal setor determinante para o desempenho positivo do PIB. Na verdade, o setor do agronegócio brasileiro vem "salvando" as taxas de crescimento do produto e da produtividade em todo país. Ademais, as condições climáticas favoráveis permitiram a expansão da produção física, da área colhida e da área plantada.

A indústria baiana apresentou recuo de 1,7% em 2017. Houve queda nos setores de exploração de petróleo e gás da PETROBRAS, de energia elétrica e da construção civil,

seguindo o ocorrido em todo o país. Comércio e serviços oscilaram entre um pequeno crescimento e a estabilidade em relação a 2016.

13.4.1. Evolução das Receitas

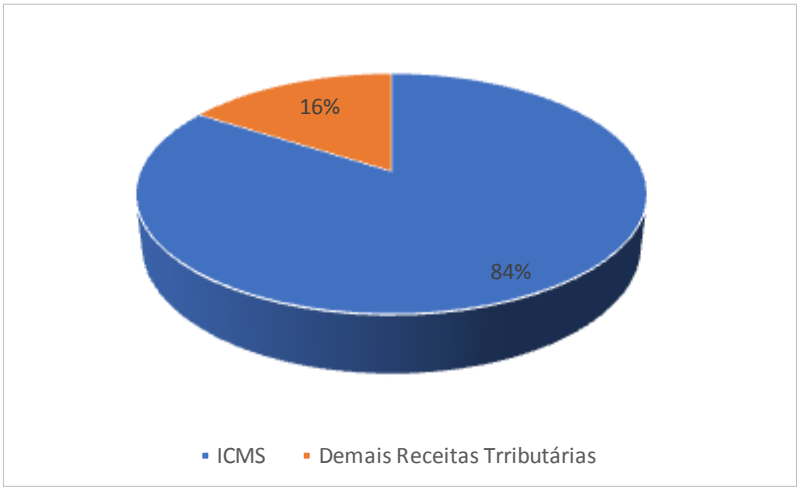
As receitas do Estado da Bahia sofreram um impacto acentuado nos anos recessivos de 2015 e 2016. A Ilustração 13.11 mostra a evolução das receitas nos últimos quatro anos. Todos os valores apresentados neste item - que apresenta a evolução das receitas no Estado da Bahia - foram ajustados de acordo com a variação do IGP-DI. Portanto, em termos reais, a receita total sofreu queda acentuada no período recessivo de 2015 e 2016 e, em 2017, houve uma recuperação parcial na arrecadação, situando-se praticamente no mesmo patamar da receita verificada no ano de 2014.



Fonte: FIPLAN.

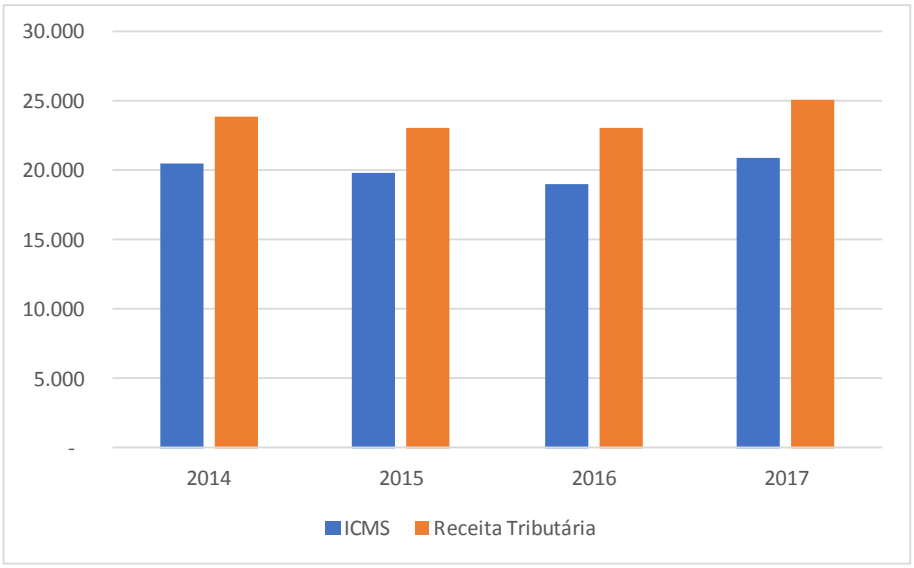
Ilustração 13.11 - Evolução das Receitas do Estado da Bahia (em R$ milhões)

O mesmo se verificou e pode ser afirmado em relação ao desempenho do ICMS – principal fonte de arrecadação dos Estados - e das demais Receitas Tributárias do Estado, conforme pode ser visualizado nas Ilustrações 13.12 e 13.13. Isto é, os dados revelam Receitas em queda em função da crise de 2015 e 2016 e recuperação parcial em 2017, mantendo-se ainda no mesmo patamar de arrecadação de 2014.



Fonte: FIPLAN.

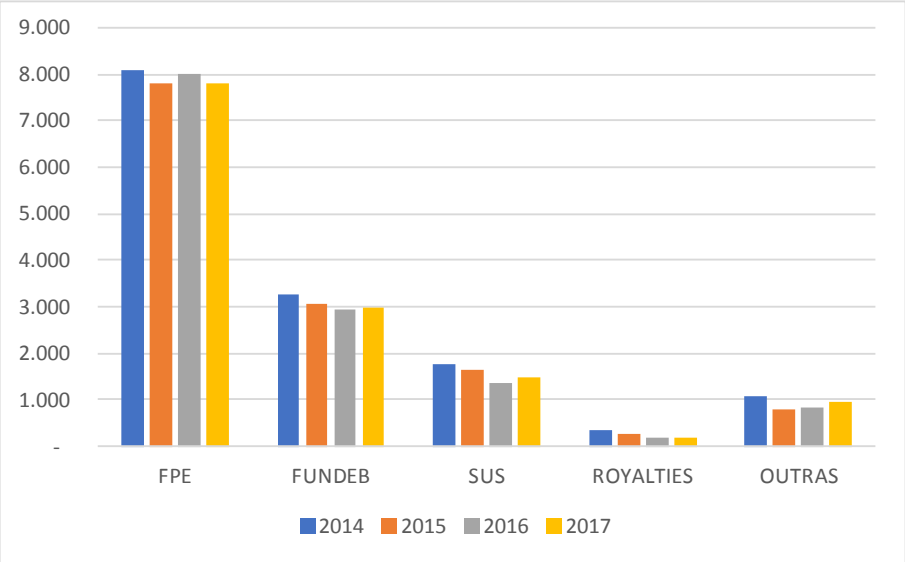
Ilustração 13.12 - Participação Média do ICMS no Total da Receita Tributária da Bahia (%)



Fonte: FIPLAN.

Ilustração 13.13 - Evolução da Receita Tributária e ICMS da Bahia (em R$ milhões)

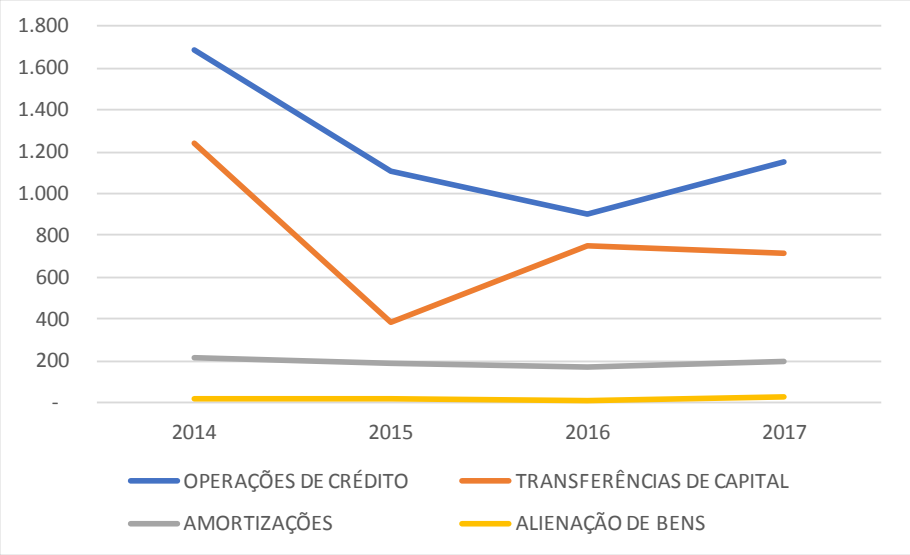
As Receitas de Transferências Correntes, consideradas em termos reais, se mantiveram em relativa estabilidade, como mostra a Ilustração 13.14. Os critérios próprios utilizados na determinação dos valores transferidos - especialmente dos dois itens mais relevantes (FPE e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)) - justificam o desempenho menos sinuoso da arrecadação.



Fonte: FIPLAN.

Ilustração 13.14 - Transferências Correntes do Estado da Bahia (em R$ milhões)

As Receitas de Capital apresentaram comportamento irregular em função da própria característica da arrecadação, como mostra a Ilustração 13.15. As operações de crédito vinculam-se a cronogramas de desembolso previamente estabelecidos, de acordo com os contratos firmados.



Fonte: FIPLAN.

Ilustração 13.15 - Receitas de Capital - Estado da Bahia (em R$ milhões)

Os contratos em vigor no ano de 2017 são apresentados no Quadro 2, que segue. Destacam-se os financiamentos do Banco do Brasil (BB) com a finalidade de apoiar um amplo conjunto de ações nos campos da Segurança Pública e Prisional, Ciência, Tecnologia e Inovação Saúde e Mobilidade Urbana; e da Caixa Econômica Federal (CEF) para o desenvolvimento do Metrô de Salvador e Lauro de Freitas.

As Transferências de Capital, por sua vez, como se tratam de recursos não exigíveis, transferidos de forma voluntária, principalmente pelo governo federal, na forma de

Convênios são irregulares por natureza. São recursos que dependem de entendimentos prévios sobre programas existentes e com disponibilidade financeira. Em 2017, foram relevantes as transferências para o Programa de Saneamento e Educação, embora tenham caído cerca de 5,7%, em relação ao ano de 2016.

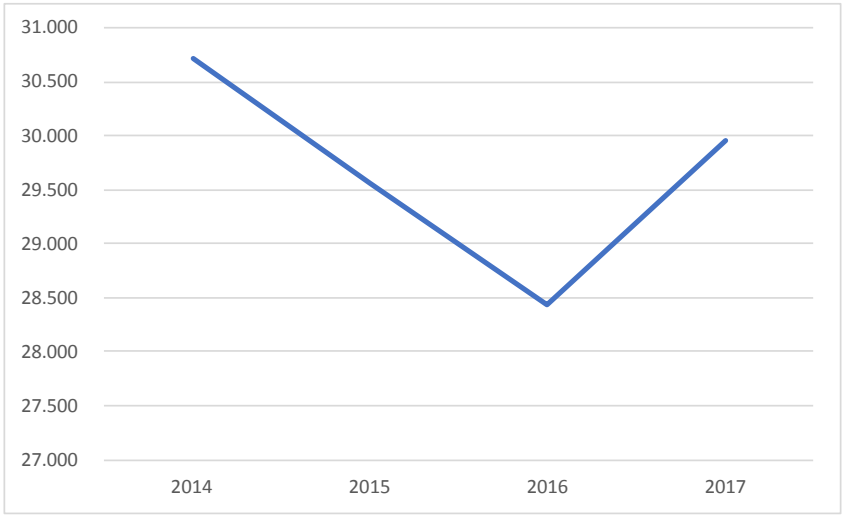
Quadro 13.2 - Operações de Crédito – 2017

Valores em R$ 1,00

INSTITUIÇÃO	VALORES LIBERADOS	PARTICIPAÇÃO	FINALIDADE
BIRD	82.936.850	7,2%	Saúde e Recursos Hídricos
BIRD	65.100.000	5,6%	Desenvolvimento Rural Sustentável
BIRD	45.912.000	4,0%	Manutenção e Restauração de Rodovias
BID	12.420.228	1,1%	Desenvolvimento Ambiental
BID	9.132.828	0,8%	Desenvolvimento do Turismo
BID	21.999.558	1,9%	Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal
BID	54.009.000	4,7%	Sistema Único de Saúde (SUS)
FIDA (*)	27.179.340	2,4%	Desenvolvimento Rural Sustentável no semiárido
CEF	1.454.612	0,1%	PRÓ Moradia e PRÓ Saneamento
CEF	137.306	0,0%	Urbanização e Regularização de assentamentos em Salvador
CEF	152.800.000	13,2%	Metrô de Salvador e Lauro de Freitas
CEF	13.009.902	1,1%	Pavimentação do Centro Antigo de Salvador
CEF	413.840	0,0%	Saneamento Básico
BNDES	70.184.468	6,1%	Programa de Apoio ao Investimento
BB	599.784.671	51,9%	Segurança Pública, Tecnologia e Inovação, Saúde e Mobilidade
TOTAL	**1.156.474.603**	**100%**	

(*)Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura.
Fonte: FIPLAN.

A evolução do desempenho da Receita Corrente Líquida (RCL) - indicador fiscal essencial sobre o qual se medem o desempenho das contas públicas e as restrições legais - mostra a fragilidade das finanças do Estado. Considerando a sua evolução em termos reais, tem-se que, mesmo com o crescimento da ordem de 5% em 2017, ainda está abaixo do alcançado há quatro anos, em 2014.



Fonte: FIPLAN.

Ilustração 13.16 - Evolução da Receita Corrente Líquida do Estado da Bahia (em R$ milhões)

13.4.2. Evolução das Despesas

As despesas do Estado da Bahia cresceram cerca de 8% no ano de 2017, em relação a 2016. Os valores apresentados neste item que apresenta a evolução das despesas no Estado da Bahia também foram ajustados de acordo com a variação do IGP-DI. Em termos reais, as despesas correntes cresceram 10% e, ao contrário do conjunto dos estados brasileiros, o Estado da Bahia fez o "ajuste" das suas despesas, em função das frustrações na arrecadação, no item investimentos, reduzindo-o em quase 20%.

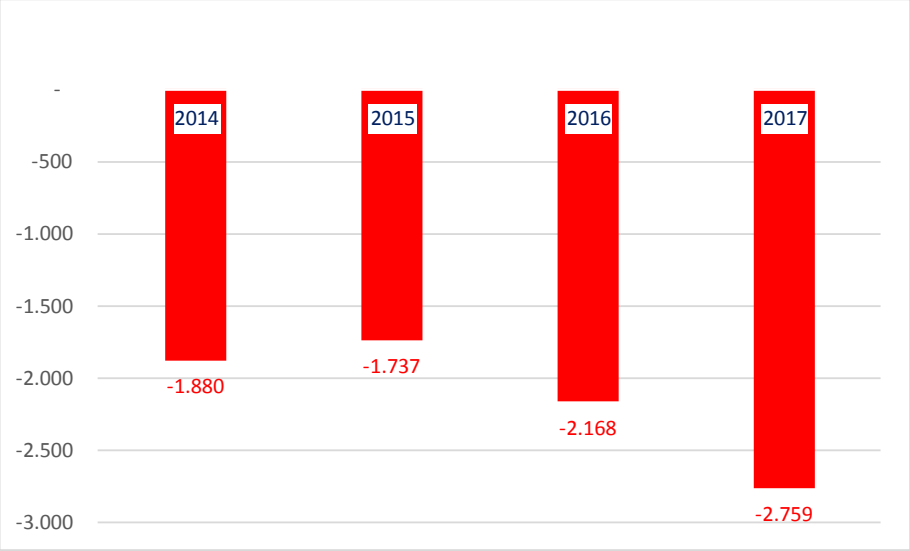
Quadro 13.3 - Despesas Empenhadas

Valores em R$ 1,00

	2016	2017	VARIAÇÃO
Despesas Correntes	38.116.134.757	41.921.693.243	10%
Pessoal e Encargos Sociais	21.481.859.985	22.467.612.303	5%
Juros e Encargos da Dívida	551.314.176	608.406.496	10%
Outras Despesas Correntes	16.082.960.597	18.845.674.444	17%
Despesas de Capital	4.239.742.403	3.648.466.761	-14%
Investimentos	3.210.736.220	2.607.418.317	-19%
Inversões Financeiras	248.058.956	328.656.353	32%
Amortização da Dívida	780.947.227	712.392.091	-9%
Total das Despesas Empenhadas	42.355.877.160	45.570.160.004	8%

As despesas correntes correspondem às despesas mais relevantes referentes à manutenção da máquina pública. Observa-se um crescimento da ordem de 17% no item "Outras Despesas Correntes", muito acima da modesta recuperação da Receita Corrente Líquida no ano. Faz parte deste item - com a maior participação no seu conjunto - as despesas com a "Contratação de Serviços de Terceiros", que subiu mais de 16% no ano de 2017, revelando a dificuldade de se ajustar os gastos correntes a eventuais quedas de arrecadação.

Outro dado relevante é o crescimento acelerado do resultado previdenciário do Estado, conforme se apresenta na Ilustração 13.17. Trata-se de item de despesas "potencialmente explosivo", porém, a ingerência do Estado é limitada, tendo em vista os direitos estabelecidos em planos nos quais se garantiam benefícios, como a remuneração integral equivalente ao pessoal da ativa. Pode-se dizer que o aumento dos gastos com aposentados em um ritmo muito superior ao crescimento das receitas está no centro da crise fiscal que os estados atravessam. A opção tem sido o aumento das contribuições previdenciárias por parte dos servidores para tentar, pelo menos em parte, equilibrar o sistema e se evitar os atrasos nos pagamentos dos aposentados.



Fonte: FIPLAN.

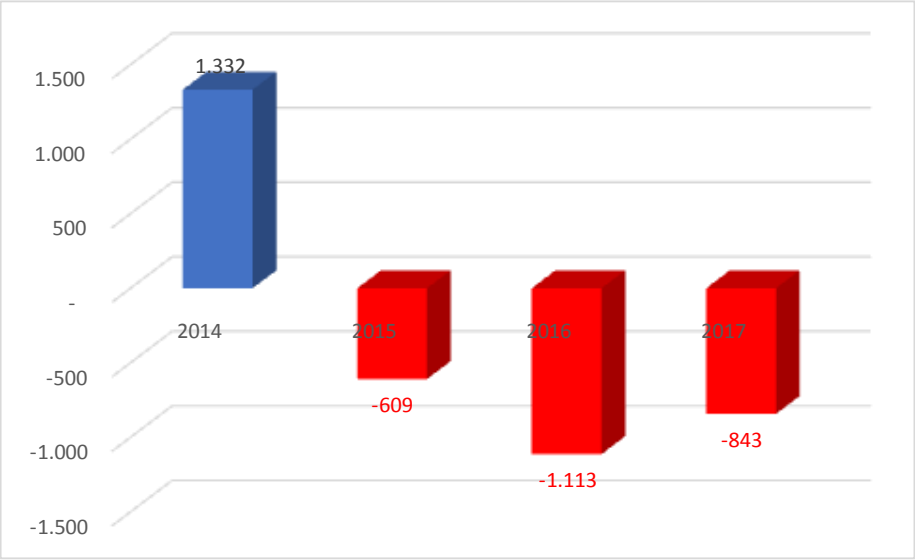
Ilustração 13.17 - Resultado Previdenciário Real do Estado da Bahia (em R$ milhões)

13.4.3. Indicadores Fiscais

O Estado da Bahia realizou déficit primário nos três últimos anos, embora em 2017 o valor verificado tenha sido menor do que no ano anterior, conforme se mostra na Ilustração 13.18. Como visto esta não foi a realidade apresentada pelo conjunto dos estados, que conseguiram manter o superávit primário, mesmo que em valores bem menores. O resultado primário é definido como a diferença entre as receitas e as despesas não financeiras do governo. De uma forma simplificada, ele indica o quanto sobra das receitas fruto do esforço fiscal após o pagamento das despesas não financeiras, com o objetivo de honrar os compromissos de pagamento da dívida e realizar investimentos com recursos próprios.

Para melhorar o resultado primário, é necessário reduzir as despesas primárias e/ou aumentar as receitas primárias. Como é consenso que a carga tributária no país já está no limite, resta atacar de forma agressiva a elevação das despesas primárias. Usualmente, o setor público faz o ajuste das suas despesas a eventuais quedas na receita no item investimentos. Reduções de investimentos significam o retardamento da ampliação e da modernização da infraestrutura econômica, diminuindo as expectativas de crescimento do produto e da produtividade de toda a economia.

Dada a rigidez dos orçamentos públicos brasileiros, é importante encontrar formas que permitam a "flexibilização" das despesas primárias correntes para que os processos de ajuste que se façam necessários, em função de eventuais oscilações de receitas, sejam mais ágeis e eficientes.



Fonte: FIPLAN.

Ilustração 13.18 - Resultado Primário do Estado da Bahia (em R$ milhões)

13.4.4. Espaço para Investimentos

Projetos de PPP

De acordo com a legislação vigente, os gastos com pagamentos de contraprestação referentes aos projetos realizados por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP), que vierem a depender de recursos do Tesouro, serão limitados ao percentual de até 5% da Receita Corrente Líquida, conforme definição da Lei Federal nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012, que alterou a Lei Federal nº 11.079/2004 e subsequentes, referentes à PPP.

A Lei Federal nº 12.766/12 em seu artigo 1º, no qual se altera o artigo 28, da Lei Federal nº 11.079/2004, estabelece que:

> "A União não poderá conceder garantia ou realizar transferência voluntária aos Estados, Distrito Federal e Municípios se a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido, no ano anterior, a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios".

Na prática, portanto, é preciso verificar o comprometimento das contraprestações referentes aos projetos de PPP, em relação à RCL no ano anterior e nos próximos 10 anos. Cabe aos entes da federação, por meio de demonstrativo, informar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a situação de todos os projetos. O Quadro 13.4 apresentado a seguir, relaciona os contratos de PPP, em vigor, demonstrando os valores verificados em 2017, e projeta-os para os próximos 10 anos, dentre os quais destacam-se as contraprestações a serem pagas nos projetos de operação e ampliação do metrô e de modernização da Arena Fonte Nova.

Quadro 13.4 - Contratos de PPP em Vigor - Valores Verificados em 2017 e Projetados

Valores em R$ mil

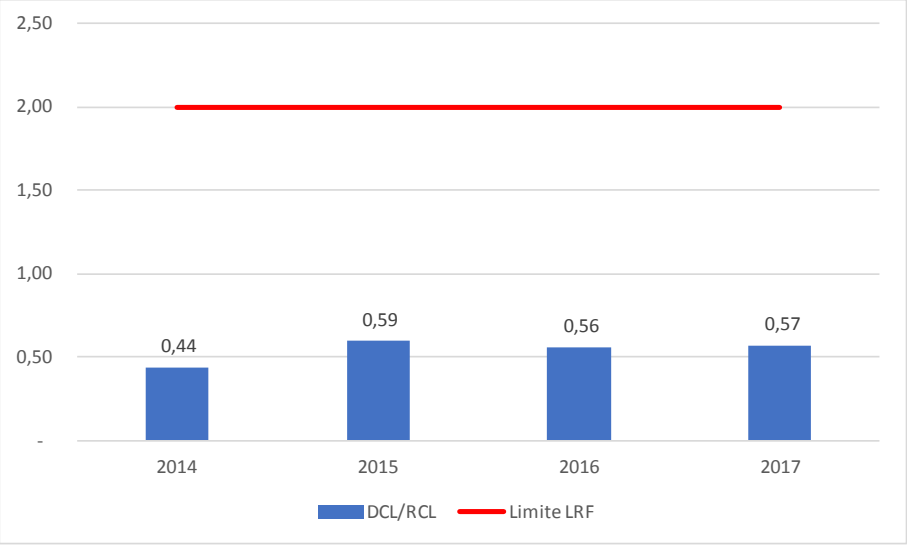
PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DO ENTE FEDERADO	665.914	683.177	720.345	653.005	518.324	518.324	518.324	518.324	518.324	499.850	407.477
Hospital do Subúrbio	195.428	202.021	202.021	134.681	-	-	-	-	-	-	-
Arena Fonte Nova	157.407	161.443	161.443	161.443	161.443	161.443	161.443	161.443	161.443	161.443	161.443
Instituto Couto Maia	-	3.140	37.685	37.685	37.685	37.685	37.685	37.685	37.685	37.685	37.685
Metrô	217.275	205.726	208.349	208.349	208.349	208.349	208.349	208.349	208.349	208.349	208.349
Diagnóstico por Imagem	95.804	110.847	110.847	110.847	110.847	110.847	110.847	110.847	110.847	92.373	-
DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	75.538	77.574	77.574	77.574	77.574	77.574	77.574	77.574	77.574	58.181	-
Emissário Submarino	75.538	77.574	77.574	77.574	77.574	77.574	77.574	77.574	77.574	58.181	-
TOTAL DESPESAS PPP	741.452	760.751	797.919	730.579	595.898	595.898	595.898	595.898	595.898	558.031	407.477
Receita Corrente Líquida (RCL) (1)	29.952.763	30.287.585	30.626.149	30.968.498	31.314.673	31.664.719	32.018.677	32.376.592	32.738.507	33.104.469	33.474.521
Receita Corrente Líquida (RCL) (2)	29.952.763	29.952.763	29.952.763	29.952.763	29.952.763	29.952.763	29.952.763	29.952.763	29.952.763	29.952.763	29.952.763
Despesas PPP/RCL (1)	2,48%	2,51%	2,61%	2,36%	1,90%	1,88%	1,86%	1,84%	1,82%	1,69%	1,22%
Despesas PPP/RCL (2)	2,48%	2,54%	2,66%	2,44%	1,99%	1,99%	1,99%	1,99%	1,99%	1,86%	1,36%

(1) Considerando um aumento real e uniforme de 1,12%.
(2) Considerando a RCL constante.

Na projeção apresentada, verifica-se que não há comprometimento do limite legal - equivalente a 5% da RCL – nem no ano de 2017, nem nos próximos 10 anos. Há, na verdade, espaço para a contratação de novos projetos em PPP, equivalente a cerca de 2,5% da RCL ou metade do limite determinado pela Lei, nos próximos três anos.

Endividamento

O processo de endividamento também deve observar limites legais com a finalidade de garantir o equilíbrio das finanças públicas no longo prazo. Como visto anteriormente, o limite foi estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40, de 20 de dezembro de 2001, na qual se estabeleceu que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) não pode superar em duas vezes a Receita Corrente Líquida (RCL). O Estado da Bahia encontra-se em uma posição de relativa "folga", visto que dois estados brasileiros já superaram este limite e, outros tantos, estão muito próximos. Há também espaço legal para o financiamento de projetos por meio de endividamento.



Fonte: FIPLAN.

Ilustração 13.19 - Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida (DCL/RCL)

Conclusão

Como pode ser observado, embora haja um espaço legal para o financiamento de projetos por meio de endividamento e pela contratação de projetos em Parcerias Público-Privadas (PPP), não há espaço fiscal para tanto. O Estado da Bahia não consegue gerar superávit primário em suas contas a três anos consecutivos. Os projetos em parcerias com o Governo Federal – por meio de recursos não exigíveis - também não são factíveis no curto prazo, dado o igualmente grave quadro fiscal federal. É essencial que o Estado da Bahia crie as condições para que outras formas de financiamento de projetos se viabilizem. Diante de tais restrições a participação do setor privado é imprescindível.

Os gargalos estruturais presentes na economia brasileira reduzem a capacidade de investimento dos estados brasileiros. Portanto, sem a intenção de exaurir o exame dos principais gargalos enfrentados pela economia brasileira, apresenta-se a seguir uma análise sobre alguns entraves estruturais, sobre os quais há consenso de que, sem o equacionamento categórico das soluções, não será possível obter crescimento da produtividade e do produto. O objetivo aqui é assentar um roteiro que também deverá ser trilhado, no que couber, pelos demais entes da Federação, no sentido de se obter espaço para ampliar investimentos públicos e privados.

13.5. O Que Esperar do Futuro Próximo

Para ampliar o potencial de crescimento da economia, é preciso mais investimento, público e privado. No estágio atual, a economia apresenta baixa produtividade e está limitada a um fraco crescimento do produto. Aumentar o investimento é uma das principais prioridades.

Como visto anteriormente, o nível do investimento tem declinado continuamente desde 2013, e está em um dos baixos níveis na comparação internacional. Destaca-se o reduzido investimento em infraestrutura. Entre 138 países, o Brasil ocupa atualmente a 116ª posição em qualidade de infraestrutura, de acordo com a última pesquisa do Fórum Econômico Mundial, após anos perdendo terreno para outros países (Relatórios Econômicos OCDE: Brasil © OECD 2018).

Um maior nível de investimento elevaria o potencial de crescimento da economia e fortaleceria o crescimento da produtividade. A alteração desse quadro requer medidas urgentes que visem à superação dos gargalos estruturais do país, e enfrentem uma tortuosa agenda de curto prazo, já no início do novo governo em 2019.

13.5.1. Abertura Comercial

A participação do Brasil no comércio internacional é irrisória. Responde por pouco mais de 1% das exportações e importações globais, segundo relatório da Organização Mundial do Comércio (OMC), desde 2011, vem caindo a participação brasileira. O isolamento da economia brasileira do resto do mundo restringe as oportunidades globais das empresas, ao mesmo tempo em que, não as submete à competição internacional. O Brasil é um dos países mais fechados do mundo. O nível de comércio externo brasileiro é de cerca de 25% do PIB.

As barreiras comerciais tarifárias elevadas, mais ou menos no mesmo patamar nos últimos 20 anos; as barreiras não tarifárias, incluindo as sanitárias e fitossanitárias, as técnicas e os controles de quantidade, todas elas acima da média mundial; e a falta de acordos internacionais e o foco nas relações com países de baixo crescimento da América Latina são as principais razões que respondem pela participação insignificante do Brasil no comércio internacional.

O tema é extremamente relevante e é consenso entre especialistas e estudiosos. Aumentos substanciais na produtividade da economia brasileira só serão possíveis com uma maior inserção no comércio internacional. Exportar commodities agrícolas gera saldo positivo na balança comercial, mas não é suficiente para melhorar o padrão de competitividade das empresas brasileiras. As barreiras comerciais isolam as empresas das oportunidades globais e da competição internacional.

"O pequeno grau de abertura da economia brasileira é prejudicial à eficiência econômica. De um lado, impede que produtos mais baratos cheguem ao país, que aumente o poder de compra do consumidor e que reduza o custo das empresas com insumos importados. Por outro lado, ao reduzir o grau de concorrência, ele diminui a exigência de competitividade dos produtos brasileiros. Além disso, com custos menores, é possível que o aumento das exportações compensasse o aumento de importações advindo de uma abertura maior" (BNDES - PERSPECTIVAS DEPEC 2018 - O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA 2018-2023).

Há estudos (Banco Mundial, SAE) que mostram o aumento mais do que proporcional da produtividade em função da redução tarifária. A experiência brasileira de abertura na década de 1990 atesta tal fato.

"O Brasil permaneceu à margem das redes de valor globais, pois as exportações contêm, em sua maior parte, valores agregados nacionais. Na América Latina e entre as economias de mercado emergentes, as empresas brasileiras são as que menos usam insumos importados, o que contribui para a baixa produtividade das empresas. Na América Latina, o México e o Chile são exemplos de como o comércio e a integração às redes de valor globais podem contribuir com o crescimento econômico e a resiliência" (Relatórios Econômicos OCDE: Brasil © OECD 2018).

No entanto, o processo de abertura comercial não pode se dar de uma forma generalizada, linear e apressada. A consequência seria a exposição das empresas com todas as mazelas "internas e externas" presentes na economia brasileira a uma competição voraz, cujo impacto poderia ser desastroso ao nível de produção e, principalmente, de emprego no país.

Não há dúvida de que o país precisa aproveitar as oportunidades globais para ampliar a produtividade e a competitividade das empresas brasileiras, porém, em um primeiro momento, podem existir perdas, que poderão ser maiores ou menores em função da eficiência das políticas de abertura comercial a serem implementadas.

13.5.2. Infraestrutura

A qualidade da infraestrutura brasileira representa um gargalo para o crescimento do produto e da produtividade brasileira, pois sua ineficiência soma-se aos custos dos produtos, reduzindo a competitividade e o retorno dos investimentos realizados.

Responsável por parcela significativa do chamado Custo Brasil não tem sido objeto de investimentos nos volumes requeridos. Em comparação com outros países emergentes, de acordo com dados do Fórum Econômico Mundial, a qualidade da infraestrutura é baixa, assim como são baixos valores investidos nos últimos anos.

A infraestrutura é um problema para a economia brasileira, ao mesmo tempo representa uma oportunidade de atração de investidores privados, tendo em vista o muito que ainda há por ser feito. Os problemas para o deslanche dos investimentos vão desde a dificuldade de elaboração e/ou de contratação inicial de estudos para o desenvolvimento de projetos com comprovada viabilidade até os riscos representados por marcos jurídico-institucionais frouxos e o elevado custo de capital.

Os investimentos públicos esbarram ainda nos constrangimentos e restrições fiscais e legais. Algumas iniciativas foram implementadas visando à incorporação do setor privado na concepção dos projetos. No entanto, em alguns casos, surgiram conflitos de interesses de difícil solução, que acabaram por retardar o processo de implantação dos projetos.

O crescimento sustentável do país impõe a alteração desse quadro. Há que se construir uma alternativa que seguramente haverá de passar pela recuperação da capacidade de planejamento do estado brasileiro.

13.5.3. Ambiente de Negócios

O ambiente de negócios no Brasil não é amigável. Custos extraordinários de diversas origens se impõem aumentando custos e cerceando o retorno dos investimentos. O sistema tributário brasileiro é distorcido, confuso, burocratizado e encontra-se defasado.

Um dos principais problemas é a predominância dos impostos indiretos, sobre o consumo. Soma-se a isso a diversidade de legislação dos três níveis de governo, o que requer das empresas tempo e pessoal com dedicação exclusiva ao cumprimento das obrigações fiscais, com evidente repercussão no custo, produtividade e competitividade. Uma reforma se faz urgente e para ser eficaz precisa vir no sentido da simplificação, racionalização e modernização por meio da utilização disseminada de formulários eletrônicos.

O custo de capital no país é elevado. As alternativas de financiamentos de curto, médio e longo prazos, a custos competitivos são limitadas. Há problemas no acesso aos financiamentos de longo prazo, praticamente dominados pelo BNDES. A ampliação dos investimentos exige novas alternativas de captação de recursos, sobretudo de longo prazo.

Um mercado de crédito privado e competitivo poderia acelerar investimentos, reduzir custos e aumentar retorno dos investimentos. A utilização dos instrumentos previstos na legislação que regulam as PPP também se configura como uma alternativa para a redução

do custo de capital, visto que a captação de recursos pelo setor privado poderá se valer das diversas fontes e mecanismos financeiros, inclusive no mercado externo.

13.5.4. Aspectos Sociais e Fiscais

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Sua população ativa caracteriza-se pelo baixo grau de educação, apesar dos vultosos recursos aplicados pelas três esferas de Governo. Os recursos aplicados não estão gerando resultados satisfatórios.

O esforço para o crescimento nos próximos anos deverá contar ainda com a restrição imposta pelo fim do chamado bônus populacional. De acordo com o IBGE, o número de pessoas em idade ativa terá aumento inferior ao do total da população, cuja característica principal para os próximos anos será o crescimento dos idosos.

Superar tais restrições requer a inversão da alocação dos investimentos na área da educação, estabelecendo prioridade para os ciclos básicos, o ensino técnico e a profissionalização da mão de obra brasileira.

As despesas fiscais e os subsídios de crédito para as empresas do setor privado não geraram benefícios perceptíveis para o aumento dos investimentos, produção e produtividade. Um exame detalhado sobre os subsídios apontará aqueles que de fato contribuem de alguma forma para gerar emprego e renda.

A sustentabilidade fiscal é decisiva para a confiança de todos os investidores. Manter as despesas sociais apenas para os casos graves de vulnerabilidade social, reduzir benefícios fiscais regressivos e ineficazes, suspender subsídios para setores econômicos específicos, além de tornar as despesas públicas mais eficazes e mais inclusivas, restringem as chances de deterioração do quadro fiscal.

Olhando para frente, maior crescimento do produto e da produtividade terá de se tornar o principal motor de crescimento em longo prazo. Para tanto, não há caminho sem o enfrentamento e a superação desses importantes gargalos estruturais, que impedem o crescimento econômico de maior fôlego.

13.5.5. Agenda de Curto Prazo

Limitação dos gastos, reforma da previdência, regra de ouro, nova lei de reajuste do salário mínimo, salário dos servidores públicos, entre outros, são os temas que terão de ser enfrentados imediatamente após a posse do próximo Governo em 2019.

O presidente que assumir em 2019 enfrentará uma das agendas mais pesadas de primeiro ano de mandato desde 1990, quando o país vivia um processo de hiperinflação. Em primeiro lugar, terão que ser enfrentadas as limitações da Emenda Constitucional nº 95, DE 2016 (EC95), que modificou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelecendo, entre outros, limites para os próximos 20 anos para as despesas primárias:

> *"Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114:*

> *"Art. 106. Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos arts. 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."...*
> *"Art. 107. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias: ...*
> *§ 1º Cada um dos limites a que se refere o caput deste artigo equivalerá:*
> *I - ...*
> *II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária".*

Como a despesa primária federal, em percentual do PIB, vem em trajetória de contínua elevação desde a promulgação da Constituição de 1988, comprimir os gastos correntes será tarefa hercúlea. Esta elevação está muito associada à evolução dos gastos com a previdência. Assim, é tarefa mais do que imediata a proposição de uma reforma da previdência abrangente. Um projeto tímido do ponto de visto do seu efeito fiscal foi apresentado no passado, porém, razões de ordem política não permitiram o seu avanço no Congresso Nacional.

Outro ponto a ser enfrentado imediatamente após a posse é a denominada "regra de ouro", segundo a qual não é permitido o endividamento para financiar gastos correntes. Estão previstas penalidades rigorosas para os agentes que descumprirem a regra. Eventuais mudanças nesse dispositivo poderão sinalizar um afrouxamento da "responsabilidade" fiscal, com consequências danosas ao inexorável processo de ajuste fiscal.

O próximo governo precisará encaminhar, já em 2019, uma nova proposta de lei para reajustar o salário mínimo. A nova regra a ser definida vigorará de 2010 a 2023. A lei atual determina um reajuste do salário mínimo pela variação do INPC mais o crescimento do PIB de dois anos antes. A permanecer o mesmo critério, aumentará o impacto sobre os gastos públicos.

Espera-se que a conclusão do processo eleitoral destrave decisões de investimento. Sobre o novo governo também pesará a responsabilidade de propor medidas visando à rápida geração de emprego e renda para enfrentar a elevada taxa de desemprego da ordem de 12,4% (agosto/2018).

Estuda-se, no governo atual, o adiamento dos reajustes dos servidores públicos de 2019 para pelo menos 2020, para aliviar a pesada carga de gastos. Caso não seja encaminhada proposta de solução, o tema também deverá ser objeto de decisão do novo governo. Trata-se de tema delicado não só pela sua implicação direta para o ajuste fiscal, mas, também, por toda carga política e institucional que o envolve.

"O novo governo, portanto, terá um tempo relativamente curto na sua largada para avançar nas mais diversas frentes, a maioria delas com grau extremamente elevado de dificuldade política" (Maio/2018, Conjuntura Econômica – FGV).

13.5.6. Considerações Finais

Como visto, há um conjunto de razões de natureza cíclica e estruturais que explicam o baixo nível do produto e da produtividade da economia brasileira. A grave crise do setor público no Brasil estende-se, em maior ou menor grau, para todos os 27 estados. A pauta é semelhante: dificuldades para o pagamento da folha de pessoal e das dívidas, regimes previdenciários deficitários e, sobretudo, escassez de recursos para investimento.

Os novos governos estaduais, que tomam posse em 2019, assim como um novo governo federal, também terão de enfrentar agenda pesada de ajuste fiscal, com repercussão no nível de investimentos, pelo menos no curto prazo.

O Estado da Bahia não está entre aqueles com a situação fiscal das mais dramáticas, embora seja imprescindível a manutenção de um programa de austeridade e de redução de gastos com pessoal e previdenciário. O Estado realizou déficit primário em suas contas nos últimos três anos, embora decrescentes. Não há, pois, espaço para um crescimento acelerado do investimento no Estado da Bahia com recursos próprios.

Recente estudo (julho de 2018) realizado pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), concluiu que o produto brasileiro chega a ser 30% mais caro do que o produzido nos Estados Unidos. As variáveis consideradas no estudo compreendem os juros sobre o capital de giro, insumos básicos, impostos não recuperáveis na cadeia, logística, encargos sociais e trabalhistas, burocracia, custos de regulamentação, custos de investimento e de energia.

Nos estudos anteriores semelhantes realizados pela ABIMAQ, apresentados nos anos de 2010 e 2013, essa diferença do denominado Custo Brasil para o custo dos países desenvolvidos chegou a 37%. A queda de 37% para 30% se explica pela depreciação do Real e pela redução dos juros básicos da economia brasileira.

As fontes usuais para financiamento dos investimentos - transferências governamentais, recursos próprios e endividamento - não são suficientes para impulsionar um grande programa de investimentos. As transferências voluntárias do Governo Federal são praticamente impossíveis, visto o quadro fiscal nacional de curto prazo. Limitadas, também, são as fontes do endividamento e dos recursos próprios, abordados anteriormente.

Resta, pois, a opção de atrair o investimento privado. Aquilo que representa hoje um obstáculo para o pleno desenvolvimento do Estado da Bahia poderá se transformar em forte atrativo para investidores privados, tanto em investimentos diretos nos diversos setores da economia, como na forma de Concessões Plenas, nas quais o Estado como Poder Concedente outorga serviços públicos, precedidos ou não pela execução de obras, cuja remuneração por meio de tarifas é suficiente para remunerar integralmente os projetos a serem realizados, sobretudo na infraestrutura econômica estadual.

O desafio, portanto, é desenvolver projetos com comprovada viabilidade econômica, social e ambiental que atraiam o setor privado, reduzindo as obrigações financeiras do Estado na exploração direta dos serviços e contribuindo para o alívio das contas públicas nos projetos em que couber a remuneração do Estado pela concessão dos serviços.

O efeito multiplicador desse eventual conjunto de investimentos de fonte privada poderá exercer impacto importante na melhoria das contas públicas baianas, por meio da elevação do emprego, da renda e dos impostos recolhidos; bem como modernizar a logística, os transportes e toda a infraestrutura do Estado.

Consórcio

transplan

APPE
ASSESSORIA PARA
PROJETOS ESPECIAIS